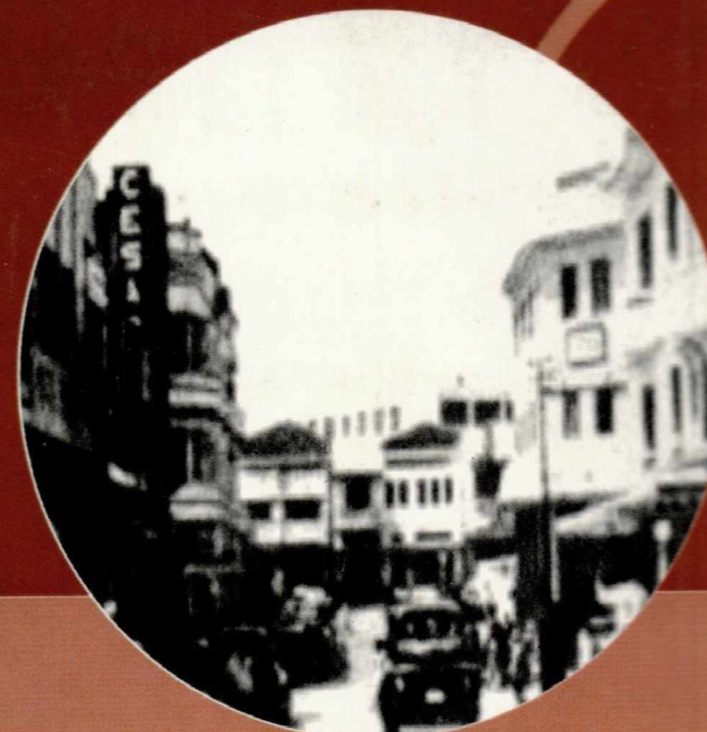


# Territórios de Confrontos: Campina Grande 1920-1945

Fabio Gutemberg Ramos  
Bezerra de Sousa



Este livro é um olhar sobre a cidade, mas entre inspirações e movimentos, buscou-se criar um caminho próprio. A questão central que nos mobiliza é a análise das tensões e múltiplas formas dos moradores viverem na cidade de Campina Grande nas décadas de 1920-1940. Buscamos compreender como jornaleiros, operários, artistas, comerciantes, prostitutas, industriais e agricultores viviam; onde moravam, amavam, se divertiam e trabalhavam; como usavam os espaços e territórios da cidade num período em que sua área central passava por um processo de reforma urbana. Mas não nos contentamos apenas em identificar as possíveis diversidades do uso dos territórios; penetramos no mundo dos seus moradores para compreender como a polissemia de suas ações se espacializava ou constituía novas cartografias numa cidade em transformação.

ISBN85-89674-21-5



9 788589 674218

Imagens da  
capa,  
frente:  
Rua Maciel  
Pinheiro,  
década de  
1920;  
Praça  
Epitácio  
Pessoa,  
1932.  
Fundo:  
Casa de  
Demóstenes  
Barbosa,  
década de  
1940.  
Verso: Rua  
Cardoso Vieira,  
década de 1950.  
Fonte: Museu  
Histórico de CG.

Editora da Universidade Federal de Campina Grande

# **Territórios de Confrontos: Campina Grande – 1920-1945**



Editora da Universidade Federal de Campina Grande

Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de Sousa

**Territórios de Confrontos:  
Campina Grande – 1920-1945**



Editora da Universidade Federal de Campina Grande

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Biblioteca Central da UFCG

S725d

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de  
Territórios de confronto / Fabio Gutemberg Ramos Bezerra  
de Sousa - Campina Grande : EDUFCG, 2006.  
193p.- (Coleção Outras Histórias, n. 3)

ISBN 85-89674-21-5

1 – Paraíba - História 2 – Cidades I – Título.



Editora da Universidade Federal de Campina Grande

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

Reitor

**Thompson Fernandes Mariz**

Vice-Reitor

**José Edilson Amcrim**

EDITORA UNIVERSITÁRIA – EDUFCC

Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza  
**Diretor Administrativo da Editora Universitária**

Prof. Dr. Antonio Gomes da Silva  
**Diretor Comercial da Editora Universitária**

**Conselho Editorial da EDUFCC**

Prof. Benedito Antonio Luciano – CEEI

Prof. Carlos Alberto Vieira de Azevedo – CTRN

Prof<sup>ª</sup> Consuelo Padilha Vilar – CCBS

Prof. Joaquim Cavalcante Alencar – CCJS (Sousa)

Prof. José Helder Pinheiro – CH

Prof. José Wanderley Alves de Sousa – CFP (Cajazeiras)

Prof. Onaldo Guedes Rodrigues – CSTR (Patos)

**Edição eletrônica**

Lívia Brasil

**Capa**

Ana Carolina Barbosa

Universidade Federal de Campina Grande  
Rua Aprígio Veloso, 882 - Bodocongó - Fone (83) 3310.1008  
Campina Grande - Paraíba  
editora@ufcg.edu.br

**À Gilmária e Mariana, bonitas e generosas inspirações.**

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 1 .....</b>	<b>17</b>
<b>Cartografias do trabalho: homens e mulheres em ação</b>	
<b>CAPÍTULO 2 .....</b>	<b>105</b>
<b>Lugares de diversão e lazer: festas, bares e prostibulos</b>	
<b>EPÍLOGO .....</b>	<b>183</b>
<b>Cidade, cidades</b>	
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>191</b>

## INTRODUÇÃO

Muito já se escreveu sobre cidades no Brasil e no mundo: Paris, Londres, Viena, Berlim, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador, Campinas, Porto Alegre, e poderíamos acrescentar a este pequeno rol uma relação que não caberia no espaço neste trabalho reservado para elas. Os escritos sobre a cidade, no entanto, têm mudado com o tempo denunciando olhares bastante diversos, especialmente os que se voltam para a cidade moderna.<sup>1</sup> Após leituras sobre a cidade, fica a impressão da existência de fisionomias também diversas: cidade do progresso e civilização para certos olhares, cidade do capital e dos conflitos sociais para uns, cidade do espetáculo para outros, e ainda cidade disciplinar, só para citar os olhares que têm marcado com mais força a historiografia brasileira e mundial nos últimos tempos.<sup>2</sup>

Este livro é também um olhar sobre a cidade, mas entre inspirações e movimentos, buscou criar o seu próprio caminho. A questão central que nos mobiliza é a análise das tensões e múltiplas formas dos moradores viverem na cidade de Campina Grande nas décadas de 1920-1940. Buscamos compreender como jornalheiros, operários, artistas,

---

<sup>1</sup> Para uma visão panorâmica de diversas mudanças advindas com o surgimento das grandes e modernas metrópoles européias, ver BERMAN, Marshal, 1986; CHOAY, Françoise, 1997; SCHORSKE, Carl E., 1988; ROLNIK, Raquel, 1988; BRESCIANI, Stella, 1987 e BENJAMIN, Walter, 1991, vol. 3.

<sup>2</sup> MOREIRA, Fernando Diniz em *A Construção de uma cidade moderna: Recife (1909-1926)*. Mestrado em Desenvolvimento Urbano, Recife, UFPE, 1995:11-45, BRESCIANI, Stella, "História e historiografia das cidades, um percurso" In FREITAS, Marcos Cezar (org.), 1998:237-258 e RAMINELLI, Ronald, "História urbana" In CARDOSO, Ciro Flamarion Cardoso e VAINFAS, Ronaldo (orgs.), 1997:185-202, fazem três diferentes análises das trajetórias e perspectivas teórico-metodológicas a partir das quais as cidades vêm sendo estudadas no Brasil e no mundo ocidental.



comerciantes, prostitutas, industriais e agricultores viviam; onde moravam, amavam, se divertiam e trabalhavam; como usavam os espaços e territórios da cidade num período em que sua área central passava por um processo de reforma urbana. Mas não nos contentamos apenas em identificar as possíveis diversidades do uso dos territórios; penetramos no mundo dos seus moradores para compreender como a polissemia de suas ações se espacializava ou constituía novas cartografias numa cidade em transformação.

No início, pensávamos investigar estas questões no período de 1930-1945; com o passar do tempo, no entanto, observamos que estes marcos temporais, que na historiografia viraram nome no singular (a Era Vargas), podiam embotar a percepção de certas mudanças e continuidades na vida das pessoas. Por isso alargamos o horizonte cronológico, buscando um recorte que possibilitasse romper com os tempos de uma certa memória dominante,<sup>3</sup> o que nos conduziu aos anos 1920. Distanciando-nos em alguns aspectos das leituras abrangentes da sociedade brasileira (especialmente das grandes sínteses políticas, econômicas e sociais), tentamos compreender como os moradores da cidade juntaram os tempos (o antes com o depois de 1930), que problemas enfrentaram, as redefinições nos usos dos espaços e territórios da cidade e como essas mudanças foram por eles vivenciadas. Descobrimos que os que viveram aqueles anos experimentavam tempos diferentes, faziam muitos e singulares movimentos, eram outras e tantas personagens. Homens e mulheres com

---

<sup>3</sup> Sobre a noção de memória dominante e a relação história, memória e historiografia, ver De DECCA, Edgar Salvadori, 1981, NEVES, Frederico de Castro, 1994:13-17, Revista Brasileira de História. *Memória, história, historiografia*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 13, n° 25/26, set 92/ago 93 e Revista Projeto História. *Trabalhos da memória*. São Paulo: EDUC/FAPESP, n° 17, nov/1998.

caras e cartografias que destoavam do modelo de sociedade que letrados e elites proprietárias, inspirados num certo ideário de progresso e civilização, tentavam universalizar.

Para que esta empreitada fosse possível, lançamos mão de um *corpus* documental que ocupa um lugar especial neste trabalho, os processos criminais.<sup>4</sup> Essa documentação, associada a jornais, memórias, jornalzinhos de festas e outras fontes, ampliou em muito o nosso olhar, as possibilidades de adentrarmos os mundos que constituem a cidade e de descobirmos coisas e práticas diferentes onde alguns apregoam e apontam para a vitória inexorável de certos padrões modernos de viver. Encontramos alguns aventureiros e baluartes na defesa dos padrões burgueses modernos e... um pouco mais do que isto. Os processos alargaram a geografia de certos becos/fontes e possibilitaram trazer para o leitor uma miríade de vidas, vidas que pulsam e pululam em todos os cantos e recantos da cidade, como verá o leitor.

As questões que nortearam este trabalho e seus recortes metodológico e temporal levaram a diálogos com a bibliografia que tem a cidade como palco principal ou como uma das suas preocupações. Por isto dialogamos em especial com autores que costumam se voltar para as cidades como se elas fossem entidades abstratas ou homogêneas, muitas vezes negligenciando os conflitos que fazem delas mais do que lugares

---

<sup>4</sup> Todos os processos foram pesquisados no arquivo da 1ª Vara do Tribunal do Júri do Fórum Afonso Campos em Campina Grande. Como a numeração dos processos pesquisados é de difícil identificação, criamos uma que vai do número 1 ao 289. Esta numeração segue a ordem cronológica dos maços. Para o pesquisador interessado nesses processos, a primeira forma de identificá-los é buscando-os pelo número do maço. Os processos foram citados neste trabalho com as seguintes referências: tipo de processo, número e data (retirada no inquérito policial), nome do (a) réu (ré) e maço onde se encontra.

para o capital e para circulação. Isto nos levou a recuperar a diversidade que a constitui, o que fazemos penetrando nos meandros do trabalho, lazer e cotidiano de grupos sociais e profissionais, como agricultores, vendedores de pães, choferes, donas-de-casas e carregadores, recuperando as singulares cartografias que faziam da cidade; mostramos os territórios centrais, a zona do meretrício e os arrabaldes segregados, onde a cidade sofreu transformações no período; adentramos estes territórios buscando compreender os seus usos e as relações entre seus moradores.

A análise destes aspectos da vida dos moradores de Campina Grande levou-nos a problematizar também os trabalhos que superestimam a dimensão disciplinar, que teria marcado o advento da sociedade burguesa moderna nas cidades brasileiras, pois mais do que a universalização dos chamados valores modernos, encontramos tensões e múltiplas percepções e leituras em torno da sua institucionalização.

Nesse sentido foi fundamental o diálogo com autores como Sidney Chalhoub, Martha Abreu Esteves, Ana Lanna e Raquel Rolnik.<sup>5</sup> Preocupados com o cotidiano dos trabalhadores e com a experiência de grupos sociais e étnicos diversos, entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX, esses autores deixam ensinamentos que inspiraram passagens deste texto. Amparados em densas e sólidas pesquisas, em que os processos criminais têm um papel crucial,<sup>6</sup> eles combinam a problematização do tema e certas leituras na “contramão”,

---

<sup>5</sup> Cf. CHALHOUB, 1986 e 1990; ESTEVES, Martha de Abreu, 1989; LANNA, Ana L. D., 1996; ROLNIK, Raquel, 1997.

<sup>6</sup> Dos quatro autores referidos na nota anterior, apenas Raquel Rolnik não utiliza os processos criminais.

ou “infernais” (como diria E.P. Thompson, inspirado em Blake), com preocupações metodológicas que têm no seu centro a busca de tensões e conflitos em torno de significados gerais que permeiam a vida social em períodos de mudanças.

Outra característica crucial dessas obras é a preocupação em recuperar aspectos da experiência de grupos sociais diversos, dando uma dimensão humana aos personagens que viveram a época,<sup>7</sup> o que abre um amplo caminho, que buscamos trilhar em nosso trabalho, muito embora tenhamos envidado esforços para fazê-lo com passos próprios. Destacamos dois aspectos metodológicos a diferenciar os caminhos seguidos. Primeiro, diferentemente de Sidney Chalhoub (1986) e Ana Lanna (1996), demos ênfase tanto aos trabalhadores e populares como às elites em suas tensões e andanças pela cidade; segundo, buscamos uma aproximação diferente com grupos específicos, como donas de casas, agricultores, carregadores etc., o que, na nossa compreensão, redimensiona conceitos e noções como classes trabalhadoras, populares e pobres, tal como veremos em seguida.

Passemos às mãos do leitor, um mapa das trilhas seguidas.

No primeiro capítulo, fizemos uma entrada diferente na cidade para compreender a presença de grupos e categorias profissionais específicos, como vendedores de pães, carregadores, choferes, donas de casa e agricultores: analisamos alguns significados e implicações que suas relações e atividades tinham para as cartografias da cidade e como utilizavam e constituíam alguns territórios; reconstituímos também aspectos das trajetórias desses grupos e pessoas no seu cotidiano, privilegiando

---

<sup>7</sup> Aspecto crucial dos trabalhos de CHALHOUB, 1986, 1990 e 1996, LANNA, 1996 e ESTEVES, 1989.

escalas menores, como as andanças pelas ruas e subúrbios e os conflitos e práticas de solidariedade que os constituíam e davam à cidade uma dimensão múltipla.<sup>8</sup>

No capítulo seguinte, deixamos de lado os grupos específicos e acompanhamos os moradores em momentos de lazer e diversão por ruas e diferentes territórios de Campina Grande, analisando os sentidos que estes territórios assumiam, os usos que deles faziam quando se divertiam e como vão se constituindo enquanto espaços e lugares diferentes, hierarquizados, segregados.

Cabe ao seu discernimento, leitor, o bom caminhar, ou caminhar por uma das largas e atuais avenidas da cidade, claro, e correr alguns riscos ou ter muitas surpresas; ou seguir os muitos becos, travessas e caminhos labirínticos que Campina Grande e muitas outras cidades brasileiras nos oferecem, o que não é menos “arriscoso” e surpreendente. Melhor do que ninguém, sabe o sábio leitor ser aquele caminhante que forja no calor da hora e do momento muita das suas próprias cartografias, como não nos deixa esquecer Michel de Certeau, que na sua invenção cotidiana possibilitou-nos uma miríade de oportunidades para lermos por onde caminha e caminhará a humanidade, ou menos pomposamente, os homens ordinários.

---

<sup>8</sup> Parte da historiografia que tem como objeto a cidade nomeia e identifica essa multiplicidade, mas raramente aprofunda-a na direção dos grupos populares. Na maioria dos casos opta-se por acompanhar o discurso de intelectuais e letrados sobre os diversos grupos e classes ou fenômenos como a multidão, ver BRESCIANI, Stella, 1987 e 1994; PECHMAN, Robert Moses, “Um olhar sobre a cidade: estudo da imagem e do imaginário do Rio na formação da modernidade” In FERNANDES, Ana Fernandes e GOMES, Marco Aurélio A. de F., 1992:33-44; PONTE, Sebastião Rogério, 1999, PESAVENTO, Sandra Jatahy, 1994 etc. As exceções que conhecemos são os trabalhos de LANNA, Ana L. D., 1996, CHALHOUB, Sidney, 1996, ARRAIS, Raimundo Alencar, 1995 e DIAS, Maria Odila L.S., 1995. ROLNIK, Raquel, 1997 e WISSENBACH, Cristina Cortez, “Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível” in SEVCENKO, Nicolau (org), 1998:49-130, fazem este exercício para ex-escravos e negros.

## Capítulo 1

# CARTOGRAFIAS DO TRABALHO: HOMENS E MULHERES E MAÇÃO

Há formas diversas de adentrar o que às vezes se denomina mundos do trabalho, classes trabalhadoras, camadas populares ou pobres urbanos.<sup>1</sup> Nos últimos tempos a historiografia brasileira costuma fazê-lo em duas direções: na primeira, voltando-se para momentos de conflitos e lutas sociais e para as instituições que os articulam, como sindicatos e partidos políticos;<sup>2</sup> na segunda, para o cotidiano e a cultura popular ou operária, dentro e fora dos locais de trabalho, os empreendimentos disciplinares e as formas de resistência à instituição da sociedade burguesa moderna.<sup>3</sup> Resistência e movimentos de escravos e libertos urbanos contra a escravidão; revoltas urbanas como a Revolta da Vacina e a Revolta do Vintém; greves e lutas operárias, organização sindical, o cotidiano e a cultura popular. Os momentos de tensões e confronto aberto e a entrada abrupta de certos personagens coletivos e das multidões na cena urbana parecem deixar algumas pistas para compreendermos o universo mental e as formas materiais de sobrevivência das populações urbanas, embora nos últimos tempos tenham perdido espaço para estudos preocupados em reconstituir sua cultura e o seu cotidiano e/ou questões específicas,

---

<sup>1</sup> As noções de mundos do trabalho e classes trabalhadoras aparecem em HOBBSAWN, Eric, 1987 e CHALHOUB, Sidney, 1986; camadas urbanas e populares em PONTE, Sebastião Rogério, 1999 e ARRAIS, Raimundo Alencar, 1995; pobres em PESAVENTO, Sandra Jatahy, 1994. WISSENBAACH, Cristina, 1998:49-130, utiliza, simultaneamente, as noções de classes trabalhadoras e camadas populares.

<sup>2</sup> Sobre revoltas escravas ver REIS, João José Reis, 1986; a Revolta da Vacina em CHALHOUB, Sidney, 1996, CARVALHO, José Murilo de, 1987 e SEVCENKO, Nicolau, 1984; movimento operário e sindical nos primeiros anos da República, ver PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael M., 1979/1981, 2 v; HARDMAN, Foot e LEONARDI, Victor, 1991.

<sup>3</sup> Ver CHALHOUB, 1986, RAGO, 1985, DIAS, 1995.

como a moradia, doenças e saúde, festas, rituais religiosos etc. Na maioria desses estudos, os grupos e categorias profissionais que compõem as classes trabalhadoras ou camadas populares perdem suas formas peculiares de aparecer e usar a cidade, muitas vezes desaparecendo no seio de conceitos e termos gerais.<sup>4</sup>

Neste capítulo, buscamos outro caminho. Tentamos compreender a vida de grupos e categorias profissionais específico, seguindo três recortes: primeiro, o palco das investigações é a cidade, o que nos levou a buscar os significados e implicações que suas atividades de trabalho tinham para a cidade e o modo como utilizavam os seus espaços e territórios; segundo, buscamos reconstituir aspectos da trajetória e da vida desses grupos e categorias profissionais no seu cotidiano, privilegiando escalas menores, como suas andanças pelas ruas e subúrbios da cidade e suas relações cotidianas, embora não as isolemos das mudanças e questões mais gerais por que passava a sociedade e o país; por fim, interessa-nos a aproximação com certas categorias de trabalhadores que, por motivos vários, apareceram na cena pública (não estão entre estes motivos as manifestações e lutas sociais mais amplas, como greves, revoltas, organização sindical etc.), dando-lhe características singulares, que fazem da cidade um lugar de múltiplas práticas sociais.<sup>5</sup>

Este último caminho precisa de maior esclarecimento. Manuseando os processos criminais e as histórias que eles contêm, deparamo-nos com um amplo e cambiante mundo de atividades e profissões: agricultores, operários, artistas, donas de casa, choferes e motoristas, comerciantes, prostitutas, funcionários públicos, policiais, vendedores de pães e trabalhadores em panificação, carregadores e jornaleiros. Junto com outros trabalhadores, ou mesmo com pessoas refratárias ao trabalho (largamente adjetivados, como vadios, vagabundos, arruaceiros e desordeiros), seus nomes e as atividades que realizavam abundam nos processos.<sup>6</sup> Seleccionamos os processos que envolvem cinco desses grupos: vendedores

---

<sup>4</sup> Naturalmente, isto se explica em parte pelas opções metodológicas e recortes temáticos que cada autor faz. Ver estudos sobre operários, grupos específicos de mulheres em RAGO, 1985 e DIAS, 1995.

<sup>5</sup> Ver nota 8 da introdução.

de pães, choferes, agricultores, donas de casa e carregadores. Na escolha, alguns critérios se impuseram: primeiro, foram escolhidas categorias sobre as quais havia informações para reconstituir com certa densidade algumas práticas e relações cotidianas, especialmente no trabalho; segundo, grupos cujas atividades contribuíssem para ampliar e alargar a compreensão do uso dos espaços e territórios e as cartografias que compunham Campina Grande no período de 1920 a 1945; terceiro, são todos grupos e categorias que têm uma certa autonomia em suas atividades, não vivendo sob os ditames e regras das fábricas e indústrias; por fim, buscou-se grupos que permitissem cobrir todos os espaços que compunham a cidade, sua área central, os subúrbios e a zona rural, mas também que possibilitassem o encontro de tempos diferentes, os costumes seculares, os “antigos vezos” e as novidades do mundo moderno.

Duas observações ainda são necessárias. Navegando contra a corrente dos discursos dominantes sobre Campina Grande, não colocamos entre as categorias selecionadas os comerciantes, que compunham à época o grupo que melhor simboliza a cidade. Claro que esta inusitada opção tem implicações e problemas. Mas tranquilizamos o leitor informando que, pela sua presença forte em todos os lugares da cidade e nas fontes compulsadas, eles aparecem envolvidos em muitos episódios, o que significa dizer que, mesmo não sendo uma das categorias escolhidas para uma discussão específica, suas atitudes e práticas aparecem sobejamente em todo o trabalho.

A outra observação tem uma implicação metodológica mais geral. Optamos por adentrar o que noções como pobres e camadas populares sugerem quando se reconstitui aspectos da vida dos trabalhadores e moradores da cidade. Buscamos reconstituir aspectos da vida de pessoas e grupos com o objetivo de trazer à cena suas práticas de solidariedade e

---

<sup>6</sup> É importante chamar atenção para o “jogo” das informações prestadas por réus, vítimas e testemunhas quando diante do delegado ou juiz, pois muitas vezes flagramos pessoas e grupos como as prostitutas, que se diziam “domésticas”, lavadeiras etc., buscando fugir aos estigmas e preconceitos e estrategicamente se acomodar aos preceitos da instituição. Esta atitude, no entanto, longe de impedir a análise deve a ela ser incorporada, já que assim agindo mostravam conhecer os códigos da justiça e os caminhos para burlá-los.



conflitos, o trabalho e os usos que faziam da casa, da rua e dos territórios da cidade. Com isto, pensamos fazer dois movimentos: primeiro, diferentemente de trabalhos que concebem a cidade como algo abstrato e homogêneo, buscamos descer aos seus recônditos e explicitar a sua diversidade social; segundo, para além dessa intenção geral, recuperamos esta diversidade trazendo para o centro da discussão grupos específicos e suas tensões e conflitos internos, o que contribui para se compreender a diversidade por um caminho diferente daquele que parte da historiografia tem feito.<sup>7</sup>

A ordem da narrativa abaixo não obedece a qualquer hierarquia prévia, muito embora reproduza movimentos comuns na cidade à época: inicia por um grupo que se movimentava do centro em direção aos subúrbios e à zona rural, continua com dois outros que tinham a área central como referência fundamental para as suas atividades, terminando com dois que estavam mais presentes nos subúrbios e na zona rural e, muito embora fossem presenças comuns nas ruas e territórios centrais, seus movimentos eram da zona rural e do subúrbio em direção ao centro.

---

<sup>7</sup> ARRAIS, 1995 é um dos autores que reconhece os limites do seu exercício ao reconstituir as práticas culturais das camadas populares sem, no entanto, adentrar suas tensões internas, o que atribui à precariedade das fontes que não permite fazê-lo. Ver DESAN, Suzanne, “Massas, comunidade e ritual...”, in HUNT, Lynn, 1995:63-96, em que problematiza a obra de E. P. Thompson e Natalie Davis, que, por caminhos diferentes, terminam dando ênfase aos aspectos comunitários nas ações de grupos diversos e negligenciando as fissuras internas, como disputa pelo poder etc.

## O Mundo dos Vendedores de Pães

Vivia-se o ano de 1934. No final de outubro, um episódio “escandalizou a opinião pública de Campina Grande”. Após as primeiras notícias serem espalhadas por pãzeiros e trabalhadores de panificação, passou a mobilizar os moradores da cidade, tornando-se mote obrigatório das conversas nos locais mais diversos, como em bodegas e mercearias, ruas, casas, rodas de jogo, esquinas, calçadas, entre vizinhos e nos prostíbulos. Envolveu diretamente dois proprietários de uma padaria, um concorrente, seus empregados, vendedores de pães, alguns figurões da elite, o delegado, promotores e diversos populares<sup>8</sup>.

Este episódio, associado a outros envolvendo vendedores de pães, trabalhadores de panificação e proprietários de padarias locais, fornece indícios sobre o trabalho e a cartografia dos pãzeiros na cidade de Campina Grande. Com eles fica-se conhecendo os meandros da atividade daqueles que levavam pão aos mais longínquos lugares. O episódio começou a tomar sentido quando Cícero Rodrigues, um jornaleiro e vendedor de pães de 42 anos, saiu no domingo 21 de outubro de 1934 por volta das treze horas, em demanda de compradores para o seu produto, deslocando-se por caminhos e veredas que levavam à estrada do distrito de Lagoa Seca, cerca de oito quilômetros do centro de Campina Grande. Na volta dessa viagem, no lugar Alto Branco, Cícero Rodrigues disse ter sido assaltado em 62 mil réis por um “negro”. Os proprietários da padaria Automática não acreditaram na sua versão e ordenaram a dois funcionários que extraíssem a verdade, passando o vendedor de pão por um verdadeiro martírio que só veio acabar cerca de um mês depois, no dia 28 de novembro.

Os depoimentos de vendedores de pães e funcionários da padaria Automática e da Santa Terezinha, conduzirão o leitor pelos labirínticos meandros da vida daqueles andarilhos. Mas a primeira pista vem de Antônio Ovídio de Araújo Pereira, bacharel e advogado que explicita um dos traços que identificava um vendedor de pães, “que vende pela rua, em caixa e usa óculos”.

---

<sup>8</sup> Sumário Crime n° 102.

Esse pequeno sinal, junto com outros indícios, amplia a teia de relações que marcava aquele mundo. Um funcionário público municipal soubera do episódio pela boca do vendedor de pães da padaria Automática, Virgínio Veloso; o jornalista José Joaquim da Silva, que trabalhava em serviços pesados da Automática, fez referência aos cafés que vez por outra os funcionários e trabalhadores da padaria tomavam juntos no local; a amásia de Cícero Rodrigues, Margarida Maria da Conceição, informou que, no domingo em que ocorrera o episódio, Cícero “entre seis e sete horas chegou para cear; que ceou e foi para a padaria; ela esperou que Cícero Rodrigues fosse dormir em casa, como era de costume, o que não aconteceu.”<sup>9</sup>

Os vendedores de pães pareciam ser figuras loquazes e quase todas as pistas iniciais sobre o espancamento e seqüestro de Cícero Rodrigues foram fornecidas por vendedores de pães da própria padaria Automática, o que apontava para um dos papéis que tinham aquelas pessoas: fazer circular notícias e informações pela cidade e seus arredores.

Ao conduzir um balaio, mala ou caixa de pães, a pé ou no lombo de animais, pelos subúrbios e arrabaldes da cidade, os vendedores de pães levavam mais do que simples pães franceses, doces e seda, ou mesmo bolachas. Conduziam as últimas notícias do dia e também faziam o papel de correio para amigos, fregueses e familiares. Estas práticas tinham um interessante efeito sobre a geografia da cidade, pois a ampliava e aproximava da zona rural, quebrando diferenças que separavam agricultores e citadinos, ou atualizando-as. Entre a venda de um pão e outro, trocava-se informações e conversava-se sobre as novidades vindas da “cidade” ou da “rua”, ou sobre a vida no campo e nos subúrbios: a inauguração da iluminação elétrica, o aumento do número de automóveis e dos acidentes por eles provocados, a construção do cinema Capitólio, a organização da festa de Ano Bom, o aumento do comércio de algodão ou sua crise, o melhoramento de uma estrada ou a construção de uma ponte, o ano de inverno e as boas colheitas ou a seca que castigava os sertões, os preços dos alimentos e a carestia etc.

---

<sup>9</sup> Idem Sumário Crime nº 102.

Entre o final de 1934 e os primeiros meses de 1935, os companheiros de labuta do vendedor de pães desaparecido tornaram-se ainda mais o centro das atenções no meio da freguesia, ávida de combustível para a barriga e de estórias para contar. Como muitos outros na cidade, devem ter alimentado várias estórias mirabolantes sobre o desaparecimento e paradeiro de Cícero Rodrigues.<sup>10</sup>

Nos primeiros anos da década de 30, os vendedores de pães saíam de suas residências ainda pela madrugada e se deslocavam para as padarias, onde recebiam do gerente ou proprietário os pães da manhã. Cícero se deslocava da rua da Garage Grande, subúrbio das Areias, até a Vidal de Negreiros, adjacências do centro. Cada vendedor tinha sua freguesia e os locais da cidade e seus arredores onde costumavam vender seus produtos. Conduziam os pães normalmente em um balaio, caixa ou mala na cabeça ou, mais raramente, em lombo de animais. Alguns tinham uma tripeça, pequeno banco que conduziam junto com o balaio e servia para apoiá-lo no momento da venda.<sup>11</sup> Faziam os percursos pela manhã, dos quais retornavam por volta das nove ou dez horas, prestavam conta dos pães vendidos e iam almoçar; no início da tarde, por volta das treze horas, estavam na padaria para pegar uma nova leva de pães. De balaio na cabeça e óculos na cara ou não, saíam pelos subúrbios, ruas, estradas e sítios próximos à cidade, retornando na boca da noite. Mais uma vez, prestavam conta e se dirigiam para suas casas para a ceia e o descanso noturno, onde tentavam recompor as energias para voltar à lida na madrugada seguinte.<sup>12</sup>

No ano em que Cícero Rodrigues foi vítima dos irmãos Araújo, Campina Grande tinha cerca de doze padarias, quase todas localizadas

---

<sup>10</sup> Esta conjectura baseia-se nos próprios arrazoados dos promotores que atuaram no caso, Paulino Gouveia de Barros e Carlos Alencar Agra, que usaram um linguajar traficado dos romances policiais (há referência a Edgar Allan Poe) e do cinema para mensurar a ousadia e espetacularidade da ação dos irmãos Araújo quando do seqüestro de Cícero Rodrigues.

<sup>11</sup> Ação Criminal nº 157, 1940, Oscar Sebastião, maço de 19/01 a 12/12/1940.

<sup>12</sup> Não temos indícios, mas é provável que alguns moradores de distritos ou áreas rurais mais povoadas vendessem pães entre a cidade e o local de moradia, o que não lhes obrigava a retornar ao final da tarde à padaria, mas somente no dia seguinte.

em ruas centrais e nas suas adjacências.<sup>13</sup> Da praça coronel Antônio Pessoa e da rua Vidal de Negreiros, da Maciel Pinheiro ou da praça Eptácio Pessoa, das ruas Concórdia e Almeida Barreto, os pãezeiros se dirigiam para os subúrbios de Bodocongó, Prado, Santíssimo, Louzeiro, José Pinheiro, Açude Velho, Alto do Seixo, Lapa, Areias, Monte Santo, Bela Vista e São José, ou pela estrada de Lagoa Seca e lugares outros. Devassavam caminhos e territórios, ampliavam os tentáculos do comércio da cidade e construíaam laços de amizade e de solidariedade (ver mapa 1).



Mapa 01 – Centro e subúrbios

<sup>13</sup> Em um levantamento do *Almanaque de Campina Grande* para o ano de 1933:24-25, encontramos duas padarias na rua João Pessoa, uma na rua Marquês do Herval, uma na Cardoso Vieira, uma na Maciel Pinheiro, duas na praça Eptácio Pessoa, uma na praça Solon de Lucena, uma na rua da Concórdia, uma na Almeida Barreto, uma na Rui Barbosa e uma na Irineu Joffily. No ano seguinte a relação é a mesma. Mesmo sendo possível erros ou lacunas no levantamento, dificilmente encontrar-se-ia na época uma padaria em subúrbios longínquos; ver VILLAR, Euclides. *Almanaque de Campina Grande*. Campina Grande: Tipografia da Livraria Campinense, 1932 e *Almanaque de Campina Grande*. Campina Grande: Livraria Vilar, 1933.

Os percursos longos que faziam eram indispensáveis porque nas ruas centrais da cidade situavam-se diversas padarias, inclusive as melhores e mais requintadas, algumas com uma variedade significativa de produtos. Essas padarias disputavam a clientela mais abastada e parte dos pobres que moravam nas franjas das ruas centrais. Restava aos vendedores de pães a outra parte dos moradores daquela área e a clientela dos subúrbios e das áreas rurais mais povoadas, ou de qualquer local que concentrasse potenciais comedores de pão. Cícero, no caso acima, e Luiz Batista de Queiroz, em outro episódio, deslocavam-se por diversos quilômetros para garantir o sucesso de suas vendas.<sup>14</sup> Mas suas atividades não se encerravam com o balaio de pães vazio e a clientela refestelada, de bucho cheio.

As transações dos vendedores de pães com panificadores e a clientela eram realizadas quase sempre a crédito, o que ampliava e garantia a manutenção do negócio, mas podia também desembocar em alguns conflitos ou desentendimentos. Os vendedores pegavam a mercadoria pela manhã e à tarde e, na volta de cada uma dessas viagens, prestavam contas. Como a circulação monetária na época não devia ser muito intensa, principalmente entre a clientela que morava em subúrbios ou na zona rural, grande parte das vendas dos pãezeiros era paga semanalmente, o que também os levava a acertar suas contas com panificadores semanal ou mensalmente. Isto dava a cada um dos três componentes dessa relação, certa margem de manobra, ou, em alguns casos, podia levar à inadimplência.<sup>15</sup>

No episódio do pãezeiro Cícero Rodrigues, Arnóbio denunciou as estratégias de vendedores de pães que acumulavam dívidas com

---

<sup>14</sup> Sumário Crime nº 97, 1936, José Correia, maço de 22/07 a 17/10/1936.

<sup>15</sup> Muito provavelmente as relações entre pãezeiros e fregueses eram mais amplas e complexas. Parte do pagamento dos pães que vendiam deveria ser feita *in natura*, ou seja, em ovos, galinhas, feijão, milho, mandioca, farinha, etc., prática comum em uma sociedade ainda com fortes traços rurais. Índícios dessas práticas em regiões diversas do Brasil no mesmo período, são encontrados em WISSENBACH, Maria Cristina C., 1998:49-130. Para períodos posteriores temos indícios nos trabalhos de RANGEL, Maria do Socorro, *Medo da morte e esperança de vida: uma história das Ligas Camponesas*. Mestrado em História, Campinas, Unicamp, agosto/2000, p. 215, 281, 306-307 e SIGAUD, Lygia, *Os Clandestinos e os direitos*. São Paulo: Duas Cidades, 1979:167-204.

panificadores e, em certos momentos, buscavam formas de se furtar ao pagamento. Virgínio Veloso, que além de pãozeiro era seu inquilino, aproveitara-se do episódio de Cícero Rodrigues para criar um clima de animosidade com os proprietários da padaria Automática, com a clara finalidade de não acertar suas contas, deixando de pagar o aluguel atrasado da casa em que morava. Era o que dizia Arnóbio Araújo, querendo desacreditar as comprometedoras denúncias de Virgínio diante do delegado.

Virgínio podia realmente estar lançando mão de um ardil comum entre vendedores de pães. É perfeitamente possível que tentasse aproveitar o momento em que os irmãos Araújo estavam sendo investigados pela polícia. Cícero Rodrigues também pode ter lançado mão de recurso parecido com a história do roubo na estrada de Lagoa Seca. Virgínio e Cícero estavam, no entanto, correndo um grande risco, como se viu no desfecho violento do caso. Os irmãos Araújo, com o seqüestro de Cícero, mostraram até onde podiam alcançar os tentáculos de um panificador e comerciante, protagonizando um dos crimes mais atribulados, misteriosos e desmoralizantes para a polícia e a justiça locais.

Podemos deixar, por um momento, o início dos anos 30, quando a cidade estava se expandindo em direção aos subúrbios, e nos deslocarmos para um período em que este processo em muito se aprofundara, trazendo consigo novas questões e problemas, e redefinindo em parte os espaços, territórios e relações sociais.

Em um episódio ocorrido em 1945, vê-se outro proprietário de padaria envolvido em uma querela, agora com um padeiro.<sup>16</sup> José Domingos de Oliveira, vulgo José Soldado, padeiro de 35 anos, trabalhava na padaria Continental, localizada à rua Vidal de Negreiros. No dia 07 de dezembro, por volta das nove horas da manhã, estava em sua atividade, retirando brasas do forno, quando Severino Ferreira da Silva, ganhador da dita padaria, trancou uma porta que dava passagem a José Domingos, o que dificultou a sua atividade. Como entendeu a interdição de sua passagem como uma provocação, chamou a atenção de Severino e em seguida agrediu-o com uma pá de brasas.

---

<sup>16</sup> Ação Penal nº 265, 1945, José Domingos de Oliveira, maço de 15/01 a 28/04/1945.

Nos depoimentos na delegacia, tem-se a impressão de que não passava de um desentendimento entre trabalhadores em serviço. No entanto, quando o processo chegou à justiça, mudou de cor e tom. Diante do juiz, o próprio réu colocou aspectos novos na querela. As investidas de Severino estavam sendo incentivadas pelo dono da padaria, que prometera pagar 50 cruzeiros a quem provocasse José Domingos. Motivo: Domingos tinha uma ação trabalhista na justiça contra a padaria Continental e o seu proprietário utilizava-se de um ardil para livrar-se do incômodo empregado e, talvez, do ônus da ação. Todas as testemunhas, réu e vítima, que não haviam feito na delegacia qualquer referência a esse aspecto do episódio, agora, em uníssono, colocavam-no como móvel do crime. Nessas idas e vindas, fica-se sabendo também que Domingos vez por outra chegava tarde ao trabalho e que algumas pessoas da padaria trabalhavam no “extraordinário”. Flagramos também o presidente do Sindicato dos Padeiros como testemunha de defesa de Domingos.

Por mais que pareça um corriqueiro conflito entre trabalhadores e patrões, esta querela tinha traços peculiares, ocorrendo num contexto diverso da agressão e seqüestro de Cícero Rodrigues. Separava um e outro episódio a instituição de uma legislação trabalhista no país.<sup>17</sup> Em decorrência disto, personagens e instituições diferentes apareceram como mediadores, como o presidente do sindicato dos padeiros e a justiça do trabalho. Ao mesmo tempo, a parte central da cidade acabara de vivenciar o “bota-abaixo” de Vergniaud Wanderley, que, animado pelo momento de exceção em que o país vivia, interferiu de forma radical e arbitrária, na reforma da sua área central, dando-lhe aquele roupão de linho que alguns letrados há muito pediam.<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> Sobre a legislação trabalhista instituída no governo Vargas, ver MUNAKATA, Kazumi, 1986 GOMES, Ângela de Castro Gomes, 1994 e FORTES, Alexandre, janeiro/2001.

<sup>18</sup> Cristino Pimentel na coluna “Cousas da cidade” de *O Rebate* (sem data), ao reivindicar melhoramento em uma rua da cidade, afirma: “as ruas têm um que de humano e precisam de luz, asseio e roupa engomada, para não corarem de pejo diante dos olhos curiosos dos visitantes”.



Ambos, instituição de uma legislação trabalhista e as mudanças nas ruas centrais da cidade, eram parte de um mesmo movimento, o de colocar o país e seus habitantes nos trilhos da modernização urbana e social. Essas mudanças tinham implicações diversas sobre a vida de certas categorias de trabalhadores em Campina Grande e nas grandes cidades brasileiras. Basta dizer que, com a nova legislação, as relações entre patrões e empregados passaram a ser mediadas, mesmo que precariamente, e muitas vezes apenas simbolicamente, por funcionários do Ministério do Trabalho, que, com as querelas trabalhistas que pipocavam e com o estímulo à sindicalização, tomaram as páginas dos jornais locais e do país.<sup>19</sup>

Voltemos ao episódio dos irmãos Araújo, no início dos anos 30. Nele temos pistas sobre como sobreviviam alguns empregados das padarias da cidade, enquanto fabricavam pães e preparavam o caminho para os vendedores, além de questões mais amplas, sobre as relações de trabalho na Campina Grande dos anos 1930-40. Basta retomar alguns depoimentos para verificar que pelo menos dois trabalhadores da padaria Automática dormiam no próprio estabelecimento, prática então comum, que criava uma relação de dependência diante do patrão, interferindo em outras atividades dos empregados, como nos depoimentos que esses trabalhadores deram no decorrer do processo.<sup>20</sup>

Essas relações de dependência eram, no entanto, marcadas por ambivalências. Para o empregado, morar no próprio local de trabalho podia significar a economia do dinheiro do aluguel de um quarto ou de uma república, quando este não tivesse familiares na cidade; além do mais,

---

<sup>19</sup> Encontramos em *Voz da Borborema* n° 28, 20/10/1937, p. 01, n° 29, 23/10/1937, p. 03 e *A Batalha*, 1934-1935, algumas matérias e artigos sobre querelas trabalhistas, a sindicalização na cidade e no Estado e as constantes referências à fiscalização de funcionários do Ministério do Trabalho. Ver ainda “Nota do dia”, de Hortênsio Ribeiro em *A Imprensa*, 04/07/1934 e “Campina Grande sindicalista”, em *A União* n° 222, 03/10/1933, p. 08, em que articulista exulta com o número crescente de categorias sindicalizadas na cidade e lamenta que na capital não exista a mesma movimentação.

<sup>20</sup> Quando depuseram na polícia, os dois empregados da padaria informaram que não sabiam de nada sobre o episódio. Sobre o uso da moradia como forma de controle e as relações de dependência entre trabalhadores e patrões em contextos diferentes, ver CHALHOUB, Sidney, 1986 e RAGO, Margareth, 1985.

evitava-se o deslocamento de sua casa para o local de trabalho. Eram dois aspectos a serem considerados nos cálculos dos trabalhadores na cidade. Encontramos outros em situações parecidas.<sup>21</sup> A contrapartida imediata a essa economia das pernas e do pequeno salário era uma disponibilidade maior ao patrão e a perda pelo empregado do controle do seu próprio tempo e de parte das suas ações, agora sob as vistas e necessidades daquele. Morar no local do trabalho implicava também fazer refeições às expensas do patrão, o que era mais um laço a podar atitudes de autonomia ou enfrentamento, caso surgisse alguma oportunidade. No caso que ora comentamos, os indícios mais diretos dessa teia de dependências foram não só os depoimentos dos dois empregados diante do delegado e do juiz, mas principalmente o cumprimento da ordem de Arnóbio para extrair à força uma confissão de Cícero Rodrigues.<sup>22</sup> O problema é que não só os trabalhadores que dormiam e viviam na padaria e sem qualificação eram enleados nessas teias.

Ampliando o nosso olhar para todo o universo dos empregados e vendedores de pães da padaria Automática, vê-se descortinar uma singular e complexa geografia de poder e dependência na cidade. Os dois empregados não especializados, a que acima nos referimos, diziam ter endereços fixos em ruas muito próximas ao local de trabalho, mas dormiam na padaria. Os vendedores de pães estavam em uma situação diversa. Dos dois que diziam ter negócio com a padaria, excetuando Cícero Rodrigues, um morava em uma casa pertencente ao seu credor, que ficava nos fundos da padaria, e o outro morava numa certa rua do Chafariz,

---

<sup>21</sup> Ação Criminal nº 26, 1932, Fernando Alves, maço de 18/06 a 19/10/1932, em que vítima trabalhava numa oficina de bicicletas à rua das Boninas, onde dormia e Sumário Crime nº 120, 1938, Josafá Alves do Nascimento e Outros, maço de 10/01 a 29/12/1938, em que o padeiro Josafá morava no próprio local de trabalho, à praça Epitácio Pessoa.

<sup>22</sup> Em alguns processos pesquisados advogados contestam depoimentos de testemunhas que não seriam idôneas por terem relação de dependência ou interesse com réus e vítimas abastados. Este aspecto é mais explícito em dois processos envolvendo um rico comerciante da cidade, ver Ação Criminal nº 54, 1934, Severino Cabral e Outros, maço de 07/06 a 25/10/1934 e Apelação Criminal nº 192, Antônio Jacó, maço de 05/01 a 06/11/1942.

provavelmente o chafariz que no início dos anos 1930 localizava-se em frente ao antigo cemitério das Boninas, proximidades das ruas Marquês do Herval e João Pessoa. Caso morasse aí, era um local muito próximo da padaria, o que facilitaria os contatos com os seus donos. Entre os dois funcionários que agrediram Cícero Rodrigues, Guabiru informou morar na rua Vidal de Negreiros, provavelmente na própria padaria e o outro, o gerente, dizia morar na 4 de Outubro, antiga Rói Couro e paralela a Vidal de Negreiros. De todas as pessoas que tinham alguma relação com a padaria Automática, apenas Cícero Rodrigues e o padeiro João Cândido moravam em lugares mais distantes. O primeiro, à rua da Garage Grande e o segundo à rua São José, áreas a norte e oeste, na época consideradas subúrbios ou bairros da cidade.

João Cândido era padeiro da Automática, casado e tinha 41 anos. seu depoimento fornece pequenos detalhes do episódio e das relações entre os proprietários da padaria e os seus empregados. Segundo João Cândido, Rafael, um dos proprietários da padaria, após o espancamento de Cícero Rodrigues, “forneceu café e almoço para que ele vítima não saísse à rua” e que “não sabe por que razão o velho Cícero não se queixou à polícia, atribuindo entretanto ter sido mesmo proibido disto em vista da refeição fornecida por Rafael” e significativamente, concluiu, “não denunciou [o caso] a polícia para não se incompatibilizar com os patrões”.

No início da década de 30, João Cândido se mostrou um padeiro menos belicoso do que José Domingos e mais cioso dos cobres que recebia dos seus patrões. Mas um e outro, separados no tempo por dez anos, se encontravam também em situações inteiramente diferentes. No caso de João Cândido, da altura dos seus 41 anos, não interessava indispor-se com os patrões, pois receava perder o emprego e o leite e pão da mulher e das crianças. Decidiu ser econômico nas suas atitudes. Seguiu o caminho de muitos trabalhadores que na época evitavam se indispor com os patrões para garantir a sobrevivência, mesmo porque a violência de que fora vítima Cícero Rodrigues mostrava que os canais de mediação nas relações de trabalho ali eram muito precários.

O caso de José Domingos em 1945, diferentemente, foi marcado por mediações diversas e sua negligência no trabalho era devida certamente à confiança que minimamente ele tinha nos canais de negociação, como o

sindicato, e na legislação trabalhista, que vinha sendo implantada desde o início dos anos 30. Ou seja, a querela entre ele e o dono da padaria Continental, suas chegadas tarde ao trabalho, pareciam fazer parte de uma estratégia para obter a demissão em condições mais vantajosas. O proprietário da Continental fez um movimento inverso, com a intenção de demitir Domingos por justa causa e livrar-se de parte do ônus trabalhista que tinha para com o mesmo. Ambigualmente, o Estado Novo, período de exceção política e com forte presença do Estado nas relações de trabalho, ampliava o universo de possibilidades em certos conflitos entre patrões e empregados, permitindo maior movimentação para o trabalhador.<sup>23</sup> Claro, uma movimentação que seguisse os preceitos e rituais da legislação que inibia, embora não impedisse, a politização desses conflitos.

Voltemos a João Cândido. Chama a atenção a sua compreensão dos motivos que haviam demovido Cícero Rodrigues de ir à polícia. Na sua explicação, ele associa a proibição do proprietário da padaria à “refeição fornecida por Rafael”. As muitas ameaças de Arnóbio ao velho Cícero já conhecemos, mas usar a refeição como forma de coibir ou proibir a denúncia é algo difícil de entender. Rafael dava comida e assistência ao alquebrado Cícero em troca do seu silêncio? A assistência do proprietário da padaria por si só inibia a vítima de ir à polícia?

Podemos adentrar mais ainda a complexidade daquelas relações e responder parcialmente a estas perguntas recuperando as atitudes de Cícero Rodrigues em dois momentos diferentes do processo: quando do seu depoimento na polícia, após ser resgatado do seqüestro, em 28 de novembro de 1934, e quando diante do juiz, no dia 16 de maio de 1935, cerca de cinco meses depois. No primeiro depoimento, ainda sob as fortes

---

<sup>23</sup> Durante grande parte da década de 1930 e nos primeiros anos de 1940, tornaram-se comuns a criação e reconhecimento de sindicatos profissionais sob os auspícios do Ministério do Trabalho e dos governadores/interventores. O jornal oficial *A União* divulgava constantes empreendimentos do interventor Ruy Carneiro (1940-1945) buscando o reconhecimento de sindicatos paraibanos. Este interventor foi considerado por historiadores paraibanos como um precursor do populismo no Estado. Ver também “Campina Grande sindicalista”, em *A União* n° 222, 03/10/1933, p. 08. Para Porto Alegre, ver Alexandre Fortes, op. cit., 2001.

marcas da comoção que havia tomado a cidade e sob os resquícios das dores que sentia nas mãos e no escroto, relatou, de forma dramática os suplícios por que passou ao ser agredido pelos dois empregados da padaria e em seguida pelos proprietários. Os suplícios aparecem aí como uma aviltante tortura e os irmãos Araújo são seus verdadeiros algozes. No depoimento na justiça, no dia 16 de maio, os irmãos Araújo são totalmente inocentados e a culpa recai apenas nos seus prepostos.<sup>24</sup> Algo fizera Cícero mudar seu depoimento em aspectos que comprometiam os irmãos Araújo. Ele cedeu a esse “algo” e facilitou a vida daqueles. Há muitas possibilidades e conjecturas a fazermos, não faremos nenhuma.

Pode-se fechar parte do cerco sobre as relações entre os irmãos Araújo e os que com eles trabalhavam naqueles tempos recuperando a participação do chofer que andou mundos e fundos conduzindo Cícero Rodrigues seqüestrado. Tinha a alcunha de Tuta e foi interrogado duas vezes no inquérito. No primeiro depoimento, no dia 03 de novembro de 1934, seguiu a lógica de algumas testemunhas, informando que apenas conduzira Cícero até a estrada de Lagoa Seca. No segundo depoimento perante o delegado, no dia 30 de novembro, com toda a farsa desfeita pelo resgate de Cícero, ele confessa

... que quando depôs aqui na polícia, a respeito do espancamento de Cícero Rodrigues, não confessou a verdade porque Arnóbio lhe pediu para negar o caso, na condição de afiançar um automóvel para ele declarante; que diante dessas declarações de Arnóbio e ainda mais por ter ele se prontificado a afiançar o carro, ele não passou para ninguém esses fatos.<sup>25</sup>

Nos dois depoimentos Tuta informou que morava no número 293 da Vidal de Negreiros e que fazia refeições na casa da mãe dos irmãos Araújo. Com uma olhada descobre-se que se trata do mesmo endereço de Rafael Fortunato Araújo, irmão de Arnóbio e também proprietário da padaria. Era

---

<sup>24</sup> Exatamente o mesmo movimento que o advogado dos irmãos Araújo fez, eximindo esses de qualquer culpa e centrando suas baterias em Guabiru e no gerente da padaria.

<sup>25</sup> Idem Sumário Crime n° 102.

uma ampla rede de relações de favor e dependência. Parecia ser um torniquete mais eficaz do que as modernas relações de trabalho, que por essa época começavam a surgir e ser anunciadas na cidade.<sup>26</sup>No entanto, naquele caso específico, a sua eficácia foi em parte comprometida pela fala e pelas atitudes de alguns pãezeiros, inclusive um que parecia depender ao extremo dos irmãos Araújo, Virgínio Veloso, inquilino e comprador a crédito da padaria Automática. Ele fez um movimento ousado: utilizou-se exatamente dessa dupla dependência e dos problemas que ela lhe criara para fugir aos enleios do que aparentava ser uma teia inconsútil. Parece ter sido bem sucedido.

Retomemos os comentários feitos páginas atrás sobre o momento em que ocorrera o seqüestro e a agressão contra Cícero Rodrigues e a forma como personagens diversos nele se envolveram. Afirmamos que dez anos depois ele teria desfecho diverso ou talvez nem sequer ocorresse. Momentos iniciais da implantação e fiscalização da legislação trabalhista, as relações entre trabalhadores e patrões, ou mesmo no caso do vendedor de pães com os panificadores sustentavam-se por outros mecanismos que não os institucionais, o que tinha implicações diversas.

A informalidade, ao menos em tese, ampliava as possibilidades de movimento dos patrões, muito mais desenvolvidos e com poder de barganha do que os trabalhadores, em sua maior parte dependentes ou com poucas alternativas de trabalho.<sup>27</sup> Mas se a ausência de uma legislação ou a não incorporação, por patrões e empregados, da que estava sendo implantada beneficiava os primeiros, ela não impedia de todo o movimento dos segundos. Virgínio Veloso aproveitou-se da informalidade para dar um duplo golpe nos irmãos Araújo. Não devia ter nenhum contrato de locação do imóvel em que

---

<sup>26</sup> Encontramos matérias com informações ou sobre as conquistas dos trabalhadores com a legislação trabalhista na Paraíba nos jornais *A Batalha* (1934-35), *O Rebate* (1932-1960) *Voz da Borborema* (1937-1940) e *A União* (1931-1945).

<sup>27</sup> No item "O mundo de donas de casa", p. 63-77, em dois casos percebe-se mais claramente como o problema do desemprego já era parte do universo dos trabalhadores na cidade. Ver ainda "O que vai pelo interior - Campina Grande" em *A Imprensa* n° 737, 23/08/1934, p. 03 e n° 744, 31/08/1934, p. 03, sobre uma greve operária que ocorreu na S. A Indústria Têxtil de Bodocongó ocasionada pela solidariedade dos companheiros a um operário que "achava-se prostrado no leito, vítima de uma cruel enfermidade", mas que fora despedido pelos donos da fábrica. Ao final da greve, não só o enfermo foi

morava e muito menos documentos que comprovassem suas dívidas com a padaria Automática. Aproveitou-se do momento de dificuldades em que viviam os irmãos Araújo e escafedeu-se, indo provavelmente vender pães da sua concorrente, a padaria Santa Therezinha. Seus depoimentos no processo e a ampla divulgação que fez do episódio pelas ruas da cidade com o claro intuito de criar um clima de animosidade contra os irmãos Araújo, pareciam ser parte da trama.

A questão, no entanto, não acaba com a vitória de Virgínio Veloso e as peças que pregou nos irmãos Araújo. A informalidade e as relações pessoais que marcavam o mundo do trabalho na Campina do começo dos anos 1930 momentaneamente beneficiaram Virgínio, mas, paradoxalmente, foi o principal lastro para a impunidade dos irmãos Araújo pela agressão e seqüestro de Cícero Rodrigues.

Esse episódio, que fala da vida de padeiros, vendedores de pães, proprietários de padarias, ganhadores etc., fala também sobre aspectos da política municipal, como uns e outros poderiam se cruzar nos primeiros anos da década de 1930 e ainda o significado que tinha a justiça para alguns endinheirados, como eram os irmãos Araújo. Por aquele tempo, os irmãos Araújo decidiram se desvencilhar da polícia e da justiça por dois caminhos, ambos complexos. O primeiro, o seqüestro de Cícero, conhecemos um pouco. O segundo, veremos agora.

Como dissemos atrás, o episódio envolvendo os irmãos Araújo teve uma grande repercussão na cidade, mobilizando desde o princípio um bacharel, que passou a fazer investigações sobre o paradeiro de Cícero Rodrigues. Tudo isso trouxe mais problemas para a vida do delegado de polícia, o tenente Severino Dias Novo. Ele sentiu-se pressionado e procurou mostrar serviço para a opinião pública escandalizada. Passou a fazer incursões diárias à padaria dos irmãos Araújo e à casa de sua mãe, no vizinho beco da Pororoca. Irritado com as infrutíferas investigações sobre o paradeiro de Cícero Rodrigues, indispôs-se com Arnóbio por convocar seus empregados para depor por volta das 23 horas. O delegado alegava que todos os funcionários deveriam ir juntos para depor na

---

despedido, como Amâncio Ferreira e os operários que trabalhavam na saboaria, que provavelmente haviam incitado e se solidarizado com o movimento.

delegacia, assim evitando as pressões que a presença do patrão impunha e que podiam comprometer os depoimentos. Arnóbio Araújo, como resposta às investidas do delegado, decidiu ampliar sua teia de ação e colocou o caso no centro da política local, envolvendo dois irmãos pertencentes a uma tradicional família de proprietários, bacharéis e políticos da cidade.

Assim relata o episódio o irritado delegado Dias Novo.

... Arnóbio Araújo, na manhã de 27, sábado, foi a casa do dr. Acáccio de Figueredo e disse a esse ilustre advogado que eu havia violado o estabelecimento comercial dele e em conseqüência, o dr. Acáccio mandou que o senhor Belino Figueredo, em companhia de Arnóbio, me procurasse para que suspendesse qualquer medida contra Arnóbio; quando Belino e Arnóbio chegaram a minha presença me achava conversando com Antônio Moreira e recebendo o recado do dr. Acáccio, respondi ao portador que o dr. Acáccio ignorava talvez o que havia, ao que ele Arnóbio me disse que não, pois ele Arnóbio dissera que eu havia violado o seu estabelecimento altas horas da noite...<sup>28</sup>

Acáccio de Figueredo, advogado, e Belino ou Bento Figueredo, futuro prefeito de Campina Grande, eram irmãos de Argemiro de Figueredo, que à época era Secretário do Interior e Justiça do Estado e, cerca de dois meses após o envolvimento dos seus irmãos no caso, seria eleito governador da Paraíba pela Assembléia Legislativa. Acáccio Figueredo era advogado e a atitude do delegado poderia realmente exigir os seus serviços, pois o homem da lei parecera exorbitar das suas funções. Apesar disto, quando buscara os seus auspícios e envolvera também o seu irmão Bento Figueredo, Arnóbio Araújo parecia fazer um movimento mais largo, buscando se proteger da sanha do delegado de polícia, do promotor e da opinião pública, alicerçando o caminho da impunidade.

---

<sup>28</sup> Idem Sumário Crime n° 102.



Em seus movimentos percebe-se a injeção das velhas e pessoais práticas políticas que haviam mobilizado pelo Brasil afora tenentes e classes médias urbanas no seu combate, desembocando no movimento de 1930. Tal qual era comum aos jogos e disputas políticas anteriores a 1930, a proteção aos correligionários, articulação de redes de clientelas e favores, injeções partidárias no aparelho jurídico e policial, etc., vê-se aspectos desses mecanismos repostos na atitude de Arnóbio Araújo. Claro, cada um dos termos que compunham o repertório do jogo político anterior a 1930 aparecia, agora, envolto em novas falas, rearticulado em torno de discursos competentes, técnicos, sob o signo e a aura do progresso e da modernização. Era a habilidade em usar um novo vocabulário no seio de práticas corriqueiras, anteriormente condenadas, que caracterizavam em grande parte os jogos do político no pós-1930.<sup>29</sup>

Ao mesmo tempo, é um episódio que fala sobre as tensões que marcaram os primeiros momentos pós-1930. Accácio Figueredo, junto com o pai, o coronel Salvino de Figueredo, eram antigos perrepietas, que haviam sido apeados de certas posições de poder após o movimento de 1930, tendo o primeiro sido inclusive exilado. Mas entre os algozes dos perrepietas paraibanos e campinenses em 1930, estava o jovem líder Argemiro de Figueredo, filho do velho coronel Salvino de Figueredo e irmão do primogênito Accácio. Logo após o arrefecimento dos ânimos, quando já se olvidara a morte do presidente e mártir João Pessoa, Argemiro de Figueredo, alçado ao governo do Estado, recompôs sob sua liderança as velhas oligarquias sertanejas alijadas momentaneamente de suas posições de poder, destoando da política dos interventores que o antecederam e deixando ao largo bandeiras defendidas nas pugnas políticas da segunda metade dos anos 1920.<sup>30</sup> Mas o abandono dos ideais da

---

<sup>29</sup> O governador e interventor que melhor lançou mão desses ardis foi Argemiro de Figueredo, reconhecido pela historiografia paraibana como mentor da rearticulação das oligarquias afastadas do poder logo após o movimento de 1930, ver GURJÃO, Eliete Queiroz Gurjão, 1994, MELLO, José Octávio A., 1994:185-190 e SYLVESTRE, Josué, 1993:16 e 315-320

<sup>30</sup> Ver nota anterior.

juventude e a recomposição das antigas oligarquias apareciam envoltos em um discurso do qual muitas das palavras de ordem haviam sido traficadas do discurso liberal-burguês (muito embora implementadas por um Estado centralizador e com tendências autoritárias), como educação laica, moderna e para todos; justiça independente e distante das injunções político-partidárias; agricultura mecanizada e organizada em técnicas e moldes modernos; cidades saneadas e populações higienizadas e laboriosas etc.<sup>31</sup>

Arnóbio Araújo, entre o final de 1934 e princípios de 1935, havia feito um movimento que denunciava um dos rumos que assumira o jogo político no pós-1930, ainda quando alguns poucos remanescentes das jornadas “revolucionárias” denunciavam os seus desvios ou sua pálida inflexão.<sup>32</sup>

Voltemos aos vendedores de pães. Eles tinham uma forma própria de aparecer na cidade e sua cartografia estava associada aos subúrbios e diversos distritos de Campina Grande. O balaio na cabeça, os sons ou palavras que utilizavam para atrair compradores, a venda sempre nos mesmos horários funcionavam como códigos que os faziam familiares aos olhos e ouvidos dos moradores dos lugares por onde andavam. Além de serem identificados por esses códigos, também deviam servir de marcadores do tempo para alguns clientes: - Seu Cícero do pão já passou, fulano?; - Luiz Batista até essa hora não passou; - Mãe, o homem do pão!! alardearia a molecada ávida de combustível para a barriga. Essas formas de aparecer na cidade e os caminhos que faziam para sobreviver eram bem diferentes dos trajetos de carregadores e ganhadores, grupos que tinham na força física o seu ganha-pão.

---

<sup>31</sup> É emblemático neste sentido, o discurso de posse de Argemiro Figueredo como governador do Estado, no dia 25 de janeiro de 1935, ver SYLVESTRE, Josué, 1994:173-186.

<sup>32</sup> Na Paraíba esses discursos foram articulados por jornais que surgiram na esteira do movimento de 30, como o *Brasil Novo* em Campina Grande; ver também GURJÃO, Eliete de Queiroz, 1994:171-192.

## O Mundo dos Carregadores

Os vendedores de pães eram andarilhos que, para ganhar a vida, tinham que percorrer subúrbios, zona rural e ruas adjacentes ao centro da cidade. Os carregadores, diferentemente, eram homens que faziam a vida principalmente nas áreas centrais. Nestas deixaram algumas marcas.

Na sexta-feira, 08 de março de 1940, o carregador José Alfredo Henriques, vulgo José Pretinho (ou José Negrinho), protagonizou um episódio que nos abriu as portas do mundo dos ganhadores e carapuceiros da cidade.<sup>33</sup> O calunga de caminhão Raimundo Belo da Silva havia viajado de Cajazeiras, alto sertão da Paraíba, para Campina Grande no caminhão de um certo senhor Delfino. Este comprara o caminhão e não conseguira saldar a dívida, o que lhe custou a devolução à agência, deixando Raimundo ao Deus dará em Campina: “diante desse acontecimento, ele desde aquele dia ficara nesta cidade todo descontrolado, passando com ninharias ganhas e dadas por colegas”. Em precárias condições e “dado as suas andarelas por esta cidade sem pilheriar nem ofender a pessoa alguma, sem praticar anarquias nem sinagogas, vêm há uns sete ou oito dias dois ganhadores de nome Xico de Tal e José Pretinho, junto com outro de nome Valdemar, o insultando, ameaçando com trinchete e querendo espancá-lo”. Como não era do lugar e não gostava de brigas, procurou “se desviar deles”, evitando assim um confronto com os ditos carregadores.

Na sexta-feira, por volta das quinze horas, estava sentado numa mesa tomando café no hotel Estrela de José de Cecília, na rua João Pessoa, quando chegaram os ditos carregadores, que o maltrataram e pilheriaram. Pediu para que não fizessem aquilo e retirou-se para à frente do hotel Paraibano, ali vizinho. Cerca de 20 minutos depois, voltara ao hotel de José de Cecília, encontrando José Pretinho e Valdemar, que continuaram a anarquizá-lo. Dessa vez revidou as pilhérias e, aproximando-se, dissera, “José Negrinho, acabe com essa mania de me pilheriar, não mexa com

---

<sup>33</sup> Sumário Crime nº 149, 1940, José Alfredo Henriques, maço de 10/01 a 06/11/1940. Os ganhadores eram também chamados de carapuceiros, carregadores, estivadores e chapeados.

minha vida”, o que foi o suficiente para ser agredido com “um forte murro na região do tórax, estendendo ele sem sentidos na calçada do hotel de José de Cecília”.

José de Cecília, o dono do restaurante, informou “que José Negrinho com os seus colegas, ficaram na porta do restaurante com sorrisos e gestos anarquistas, seguidos pelos demais companheiros começara a menoscabar com esses gestos a pessoa de Raimundo” e que “José Negrinho é um elemento arruaceiro, anarquista e perturbador da ordem pública, especialmente quando junto com outros da classe de ganhadores”.

O assistente do foragido José Negrinho, advogado Hortênsio Ribeiro, interveio na querela, ampliando a nossa percepção sobre o mundo dos carregadores, embora com passagens carregadas de preconceito. Segundo ele,

(...) É costume entre calungas, carapuceiros e gentes da ralé viverem de assuadas e remoques uns com os outros, acontecendo vez por outra das suas vozearias rebentar uma cena de pugilato, em que ordinariamente os contedores apenas exercitam os músculos de homens afeitos ao trabalho pesado.

Raimundo Belo da Silva, natural de Cajazeiras, estranho por conseguinte ao meio, abespinhou-se com os motejos e dichotes dos proletários que se amesendam no “Café do Zé Cecílio”, de cujo grupo, no dia referido na denúncia, se destacou o nosso assistido, José Alfredo Henriques.

(...)

Houve, é verdade, “mangação” dos carregadores, inclusive carapuceiros e trabalhadores de caminhão...<sup>34</sup> (grifo no original)

Mesmo que pelas sinuosas trilhas da palavra escrita de Hortênsio Ribeiro, tem-se aí uma entrada naquele singular mundo dos ganhadores. Ribeiro apenas sintetizou as informações fornecidas pelas testemunhas, à

---

<sup>34</sup> Idem Sumário Crime nº 149.

quais associou suas próprias observações dos costumes de trabalhadores locais e sua pena, também acostumada nas lides forenses e no vernáculo.<sup>35</sup> José de Cecília, uma das testemunhas, fizera alusão às brincadeiras, risos e anarquias de José Negrinho e seus companheiros, que compunham a “classe dos ganhadores”. Aproximando a palavra classe, que tinha o sentido de categoria ou profissão (de uso corriqueiro), com o trecho de Hortênsio Ribeiro, tem-se mais pistas para a compreensão da vida dos ganhadores.

Aqueles trabalhadores realizavam atividades, tinham práticas e hábitos que os identificavam diante das outras pessoas e grupos. Eram trabalhadores do “pesado”, estivadores que carregavam e descarregavam caminhões e mais caminhões de mercadorias na rua João Pessoa e demais ruas comerciais da cidade. Todos que por ali passavam viam aqueles homens, mestiços na sua maioria, de físico atarracado e músculos salientes, andando quase correndo, levando pesados fardos de algodão, sacos e mercadorias diversas de caminhões para armazéns, lojas e casas comerciais, ou fazendo o inverso, carregando caminhões com mercadorias que se destinavam ao sertão, cidades circunvizinhas e de outros estados, polarizadas pelo comércio de Campina Grande. Também era comum vê-los em grupos conversando e gargalhando pelas calçadas da rua João Pessoa em frente às casas comerciais, ou ainda tomando café nos hotéis e restaurantes populares das imediações.

Uma doméstica, moradora à rua Barão do Abiaí, confirma o quanto aqueles homens eram facilmente identificáveis.

... ontem por volta das vinte e meia horas estava na porta de sua casa; que aquelas horas notou estarem três pessoas juntas a uma barraca que fica em frente a casa de Antônio David; que das pessoas pode ela reconhecer duas, sendo uma Sebastião Siqueira (...), a outra era um chapeado que foi empregado de José Oliveira, não sabendo porém dizer o seu nome, não conhecendo porém a terceira pessoa, mas se tratava também de um chapeado.<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> Além de advogado pertencente a tradicional família local, Hortênsio Ribeiro escrevia crônicas e artigos na imprensa local e estadual. Deixou publicado um livro de crônicas e foi um dos mais atuantes militantes das letras locais.

<sup>36</sup> Sumário Crime nº 131, 1939, Sebastião Siqueira, maço de 09/01 a 31/10/1939.

Os chapeados eram pessoas conhecidas por estarem sempre nas ruas centrais de uma cidade movida a comércio. Mas além do porte físico, outros aspectos da vida daqueles homens chamavam a atenção. Hortênsio Ribeiro destacava as “assuadas e remoques” como práticas comuns no mundo dos carregadores e populares em geral<sup>37</sup> e os conflitos que daí podiam rebentar.

Para além do odor fortemente preconceituoso das palavras do advogado, que busca associar pobreza e violência,<sup>38</sup> encontramos nelas traços de quem conhecia um pouco aquele mundo. Em 1935, cerca de cinco anos antes do episódio protagonizado por José Negrinho, ocorreu outro que juntou duas das características acima mencionadas acerca dos carregadores: as brincadeiras e assuadas e o conseqüente exercício dos músculos de homens afeitos ao trabalho pesado. O que começara como brincadeira desembocara numa luta e findara no xilindró.<sup>39</sup>

O palco inicial fora mais uma vez a rua João Pessoa, ou a parte que desembocava na praça do mesmo nome. O carregador Genésio Martiniano dos Santos, 21 anos, informa “que estando um velho bêbado na praça e parece que com a calça urinada, ele declarante disse: “este velhinho parece que está mijado”; o ganhador Sérgio tomou para ele essas palavras e pegando-lhe no braço, arrochou-lhe a garganta, esbofeteando-lhe em seguida”. O acusado Sérgio Sousa, carregador de 21 anos, conta uma versão um pouco diferente.

---

<sup>37</sup> Por estas atitudes e práticas serem observadas ostensivamente em Fortaleza desde o século XIX, foi que se cunhou a expressão “Ceará moleque”, segundo Sebastião Rogério Ponte, 1999:175-176.

<sup>38</sup> CHALHOUB, 1986:204-224, faz uma interessante discussão em que problematiza trabalhos que estudam ou hipei trofiam a violência no meio popular, mas não buscam recuperar os seus antecedentes ou a dimensão histórica e os sentidos que essas atitudes têm para os membros do grupo ou comunidade em que ocorrem. O autor se inspira em obras de E.P. Thompson sobre as ações coletivas da multidão na Inglaterra do século XVIII, especialmente “Economia moral de la multitud” em *Tradicón, revuelta y consciencia de clase*, 1979:62-134.

<sup>39</sup> Ação Criminal nº 77, 1935, Sérgio de Sousa, maço de 21/01 a 30/11/1935.

... estando na rua Presidente João Pessoa, junto com outros ganhadores, Genésio soltou uma brincadeira com ele; que ele disse a Genésio não gostar de brincadeiras e nessa ocasião o ganhador Júlio lhe deu uma bofetada na nuca, puxando a camisa e rasgando um pouco...; que ele ficou perturbado na ocasião em que Júlio lhe deu um bofete e mais ainda porque os outros ganhadores costuma (sic) provocar a desarmonia de uns e de outros, com pilhérias, gritos, etc., isto é, assim procede uma parte dos ganhadores...<sup>40</sup>

Encontra-se aí o movimento da trama, ou de parte dela, como verá o leitor. Genésio, para mostrar a injustiça da atitude de Sérgio, colocou um velhinho mijado na história e, com isso, terminou confessando que a origem de tudo estava na mofa que tentou fazer. O velhinho deve ter existido e passado no local, o carregador não se conteve e pilheriou junto com colegas de profissão, mas deve ter estendido tal brincadeira para Sérgio, que se ofendeu. Bem dotado de físico que era, Sérgio decidiu acabar com a brincadeira no braço e agarrou Genésio, tendo então o ganhador José Braz de Lima, 17 anos, tomado o partido de Genésio e também sido esbofetado.

No seu depoimento, Sérgio denunciou o hábito que imperava entre os ganhadores, que costumavam “provocar a desarmonia de uns e de outros, com pilhérias, gritos...”. As brincadeiras entre ganhadores, como vimos nos dois exemplos acima, vez por outra terminavam em conflitos e brigas, mas daí pode-se recolher indícios de que o mundo dos ganhadores era movido também por práticas de solidariedade e tinha lógicas próprias.

Reencontramos José Alfredo Henrique, vulgo José Negrinho, em março de 1942, cerca de dois anos após nocautear o calunga de caminhão Raimundo Belo.<sup>41</sup> Estava Negrinho por volta das dezesseis horas na rua João Pessoa quando “um carapuceiro cujo nome ignora, pediu-lhe para carregar um caminhão de sua freguesia, tendo o ofendido respondido que não”, o que gerou uma discussão entre ambos. A acreditar no depoimento

---

<sup>40</sup> Ver Ação Criminal n° 77, 1935, Sérgio de Sousa, maço de 21/01 a 30/11/1935.

<sup>41</sup> Ação Criminal n° 202, 1942, Severino Domingos, maço de 04/07 a 28/11/1942.

de José Negrinho, perfeitamente verossímil, tudo havia começado com a negativa sua ao convite de Severino Domingos para ajudá-lo a carregar um caminhão “da sua freguesia”. Isto nos coloca diante de outra faceta daquele mundo: a existência de relações entre grupos e clientelas de carregadores e os choferes de caminhão que por ali circulavam, bem como entre carregadores e comerciantes locais. Certos choferes, proprietários de caminhão ou comerciantes, quando tinham carga para descarregar ou um trabalho qualquer, procuravam uma turma de carapuceiros, quase sempre liderada por um deles. É difícil adentrar os meandros dessas relações sem mais informações, mas esses grupos ou turmas deveriam ser procurados porque faziam o trabalho a um bom preço, ou pela fidelidade, amizade e freguesia com os seus contratantes ou também, pelo ritmo e eficiência no trabalho contratado. O que era mais um largo caminho para práticas de solidariedade, mas também para disputas e tensões entre aqueles “miseráveis.”<sup>42</sup>

Não temos mais evidências para aprofundar os meandros destas relações, mas pequenos indícios podem ajudar em conjecturas. Podemos voltar ao pacato calunga de caminhão Raimundo Belo da Silva. Aquele episódio ainda fala mais sobre as práticas de solidariedade e as tensões no mundo dos carregadores. Raimundo era um forasteiro que estava em Campina Grande por circunstâncias alheias à sua vontade e aí ficara em situação bastante precária após ser abandonado pelo seu patrão. Como não conhecia a cidade e alguns dos seus códigos, dizia que desde o dia em que fora abandonado “ficara todo descontrolado, passando com ninharias ganhas e dadas por colegas”. Os movimentos que fizera para ganhar a ninharia a que se refere parecem estar no princípio da sua indisposição com José Negrinho e sua turma. Para sobreviver, Raimundo

---

<sup>42</sup> Em quase todos os processos envolvendo carregadores, quando estes são condenados ou vêem sua condenação transformada em multa, terminam dispensados destas por serem considerados “miseráveis”. Entre os carapuceiros encontra-se um dos maiores índices de analfabetismo na cidade. Dos 34 que a pesquisa compulsou, 23, ou cerca de 68%, são analfabetos e apenas 5, ou 15%, são alfabetizados. Temos ainda 3 que assinam o nome e três em que não há informação sobre o grau de instrução.



devia aceitar serviços por qualquer preço e isto parecia interferir nas relações entre certos carregadores e sua clientela, quebrando os acordos e barganhas entre os carapuiceiros do lugar, o que, com o tempo, transformou-o num concorrente e numa ameaça para as articulações de José Negrinho e seus camaradas. Os constantes remoques, provocações e brincadeiras desmoralizantes eram sinais para que o mesmo deixasse a cidade. Como Raimundo parece ter relutado em voltar para sua terra, ou nem mesmo tivesse condições de fazê-lo, terminou recebendo como ultimato um “box no estômago”. Os carregadores perderam a paciência com suas metáforas e alegorias incompreendidas, ou desafiadas, e resolveram abandonar o campo do simbólico e das mensagens cifradas pela ação direta e contundente.

Outro episódio ocorrido em um contexto diverso ajuda-nos a ir adiante no esquadrinhamento da vida dos carregadores. Dois estivadores que trabalhavam na firma de refinação de açúcar J. Minervino, localizada à rua João Pessoa, seguindo um hábito ali existente, trocaram de tarefas pela manhã. À tarde, Miguel Araújo, que havia gostado da “moleza” que era o serviço que assumira, não quis mais voltar ao pesado serviço de tombador, o que desembocou numa discussão seguida de agressão.<sup>43</sup>

A querela por causa da permuta de serviços pode ajudar também na compreensão de outros aspectos da vida dos carregadores. Talvez encontremos aí uma explicação para as suas constantes assuadas e remoques nos momentos em que perambulavam pelas ruas e calçadas sem nada fazer. Na troca de serviços, tem-se um alívio concreto e imediato do esforço físico; nas assuadas, uma forma de amenizar os sofrimentos da condição de párias em que viviam e da marginalização a que eram submetidos; mais do que “costumes de gentes da ralé”, era uma forma de mostrar-se em público, denunciar sua existência para além da imagem de homens sem espírito e sem projetos, de homens que viviam simplesmente para o trabalho pesado, segundo pregavam os letrados.

Não encontramos nenhum processo em que esse aspecto estivesse melhor explicitado, mas em quase todos os processos envolvendo

---

<sup>43</sup> Ação Criminal nº 106, 1936, Miguel Araújo, maço 09/03 a 19/12/1936.

carregadores no momento de trabalho, eles estavam em grupos de três, quatro ou cinco.

Vendedores de pães e carregadores tinham algo em comum: para sobreviver, uns e outros se utilizavam principalmente da força física. Mas enquanto os vendedores de pães eram andarilhos, que costumavam fazer trajetos diários que os levavam principalmente aos subúrbios e áreas rurais da cidade, os carregadores tinham as ruas centrais e comerciais como área de atuação cotidiana. Rua Grande ou Maciel Pinheiro, Armazéns ou Marquês do Herval, praça do Algodão ou João Pessoa, rua Irineu Joffily, estação da Great Western, Monsenhor Sales ou Independência, Venâncio Neiva, Cardoso Vieira e, especialmente, rua das Areias ou João Pessoa. Era nesta última, no entanto, que encontrávamos os grupos de carregadores em sua faina diária ou em suas assuadas, passando o tempo nos cafés ou esperando clientes. Era a rua do comércio de atacado, onde o movimento de carga e descarga era mais intenso.

Por ser um tipo de referência simbólica para as elites locais (era um dos cartões postais da pujança comercial e do progresso da cidade), a rua João Pessoa tinha os olhos de muitos para ela voltados. As elites comerciais e letradas queriam que os que por ali caminhavam encontrassem principalmente o movimento de caminhões e automóveis no seu vai e vem diário, atestando o progresso local.<sup>44</sup> Mas vez por outra os carregadores e os próprios membros da elite tomavam a cena aos automóveis e caminhões, engalfinhando-se na João Pessoa, atraindo multidões e desviando a atenção de compradores e vendedores. As vozearias, lutas corporais e tentativas de agressão eram comuns entre ricos e pobres, mas aquele pugilato e algazarra maculavam a imagem do centro comercial da cidade.<sup>45</sup> Letrados, juízes, advogados e promotores vão vociferar por meios diversos contra tais deslantes e encontramos referências várias ao

---

<sup>44</sup> Como forma de medir o progresso na referida artéria, Relatório da Prefeitura enviado à Câmara dos vereadores em 1937:VI (2ª parte), contabilizou o movimento de carros na rua durante 70 horas, tendo no período passado 8.612, o que significava 29 carros por hora (Relatório foi datilografado e não tem data).

<sup>45</sup> Dos processos 289 crimes pesquisados, 13 ocorreram na rua João Pessoa e envolviam de carregadores, engraxates e gazeteiros a comerciantes, empresários, estudantes e advogados.

que eles consideravam ser um atentado aos foros de civilização que pela cidade esparramavam-se.

Rezava a boa tradição dos homens do comércio, da lei e das letras que aquelas ruas eram o local das casas comerciais, do trabalho ou da moradia. Inclusive, a maioria delas passou por um processo de saneamento e embelezamento, para afastar do seu meio práticas não civilizadas e retrógradas. Os carregadores tinham que fazer a sua parte neste processo, que era algo simples aos olhos dos propugnadores da civilização: carregar e descarregar, quais animais brutos, as mercadorias que ali chegavam e saíam diariamente em vistosos caminhões; depois disto, voltar para suas casas nos subúrbios e, no dia seguinte, pela madrugada, retornar à labuta. Mas se esta era a compreensão dos sábios, os carregadores, engraxates, gazeteiros, jornaleiros e comerciantes, que davam todo um charme ao movimento da João Pessoa, tinham compreensões outras e terminavam protagonizando as brincadeiras e lutas que por ali ocorriam.

O carregador Sérgio e alguns camaradas, como vimos atrás, terminaram protagonizando um verdadeiro espetáculo pelas ruas centrais da cidade, no ano de 1935. Começaram a brincar e logo em seguida a brigar entre o final da rua João Pessoa e o início da praça do mesmo nome. Com a intervenção de policiais, a confusão foi se espalhando pelos becos próximos, tomou a Marquês do Herval, passou pelo Largo do Rosário e seguiu até à rua Irineu Joffily, residência do juiz local, em demanda de quem foram para resolver a querela.<sup>46</sup> Foi um curto trajeto que arrebanhou a atenção de muitos. Por onde passava a multidão acompanhava e, para esta, a querela tinha um ingrediente que lhe dava um sabor todo especial: o carregador enfrentava os policiais no braço e não se deixava dominar. Não conseguindo detê-lo, um dos policiais foi em busca de reforços na delegacia. A atitude de impotência dos homens da ordem rendeu, ao mesmo tempo, gargalhadas e decepção no público,

---

<sup>46</sup> Temos alguns processos em que a vítima ou alguma testemunha, após sofrer agressão ou ameaça, sai em demanda da casa do juiz de direito da cidade; o mais emblemático é a Ação Criminal nº 285, 1941, Geraldo Cavalcanti de Castro, maço de 15/04 a 20/07/1946.

que viu naquele valentão seus brios vingados pelos desmandos e pela arrogância dos policiais, mas percebeu também a fragilidade dos responsáveis por sua segurança e pela manutenção da lei e da ordem. Depois de mobilizar e chamar a atenção de muitos que por ali passavam, de muito vai-não-vai e da chegada dos novos reforços da polícia, Sérgio acabou dominado e preso. Mas aí o estrago já estava feito, restando tão somente aos homens da justiça vociferar mais uma vez, tentar punir exemplarmente o tranca-ruas e exigir mais atenção dos policiais que ali faziam patrulha, para que atitudes como aquela não mais se repetissem, principalmente em artéria tão comercial.

Após um dia de longa e dura faina, ou de brincadeiras e brigas espetaculares, os carregadores retornavam para suas casas. Para alguns, as mercearias e cabarés eram parte do trajeto de volta.<sup>47</sup> Apesar de concentrarem suas atividades na rua João Pessoa e ruas centrais, moravam em lugares diversos. Com exceção de alguns poucos que diziam morar nas ruas Antenor Navarro, Frei Caneca, Monte Santo e nas imediações da zona do meretrício, a maioria, para chegar ao local onde teria maior possibilidade de encontrar trabalho diário, tinha que fazer uma boa caminhada a pé. Alguns saíam do bairro de São José, outros da Bela Vista; parte significativa vinha do José Pinheiro e outra de ruas que posteriormente deram origem ao atual bairro do Catolé, situado ao sul. Poucos deles diziam morar nas franjas do centro (encontramos um com endereço na rua Frei Caneca). No entanto, ao informar onde residiam, deparamo-nos com um significativo número de ruas de difícil localização: Passatempo, Firmino Leite, Cravos ou Henrique Dias, Canários, Tamandaré e Martins Júnior.

---

<sup>47</sup> Ação Criminal nº 56, 1934, José Benedito e Manoel Batista de Lima, maço de 06/01 a 26/03/1934.

<sup>48</sup> No universo de 34 carregadores a que acima nos referimos, 18 eram solteiros, 12 casados, 01 casado religiosamente, 01 amasiado e 01 não informou; a maioria tinha entre 17 e 30 anos (23), sendo que 05 tinham entre 31 e 40 e 04 acima de 40 anos. Dois não informaram idade. Se cruzarmos o grau de instrução dos mais jovens, ou seja, que tinham entre 17 e 30 anos (23) teremos o seguinte quadro: 15 eram analfabetos; 04 sabiam ler; 03 assinavam o nome; e 01 não informou. Nove

Diferentemente do local onde trabalhavam e das algazaras e brincadeiras que costumavam protagonizar, eram mais discretos no morar, ou seus poucos ganhos a isso os obrigavam. Na sua grande maioria, eram jovens, solteiros e analfabetos, que deviam cair naquela vida por não terem outras alternativas.<sup>48</sup> Como se vê no exemplo dos carregadores, não se pode dizer, em coro com alguns letrados locais, que o “destino” os jogara nos braços da pobreza e da miséria.<sup>49</sup> Seguiam seus pais, mantendo certas tradições entre carregadores, e perpetuavam a miséria adquirida; ou eram jogados naquele trabalho pelas condições miseráveis em que viviam (Birunga, o negro que participara do “Clube dos Cambimbas” (sic), fora carroceiro até 1918, quando as carroças foram proibidas pela prefeitura e substituídas pelos caminhões, o que tirou o seu ganha-pão, jogando-o nas lides de carapuço);<sup>50</sup> ou ainda os seus ganhos não lhes permitiam outra vida. Tudo produto genuíno do mundo aqui na terra (ver mapa 2).



**Mapa 02 – Carregadores e ruas centrais**

- 1 – Marquês do Herval
- 2 – Maciel Pinheiro
- 3 – João Pessoa e 7 de Setembro

carregadores, ou cerca de 26%, diziam ter nascido em Campina Grande. Ver Banco de Dados “Processos Criminais”, item ‘Carregadores’.

<sup>49</sup> É esta a leitura de Cristino Pimentel na crônica “O último dos Cambimbas”, sobre Birunga, um chapeado negro que morrera aos oitenta anos na pobreza, em *Mais um mergulho no passado*.

<sup>50</sup> Idem. Epaminondas Câmara situa a mudança em 1923 e não em 1918.

Foi dito atrás que os carregadores, em grupos, negociavam serviços com comerciantes e choferes de caminhão. Suas atividades, em muitos momentos, levavam-nos a trabalharem juntos, muito embora os primeiros não passassem de um apêndice necessário às atividades dos segundos. É o que veremos adiante.

## O Mundo dos Choferes

Entre o final da década de 1910 e durante a década de 1920, os moradores de Campina Grande experimentavam algumas mudanças nas suas formas de deslocamento, em alguns dos seus costumes e no uso dos lugares e territórios da cidade, tal como se viu no capítulo anterior. O advento do automóvel e do caminhão, por exemplo, parecia incutir novos hábitos na vida dos seus moradores, que agora tinham outras opções de deslocamento além do trem, bicicletas, animais e os próprios pés. Ele também traria para as ruas um novo personagem: o chofer. Além de trazer para a cena pública o chofer e um conjunto de novas práticas que davam asas ao imaginário popular,<sup>51</sup> o automóvel estimularia outros tantos hábitos, protagonizando vários conflitos.

Abaixo vemos trechos da defesa de um soldado feita pelo advogado Otávio Amorim. Era a defesa do ansepeçada Ignácio Ferreira da Silva, que, valendo-se de uma ordem verbal do delegado local, tentara impedir um chofer de encher o carro de homens e putas e sair pelas ruas da cidade rumo ao açude de Bodocongó. Viviam-se os primeiros dias de dezembro de 1927.

(...)

Um dia, porém, precisamente o a que a denúncia alude, se encontrava o soldado Ignácio Ferreira no serviço de policiamento urbano. Fazia o miliciano o giro próprio de sua

---

<sup>51</sup>Ver “O automóvel misterioso”, de João Martins de Athayde, (s/referências), cordel que mostra o impacto do advento do automóvel no imaginário popular. O mesmo ocorrera também com o trem. Para este último caso ver ARANHA, Gervácio Batista, “Campina no Começo do Século XX: Trem e Mudança Cultural” in **Especial do Jornal da Paraíba**, 11/10/1997, p. 06-07.

obrigação funcional, indo ali, passando além, chegando acolá: no exato cumprimento de seus deveres e na obediência integral das ordens recebidas de seu superior hierárquico. Seriam, mais ou menos, 19 horas. E Ignácio, ao transitar pela frente de certo botequim ou café, presenciou invulgar movimento. No local, ponto de reunião suspeitíssimo, deparou-se-lhe, a ele Ignácio, um chauffeur com o respectivo auto a receber homens e meretrizes. O chauffeur era o inditoso Domingos Cajá. Fosse, porém, quem fosse, logo o soldado lhe observou que estava conduzindo aquelas mulheres e aqueles homens, a contrariar determinações da polícia, suas ordens legais ou suas determinações fartamente conhecidas. E intimou Cajá para comparecer à delegacia...<sup>52</sup>

O episódio, que culminou na morte do chofer Domingos Cajá, foi de grande repercussão para os moradores da cidade. Mobilizou muitos, inclusive a própria associação de classe dos choferes e motoristas, para onde foi levado e onde foi velado o corpo do inditoso Domingos Cajá. Também mexeu com os brios e acionou o tradicional *esprit de corps* dos policiais.<sup>53</sup>

No centro da querela parecia estar a determinação do delegado de polícia proibindo que homens e meretrizes circulassem juntos pelas ruas da cidade em automóveis. Segundo argumentaram delegado e

---

<sup>52</sup> Ação Criminal nº 10, 1928, Ignácio Ferreira da Silva, maço de 24/11 a 22/12/1931.

<sup>53</sup> Durante o processo aparecem outras referências a associação dos choferes e motoristas. Segundo discurso do advogado de defesa, a associação teve uma forte atuação no sentido de ver punido o assassino do seu colega de classe, divulgando boatos e tentando amealhar o apoio da opinião pública e, por tabela, pressionando o promotor e o juiz para que réu fosse pronunciado. Por outro lado, a própria polícia tinha seus mecanismos de defesa, inclusive advogados para defender policiais envolvidos em crimes, especialmente naqueles ocorridos quando em serviço. No caso específico deste processo, o Relatório do delegado de polícia tenente José Maurício da Costa é um verdadeiro libelo em defesa do réu. Em “Nota do dia” de *A Imprensa* nº 699, 04/07/1934, p. 01, Hortênsio Ribeiro comenta as manifestações “com músicas e passeatas” realizadas pelos choferes campinenses ao se constituírem enquanto sindicato.

advogado, era uma medida em defesa da moral e dos bons costumes que periclitavam, assediados por suspeitos adventícios que por aqueles tempos tomavam a cidade.<sup>54</sup> Percebe-se, no entanto, que, com a intervenção do soldado, outros valores foram acionados. Domingos Cajá, em um automóvel com conhecidos e prostitutas, inclusive com o compromisso de passar a noite com uma delas, deve ter se sentido profundamente contrariado com a intromissão do soldado. Este não punha em risco apenas o programa no açude de Bodocongó e a noitada com a jovem prostituta, mas quebrava também com o que lhe era mais caro naquele momento: poder guiar pelas ruas centrais da cidade um vistoso automóvel cheio de mulheres, tal qual faziam os rapazes e senhores de elite, o que devia ter lá os seus encantos.

Esse roteiro, que era parte do trajeto do curso no carnaval, das procissões e do footing dos filhos e filhas das elites; que poucos faziam de carro e muitos sonharam em fazê-lo, foi posto em cheque pela intervenção do ansepeçada Ignácio Ferreira.

Durante a discussão que se acirrava, Cajá lançou mão de dois argumentos portentosos: afirmou que o automóvel lhe pertencia e nele punha quem quisesse, e que não iria à delegacia, e sim à presença do prefeito da cidade, Ernani Lauritzen. Aqui se percebe uma tentativa de ampliar suas prerrogativas e colocar na discussão a autoridade do prefeito, que parecia poder mais do que ele, Cajá, o soldado e o delegado com as suas proibições. Conscientemente ou não, punha no centro da querela o poder de uma autoridade que naqueles tempos interferia abertamente na atuação e indicação dos delegados de polícia. Mas o soldado não se intimidou com tal ardil, mantendo a sua determinação de ir dali à delegacia; o desfecho do episódio o leitor já conhece.

A determinação do delegado, a disposição do soldado e a reação do chofer falam de valores comuns num mundo com fortes traços rurais e de certas mudanças e conflitos que chegavam com o advento do automóvel e outros artefatos modernos. Os choferes de Campina Grande, por aqueles tempos, pareciam já devidamente incorporados à paisagem e a certos

---

<sup>54</sup> Este foi um dos principais argumentos do advogado do réu.



lugares da cidade, ao mesmo tempo que vinham interferindo em alguns hábitos dos seus moradores e na organização dos seus espaços comuns. Costumavam, no final dos anos 1920 e início dos 30, estacionar os carros em filas e na diagonal em alguns locais devidamente escolhidos para tal fim, inclusive sob os auspícios e controle dos inspetores de veículos e trânsito. Esses estacionamentos davam uma certa graciosidade às praças de automóveis e estimulavam os olhares de curiosos, mas eram sinais claros de que os espaços comuns das ruas centrais estavam sendo redefinidos e, paulatinamente, os automóveis iam ganhando terreno aos moradores.<sup>55</sup> No início, se localizavam na praça Epiácio Pessoa, em frente ao Bar 31 e ao palacete Lauritzen; posteriormente, passaram para a rua Marquês do Herval e, na década de 1940, vão ser encontrados à praça da Bandeira, que nesta época não devia ser o único ponto de estacionamento de carros de aluguel.

Essa intinerância das praças de automóveis por um raio de trezentos metros parecia acompanhar uma certa redefinição da teia de poder na cidade, ao menos durante o período que vai da década de 1920 à de 1940. Do início do século aos anos 1920, o centro político e econômico da cidade gravitava em torno do palacete de Cristiano Lauritzen, na praça Epiácio Pessoa, o que paulatinamente foi se modificando nos anos 1930, quando vê-se o seu deslocamento em direção às ruas João Pessoa e Marquês do Herval, que concentravam o comércio no atacado e, especialmente, o comércio do algodão. Por fim, com a derrocada dos casarões coloniais da Maciel Pinheiro, na primeira metade dos anos 1940, encontramos as elites com suas moradias e clubes em outras ruas e com os seus rituais nos cafés, confeitarias, cinemas e bares localizados em torno da praça da Bandeira, onde ficavam até certas horas da noite, quando então alguns rapazes e senhores se dirigiam ao Cassino Eldorado. Os choferes e os autos que conduziam pareciam seguir as trilhas do poder, inclusive até os cabarés.<sup>56</sup>

---

<sup>55</sup> Cristino Pimentel em sua coluna “Cousas da cidade” (s/data) denuncia a costumeira prática dos choferes e proprietários de automóveis estacionarem seus carros em ruas centrais dificultando a passagem dos pedestres.

<sup>56</sup> Além dos processos discutidos abaixo, temos: Ação Criminal nº 85, 1935, Félix Rodrigues e João Paulino Rodrigues, maço de 04/02 a 09/09/1935, Ação Criminal nº

Em 1930, três anos depois do episódio envolvendo Domingos Cajá, deparamo-nos com um caso em que os profissionais do volante marcaram presença, mesmo que aparentemente discreta. Um conhecido comerciante da cidade, embalado pelos efeitos do álcool consumido em um bar do Beco do 31 (praça Epitácio Pessoa), havia sido interpelado por dois policiais, o que o deixou indignado. Foi até o seu estabelecimento comercial, lançou mão de uma pistola e passou a destratar em alto e bom som a corporação; “nisso uns choferes de uns carros que estacionavam defronte, riram-se e o denunciado apontando para o lado onde estavam dois guardas noturnos encarregados de sinais para trânsito de autos, disparou a arma”, ou, segundo outra testemunha, “ouviu os choferes ali estacionados vaiando o denunciado, a quem chamavam de bêbado e diziam não ter coragem de atirar.”<sup>57</sup>

Palestrando na praça de automóveis, em frente ao Bar 31 e ao palacete Lauritzen, à espera da clientela que minguaava, os choferes souberam aproveitar a presença exaltada e descomposta do comerciante Luiz Malheiros para incitá-lo a reagir contra os policiais. Terminaram contribuindo para que o desfecho do episódio fosse mais chocante e emocionante do que poderiam esperar, mostrando que faziam mais do que conduzir seus passageiros pelas ruas da cidade e pelas estradas que levavam a João Pessoa, Recife, ao sertão ou a alguma fazenda e sítio das redondezas.

É um episódio em que se percebe uma ocupação diferente dos espaços centrais da cidade, aqui já com um grande número de automóveis, caminhões e algumas “sopas” circulando ou estacionados por suas ruas;<sup>58</sup>

---

139, 1939, José Avelino da Silva, maço de 04/01 a 27/12/1939 e Apelação Criminal nº 242, 1944, Manoel Soares de Carvalho e Manoel Pedro de Alencar, maço de 13/01 a 23/03/1944, em que choferes são flagrados bebendo e farreando pelas ruas e cabarés da cidade.

<sup>57</sup> Apelação Criminal nº 5, 1930, Luiz do Rego Malheiros, maço de 08/02 a 30/12/1930.

<sup>58</sup> Segundo comunicado da Diretoria de Estatística Estadual em *A União*, nº 75, 31/03/1935, p. 08, “Com o maior número de automóveis figura a mesma João Pessoa – 283 carros; vem depois Campina Grande, com 87; daí, o salto é logo muito brusco, Santa Rita está com 3º lugar, com 19 (...). Quanto aos caminhões o primeiro lugar

no entanto, atitudes costumeiras se mesclam às novidades: assuadas com bêbados, loucos e desvalidos, ou mesmo algazarras e brigas entre pares eram algo comum na Campina Grande dos 20 aos 40. Morrem ou são confinados loucos e pedintes, que eram motivos de troças por parte do “molecório” e de adultos; outros aparecem e quando essas figuras desaparecem, personagens e atividades outras despontam e estimulam essas práticas. Esses hábitos terão também o cinema, outro símbolo do lazer moderno, como lugar de exercício e difusão.<sup>59</sup> Apesar dos constantes protestos e das promessas de repressão por parte das autoridades sanitárias e policiais, no sentido de acabar com tais hábitos e sanear as ruas centrais desses males, eles persistiram e continuaram tomando o tempo e a verve dos letrados, que bradavam pelas páginas dos jornais locais contra tais resquícios de atraso e barbárie numa cidade que respirava civilização.<sup>60</sup>

Alguns desses episódios faziam a alegria de muitos, garantindo motes para as conversas de outros tantos. No episódio da praça Epitácio Pessoa, naquele final de tarde do dia 25 de fevereiro de 1930, vê-se a participação dos choferes com suas vaias e de uma “grande aglomeração”, ávida de novidades e espetáculo. Foram agraciados com um tiroteio entre

---

coube a Campina Grande, com 151; vem depois João Pessoa com 123; Cajazeiras com 107; Sapé com 43; Soledade com 38; Guarabira com 28; Itabaiana com 19; Pombal e Santa Rita com 17; Picuí com 16; Santa Luzia do Sabugi com 15; Esperança e Patos com 14; e Mamanguape e Sapé com 11. Todos os demais tinham menos de 10 (...). Os ônibus distribuem-se assim: João Pessoa 13; Campina Grande, 09; Guarabira e Santa Rita, 03; Cajazeiras, 02; Araruna e Esperança, e Sapé, 01.

A diretoria de estatísticas dispõe de dados sobre os carros em apreço a partir de 1928.

Eis o resumo dos mesmos:

ESPECIFICAÇÃO	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934
Automóveis	864	962	827	742	705	706	663
Ônibus	—	20	29	26	23	32	33
Caminhões	374	566	523	435	448	722	698.

<sup>59</sup> *O Século*, nº 3, 29/07/1928, p. 2 e referências da nota seguinte.

<sup>60</sup> Temos algumas matérias e crônicas em que autores denunciam ou rememoram as assuadas feitas por populares e pessoas da elite com bêbados, loucos e desvalidos que pelas ruas da cidade perambulavam maltrapilhos, embriagados ou soltando

o comerciante e policiais, correrias, feridos e a prisão de um cidadão agredido nos seus brios.

A espera dos choferes pela clientela era interrompida vez por outra por algo diferente de uma assuada. No afã de ganhar o dinheiro para a sobrevivência, aceitavam corridas duvidosas e às vezes se transformavam em cúmplices, fazendo o transporte de criminosos em fuga. Em 1934, o chofer Antônio Bitu, vulgo Tuta, conduziu por diversas ruas da cidade, pela estrada de Lagoa Seca e rumo ao Cariri o alquebrado Cícero Rodrigues, vendedor de pães seqüestrado pelos irmãos Araújo.<sup>61</sup> Cerca de um ano antes, em agosto de 1933, foi a vez de Antônio Fernandes Batista conduzir para o Recife, em rota de fuga, duas meretrizes. Elas haviam se envolvido numa pancadaria com outras meretrizes e a dona da Pensão Nice.<sup>62</sup> Apesar de ter sido orientado para ficar esperando com o carro às escondidas em um beco sinuoso da zona do meretrício, o chofer afirmou em depoimento que só veio saber do crime no dia seguinte, quando voltava da viagem.

A década de 1940 também continuará com casos de transporte de criminosos. Em 1941, o chofer José Pereira de Melo, casado, 36 anos, aceitou conduzir por 50 mil réis Geraldo Cavalcanti de Castro, em fuga para a fazenda Cambucá, pertencente a um tio seu.<sup>63</sup> José Pereira diz ter feito tudo inocentemente, não percebendo no semblante de Geraldo nada de anormal ou estranho e “que fizeram a viagem sem haver o menor incidente”. Em um caso de 1943 foi a vez de dois outros choferes se envolverem, talvez inocentemente, com um crime e a fuga de um dos criminosos.<sup>64</sup>

---

impropérios em *O Século*, n° 30, 23/03/1929, p. 4; *Brasil Novo*, n° 26, 04/07/1931, p. 06; *Voz da Borborema*, n° 42, 15/06/1938, p. 01 e n° 21, 29/03/1939, p. 01.

<sup>61</sup> Ver episódio comentado no item “O Mundo dos Vendedores de Pães” e Sumário Crime n° 102.

<sup>62</sup> Ação Criminal n° 44, 1933, Djanira de Tal, Alice Tenório e Josefa Tirbutino, maço de 24/07 a 28/12/1933.

<sup>63</sup> Ação Criminal n° 285.

<sup>64</sup> Apelação Criminal n° 194, 1942, Abrahão Vieira Costa e Manoel Jovino Medeiros, maço de 09/01 a 25/05/1942.

Com os choferes, percebe-se entrar em jogo aspectos diferentes dos até então analisados. Eram empregados e profissionais do volante e sua sobrevivência dependia das corridas que faziam. Não pareciam ser seletivos com a clientela que tinham que conduzir, pois a necessidade de sobrevivência levava-os a se submeterem a certas injunções do dinheiro, como no caso de Tuta, que queria se livrar da condição de empregado e tentou aproveitar-se de uma situação momentânea para efetivar seus desígnios.<sup>65</sup>

Outros casos envolvendo choferes terminam proporcionando-nos indícios para adentrar a vida daqueles homens. Em um caso de 1932 fica-se sabendo que pelo menos três choferes dormiam juntos em uma casa no beco das Boninas, onde se serviam de um “café” para fazer suas refeições.<sup>66</sup> Cerca de oito anos depois, com as ruas centrais da cidade já pavimentadas, encontramos dois choferes em ousadas aventuras na noite campinense.<sup>67</sup> João Felipe e Osvaldo Rangel estavam a circular pelas ruas, quando se depararam com duas empregadas domésticas e amigas que, por volta das 22 horas, passeavam nas proximidades da rua da Garage Grande. Ofereceram-se para deixá-las em casa e, após certa relutância, as moças aceitaram; ao subirem no automóvel, porém, pressentiram logo as más intenções dos choferes, que manobram para os lados de Bodocongó, direção contrária ao seu destino.

Esses dois episódios mostram facetas outras da vida dos choferes. No caso de Fernando Alves, tem-se rápida pista sobre as condições de vida de alguns deles, quando ficamos sabendo que três moravam juntos em uma casa no beco das Boninas, área que nos anos 1930 era composta em parte por vendas, cafés, cabarés e casas de jogos, vez por outra denunciados à polícia de costumes. No episódio de João Felipe e Osvaldo Rangel, temos pistas sobre mais um dos usos que se fazia do automóvel.

---

<sup>65</sup> Dos 16 processos em que choferes são réus, 4 constituíram advogados, 7 não o fizeram por se dizerem “pobres” e tiveram um assistente nomeado, e em 5 dos casos não foi possível identificar se os advogados foram ou não contratados.

<sup>66</sup> Ação Criminal nº 26, 1932, Fernando Alves, maço de 18/06 a 19/10/1932.

<sup>67</sup> Ação Criminal nº 174, 1941, João Felipe de Lira e Osvaldo Rangel Sobrinho, maço de 20/02 a 29/12/1941.

São episódios que mostram o quanto a geografia e o universo dos choferes tinham marcas próprias. Aqui se pode, mais uma vez, lançar mão do episódio envolvendo Domingos Cajá. No caso de Cajá e dos dois notívagos choferes, o automóvel era uma marca fundamental a diferenciá-los de outras pessoas e grupos sociais. Em seu universo não manobravam um meio de transporte qualquer, mas um forte símbolo de um mundo em mudança, uma marca de *status*, indicadora dos lugares sociais na cidade. Isso também proporcionava aos choferes uma posição diversa na geografia do poder. Eles lutavam por um reconhecimento do lugar que ocupavam, tinham sua própria associação classista, faziam greves, transportavam parte das riquezas e das pessoas da cidade e, por isto, haviam garantido o seu lugar em um dos principais palcos da sociabilidade e ostentação de poder das elites: a festa da padroeira e do ano bom. Nas décadas de 1920 e 1930, tinha-se um dia consagrado aos motoristas e profissionais do volante, algo a que poucas categorias podiam almejar.<sup>68</sup> Vendedores de pães e carregadores, nem sonhar.

Isso também ajuda a compreender a reação de Domingos Cajá diante de um policial que queria impedi-lo de circular pela cidade da forma como melhor entendesse. Coincidentemente, Cajá e os choferes notívagos se envolveram em enrascadas saíam da cidade conduzindo mulheres ao açude de Bodocongó, embora apenas no primeiro caso houvesse anuência destas. Por outro lado, também nos dois casos, as mulheres se aventuraram a subir nos carros porque lhes sobrava um pequeno naco de *status*. No dia seguinte, as duas empregadas domésticas se vangloriariam de ter sido convidadas por dois cavalheiros para deixá-las em casa de automóvel! Diriam para outras amigas que haviam sido inclusive cortejadas. As putas que acompanhavam Cajá no ano de 1927 teriam a noite garantida, uma farra no açude de Bodocongó regada a cachimbo e, no dia seguinte, algumas histórias para contar. Talvez sobrasse um cobrezinho para elas, mas isso não era tudo: no percurso, antes de deixar as ruas centrais da cidade, fariam um verdadeiro curso/desfile, deixando com inveja as

---

<sup>68</sup> Em “Os Velhos Natais de Campina”, D. Esmeraldina Agra informa como havia noites dedicadas a categorias profissionais diversas: motoristas e choferes, auxiliares do comércio, comerciantes, “artistas”, solteiros, etc. Ver *Anuário de Campina Grande*, 1981:73-75.

mocinhas ricas da rua Grande, a maioria comedidamente à espera do casamento para fazer o sagrado sexo.<sup>69</sup>

Era quando no volante do automóvel ou caminhão que os choferes mais se envolviam em problemas.<sup>70</sup> O chofer José Camelo de Vasconcelos foi multado e teve os documentos apreendidos por dirigir um caminhão pela rua Maciel Pinheiro em desabalada velocidade.<sup>71</sup> Ainda no primeiro lustro dos anos 1940, vemos o motorista João Assis Sobrinho indispor-se com um fiscal da Comissão de Abastecimento de Gasolina local.<sup>72</sup> O fiscal estava no seu afazer no posto Esso, confluência da avenida Floriano Peixoto com a rua Venâncio Neiva e, ao que parece, exorbitava do seu poder com um motorista, fazendo exigências descabidas. Foi quando João Assis, vulgo João Banana, ali chegou e decidiu interferir em defesa do colega de classe. Teria dito, “que frescura é essa de passar visto em talões?”, ao que o fiscal respondeu “de onde vem você voando para um negócio que não lhe pertence?”, ao que o motorista replicou “você é um fresco e se quiser apanhar, se levante”; tendo o fiscal, intimidado, se afastado um pouco e ido ao telefone mais próximo ligar para a polícia, João aproveitou para escafeder-se.

Nos dois últimos casos, as querelas são mais complexas do que ficou dito. O caso de José Camelo dizia respeito a um fenômeno com que os moradores da cidade passaram a conviver cotidianamente com o advento do automóvel e sua popularização, agravado com o alinhamento, alargamento e pavimentação das ruas, realizados nas décadas de 1930 e 1940. Motoristas de caminhão, de sopas e automóveis em desabaladas carreiras pelas ruas, pondo a vida de muitos em risco, passaram a fazer parte do rol de problemas

---

<sup>69</sup> CAVALCANTI, Silêde Leila O., 2000.

<sup>70</sup> Em levantamento realizado para o período de 1920-1945, encontramos 25 processos envolvendo motoristas, choferes e proprietários de caminhões e ônibus com atropelamentos, abalroamentos e viradas pelas ruas da cidade e nas suas estradas de acesso.

<sup>71</sup> Sumário Crime n° 175, 1941, José Camelo de Vasconcelos, maço de 20/02 a 29/12/1941.

<sup>72</sup> Ação Penal n° 225, 1944, João Assis Sobrinho, maço de 15/09 a 24/11/1944. Essa comissão foi criada em grande parte das cidades brasileiras e era um mecanismo de controle e racionalização do combustível devido a sua escassez, causada pela 2ª Guerra Mundial, ver Epaminondas Câmara, op. cit., 1947:227-228 e Governo do Estado da Paraíba. *Atividades do Governo da Paraíba em 1942* – João Pessoa: Imprensa Oficial, 1943: 319-320.

tratados pela imprensa local e da capital naqueles anos.<sup>73</sup> Mas eles não haviam inventado nem descoberto a roda, apenas redimensionaram o tempo do seu movimento. Antes do advento de caminhões e automóveis, a cidade já tivera problemas com outro meio de transporte e locomoção: cavalos e jumentos conduzidos em disparadas vez por outra protagonizavam atropelamentos de crianças em ruas da cidade.<sup>74</sup> Automóveis e animais, no entanto, pertenciam a um mesmo mundo que experimentava mudanças, tanto nas suas noções de espaço como de tempo.

Um carro numa velocidade de 40 km/h em uma rua calçada a paralelepípedo, até pouco tempo território de transeuntes acostumados a pisar mole e em ritmo lento, ou parar para pausar, significava algo diverso de um cavalo trotando ou em disparada pela mesma rua empoeirada. Os cavaleiros vez por outra atropelavam um, mas os carros vão atropelar muitos. Uns e outros, mesmo convivendo, quando vistos pelo meio das ruas, simbolizavam o encontro de tempos em que as pessoas andavam diferentemente, usavam as ruas de formas diferentes e tinham diferentes tipos de reflexo.<sup>75</sup> O advento dos automóveis e o conseqüente alargamento e calçamento redimensionaram parte dos usos de espaços comuns, como ruas, becos, travessas e calçadas. Os passos dos transeuntes paulatinamente adquiriram novos cacoetes, novas métricas, ritmos e traçados, novas formas de pisar o chão com a popularização dos automóveis e caminhões nas ruas calçadas e saneadas.

Com a circulação de animais nas ruas das cidades brasileiras, codificada desde o século XIX,<sup>76</sup> a chegada e a popularização dos automóveis cria a necessidade de outros códigos para disciplinar o seu uso, mas principalmente para normatizar o uso que as pessoas faziam de

---

<sup>73</sup> Ver “Os acidentes de automóveis”, *A União* n° 01, 01/01/1935, p. 01, “Aviso da Inspetoria de veículos”, *Jornal de Campina* n° 05, 26/02/1933, p. 04, alertando pais sobre riscos de filhos serem atropelados no curso carnavalesco; “Com a inspetoria de veículos” em *A Batalha* n° 12, 03/01/1935, p. 03.

<sup>74</sup> Ver nota 70.

<sup>75</sup> Ver Orres Barbosa, “Cidade do Algodão” In *A União*, n.º 229, 07/10/1941. p. 04, em que comenta com alegria não ter visto nos lugares por onde andou uma carroça de boi sequer.

<sup>76</sup> Ver BENCHIMOL, Jaime Larry, 1995 e ROLNIK, Raquel, 1997.



certos lugares. Essas normas eram compreendidas e vividas diversamente pelos moradores da cidade, mas tinham em certos fiscais os seus baluartes. Se o advento do automóvel redefine a posição de poder ou o *status* que uma pessoa de origem popular pode ostentar, como vai ocorrer com alguns choferes, ele cria também novos sujeitos, a quem se vai dar poderes para fiscalizar e acompanhar a nova organização do espaço urbano. São os fiscais de trânsito e de veículos. Agirão tão mais discricionariamente quanto mais oportunidades aparecerem, mas enfrentarão também os que buscam controlar. E as querelas vão surgindo. Aqui flagramos duas delas, envolvendo choferes e fiscais.<sup>77</sup>

Em um episódio de 1942, encontramos também tensões e práticas de solidariedade no seio dos profissionais do volante. Tudo parece ter começado no dia 15 de julho de 1942, quando houve um desentendimento na zona do meretrício entre Oscar Bispo, alcunhado de Baiacú e Alfredo Pereira de Vasconcelos, vulgo Machinho, por causa da disputa de um passageiro. ocasião em que Alfredo parece ter tentado agredir Oscar a faca. Pessoas intervieram e Oscar prometeu bater na cara de Alfredo na primeira oportunidade que o encontrasse, o que acabou numa agressão no dia seguinte<sup>78</sup>. Na defesa que o advogado de Alfredo faz do seu cliente, explicita as questões que levaram ao desafio e confronto entre os colegas de profissão.

A pressuposta vítima, homem forte e robusto, temido por suas decisões no seio da classe de sua profissão, fora desacatar um passageiro que viajara no seu automóvel de

---

<sup>77</sup> O jornal *O Século* em edições dos dias 09 e 16/03/1929 traz duas matérias, intituladas “Cenas de sangue” sobre a agressão do inspetor de veículos Rubens Ferreira ao chofer Lourenço de Oliveira. Rubens havia admoestado outro chofer, que, na praça Epitácio Pessoa, estava usando indevidamente a gaita (buzina) do seu carro. Lourenço achou que o inspetor estava exorbitando do seu poder e com ele discutiu, sendo por isto alvejado por diversos tiros de mauser, que causou sua morte dias depois. O articulista que escreveu a matéria denuncia os abusos que o inspetor vinha causando e as desavenças com os choferes desde a sua nomeação para a Inspeção.

<sup>78</sup> Apelação Criminal nº 191, 1942, Alfredo Pereira de Vasconcelos, maço de 05/01 a 06/11/1942.

aluguel e que não se sujeitara ao preço cobrado. Este fato verificou-se no café Ponto Chic, desta cidade.

Ali, entreviu para que o barulho não fosse generalizado, o nosso assistido, que naquele momento estava com seu carro de aluguel à disposição do passageiro que o sr. Oscar Bispo queria agredir; evitou, assim, que tal sucedesse, tomando-lhe uma peixeira, de que já fizera uso.

Daí, surgiu a revolta de Oscar Bispo, dizendo que Alfredo ao invés de ficar ao seu lado, na qualidade de colega de profissão, foi defender um ‘caloteiro’ sem compostura. Mas que Alfredo ficasse certo que na primeira oportunidade dar-lhe-ia uma lição, dando-lhe na cara, em plena praça pública.<sup>79</sup>

Os companheiros de Oscar e Alfredo nessa querela buscam a discrição ou não tomam partido, para não se indisporerem com um dos contendores, ou mesmo evitar conflitos generalizados no seio da categoria. Conseguiram dá um razoável exemplo do espírito de corpo nos primeiros anos da década de 1940, confirmando a tradição de solidariedade que já haviam acionado no episódio de Domingos Cajá, no final da década de 1920, agora embalado por mais de uma década de aprendizado de práticas corporativistas, estimuladas, desde a ascensão de Vargas à presidência da República, pela instituição da legislação trabalhista.<sup>80</sup>

A querela envolvendo Oscar Bispo e Alfredo é a única em que se percebe a disputa dos choferes pela clientela e a insatisfação de um passageiro com o preço cobrado pela corrida. Elas deviam ser mais frequentes, muito embora a inexistência de taxímetros nos carros de aluguel, possibilitasse uma margem maior de negociação do preço das corridas, facilitando a concorrência,

---

<sup>79</sup> Ver Apelação Criminal n° 191, 1942, Alfredo Pereira de Vasconcelos, maço de 05/01 a 06/11/1942.

<sup>80</sup> Ver FORTES, Fortes, 2001 e “Revendendo a legalização dos sindicatos: metalúrgicos de Porto Alegre (1931-1945)” In: *Na luta por direitos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999:19-50, MUNAKATA, Kazumi, 1986 e GOMES, Ângela de Castro, 1994.

pois um passageiro com poucos recursos, poderia negociar diretamente com o motorista.<sup>81</sup> Os choferes em sua associação devem ter tentado criar regras e tabelas para evitar a concorrência predatória, mas pode-se conjecturar que a necessidade de sobreviver, associada a aspectos como amizade e laços de favores, pôs um pequeno dique aos seus excessos.

A vida dos choferes e motoristas profissionais não era exatamente um mar de rosas, pois, na sua maioria, não passavam de empregados; pode-se afirmar, no entanto, que com o advento desse símbolo do mundo moderno que é o automóvel (e o caminhão), alguns poucos populares que abraçaram a profissão redefiniram o seu papel e suas condições de vida na cidade.<sup>82</sup> Muitos continuaram “pobres” ou mesmo “miseráveis”, como eram considerados pela justiça e por seus assistentes em vários processos em que não puderam constituir advogados. Mas a mudança fundamental em suas vidas não parece ter sido a ascensão social pela melhora das condições materiais, o que pode perfeitamente ter ocorrido.

Oscar Bispo, entre 1936, ano em que se envolveu em uma querela com vizinhos, e 1942, quando foi agredido pelo colega de classe, continuava morando na mesma rua Campos Sales, no bairro popular de José Pinheiro.<sup>83</sup> Antônio Bitu, ao se envolver em 1934 com os irmãos Araújo, parece ter visto seu plano de adquirir um automóvel próprio frustrado. Este devia ser o sonho de ascensão social de todo chofer: um dia chegar a ter o seu próprio carro e deixar de depender das injunções de patrões

---

<sup>81</sup> Apelação Criminal n° 194, em que testemunha descreve negociação com chofer para conduzir seu cunhado até João Pessoa, capital do Estado. O chofer lhe pediu inicialmente 300 mil réis, mas após negociação, baixou o valor para 220 mil réis.

<sup>82</sup> Este aspecto pode ser somado a outros, como, por exemplo, o grau de instrução de choferes e motoristas, que situava-se entre um dos mais altos comparando-se diversas categorias de trabalhadores da cidade à época. Segundo os dados dos processos, cerca de 71% dos choferes e motoristas eram alfabetizados.

<sup>83</sup> Os dados sobre endereços de choferes são precários e de difícil análise. Dos 82 choferes relacionados (excluímos os dois motoristas/proprietários), 05 moravam em outras cidade, 13 disseram morar genericamente em Campina Grande, 06 não informaram endereço e 58 forneceram endereços, estes últimos moravam em 48 diferentes ruas. Dos 58, cerca de 26 moravam em diferentes subúrbios, 07 na zona do meretrício ou em suas proximidades e 25 em ruas do centro e suas adjacências.

que viviam a pressioná-los. Domingos Cajá, na sua discussão com o anseçada Ignácio Ferreira, exorbitou de sua condição de empregado e arvorou-se em proprietário do carro que conduzia, o que poderia ampliar sua imagem diante do soldado. Não funcionou. Com essa atitude, no entanto, deixou pistas sobre o desdém que muitos tinham pelos choferes, que agiam com arrogância, embora não passassem de empregados.

Talvez um aqui e outro ali, alguns poucos choferes chegaram um dia a ter seu próprio carro.<sup>84</sup> A questão central na atitude dessas pessoas, no entanto, não estava apenas associada à propriedade do automóvel, o que com certeza contava muito, mas principalmente ao ato de conduzir um bem que impressionava e que proporcionava *status* aos que nele circulavam pelas ruas da cidade, proprietários ou não.<sup>85</sup> Proporcionavam-lhes manobras mais amplas na rede de poder.

Um chofer, ao chegar buzinando em casa, num final de manhã ou início de noite, deveria atrair filhos e mulher, que saíam ao seu encontro sob os atentos e invejosos olhares da vizinhança. Essa, não satisfeita com aquela teatralização, fazia comentários picantes e acres sobre a condição de empregado e a precária situação em que viviam o chofer e sua família. No centro das atitudes de uns e outros, um dos mais cobiçados símbolos daquele mundo: o automóvel.

## O Mundo das Donas de Casa

Essa última observação, sobre possíveis estranhamentos entre vizinhos, pode conduzir-nos a uma outra dimensão da vida dos moradores de Campina naqueles tempos. Nos mais diversos lugares da cidade encontramos dezenas e centenas de famílias e vizinhos convivendo harmoniosamente ou vivendo pequenas tensões. Nessas relações, marcadas por práticas de solidariedade e conflitos, as mulheres vão desempenhar um papel crucial, revelando ao leitor facetas das formas como apareciam e usavam certos lugares e territórios da cidade.

---

<sup>84</sup> Num universo de 84 pessoas que nos processos se diziam chofer e motorista, encontramos apenas dois “motoristas/proprietários”.

<sup>85</sup> Ver REZENDE, Antônio Paulo, 1992:85-88, TELXEIRA, Flávio Weinstein, 1994:141-144 e ROLNIK, Raquel, 1997:160-162.

Flagramos mulheres em relações com vizinhos, familiares, maridos e amásios; as diversas facetas da sua luta pela sobrevivência, os usos que faziam de certos espaços da casa e da rua e os conflitos em que vez por outra se envolviam. Tudo isso nos conduz ao cotidiano das donas-de-casa em Campina Grande.<sup>86</sup>

A maioria dos casos adiante relatados ocorreu entre os subúrbios e adjacências do centro da cidade, o que mostra que, desde os primeiros anos da década de 30, eram áreas com forte presença popular.

No ano de 1934, deparamo-nos com um episódio que parecia ser comum no universo das famílias de trabalhadores. Um marido desempregado terminou indo com a esposa passar uns tempos na casa do seu cunhado, mas a presença do novo casal na pequena morada acirrou os problemas do casal anfitrião, o que levou a esposa, inconformada, a deixar sua casa levando alguns utensílios domésticos, tendo passado a viver com uma vizinha, próxima a sua moradia anterior.<sup>87</sup>

Essa rápida história coloca diante do leitor indícios das relações cotidianas entre as camadas populares. Um dos seus começos parece ser a precária situação em que se encontravam José Batutinha e Moça Chaves, vítimas do desemprego. A saída para eles fora passar uns tempos na casa do irmão de Moça Chaves, um cozinheiro que parecia estar em melhor situação. Era uma estratégia de sobrevivência comum entre familiares que moravam na cidade, quando um deles passava por dificuldades. Costumavam se desfazer da casa em que moravam, quase sempre alugada, e, com o apoio logístico de familiares e parentes, tinham uma moradia até o homem encontrar um trabalho. Raramente era a mulher quem o fazia, muito embora algumas tentassem quebrar esse costume, correndo riscos e alargando possibilidades.

Em um episódio ocorrido cerca de onze anos depois, em 1945, vê-se um exemplo da última assertiva. A doméstica Petronila Vieira, além de fumar cachimbo, engomava roupa, o que muito incomodava o marido,

---

<sup>86</sup> Estamos considerando apenas as mulheres do meio popular que aparecem nos processos como domésticas.

<sup>87</sup> Ação Criminal nº 53, 1934, José Severino Pereira, José Batista Chaves e Luiza Pereira Chaves, maço de 07/06 a 25/10/1934.

que acabou espancando-a. O interessante na atitude da espancada e reincidente Petronila é que vai continuar reincidindo e não se faz de rogada ao dizer que assim age de “há muito”. Afirmava ainda, como que em deboche, “que continua a fumar por ser um vício não muito feio, muito embora prejudicial”. O seu discurso é um forte apelo no sentido de ver a renda familiar complementada. O trabalho como engomadeira era realizado com vistas a complementar a renda do marido, que devia ser parca e, especialmente, para comprar “vestimentas para si e para suas filhas.”<sup>88</sup>

A história da busca da mulher casada por um trabalho remunerado era sinuosa. Não fica claro na documentação pesquisada, mas algumas mudanças nessas práticas e relações podem ter ocorrido no período que este trabalho abrange. Os únicos indícios que temos dizem respeito às mulheres de elite, e não é de bom alvitre generalizá-los.<sup>89</sup> Caso tenham ocorrido, interferiram na redefinição dos espaços físicos e das relações de gênero na cidade, especialmente porque deslocavam as mulheres dos afazeres domésticos para lugares outros que não a casa e o seu entorno, possibilitando mudanças em um dos pilares das relações entre casais, que reservava ao homem o trabalho fora de casa e à mulher as atividades domésticas.

Em um caso de 1944, pequenos indícios mostram o quanto a vida daquelas mulheres e homens era cheia de problemas, levando-os a malabarismos diversos para continuarem no mundo.<sup>90</sup> Mais uma vez, a

---

<sup>88</sup> Ação Penal nº 278, 1945, Antônio Vieira da Silva, maço de 15/01 a 28/04/1945. Essa atitude de Petronila não devia ser uma exceção entre aquelas mulheres, apesar dos conflitos que podiam gerar com os seus maridos e amásios. Ver também processo envolvendo os primos Vaz Ribeiro comentado abaixo e Ação Criminal nº 70, 1935, Antônio Alves de Oliveira, maço de 28/02 a 16/12/1935, em que mulher deixa o amásio e passa a viver de costura, não aceitando a feira que o mesmo a mandou, o que fez com que ex-amásio a agredisse.

<sup>89</sup> A presença das mulheres no espaço público, ou mesmo no trabalho fora de casa (com exceção das que exerciam o magistério), foi problematizada ou discutida em artigos e crônicas de Cristino Pimentel, “Mulher, dona de casa” em *Voz da Borborema*, nº 04, 25/01/1938, p. 03 e Adauto Rocha “Diabo de saia” em *Voz da Borborema*, nº 51, 20/07/1938. Ver PERROT, Michelle sobre as mulheres na França no século XIX, 1988, especialmente a parte II, intitulada “Mulheres”, p. 167-231 e sobre as mulheres em Campina Grande, ver CAVALCANTI, Silêde Leila O., 2000.

<sup>90</sup> Ação Penal nº 232, 1944, Noé Ferreira da Silva, maço de 13/04 a 31/08/1944.

questão do trabalho desencadeara a questão. Noé Ferreira da Silva que havia se ausentado de Campina em busca de emprego, passou uns tempos entre João Pessoa e uma cidade de Pernambuco. Segundo Severina Marques, “a princípio o seu marido mandava para ela e seu filho, algumas coisas, mas depois deixou de mandar”, o que o marido nega, informando que “sempre lhe mandava dinheiro para a feira, ou mesmo vinha trazer”. No entanto, desde que Noé partira, Severina Marques e o filho ficaram na casa de uma vizinha, após serem despejados, e desta última só saíram quando Noé voltou e agrediu sua esposa.

Num pequeno lapso de tempo, deparam-se mulher e filho em três situações diferentes: por inadimplência, foram despejados da casa alugada em que viviam, mas uma vizinha grávida deu-lhes guarida em troca de ajuda no pós-parto; por fim, acabaram indo para a casa de familiares. Nesse momento, perde-se o contato com Severina Marques, mas pode-se observar que entre aquelas pessoas havia uma extensa e complexa rede de solidariedade a acolher mulheres que em certos momentos viviam as agruras do despejo pelo senhorio ou do abandono pelo marido. Essas práticas vão ser encontradas em todo o período estudado e apareciam de formas diversas, mas eram recorrentes. Apoio logístico após abandono do marido ou amásio; extensa rede de parentes e familiares a dar guarida em momentos difíceis; vizinhos e vizinhas ajudando na alimentação ou no cuidado dos filhos quando a mulher, viúva, abandonada ou mãe solteira precisava trabalhar fora de casa; agricultores trazendo ajuda *in natura* para compadres e comadres que moravam na cidade etc.

A outra face dessa rede de solidariedade entre pobres e mulheres abandonadas era constituída pelos conflitos que essas aproximações proporcionavam. Conflitos entre parentes e familiares ou vizinhos eram comuns quando mais de uma família ocupava uma casa,<sup>91</sup> mas não ocorriam apenas nestas situações. Era uma prática corriqueira, especialmente entre mulheres jovens e recém-casadas, irem morar próximo aos familiares. Parecia ser uma estratégia de sobrevivência entre grupos e famílias pobres, mas não era somente isso, pois, ao mesmo tempo que os pais ajudavam na manutenção do novo casal em dificuldades, as mães mais experientes

---

<sup>91</sup> Ver CHALHOUB, 1986:88-101.

aproveitavam para acompanhar a relação da filha com o marido e ajudá-la também emocionalmente. Essa proximidade será de grande serventia em períodos de dificuldades, mas em certas circunstâncias desembocará em conflitos.

Um caso de 1940 coloca outras tantas questões além das mencionadas acima. Clotilde Machado havia se casado com o vigia da Great Western Francisco Machado, paradoxalmente, contra a vontade e sob a pressão de sua mãe, Severina Gonçalves.<sup>92</sup> A operária e viúva Severina Gonçalves, 35 anos, sempre fora contra o namoro de Clotilde com Francisco, o que o levou a raptá-la e deflorá-la. Severina Gonçalves foi então à polícia para obrigá-lo a casar-se com sua filha. Isso criou uma celeuma entre sogra e genro, que ficaram intrigados. Mesmo assim, Severina aceitara o casal morando em sua casa. Moraram juntos dois meses, mas como Francisco batia em Clotilde na sua ausência, Severina “aconselhara sua filha a induzir a este [Francisco] para alugar uma casa e se retirarem da sua”, o que terminou ocorrendo. Porém, Francisco, além de continuar batendo em Clotilde, proibira a mãe de visitá-la.

Não foi o único marido a tentar cortar as relações entre pais que interferiam nas relações de suas filhas casadas, especialmente quando moravam próximos, embora essa não fosse condição única ou básica para essa interferência.<sup>93</sup> Em um episódio de 1934, Júlia Francisca Xavier fora espancada pelo marido Sebastião Pereira Ramos após voltar de uma visita que fizera à casa dos pais na mesma rua em que morava.<sup>94</sup> Segundo informou, os ciúmes do marido chegaram ao cúmulo de não consentir, “sequer, que a declarante visite os seus pais”. Ao agir assim, Sebastião mostrava perceber que aquelas visitas terminavam sendo uma ameaça para a continuidade do seu casamento, marcado por discórdias e pelos

---

<sup>92</sup> Ação Criminal n° 160, 1940, Severina Gonçalves de Sousa e Clotilde Machado, maço de 02/01 a 13/06/1940, acusadas de tentarem matar Francisco Machado, marido de Clotilde.

<sup>93</sup> A própria Severina ficara morando em lugar relativamente distante de Clotilde e Francisco após estes deixarem sua casa.

<sup>94</sup> Ação Criminal n° 62, 1934, Sebastião Pereira Ramos, maço de 31/07 a 17/11/1934.



seus ciúmes. Júlia, vez por outra, dizia “não querer mais fazer vida” com o ciumento marido, que vivia a espancá-la. A família dela devia ser sua principal aliada nessa ameaça e Sebastião sabia disso. Isolá-los do convívio com a mulher parecia ser a saída. O mesmo havia pensado Francisco Machado ao proibir Clotilde de visitar a mãe.

O episódio envolvendo Severina Gonçalves, Clotilde e Francisco, no entanto, mostra muito mais do que as práticas de solidariedade e conflitos entre familiares e casais que moravam sob o mesmo teto. Nele flagra-se a jovem viúva Severina Gonçalves trabalhando como operária para manter-se com duas filhas numa sociedade em que parecia não ser comum o trabalho da mulher fora de casa, tal como se viu na reação de Antônio Vieira às tentativas de Petronila. Mas este era um caso diferente, pois se tratava de um casal e, mesmo precariamente, dele fazia parte um marido cioso de suas responsabilidades. Severina, diferentemente, não dispunha mais do apoio do marido, tendo que procurar sozinha, meios de sobreviver com as duas filhas, quando aconteceu o fatídico episódio do rapto, defloramento e casamento de Clotilde. Ao mesmo tempo, flagra-se mais uma vez um casal “pobre” morando de aluguel e com minguados recursos para sobreviver, a acreditar na quantia que Francisco deixara para Clotilde passar dois dias e que ainda deveria ser suficiente para recepcioná-lo com a janta, quando da sua volta de João Pessoa. Sabendo da situação precária em que sua filha ficara, Severina Gonçalves pediu à filha mais nova para ir à casa de Clotilde chamá-la para passar com ela os dias em que o marido ficasse fora.

Pode-se retomar novamente o caso de José Cozinheiro e Ana Pereira e adentrar outros meandros daquelas relações. Ana, ao deixar a casa em que vivia com o marido, levava consigo quase toda a mobília e lançara mão também de três galinhas. José Cozinheiro informou que as galinhas eram alheias, mas não diz exatamente de quem eram. Talvez pertencessem ao hotel em que trabalhava como cozinheiro. De um ou de outros as galinhas pareciam ter algum significado para aquelas pessoas; por isso José lembrara delas, denunciando os excessos de Ana Pereira, ao sair de casa levando as três penosas.

Em 1932, dois anos antes do caso que envolvera Ana e José Cozinheiro, entre risadas e interrogações descobre-se como as galinhas eram parte do mundo

---

<sup>95</sup> Ação Criminal nº 20, 1932, Francisca Alves de Oliveira e Josefa Henrique Dias, maço de 24/02 a 23/11/1932.

daquelas pessoas.<sup>95</sup> É uma história nebulosa e hilária ao mesmo tempo. Pretensa dona de uma galinha que acabara de ter três promissores pintos, Josefa Henrique da Silva percebeu o quão difícil seria cuidar daquela família e dar conta de outros afazeres domésticos. Por isto resolveu abdicar de parte dela, lançando mão de uma prática costumeira: pediu a uma vizinha para criar a dita galinha e, em troca, lhe doava os três pintinhos.<sup>96</sup> A “negra” Flauzina não teve dúvidas e aceitou o negócio, conduzindo a família de ovíparos para casa. Mas tinha também diversos outros afazeres, descuidou-se e lá se foram a galinha e a prole mundo afora. Quando deu conta do desaparecimento, Flauzina saiu desesperada pela vizinhança perguntando pela galinha e foi encontrá-la, amarrada à corda, na casa de Francisca Alves de Oliveira. Francisca disse que a galinha lhe pertencia e havia desaparecido de sua casa há cerca de 45 dias. Achava que a galinha tinha sido roubada e ficou feliz em tê-la recuperado, ainda mais agora, com a sua multiplicação. Utilizava-se de dois argumentos envolventes para provar seus direitos sobre a galinha: informava que era “uma galinha amarela” e, quando de sua casa escafedera-se, estava em fase de “postura”, o que explicava a sua volta 45 dias depois acompanhada da prole.

Flauzina achou estranha aquela história e correu à casa de Josefa Henrique. Josefa, ao saber da novidade, imediatamente tomou o rumo da casa de Francisca Alves e, lá chegando, não se fez de rogada: “logo foi arrebatando a galinha”. Josefa assim narra o episódio: “entrou para a casa de Francisca Alves e quando entrou foi vendo a dita franga (sic), que estava ali, e disse a Francisca Alves que aquela franga lhe pertencia, a que Francisca disse que não, e logo ela, sem demora, pegou a franga para conduzi-la e nessa ocasião, Francisca e suas filhas pegaram-se com ela interrogada e uma delas gritou, “traz os cacetes”, desencadeando uma luta corporal entre as contedoras, que terminou com ambas feridas. Após a refrega, saíram para a delegacia de polícia.

---

<sup>96</sup> Essa prática, denominada “meia”, é comum especialmente na zona rural de certas áreas do Nordeste e muitas vezes alcança as próprias cidades e perpetua-se entre populares, muito embora na cidade assuma uma nova dimensão por causa de questões como a falta de espaço e de tempo para cuidar dos animais.

As testemunhas, todas vizinhas, fazem coro com as contedoras e insistem em colocar a galinha como o centro da querela. Elas realmente tinham significado para aquelas pessoas e o conflito é um emblema de como aquele mundo tinha sua própria lógica. Mas era uma lógica que não condizia com certos preceitos pregados por médicos e higienistas da época, que vinham tentando limitar a geografia dos populares e os lugares aonde deviam criar seus animais domésticos.<sup>97</sup> No caso envolvendo Josefa Henrique, Francisca Alves, Flauzina e outras vizinhas, observam-se práticas comuns no campo tomando as ruas dos subúrbios da cidade e as imediações do centro. Galinhas, cachorros e porcos soltos pelas proximidades da casa em área urbana, era sinal de que aquelas pessoas tinham uma percepção diversa do espaço em torno da casa, utilizando-o com uma liberalidade que os preceitos da higiene burguesa não comportavam.<sup>98</sup>

Aqueles animais serviam para aproximar pessoas e criar laços de solidariedade com vizinhos, o que ampliava os espaços das pequenas moradias, tal como se viu na relação entre Flauzina e Josefa Henrique. A mistura de galinhas, porcos, animais diversos e pessoas nas casas e nas ruas, o uso comum de determinados espaços ditos privados, os diversos tipos de trocas não monetárias, que faziam parte do cotidiano dos pobres e trabalhadores, eram condenados pelo discurso higienista e burguês como sinônimo de promiscuidade e um risco para a saúde e a moral da sociedade, porque embaralhavam e embotavam códigos que se tentava universalizar e punham em cheque alguns pilares da sociedade moderna, como a família nuclear, a monetarização das relações sociais e a separação entre espaço público e privado.<sup>99</sup> Condenando os animais criados soltos nas ruas à exígua geografia do chiqueiro ou do estábulo asséptico, buscava-se mais do que garantir a saúde dos moradores e prevenir epidemias nas cidades, pois se abria um sutil caminho, ou uma larga avenida, para interferir nos

---

<sup>97</sup> O Código de Posturas de 1927 é o mais claro sinal nesta direção.

<sup>98</sup> Ver WISSENBACH, 1998:121, LANNA, Ana L.D., 1996, p. 87 e 119.

<sup>99</sup> Ver WISSENBACH, 1998:49-130.

territórios populares, desestruturando os laços de solidariedade e ajuda mútua que ali dominavam.<sup>100</sup>

Além do papel que esses animais tinham na vida de famílias populares, outros aspectos chamam a atenção nos casos acima discutidos: as relações de solidariedade, os conflitos entre vizinhas e os usos que as mulheres faziam da casa e do seu entorno.

Retornaremos mais uma vez ao caso de Ana Pereira e José Cozinheiro. Ana, após desentendimentos com seu marido, fora em demanda de uma vizinha e não de familiares, provavelmente por não tê-los na cidade. Além do apoio logístico, a sua vizinha e agora anfitriã Luzia Maria da Silva fora testemunha da agressão; em sua casa Ana se refugiara quando sua cunhada, Moça Chaves, perseguiu-a de enxada na mão, soltando improperios e ameaçando-a. Luzia não só serviu de testemunha de acusação como mobilizou o marido, que no momento da agressão estava ausente, e deu ao mesmo, instruções para depor em favor de Ana.

Em grande parte dos processos, percebe-se o quanto a relação entre vizinhos era importante naquele mundo.<sup>101</sup> Por um lado, ela criava laços de solidariedade que desembocavam em atitudes como as que se viu no parágrafo anterior. Mas exercia encantos mil e provocava outras tantas desavenças. Não ocorria somente entre mulheres, como até aqui se viu, mas elas eram seus principais esteios. Quando casadas ou amasiadas, e o marido tinha um trabalho ou emprego, eram responsáveis pelos afazeres domésticos. É claro que nem todas se dedicavam exclusivamente aos serviços do lar, como imaginavam e queriam os seus maridos, mas grande parte de suas atividades e da sua vida tinha como referência espacial a casa. Desta entabulavam conversações e criavam laços de cumplicidade com a vizinhança.

---

<sup>100</sup> As obras de ROLNIK, Raquel, 1997, ARRAIS, Raimundo, 1995, CHALHOUB, 1986, 1990 e 1996 e WISSENBACH, 1998:49-130, discutem a dimensão política das tentativas das elites e classes dominantes de interferir e desarticular territórios populares e negros em diferentes cidades brasileiras.

<sup>101</sup> Ver também CHALHOUB, 1986.

Aquele mundo era propício a essas aproximações. Casas pequenas, na maioria parede-meia, onde se ouvia tudo que ocorria na casa vizinha.<sup>102</sup> Ao fundo da casa ficava a cozinha e após essa o quintal, onde parte dos afazeres domésticos era realizada e onde as mulheres conversavam, para dar vazão às agruras da labuta diária. Os quintais eram, na maioria das vezes, separados por cercas de varas, uma forma de limitar as andanças dos animais domésticos na cidade. Em frente da casa havia o terreiro ou a calçada, local que deveria passar por uma limpeza diária e que era usado pelas mulheres para colocar as conversas em dia e saber das novidades da vizinhança e da cidade. Entabulavam-se conversas e criavam-se laços. Confidenciavam sobre suas relações, seus problemas e alegrias, projetos futuros e desencantos com o mundo. Marido, filhos, família, vizinhos, tudo era mote para prolongar aquelas conversas. Ali também faziam articulações contra as possíveis agressões de maridos ciumentos; discutiam a educação e cuidado dos filhos, ou como evitar a sua concepção; conversavam sobre o amor e o amar. Ensinavam umas às outras os caminhos que levavam à delegacia, caso sofressem alguma agressão por parte do amásio, ou de vizinhos e desafetos, e davam combustível para alimentar aquelas formas de estar num mundo cheio de adversidades.

A casa e o seu entorno, as casas vizinhas, os quintais, a rua, o roçado, muitas vezes próximo, compunham um espaço amplo, mesmo que a casa em si não o fosse na maioria das vezes. Era um amplo espaço por ser lugar de muitas articulações, de onde se podia fazer muitas coisas. O ciumento Sebastião Pereira Ramos acusou Júlia de viver em sua casa “a se enamorar com uns homens que passavam na rua.”<sup>103</sup> Sebastião era lavrador e é difícil imaginar que alguma vez tenha flagrado Júlia em seus

---

<sup>102</sup> Em alguns processos vizinhos informam que tomaram conhecimento do acontecido porque moravam parede-meia com a casa onde ocorrera o crime. Uns confessam, inclusive, que ouviam tudo que se conversava na casa vizinha. Ver Ação Criminal n° 70, 1935, Antônio Alves de Oliveira, maço de 28/02 a 16/12/1935, Ação Criminal n° 78, 1934, Ananias Severino, maço de 13/01 a 06/07/1935 e Ação Criminal n° 93, 1936, Antônio Maximiano Carneiro, maço de 21/01 a 30/12/1936.

<sup>103</sup> Idem Ação Criminal n° 62.

flertes. Provavelmente soube das façanhas da mulher através de um vizinho ou parente indignado. Noé Ferreira, quando voltou à casa em que agredira sua mulher dias antes, encontrou uma vizinha escanchada na porta da frente a conversar com Severina e Maria Bezerra, a proprietária da casa.<sup>104</sup> Irritado com o que deve ter considerado uma licenciosidade, chamou a mulher que estava na porta de “catraia”. Em outro caso, Crispiniano Norberto e Maria Rosa da Conceição haviam se pegado pela manhã, por causa de ciúmes, e Maria deixou a casa em que vivia com o amásio,<sup>105</sup> indo para a casa de uma vizinha e amiga. Na noite daquele mesmo dia, estava debruçada em uma janela, conversando com um homem, quando Crispiniano chegou e a agrediu.

Esses são exemplos dos usos que faziam de uma casa. Quintal, calçada ou terreiro, cozinha, sala da frente, portas e janelas. Tudo aquilo podia ser muito diminuto, mas servia para movimentos bem mais amplos do que seu espaço físico fazia crer. Crispiniano, Noé e Sebastião descobriram que as janelas ou portas de suas moradias tinham sentidos diversos e eram mais do que a entrada ou serventia da casa. Eram lugares de onde se podia entabular um diálogo com a rua, com vizinhos, com transeuntes, com negociantes; eram, enfim, em certos aspectos, uma movimentada banca de trocas materiais e simbólicas.

Em um episódio de 1932 percebe-se o quanto algumas daquelas mulheres eram desabusadas. Severino Ramos, vulgo Severino Baleado, ao chegar em casa no Louseiro, subúrbio da cidade, vindo de andanças na rua às duas horas da madrugada, encontrou Antônia Maria da Conceição, sua mulher, atracada e aos beijos com Antônio Eufrásio. Espancou-a e esta se socorreu na casa de um vizinho.<sup>106</sup> Ainda sob o peso dos cornos, Severino em informou em seu depoimento na delegacia que ia “chegando em sua casa vindo da rua e ao aproximar-se, encontrou sua mulher com a porta aberta e agarrada com Antônio Eufrásio; que neste ínterim Antônio Eufrásio correu, e sua esposa correu também, saindo,

---

<sup>104</sup> Idem Ação Penal nº 232.

<sup>105</sup> Ação Criminal nº 16, 1932, Crispiniano Norberto e Maria Rosa da Conceição, maço 02/02 a 14/12/1932.

<sup>106</sup> Sumário Crime nº 25, 1932, Severino Ramos, maço de 16/06 a 19/10/1932.

tendo ele a alcançado no terreiro” quando a espancou pela primeira vez. Antônia em sua versão, informa que após interrogação do irado Severino, confessou ao marido que tudo não passara de um beijo. Assim ela narra o momento que antecedeu ao episódio:

... as duas horas da madrugada, estava em sua casa, quando ouviu uns assovios (sic) e tropéis em direção de sua casa; que ela chamou pelo nome do seu marido que andava fora, pensando ela ser seu marido, que se destinava à casa; que após haver chamado pelo nome do seu marido, respondeu um seu vizinho de nome Antônio Eufrásio, dizendo “sou eu dona Antônia”; que lhe pedia uns fósforos; que ela depoente satisfiz o pedido deste.<sup>107</sup>

Eufrásio parece ter pedido algo mais do que fósforos naquela madrugada e “dona Antônia” atendeu aos seus apelos, porque os lances seguintes foram presenciados por Severino Baleado, que a submeteu a duas sessões de espancamento. Antônia inovou e subverteu os usos que as mulheres casadas faziam até então da porta e janela de uma casa. Nos processos pesquisados, as portas das casas eram usadas na maioria das vezes para conversas com vizinhas e amigas, que se visitavam quase sempre à noite.<sup>108</sup>

A ousadia de Antônia mais uma vez surpreende. É certo que se utilizou de um horário morto para ficar aos beijos e agarradelas com Eufrásio na porta de sua casa; mesmo assim, demonstrou ser uma mulher de coragem. Confirmou esta condição ao confessar ao marido revoltado que apenas “beijara Eufrásio”. No seu depoimento, percebem-se as artimanhas e uma certa cumplicidade com o “urso”, pois se comunicavam através de assobios quando queriam se encontrar a sós. Mas se o horário e os assobios eram as formas de Eufrásio e Antônia se

---

<sup>107</sup> Idem.

<sup>108</sup> Em um processo de 1944, flagramos outro uso da porta/janela de uma casa, só que no caso, por um homem. Segundo o seu morador, “estava lendo um jornal na sala de visitas de sua residência [e] nesse ínterim chegou à janela o seu vizinho de nome Luiz Batista de Sousa e perguntou o que havia de novo no jornal do dia, ao que respondeu que não havia novidade”, ver Sumário Crime n° 228, 1944, Reinaldo Marcelino Filho, maço de 13/04 a 31/08/1944.

comunicarem e burlarem a vigilância dos vizinhos e do marido, muitos outros vizinhos e vizinhas se comunicavam diversamente e, muitas vezes, sem a “discrição” de Antônia e Eufrásio.<sup>109</sup>

No entanto, não era apenas nas proximidades da moradia e nas portas e janelas de casa que as mulheres eram vistas na cidade. Boatos e conversas sobre traições, chifres e querelas diversas entre vizinhas e conhecidas eram parte daquele mundo, mas podiam acabar em desavenças e intrigas como a que envolveu Severina Pereira, que saíra da rua Irineu Jóffily e fora até a Nova Olinda acertar contas com Maria Tavares, porque esta andara falando pela cidade que Severina botava chifre no amásio.<sup>110</sup> Em outro episódio, numa tarde de fevereiro de 1944, uma “senhora” estava indo ao centro da cidade matricular os filhos numa escola, quando de repente, em plena avenida Getúlio Vargas, uma mulher desconhecida passou a detratá-la com epítetos como “rapariga, safada, puta, escrota e catraia indecente.”<sup>111</sup> Indignada pelo escândalo e constrangimento público que lhe causaram tamanhas injúrias, contou o caso ao marido, que contratou um advogado para impetrar uma queixa crime contra a agressora. Egídia Gomes, em seu depoimento, confessou que estava meio alcoolizada no momento em que rasgara o verbo e que confundira Laura Balduino Batista com a amásia do seu marido.

Neste episódio, ocorrido em uma avenida saneada nas proximidades do centro, observamos códigos e percepções diferentes em tensão. Egídia Gomes buscara exatamente uma rua movimentada para desagrar quem pensava fosse a amásia do seu marido. Sua gritaria e palavreado teve o efeito esperado, chamando a atenção de transeuntes, dos moradores da casa em frente da qual ocorrera a agressão e das proximidades. Ela havia feito a coisa certa, pensava. Só que a vítima de sua descontrolada agressão utilizou-se exatamente da dimensão do escândalo causado para que ela fosse punida. Uma e outra, no mesmo episódio, aprenderam como os códigos do viver na cidade, observar e usar seus espaços, ler as fisionomias dos transeuntes podiam ser

---

<sup>109</sup> Sumário Crime nº 03, 1930, Moisés Francisco de Melo, maço de 09/01 a 12/12/1930.

<sup>110</sup> Ação Penal nº 249, 1944, Severina Pereira, maço de 28/01 a 13/11/1944.

<sup>111</sup> Queixa-Crime nº 235, 1944, Egídia Gomes, maço de 11/03 a 03/11/1944.



manipulados diferentemente. Devem ter aprendido lições diversas com o encontro daquela tarde de fevereiro.

As mulheres do meio popular não viviam apenas no restrito mundo do lar, como muitos queriam. Faziam incursões diversas pelas ruas da cidade, fosse em busca de uma nova morada, de alguém que procuravam caluniar, ou mesmo de uma desafeta caluniadora; passeavam e faziam compras, visitavam amigos e familiares; iam à procura de políticos e compadres pedir ajuda ou trabalho para o marido ou amásio; levavam filhos, vizinhos e amigos para o hospital ou a delegacia; visitavam as igrejas e a tenda de curandeiros; iam à feira vender e comprar; eram rezadeiras respeitadas, operárias assediadas, donas de casas enclausuradas ou difamadas.<sup>112</sup> Eram encontradas nas portas das casas vizinhas, a conversar, ou na sua própria casa, a olhar o movimento da rua, observar a vida alheia ou flertar com homens que por ali passavam. Vez por outra eram espancadas por maridos ou vizinhos (neste último caso, encontramos apenas mulheres viúvas ou mães solteiras) e condenadas ou admoestadas pela justiça; nesses casos, no entanto, percebe-se claramente que enfrentavam maridos e amásios no braço ou desafiando-os, como fez Ana Pereira com José Cozinheiro.

Elas dominavam, de maneira própria, como mulheres num mundo fortemente masculinizado, os códigos que um certo viver na cidade implicavam. Mas viver em Campina Grande entre os anos 1920-1940 era algo cambiante e, como todos os outros moradores do lugar, as mulheres do meio popular tiveram que aprender a lidar com os novos códigos que se lhes interpunham no dia a dia, como a proibição de criar animais soltos pelas ruas, os cuidados de si e dos filhos, com a velocidade dos automóveis nas ruas calçadas, os médicos apalpando seu corpo, filhos indo à escola, aprendendo novas profissões ou virando larápios, o manuseio de máquinas nas fábricas de fiação e tecelagem etc. Não era exatamente a vida que algumas delas tinham no lugar de origem, mas era uma vida com um forte peso das experiências trazidas, que não se perdiam do dia

---

<sup>112</sup> Ver ESTEVES, Martha Abreu, 1989:117-202 e CAVALCANTI, Silêde L. O. Cavalcanti, 2000:52-56, sobre as imagens e estigmas que existiam contra as mulheres que costumavam andar sozinhas ou acompanhadas pelas ruas da cidade, em horários considerados impróprios ou em companhias desabonadoras.

para a noite, apesar do ritmo dos automóveis, da dúbia claridade da luz elétrica, da beleza do cinema e dos novos ensinamentos que seus filhos tinham na rua e na escola.<sup>113</sup>

É comum na historiografia de gênero, ou em estudos sobre as mulheres, enfatizar/ressaltar os perigos e limites da circulação das mulheres pela cidade. Andar a certas horas da noite desacompanhadas, ou em companhias duvidosas e em certos lugares, poderia ser uma senha para a difamação e os estigmas, para o nome “cair na boca do mundo.”<sup>114</sup> A bibliografia mostra o quanto os olhares da sociedade estavam atentos aos passos das mulheres e às formas como se comportavam em lugares públicos. Mas os estigmas do olhar urbano não atingiam apenas as mulheres “desviadas”, eram também suas vítimas os agricultores.

## O Mundo dos Agricultores

Personagens quase sempre vistos com reservas por cronistas e muitos moradores da cidade, os agricultores, entre os anos 1920 e 1945, costumavam tomar as ruas centrais de Campina Grande nos dias de feira, dando à mesma um movimento invulgar. Eles vinham dos subúrbios, onde tinham roçados e plantações, dos sítios e fazendas localizadas nas imediações da cidade, dos diversos distritos pertencentes a Campina Grande. Por fim, como a feira da cidade era considerada por esses tempos

---

<sup>113</sup> O crescimento populacional de Campina Grande, entre as décadas de 1920 e 1940, ocorrera como na maioria das grandes cidades brasileiras, pressionado mais pelo advento de pessoas e famílias da zona rural, de outros municípios do Estado e de estados vizinhos (especialmente de Pernambuco) e de alguns estrangeiros (principalmente sírio-libaneses que à época formaram uma verdadeira “colônia” na cidade) do que do crescimento vegetativo da sua população. No caso específico de Campina Grande, por ser uma cidade/entreposto comercial, atraía muitos forasteiros, ver CÂMARA, Epaminondas, 1947:125-126 e 188 e numa perspectiva nacional, WISENBACH, 1998:49-131.

<sup>114</sup> ESTEVES, Martha Abreu, 1989:117-202 e CAVALCANTI, Silêde Leila O., 2000:52-56.

uma das maiores do setentrião brasileiro, vinham de diversos outros municípios paraibanos e de estados vizinhos; se deslocavam por meios diversos: os próprios pés, o trem, as sopas, os caminhões e o lombo de animais predominavam.

A vida dos agricultores, no entanto, não se restringia à lida com a terra. Os diversos episódios que protagonizaram no período apontam para um mundo com práticas e valores que iam muito além dos conhecidos preconceitos que a crônica urbana criou em torno dos homens e mulheres que viviam da agricultura, ou que tinham nela um dos seus meios de sobrevivência.<sup>115</sup>

No ano de 1932, Joaquim Pontual de Moura estava medicando clientes em sua casa, no subúrbio próximo à estação da Great Western, sul da cidade, quando lá chegou o dr. João Arlindo Correia, médico e Diretor do Hospital Pedro I e do Serviço de Higiene municipal, acompanhado do delegado de polícia que o prendeu em flagrante, acusado de prática ilegal da medicina.<sup>116</sup> O desenrolar deste longínquo episódio, que teve um dos seus começos na manhã do dia 03 de dezembro de 1932, é um claro exemplo das tensões existentes entre populares e autoridades constituídas, especialmente delegado, médicos, promotores e juízes, mas também fala da organização política e espacial da cidade. Joaquim Pontual era um agricultor que se utilizava do conhecimento secular de plantas medicinais da nossa flora e de certos rituais e crenças para atender e minorar as agruras de uma população entregue à sua própria sorte. Das práticas de cura e assistência retirava parte da sua sobrevivência e, assim agindo, parecia por em cheque uma certa cartografia do poder local.

Quando o dr. João Arlindo Correia premeditadamente chegou com o delegado João de Sousa Silva ao número 208 da rua Almeida Barreto, encontrou a casa de Joaquim movimentada. Na sala da frente havia pelo menos três outros agricultores e uma mulher com uma menina.

---

<sup>115</sup> Um estudo clássico sobre os modos de vida rural e urbano na literatura é *O Campo e a Cidade*, de WILLIMANS, Raymond, 1989.

<sup>116</sup> Apelação Criminal nº 40, 1933, Joaquim Pontual de Moura, maço de 11/01 a 06/11/1933.

Outras pessoas estavam em conversas reservadas com Joaquim. Os três agricultores, dois deles moradores no município de Cabaceiras e um no Serrotão, zona rural de Campina Grande,<sup>117</sup> foram intimados a depor sobre o caso. Contrariando a lógica ou o estigma comum entre os homens da justiça (como o que o juiz de direito Antônio Gabínio alimentava contra agricultores em 1945<sup>118</sup>) e as pressões do delegado que fizera o flagrante,<sup>119</sup> articularam um movimento no sentido de dificultar a vida dos homens da justiça, protegendo quem lhes minorava as agruras físicas e espirituais. Pela lógica dos agricultores em seus testemunhos, uma das “muitas coisas fantasiosas” que não entendiam era a justiça.

Sebastião Amaro do Nascimento, um dos agricultores flagrados na casa de Joaquim Pontual, explicita sua incompreensão das regras que os homens da justiça e medicina queriam impor-lhe, ao afirmar, naturalmente, que “fora pedir esse remédio ali, porque estava sofrendo uma dor, e remédio se pede a qualquer pessoa...”.

O esculápio João Arlindo Correia deve ter se irritado ao ouvir essa herética frase. Incautos, ignorantes, mentes inferiores e muitos outros adjetivos soltou para os seus botões. A corriqueira percepção de um popular de que “remédio se pede a qualquer pessoa” era um dos principais obstáculos à cruzada anti-charlatanismo e curandeirismo que por aquele tempo empreendia. Teria, no entanto, que reconhecer que os agricultores

---

<sup>117</sup> O município de Cabaceiras faz divisa ao sul com o município de Campina Grande, distando uma sede da outra cerca de 70 quilômetros; o Serrotão fica a cerca de 6 quilômetros da área central da cidade.

<sup>118</sup> Segundo o juiz Antônio Gabínio, “Manoel Bastos da Silva que é um simples roceiro, portador de um nível mental inferiorizado pela falta de instrução e rusticidade da vida do campo a que se entrega, tornou-se presa fácil dos ardis e embustes do acusado. Não só acreditou no feitiço que lhe fora botado pelos seus próprios filhos, como ainda creu nos exorcismos do acusado e no seu poder sobre-humano de livrá-lo dos danosos efeitos do sortilégio que viu ser arrancado da porta de sua casa”, ver Ação Penal nº 253, 1944, Manoel Francisco de Sousa, maço de 01/01 a 16/11/1944.

<sup>119</sup> Nos processos pesquisados os flagrantes da polícia são quase sempre suspeitos aos olhos de promotores, advogados e juizes. Nesse caso mais ainda, pois ele foi premeditado pelo dr. João Arlindo Correia, que por essa época articulara uma cruzada contra a medicina popular e as práticas de curandeirismo.

e populares não estavam sozinhos naquele mundo de ignorância e superstições. Tinham companhias portentosas. Os desembargadores e seu concubinato com o espiritismo eram uma demonstração de que pessoas gradas ainda tinham um pé naquele mundo, como escreveu o advogado José de Oliveira Pinto.<sup>120</sup> Arlindo Correia estava lutando contra forças mais poderosas e adversas do que o seu estreito universo deixava-o antever<sup>121</sup>. Era uma vítima de suas próprias credices.

O agricultor e réu, Joaquim Pontual, 55 anos, foi o último a depor naquele auto de prisão em flagrante por contravenção. Em sua fala, percebe-se que a perseguição do dr. João Arlindo Correia vinha há muito.

... há dias passados fora intimado pela polícia, por ter esta recebido um ofício do Diretor do Serviço de Higiene desta cidade, em que denunciava ele interrogado como charlatão da medicina; que sendo intimado, explicou não fazer profissão de tal ramo, e aplicava apenas, simplesmente, homeopatia a algumas pessoas, e isso sem obter lucro de espécie alguma; que a homeopatia ele vem aplicando a sua família, desde a idade de 15 anos, como sempre tem visto aplicá-la desde antiga data; que sobre o uso da homeopatia este nunca sofreu perseguição por médicos e nem por pessoa alguma; que ele aplica homeopatia nesta cidade há 11 anos; que nunca aplicou uma injeção, nem dosagens ou fórmulas, e nem operações a pessoa alguma, nesta cidade e nem em parte alguma; que também nunca aplicou as tais garrafadas de que em geral, o povo faz uso...<sup>122</sup> (grifos nossos)

---

<sup>120</sup> Segundo o advogado José Pinto (29/11/1945), “Enchem os jornais todos os dias uma disputa em torno do espiritismo, que é acatado até pelos desembargadores do tribunal deste Estado. Depois desta vida, muitas coisas tidas como fantasiosas, como incomprovadas, podem acontecer; ora, se pessoas gradas assim pensam, é de justiça que se impeça, que se estigmatize de crime um ignorante que também o faz?”, ver Ação Penal n° 253.

<sup>121</sup> José Lins do Rego, um dos maiores expoentes das letras paraibanas da época, teve o “desplante” de defender a medicina popular em artigo escrito no órgão oficial do Estado, ver “Medicina Popular”, *A União*, n° 172, 03/08/1935, p. 03.

<sup>122</sup> Idem, Apelação Criminal n° 40.

Esse depoimento mostra como estavam enraizadas entre o “povo” algumas das práticas do curandeiro Joaquim e outras mais. Ao mesmo tempo, vê-se que o que estava em jogo era coisa grande. O esculápio Correia agia guiado pelas práticas do higienismo moderno e sua empreitada na institucionalização da medicina, mas apoiava-se também na ânsia de ampliar seu patrimônio, tanto pecuniário quanto simbólico e político. Tudo isso sem os obstáculos que os curandeiros representavam para a consecução desses projetos. Joaquim Pontual também devia viver tempos de angústia e sua compreensão das empreitadas de Correia era limitada. Há quarenta anos que praticava “homeopatia” e o fazia porque era algo comum no seu mundo e vinha de “antiga data”. Claro, ganhava alguns cobres e também recebia “presentes” pelos seus serviços.<sup>123</sup> O que chamava de homeopatia era uma arte e a sua própria vida. Era um artista ou artífice da cura; assim vivia há muitos anos e sua prática tinha um álibi secular.<sup>124</sup>

Aquele flagrante, no entanto, fala de algo mais do que das incompreensões entre o agricultor Joaquim Pontual e sua clientela, por um lado, e João Arlindo Correia e o aparato policial e jurídico, por outro. No seu centro, respirava-se a disputa por poder e pelo controle da vida das pessoas, o que era algo significativo, naquele tempo como hoje. Por isso, Joaquim Pontual não foi a única vítima do dr. João Arlindo Correia. Em processo iniciado pouco antes daquele que envolvera Joaquim Pontual e alguns agricultores, encontramos novamente o dr. João Arlindo Correia na sua cruzada anti-curandeirismo. A denúncia coloca a questão em termos ríspidos.

O denunciado que é um indivíduo de uma conduta irregularíssima, e tem o mal hábito de a todos apelidar com epítetos injuriosos, sem embargo das constantes reclamações feitas pelo zeloso chefe do Posto de Higiene desta cidade, a quem tem procurado ostensivamente ridicularizar, vive exercendo ilegalmente neste

---

<sup>123</sup> Uma das principais formas de pagamento e reconhecimento de gratidão por parte de populares a curandeiros e médicos era a doação de galinhas, porcos, milho, feijão, etc. Aqui vê-se outra utilidade das galinhas e pequenos animais.

<sup>124</sup> Sobre curandeiros e suas práticas, ver CHALHOUB, Sidney et alii, 2003.

município a arte de curar, onde segundo declarou tem um grande número de clientes, nos quais aplica toda sorte de remédios que julga conveniente ao combate das respectivas moléstias, fazendo partos e intervenções cirúrgicas...<sup>125</sup>

O irritado promotor público Antônio Pereira Diniz referia-se a José Cassimiro Barbosa, cuja fama correu mundo sob a alcunha de “Língua de Aço”. Esse episódio, que esteve diretamente associado ao de Joaquim Pontual, aparentemente afastou-nos do universo estrito dos agricultores.<sup>126</sup> No entanto, ele é emblemático no sentido de se compreender o universo dos agricultores e, mais amplamente, as práticas e costumes populares na cidade, suas tensões internas e com o mundo das elites locais. Talvez não fosse apenas em Campina Grande, mas essas tensões e conflitos interferiam na articulação da rede local de poderes, o que dava a um episódio aparentemente comum uma dimensão política singular e significativa.

José Cassimiro era acusado de ilícitos diversos e encontrava-se numa situação difícil, ainda mais porque o esculápio havia arquitetado um ardiloso plano para tirá-lo de circulação, junto com outros curandeiros e praticantes ilegais da medicina.<sup>127</sup> João Arlindo Correia trouxe para as suas hostes duas testemunhas de acusação, o delegado de polícia, o moralista promotor Antônio Pereira Diniz, diversos médicos locais e parte da elite endinheirada da cidade, mas este movimento não intimidou o curandeiro. No dia 05 de abril, José Cassimiro Barbosa, 34 anos, teve a

---

<sup>125</sup> Ação Criminal nº 11, 1932, José Cassimiro Barbosa, maço de 16/04 a 30/09/1932. Ver também “Nota do dia”, de Hortênsio Ribeiro em *A Imprensa*, nº 07/03/1934, p. 01 e CASTRO, Oscar Oliveira em *Medicina na Paraíba*. João Pessoa: A União Editora, 1945:284.

<sup>126</sup> Agricultor aqui significa tanto os que viviam na zona rural do município de Campina Grande e regiões circunvizinhas, como os que moravam nos subúrbios da cidade e aí tinham seus roçados.

<sup>127</sup> Foram abertos três processos com as denúncias de João Arlindo Correia sobre as práticas ilegais de medicina na cidade entre 1931 e 1932. Além dos casos de Joaquim Pontual e José Cassimiro, há o caso de um estudante de odontologia que estava exercendo a profissão sem ainda ter o diploma, ao qual não tivemos acesso, embora seja citado no processo de José Cassimiro.

possibilidade de falar, o que fez com rara loquacidade, muita ironia, provocações e desdém pelo esculápio Correia. Afirmou que

... aplica injeções de toda e qualquer natureza, conforme o caso exija, faz partos e também tem se metido em algumas intervenções cirúrgicas, isto baseado nos estudos feitos pessoalmente no que se diz respeito a fisiologia, anatomia e patologia, sendo que tudo isso pratica para satisfazer aos desprotegidos da sorte, que comparecendo ao Posto de Profilaxia Rural desta cidade, do qual é chefe o ilustre esculápio Doutor João Arlindo Correia e, não sendo atendido, procuram minorar a sua situação sanitária, recorrendo-se a ele, aos quais atende satisfatoriamente de acordo com as suas possibilidades financeiras; e tudo isto faz gratuitamente, como poderá provar, caso preciso seja, com a assinatura de 170 doentes residentes nesta cidade e no município da mesma cidade e prova de tudo isto, obedecendo ao chamado do ilustre dr. Emílio Pires Ferreira, delegado da capital, confirmando tudo, livre e espontaneamente, sem nenhuma coação por parte da autoridade policial, o que a respeito dele se diz concernente ao exercício ilegal da medicina neste município; que não tem nenhum diploma científico que o autorize a aplicar tais medicamentos; que aplica injeções de 900 e 14 (sic) aconselhado mesmo pelo depoente, sem prescrição de qualquer médico; que antes, porém, de aplicar tais injeções, faz exame de urina conforme o método que aprendeu no hospital de Santo Amaro em Recife; que tem nesta cidade, presentemente, 48 doentes indigentes...<sup>128</sup>

Agora o leitor deve ter compreendido por que Cassimiro era alcunhado de “Língua de Aço”. Das centenas de depoimentos que temos em mãos, é raro ver um tão direto e sem as mediações comuns entre peças do gênero. Esclareçamos. Até aqui o leitor foi informado das astúcias

---

<sup>128</sup> Idem, Ação Criminal nº 11.



e manipulações a que delegados, policiais, advogados e, principalmente, populares e membros da elite submetiam promotores e juizes em seus depoimentos<sup>129</sup>. Cassimiro Barbosa não usou dos muitos ardis e subterfúgios à disposição. Enfrentou com nariz empinado o delegado e o juiz e, principalmente, as perseguições do esculápio Correia. Estava certo o promotor Diniz ao afirmar que Língua de Aço procurava ostensivamente ridicularizar “o ilustre Doutor João Arlindo Correia”, como fez questão de ironizar em seu depoimento. Ao acompanhar o desenrolar do processo, fica-se admirado com a ousadia de Cassimiro. Ele não tinha dinheiro, não era um dos ricos da cidade, embora alguém tenha dito que outrora fora rico. Sequer constituiu advogado, por absoluta falta de condições, embora tenha sido assistido por Argemiro de Figueredo, um dos melhores causídicos da cidade. Parecia, no entanto, sustentar-se nessa e em outras forças. Talvez acreditasse na “assinatura de 170 doentes residentes nesta cidade e no município”, ou menos do que isso, nos “48 doentes indigentes” que tinha naquele momento, ou nas “31 testemunhas” que dizia ter para provar a inépcia do Posto de Profilaxia Rural, onde se cobrava dinheiro dos que o procuravam.

Os casos de Joaquim Pontual e José Cassimiro mostram como vez por outra os populares e seus aliados tentavam sub-repticialmente redefinir as redes de poder que enleavam a vida dos moradores de Campina Grande.<sup>130</sup> Fazendo-o, interferiam na própria organização que as elites tentavam dar aos espaços e lugares por onde circulavam. Os curandeiros levavam dezenas de moradores para outros caminhos, lugares

---

<sup>129</sup> Isto levou Mariza Correia a considerar o processo uma “invenção, uma obra de ficção social”, segundo Boris Fausto, 1984:21-22.

<sup>130</sup> Não são lá muito comuns os processos em que se percebem as tensões mais gerais e que praticamente dividiam a cidade em grupos antagônicos, mesmo que cada um dos lados tivesse articulações com membros do outro. Aos casos de Cassimiro e Joaquim Pontual, pode-se somar o do pãozeiro Cícero Rodrigues e o de Geraldo Castro Cavalcanti. Mas é exatamente por isso que esse episódio merece atenção. Ele termina transformando práticas aparentemente banais e comuns na vida de alguns moradores da cidade ou dos seus arredores em manifestações eminentemente políticas, explicitando tensões que permeavam a vida dos seus habitantes.

e pessoas que não o posto de profilaxia municipal e seu autoritário diretor.<sup>131</sup> Mais do que isto, buscavam os pacientes em suas próprias residências, mostravam-se interessados em seus problemas e, quando cobravam pelos serviços, faziam-no através de mecanismos comuns no meio popular, como o pagamento e os presentes que costumavam receber das pessoas que ajudavam. Ao mesmo tempo, como muitos curandeiros utilizavam-se de práticas seculares e difundidas no seio de grupos sociais diversos, especialmente entre pobres do campo e da cidade, é de supor que as conversas com os pacientes e clientes fossem menos monológicas do que as que usavam os médicos de formação acadêmica.<sup>132</sup>

As práticas dos curandeiros amedrontavam as elites locais, acostumadas com as antigas e sempre úteis relações de favor e dependência que lhes rendiam dividendos, especialmente em época de eleições. Os curandeiros interferiam, portanto, na configuração do espaço e nas relações de poder na cidade, dando-lhe novas cores e mostrando claramente como o projeto de reordenação daqueles espaços, em nome do higienismo e da civilização, era compreendido diversamente e teria que submeter, disputar espaços com parte dos que não aceitavam sua lógica ou a compreendiam diferentemente.

Lançando mão da mesma lógica que mandava casebres e prostíbulos, loucos e mendigos, cemitérios, cadeia e matadouro para os subúrbios ou lugares fechados, onde não incomodassem as vistas e narinas das elites; que definia o que era uma cidade com ruas, casas, praças, parques e transportes modernos; que tentava impor as formas e maneiras de estar e usar estes lugares, o médico João Arlindo, com os auspícios da

---

<sup>131</sup> Apelação Criminal nº 67, 1935, Arlindo Correia da Silva, maço 28/02 a 16/12/1935 e Ação Criminal nº 84, 1935, Arlindo Correia da Silva, maço de 15/03 a 27/09/1935, em que denunciou no ano de 1935 as iniquidades praticadas pelo prefeito Antônio Pereira Diniz e o próprio médico João Arlindo Correia, acusado pelo jornal *A Batalha* de humilhar os pobres que iam em demanda de seus serviços no hospital Pedro I.

<sup>132</sup> Hortêncio Ribeiro na “Nota do Dia” de *A Imprensa*, nº 618, 07/03/1934, escreve um verdadeiro libelo em defesa de “Língua de Aço” e denuncia os médicos de Campina Grande, a quem chama de “mortícolas” que se utilizam de termos “arrevesados” em suas consultas e têm o poder de matar livre e impunemente

justiça, tentou pôr na cadeia e tirar de circulação personagens que tinham ensinamentos e relações diferentes com moradores da cidade e de seus arredores.

A empreitada do esculápio, apoiada num aparato jurídico e legal contra costumes considerados incivilizados, que era implementado no país desde a segunda metade do século XIX, e que fora radicalizado com o advento da República,<sup>133</sup> recebeu no início da década de 1930 uma resposta clara da população que tinha aquelas práticas como parte constitutiva do seu mundo material e espiritual. Mas este mundo era movido a muitas outras coisas e práticas.

É difícil analisar à luz da documentação se o médico foi bem sucedido na sua empreitada. Provavelmente, ele ganhou em algumas coisas e perdeu em outras tantas. Joaquim Pontual e José Cassimiro, após serem levados às barras do tribunal e ouvirem suas atividades ganharem nomes arvesados, como “curandeiro” e “charlatão” (Joaquim Pontual disse “não fazer profissão de tal ramo”), devem ter se retraído por algum tempo, ou foram embora da cidade. Nos dois casos, os homens da saúde e da justiça parecem ter derrotado seus rituais de cura e a organização de centenas de clientes ao seu redor, mas talvez não tenham conseguido suprimir todos os seus ensinamentos.<sup>134</sup> O episódio seguinte, ocorrido em 1945, deixa pistas sobre como certas atitudes embebidas de experiência secular não foram totalmente erradicadas, apesar de todas as mudanças por que a cidade passara e da contínua ação dos reformadores, tal como a empreitada higienista do médico João Arlindo Correia.

Com este episódio vê-se a geografia do poder deslocar-se para outras áreas, envolvendo outros problemas que afligiam a vida de muitos moradores da cidade - em especial, os agricultores. Na tarde do dia 17

---

apenas por possuírem um título. Denuncia também a justiça da cidade, que denomina de “charlatanismo togado”, por ter condenado “Língua de Aço”.

<sup>133</sup> A bibliografia que vem sendo citada neste trabalho deixa claro este aspecto, especialmente, CHALHOUB, Sidney, 1996, PONTE, Sebastião Rogério, 1999, SEVCENKO, Nicolau (org.), 1998 e ainda ESTEVES, Martha Abreu, 1999.

<sup>134</sup> Como o interesse pelas práticas de curandeirismo não é o aspecto central do item, e sim uma porta de entrada no universo dos agricultores e populares, nos voltaremos na seqüência para outras práticas comuns no mundo dos agricultores.

de fevereiro de 1945, a jovem Vanilde Guedes saiu em busca de um pote d'água numa cacimba para as necessidades da casa dos seus pais. Quando estava pegando água, próximo ao açude de Bodocongó, subúrbio da cidade, apareceu um morador e capataz da propriedade, que dirigiu-se a ela chamando-a de “puta sem-vergonha” e mandando que colocasse a água de volta na cacimba. Assustada, Vanilde gritou pelo pai e por um irmão, que vieram em seu socorro, tendo o capataz discutido e se atracado com o pai de Vanilde, disparando um tiro de pistola que o prostrou ao chão, vindo o agricultor José Joaquim Ferreira a falecer no dia seguinte.<sup>135</sup>

Duas questões chamam a atenção no episódio. Primeiro, a importância da água para pessoas que dela dependiam diretamente para os afazeres e consumo domésticos. Era um líquido precioso para muitas famílias e por sua causa a área próxima ao açude de Bodocongó era um lugar de constantes tensões, o que coloca-nos diante da segunda questão. Em todo o episódio, as testemunhas atribuem a autoria intelectual do crime a Ottoni Barreto, grande comerciante e proprietário local. O assassinato havia sido cometido pelo seu capataz/morador<sup>136</sup> Antônio Cavalcanti de Albuquerque, mas era voz corrente entre as pessoas do lugar que suas ameaças de “espingardear” quem ali pegasse água sem pagar, suas bravatas de valentão, as ordens para atirar e até matar vinham de Ottoni Barreto, que o apoiava, inclusive armando-o.

No conflito que acabou na morte de José Joaquim Ferreira, travou-se uma luta surda sobre a quem pertencia a área da cacimba que Ottoni Barreto mandara cercar, impedindo que moradores da região ali se

---

<sup>135</sup> Ação Criminal nº 279, 1945, Antônio Cavalcanti de Albuquerque, maço de 15/01 a 28/04/1945.

<sup>136</sup> “Morador” era a pessoa que com sua família vivia em uma terra pertencente a outrem. Para por o seu roçado os moradores tinham que pagar um fôro, se morador-foreiro, ou trabalhar alguns dias da semana para o proprietário de terra, se morador de condição. Essa relação, predominante no campo nordestino até os anos 1970, foi paulatinamente entrando em declínio, especialmente com as lutas de trabalhadores rurais e camponeses pela terra e por direitos, nas quais as Ligas Camponesas tiveram um papel central. Ver nossa dissertação *Falás de Liberdade: O Discurso Camponês de Liberdade*. Mestrado em Sociologia Rural, Campina

abastecessem. Ottoni Barreto, proprietário acusado de estimular e apoiar as ameaças de Antônio Cavalcanti, afirma que

... a água a que se referem as testemunhas, efetivamente estão cercadas, visto como pertencem ao interrogado, mas, por medida de humanidade, fez uma porteira em frente, ou no oitão da casa onde morou “Seu Tino”, para que todas as pessoas, sem distinção de cor ou sexo, [possam] entrar para se abastecer das águas pertencentes ao interrogado; que o dr. Vergniaud, quando assumiu o cargo de prefeito municipal, fez um bebedouro público...ficando assim, a população daquela redondeza totalmente bem servida daquele líquido, não havendo portanto necessidade de invadirem a propriedade do interrogado, furando ou cortando arame do seu cercado como vem sempre acontecendo...<sup>137</sup> (grifos nossos)

As palavras do filantropo membro da elite local explicitam práticas e tensões diversas. Elas partem de uma perspectiva paternalista ladeada por um discurso moderno (“sem distinção de cor ou sexo”) e confirmam os conflitos que suas atitudes estavam gerando. Informam também sobre a ação do poder público, que tentara interferir nas formas que os moradores da área usavam o açude.<sup>138</sup> Um e outro, prefeito e comerciante, vão ter a oposição velada dos moradores da vizinhança, que usavam a água e o lugar de maneiras prosaica e peculiar ao mesmo tempo.<sup>139</sup>

---

Grande, UFPb, 1992 e RANGEL, Maria do Socorro, agosto/2000, especialmente o capítulo “Território de confrontos”, p. 213-334 e SIGUAD, Lygia, 1979.

<sup>137</sup> Idem, Ação Criminal nº 279.

<sup>138</sup> O açude de Bodocongó foi construído pelo governo federal e inaugurado no ano de 1916 para ajudar no abastecimento da população da cidade, em vista de seus dois outros reservatórios não mais atenderem a demanda da cidade em crescimento. Em seu entorno, principalmente a partir dos anos 1920, foram instaladas uma indústria têxtil e diversos curtumes. A água que fora represada para atender a população começava a garantir o funcionamento da incipiente indústria local.

<sup>139</sup> Uma dessas formas, o uso do açude como balneário e local de banhos considerados ilícitos e imorais, já foi comentada no item “O mundo dos choferes”, deste capítulo.

Neste episódio vê-se o envolvimento de trabalhadores diversos. Predominam os agricultores, mas também se ouve a voz de um pequeno comerciante e do operário de um curtume ali existente. Suas atitudes no episódio são indicadoras da existência de tensões naquela área da cidade. Elas são também um contraponto e um enfrentamento com uma das formas de poder que as elites locais tinham, que era o controle da água. Ottoni Barreto, ao ser interrogado no inquérito, se diz proprietário da área cercada por arame, mas todas as testemunhas negam essa condição e agem como se o espaço e a água fossem públicos, o que lhes daria acesso sem a necessidade de pagamento ou autorização. Nesta querela, Ottoni Barreto parece ter o apoio do poder público municipal, que, reconhecendo sua condição de proprietário construíra um bebedouro em outro lugar para atender o público. Agindo assim, a prefeitura apenas reforçava a condição de proprietário privado de Ottoni Barreto, dificultando a vida dos que moravam nos arredores do açude, agora sem a liberdade de pegar água no lugar mais conveniente e mais próximo de suas casas.

É um típico episódio que tem a razão monetária e econômica como propulsora e a racionalização dos espaços como consequência, mas ladeado por práticas paternalistas, que terminam desconsiderando em grande parte a situação das populações do lugar e os seus hábitos e costumes de usarem certos espaços de forma comum. No episódio de 1945 vê-se duas facetas dessas tensões. Uma, entre populares, quando o capataz da propriedade, um empregado e morador, tenta impedir Vanilde de pegar água, o que acaba no conflito e na morte de seu pai; a outra, ocasionada diretamente pela anterior, quando alguns moradores do lugar aproveitam para mostrar a sua insatisfação com a privatização e o monopólio de certos espaços por membros da elite local e com a própria intervenção do poder público.

Mas trata-se de um conflito de dimensão política mais abrangente. O monopólio da água criava relações de favor e dependência, como deixa claro o próprio Ottoni Barreto, que se utiliza de uma moderna prática “humanitária” para designar sua atitude, de permitir que usassem controladamente sua cacimba. Na verdade, lançava mão de um discurso moderno para alimentar uma prática comum nas relações de poder local, que deixava os moradores do lugar à mercê de sua vontade. A permissão

sem pagamento do uso da água de sua cacimba estreitava os laços de favor que deveriam ser retribuídos em época de eleições, na compra de produtos de sua casa comercial, na contratação de mão-de-obra a baixo custo, quando precisasse do trabalho de moradores, e até na sua preferência na compra da terra, quando algum pequeno proprietário decidisse deixar o local.<sup>140</sup>

O que chama a atenção nessas práticas e atitudes é que elas se davam mesmo após a cidade ter sido saneada e contar com um moderno abastecimento de água, inaugurado com a barragem de Vaca Brava, em 1939. Essa obra, que marcou a gestão do governador e interventor do estado Argemiro de Figueiredo (1935-1940), foi propagandeada, quando de sua realização, como a redenção para a cidade.<sup>141</sup> Talvez, na ânsia de comemorar a vitória sobre um problema que entravava o seu progresso, nossos letrados tenham se lembrado do que a água traria para a ampliação dos negócios e da civilização, com o conforto e as novas práticas de higiene, mas esqueceram de democratizá-la e estender o seu benefício para outros moradores do lugar, que continuaram tendo acesso restrito à água e necessitando dos favores de alguns potentados ou dos chafarizes públicos.<sup>142</sup>

Os moradores de Bodocongó nesse episódio colocaram o projeto modernizador diante de dois dilemas: primeiro, puseram em cheque a forma canhestra como as elites empreendiam a modernização, e buscaram, com suas atitudes, autonomia e independência diante das injunções políticas e clientelistas dos potentados locais;<sup>143</sup> segundo, se mostraram refratários

---

<sup>140</sup> Sobre paternalismo ver CHALHOUB, Sidney, 1986:76-88, THOMPSON, Edward P., 1999:25-85 e FORTES, Alexandre, 2001.

<sup>141</sup> O jornal *Voz da Borborema*, durante todo o seu período de circulação, 1937-1940, propagandeou e acompanhou a implantação do sistema de saneamento e abastecimento de água de Campina Grande. Era raro um número não trazer algo a respeito.

<sup>142</sup> Essa visão aparece fortemente na coluna de Cristino Pimentel, "Cousas da cidade", em *O Rebate* (sem referências).

<sup>143</sup> Aqui estamos fazendo um contraponto ao discurso que tomou as páginas dos jornais locais após o movimento de 1930, mas que pouco tempo depois demonstrava a frustração por causa da continuidade das práticas e perseguições políticas comuns na República Velha, ver GURJÃO, Eliete Queiroz, 1994 e LEWIN, Linda, 1993.

à essência do projeto modernizador ora em curso, pois este, no dia a dia, desencadeava forças que no mais das vezes aprofundavam as hierarquias sociais e a segregação espacial, marginalizando-os ainda mais.

A privatização da água em Bodocongó, no entanto, causava tensões entre os moradores do lugar desde muito tempo. Um episódio de 1933, doze anos antes do anterior, fornece pistas de outros conflitos que ela causara. Antônio Gomes da Silva, agricultor, fora comprar água no “açude de José Padre”, em Bodocongó, na manhã do dia 22 de dezembro. No momento em que enchia seus caçoás, aproximaram-se do local dois rapazes que pegaram água sem pagar. Antônio Gomes, que havia pagado pela água, chamou a atenção dos rapazes que, retirando-se, comunicaram o caso ao pai, o que causou um desentendimento entre eles.<sup>144</sup>

O episódio ajuda a compreender facetas daquelas vidas. Além das questões que motivavam conflitos entre os moradores do lugar, que demonstravam uma grande dependência em relação à água, fica explícito que o seu acesso já era restrito no início dos anos 1930, mas também que muitos moradores pareciam não respeitar os códigos de comercialização do produto, burlando-o, tal qual se viu no episódio que desembocou na morte de José Joaquim Ferreira, doze anos depois.

Nos relatos e episódios comentados acima, nos quais se discutiu o papel dos curandeiros e da água na cartografia política e social da cidade, e maneira como ambos estavam diretamente associados à vida e à experiência dos agricultores, encontramos um nexos com outro fenômeno que mobilizava e atraía agricultores de todas as áreas próximas a Campina Grande e de regiões diversas do estado e de estados vizinhos: as feiras de quartas e sábados. Os dias de feira eram os que mais movimentavam as casas dos curandeiros e, ao mesmo tempo, eram os dias preferidos para os agricultores comercializarem o que produziam nas roças, quintais e em terrenos próximos aos reservatórios de água.

As idas à feira, nas quartas e sábados, eram marcadas pelo envolvimento em muito mais coisas do que propriamente a venda de produtos, ou as compras semanais e mensais, para alimentar a família. Nessas viagens e deslocamentos, aproveitava-se para levar os parentes

---

<sup>144</sup> Ação Criminal n° 59, 1934, José Rufino da Silva, maço de 31/04 a 20/11/1934.



doentes aos médicos e curandeiros, encontrar amigos e beber aguardente, visitar casas de jogos, cabarés e passar parte do dia e mesmo da noite em mercearias, práticas comuns na vida dos que moravam nos arredores da cidade, nos distritos, sítios, nas áreas circunvizinhas e na zona rural de municípios próximos a Campina Grande.

No período de 1920 a 1945, estes lugares não eram exatamente os mesmos. Os caminhos da feira, das mercearias e prostíbulos modificaram-se muito. Nas décadas de 20 e 30, a feira de Campina Grande estendia-se por entre as ruas e becos centrais. A rua Grande, ou Maciel Pinheiro, onde se situava o mercado, polarizava os toldos e barracas armadas. Pelos becos e ruas adjacentes espalhavam-se feiras diversas, como as de frutas, fumo, tecidos, carne etc. Cada rua, cada beco ou casa comercial de destaque era associada ao tipo de produto que ali predominasse. Era a feira de fumo, no Beco da Paulista, a feira de frutas, no Beco 31, e assim por diante.

Entre 1920 e o final dos anos 30, a feira havia crescido muito e as reclamações dos incômodos que estava causando começaram a aparecer na imprensa.<sup>145</sup> Ruas centrais sujas, bêbados incômodos, algazarras, brigas, roubos, muita gente disputando com carros e caminhões espaços cada vez menores e estreitos e o odor daqueles movimentos começando a se fazer sentir nas narinas das elites e dos administradores municipais. Uma promiscuidade! Vociferavam os letrados. Surgiu a idéia da construção de um mercado novo (muito em voga nas cidades brasileiras da época) e o prefeito Bento de Figueredo decidiu dotar Campina Grande de um que estivesse à sua altura, iniciado em 1938. Antes mesmo de estar concluído, a feira foi transferida para suas imediações, em 1941, quando o prefeito da cidade já era Vergniaud Wanderley.<sup>146</sup>

Foram inúmeros os episódios misturando a feira a outros lugares da cidade, como prostíbulos, casas de jogos etc., e que mostram os trajetos que agricultores e feirantes faziam uma ou diversas vezes por semana.

---

<sup>145</sup> Ver Cristino Pimentel, "Cousas da Cidade" em *Voz da Borborema*, nº 40, 27/11/1937, p. 04 e nº 42, 04/12/1937, p. 04 e Carlos Alencar Agra "Mercado Público" em *Voz da Borborema*, nº 35, 12/06/1940, p. 01.

<sup>146</sup> Ver "Negócios promiscuos: a feira", p 257-273. in: SOUSA, Fabio Gutemberg R. B. - Cartografias e imagens da cidade - Campina Grande - 1920 - 1945. Doutorado em História, Campinas, Unicamp, 2001.

José Adelino se deslocara na madrugada de sua casa, à rua Estácio de Sá, no bairro de José Pinheiro, para vender frutas na feira; aí se encontrou com José Negrão, que, saindo da Mandchúria, provocou o pecado feirante;<sup>147</sup> doze anos antes, o agricultor Francisco Firmino levava com um filho menor uma carga de carvão para vender durante a feira do sábado.<sup>148</sup> Na volta para o sítio onde morava, Francisco Firmino pediu ao filho para ir embora na frente e foi beber aguardente em uma mercearia localizada na rua do Açude Velho. Embriagado, discutiu com o também agricultor Henrique Gonçalves de Oliveira, casado e morador no lugar Pau Ferro, município de Campina Grande. Henrique costumava ir à feira aos sábados e ficava pela cidade até o domingo, bebendo em botecos, passeando no meretrício, dormindo e fazendo refeições em casas de duas mulheres à rua do Açude Velho.

Além da venda dos produtos de seu roçado e das diversões de que participavam, alguns agricultores costumavam passar parte do seu tempo em casas de jogos nos dias de feira. Numa casa de jogos encontramos o agricultor Abdias Alves de Oliveira com um amigo, conversando e apreciando um tocador de harmônico. Era dia de feira e, no local, que ficava por trás do mercado público, encontravam-se jogando e apreciando o tocador de harmônico diversos agricultores.<sup>149</sup> As casas de jogos campeavam pela feira e eram constantemente denunciadas pelos letrados locais, especialmente pelos párocos e letrados católicos, que bradavam contra a jogatina que por ali andava solta e que, segundo eles, servia para espertalhões meterem a mão no bolso dos incautos agricultores e usurparem os seus parcos recursos.<sup>150</sup>

---

<sup>147</sup> Ação Criminal nº 243, 1944, José Silvestre da Silva, maço de 13/01 a 23/03/1944.

<sup>148</sup> Ação Criminal nº 14, 1932, Henrique Gonçalves de Oliveira, maço de 02/02 a 14/12/1932.

<sup>149</sup> Ação Criminal nº 140, 1939, José Bernardino Rodrigues, maço de 04/01 a 27/12/1939.

<sup>150</sup> As denúncias da jogatina na cidade e na feira eram constantes. Da documentação pesquisada, as denúncias mais antigas foram encontradas no jornal *O Campina Grande* nos números publicados entre março e junho de 1909. Ver jornal *O Século*, nº 18, 10/11/1928, artigo intitulado “Jogo do bicho” sobre a possibilidade de sua proibição e “Cousas da cidade”, de Cristino Pimentel em *O Rebate* (s/referências) e *A Imprensa e A União* (décadas de 1920, 30 e 40) e os jornais que circularam em

Em um caso de 1940, um agricultor e feirante ia passando na feira de fumo quando foi atingido por um sabugo de milho. Irritado com o que considerou uma tentativa de mofa de um chapeado, armou-se de uma faca e o feriu.<sup>151</sup> Antônio Matias Vitorino da Silva assim narra sua versão do episódio:

... hoje mais ou menos as 17 horas estava ele acusado na feira de fumo, que funciona no beco da Paulista, quando ali um popular curiosamente o fitara, e logo lhe jogara um sabugo de milho nas costas; que ele acusado não se dando bem com aquele gesto ou ato absurdo reclamara em bons termos o procedimento e astúcia do citado popular; que o popular erguendo-se na ponta dos pés, dissera “joguei o sabugo nas costas e se zangar jogarei outro para furar o olho”; que dito popular o maltratou muito com palavras injuriosas, muito ridicularizando a pessoa dele interrogado...<sup>152</sup>

Pelos depoimentos, fica difícil saber se Antônio Matias estava falando a verdade ou não sobre a tentativa de mofa do chapeado, que teria motivado a sua reação. No entanto, sua versão é perfeitamente verossímil. Vimos no início deste capítulo as costumeiras brincadeiras entre carregadores e chapeados, que muitas vezes desembocavam em conflitos entre os próprios companheiros de trabalho. Outra pista aparece quando o comerciante Antônio Flor da Silva refere-se a Antônio Matias como um “matuto feirante”. Ainda nos nossos dias é uma expressão depreciativa, que muitos utilizam quando querem desqualificar agricultores e moradores do campo.

Podemos concluir a discussão em torno das cartografias dos agricultores na cidade com uma rápida discussão de uma peça de teatro

---

Campina Grande, como *Correio de Campina, O Século, A Batalha, Brasil Novo, O Rebate e Voz da Borborema*

<sup>151</sup> Ação Criminal nº 159, 1940, Antônio Matias Vitorino da Silva, maço de 19/01 a 12/12/1940.

<sup>152</sup> Ver Ação Criminal nº 159, 1940, Antônio Matias Vitorino da Silva, maço de 19/01 a 12/12/1940.

escrita nos anos 1970. Não são necessários prolegômenos para convencer o leitor de que a inserção de tal material neste trabalho é problemática, especialmente por ter sido escrito em período bem posterior ao investigado e também por colocar questões relacionadas ao contexto em que foi elaborado. De qualquer forma, o uso que dele faremos é no sentido de problematização.

A teatróloga Lourdes Ramalho, na peça “A Feira”, recriou um quadro aparentemente comum, quando a relação entre populações do campo e da cidade é descrita pelos cidadãos.<sup>153</sup> Nela vemos uma mãe, a filha e o filho, vindos da zona rural à procura do marido desaparecido e das compras dos apetrechos para o casamento da filha, sofrerem humilhações e vexames, pelas dificuldades que tinham em dominar os códigos urbanos quando na feira de Campina Grande. A narrativa é constituída por quadros que debulham as humilhações, achaques e galhofas de que são vítimas as três personagens. Estas, ao final do texto, terminam separadas, em situações bastante adversas. Bastião, o filho “leso”, vira guia de cego; Filó, a mãe doente e protetora, é vista estertorando no meio da rua do cabaré, confundida pelos transeuntes com uma velha bêbada; Zabé, a filha, se deixa enlear pela conversa de um malandro, que se aproveitara da ingenuidade da família para tirar os poucos recursos que haviam trazido para comprar os “aprontamentos” para o seu casório; ela termina sendo levada para os prostíbulos das imediações da feira, onde, após ameaças e agressões, faria parte do plantel de prostitutas arregimentado pelo malandro entre matutas ingênuas.

Guardadas as devidas proporções, essa leitura, que trata das formas como os moradores do campo se transformam em presas fáceis dos cidadãos, mesmo sendo verossímil e tendo um caráter claro de denúncia contra certas arbitrariedades, cometidas principalmente por fiscais da feira, parece cair na vala comum dos preconceitos e estigmas que se nutrem contra agricultores e populares em geral. Acompanhando a vida de homens e mulheres do meio rural, observa-se algo diferente, muito embora suas

---

<sup>153</sup> Ver RAMALHO, Maria de Lourdes Nunes. *Teatro Nordestino. Cinco textos para montar ou simplesmente ler: A Feira, As Velhas, Festa do Rosário, O Psicanalista, Fogo-Fátuo*. S/ referências. Ver também WILLIAM, Raymond, 1989.

andanças pela cidade sejam marcadas por percepções singulares dos seus códigos. Fazer, no entanto, um uso singular dos códigos de uma cidade em mudança não era algo específico dos habitantes do campo, ou dos que moravam na periferia da cidade e viviam da agricultura. Se tomarmos o contexto mais geral em que esse processo se deu nas cidades brasileiras, vamos perceber que, entre as primeiras décadas do século XX, houve um aporte significativo de novos habitantes, formas novas de pensar, novas tecnologias, tipos de diversão e lazer, que davam às nossas cidades, algumas ainda com fortes traços rurais, ares que, na boca ufanista de seus letrados apareciam como sinais de cosmopolitismo.<sup>154</sup>

Em algum momento, essas mudanças foram tematizadas nos barracos, casas e ruas, sendo questionadas, defendidas, problematizadas. Ou seja, os moradores das cidades também tiveram que fazer seus malabarismos para entenderem e aproveitarem os novos repertórios, manuseando-os em defesa de suas próprias vidas, tal qual os agricultores. Muitos foram pegos de surpresa e feneceram; outros tantos se aproveitaram de tudo para ascender socialmente; ainda uns se apropriaram de tudo isso de forma particular, fazendo usos próprios dos mecanismos e códigos modernos que ali paulatinamente chegavam. Esses códigos nem sempre chegavam de trem, pela tela de cinema ou pelas ondas do rádio.<sup>155</sup> Muitas vezes se faziam notar nos passos, vestuários e atitudes dos adventícios.

Os homens e mulheres que viviam da terra também eram detentores de uma vida e um andar bastante singulares. Isto deve ter se tornado mais explícito com o advento de algumas formas modernas de comportamento, como o vestuário masculino e feminino (livre do caráter soturno e das cores escuras, que haviam marcado a elite aristocrática e proprietária no século XIX),<sup>156</sup> que, em Campina Grande era mostrado cotidianamente

---

<sup>154</sup> Ver LANNA, 1996:119, SANTOS, Mário Augusto da Silva. “Novas e Velhas Ocupações na Salvador Republicana” In *Cidade & História*, (orgs) Ana Fernandes e Marco Aurélio A. de F. Gomes. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992, pp. 257-262.

<sup>155</sup> CÂMARA, Epaminondas Câmara, 1947:174, informa que em 1937 “a cidade tinha 7.069 casas e 235 aparelhos de rádio receptor”.

<sup>156</sup> Sobre o caráter soturno e “pesado” do vestuário das elites recifenses no final do XIX ver ARRAIS, 1995, especialmente o capítulo 1: “O Recife Novo”, pp. 12-60 e sobre Fortaleza, PONTE, 1999:153.

nos *footings* na rua Grande e na praça Epitácio Pessoa, tempos depois nas praças da Bandeira e Clementino Procópio, nas imediações dos cinemas Capitólio e Babilônia, e ainda nas festas juninas, de Ano Bom e nos clubes dançantes, como o 31, Éden, Paulistano, Ypiranga e Campinense Club. O andar dos moradores da cidade vai assumindo ares e cacoetes diferentes nestes cantos de sociabilidade.<sup>157</sup>

O andar do homem e da mulher que passam a maior parte do tempo lidando com a roça, manuseando enxadas, foices e ancinhos e lidando com animais, vai ser bem diferente do andar garboso de um jovem citadino, que passou a maior parte de sua vida amaciando com suas melhores roupas e sapatos as ruas e os bancos de uma escola. A vida do agricultor era marcada por coisas mais prosaicas. Dependiam muito de água para suas plantações e essa, em certos momentos, era de difícil acesso; criavam estratégias próprias para superar as adversidades, entre elas fazer serviços outros que não agrícolas, o que era uma saída para ampliar os meios de sobrevivência. Em certos momentos, agricultores e seus filhos se transformavam em operários da incipiente indústria, de pedreiras, jornaleiros, se empregavam nas construções de estradas etc. e iam construindo a sua própria forma de aparecer na cidade. Talvez a sua atividade principal, lidar com a terra, o deixasse com um andar próprio e uma forma específica de se vestir, o que tornava fácil a sua identificação.<sup>158</sup> É um pouco isto que mostra o drama teatral “A Feira”, onde os olhares citadinos facilmente identificam os trejeitos dos homens e mulheres do campo, tentando dele tirar vantagem. Um chapeado, tipo glosador, pressionado pelas imagens e estigmas construídos em torno do agricultor,

---

<sup>157</sup> Três autores fazem associação entre lugares de sociabilidade e reeducação das elites em estudos sobre as cidades de Fortaleza, São Paulo e Recife: PONTE, 1999, SEVCENKO, Nicolau, 1992 e REZENDE, Antônio Paulo, 1992. Em uma noite no Cassino Eldorado, lugar profano de lazer e sociabilidade das elites locais e sertanejas, um funcionário público decidiu radicalizar no vestuário e foi motivo de ridicularização por parte dos presentes, ver Sumário Crime nº 165, 1940, João Machado do Amaral, maço de 11/01 a 23/04/1940.

<sup>158</sup> GUEDES, João Batista em *Despindo o Jeca: modos e modas de vestir o campo*. Mestrado em Sociologia Rural, Campina Grande, UFPB, 1996, trabalha com a hipótese de que o que diferencia os moradores da cidade dos do campo não é a roupa que

tentou tirar proveito disto e fazer casquinadas com o “matuto feirante” Antônio Matias Vitorino da Silva. Acabou esfaqueado.

Talvez as relações com as pessoas da cidade não fossem exatamente como a autora da peça imaginava e a população rural não fosse totalmente “indefesa” diante dos cidadãos. Estes tinham suas próprias fragilidades, algumas parecidas com as dos homens e mulheres do campo. Eram mundos complexos, que cotidianamente se cruzavam. Agricultores, domésticas, choferes, vendedores de pães e carregadores, vez por outra, eram encontrados numa mesma rua da cidade. Na década de 1920, poder-se-ia encontrá-los morando nas franjas ou nas ruas centrais. Nas duas décadas seguintes, foram mantidos ou transformados, na sua maioria, em homens e mulheres da periferia, inclusive da periferia do poder. Talvez um ou outro tenha feito o percurso inverso.

A reconstituição dos passos e andanças desses grupos na cidade mostra o quanto eles eram diversos, usando as ruas e casas diversamente, dando plasticidade singular aos lugares e territórios onde moravam, andavam, além da forma como o faziam. Na nossa compreensão, isto coloca problemas para o uso de termos gerais, como populares e pobres, para designá-los. Eles tinham anseios próximos, articulavam toda uma rede de solidariedade para sobreviver, mas tinham características e realizavam atividades que os tornavam diferentes. Essas atividades proporcionavam-lhes formas específicas de estar na cidade. Muitos eram facilmente identificados exatamente por essas formas e pelo uso peculiar das ruas, estradas e casas. Um pãozeiro era identificado pelo seu balaio ou caixa carregado de pães, com o seu cheiro a atrair paladares ávidos. Além do cheiro do produto, usavam linguagens e sinais próprios quando passavam com a caixa na cabeça em ruas e lugares com potenciais comedores de pães. Quando já eram conhecidos, chegavam às casas e simplesmente se anunciavam. Faziam isto por ruas do Alto do Seixo, São José, Bodocongó, Prado, José Pinheiro, Lapa, Monte Santo, Bela Vista, Alto Branco etc., ou por áreas rurais próximas, onde tinham ou buscavam clientes. Em um aspecto, se assemelhavam aos carregadores: o constante

---

usam, mas os modos de usar e as formas de andar. Ele investiga os momentos em que agricultores utilizam roupas para o cerimonial de passeio.

peso que equilibravam na cabeça e a destreza com que o faziam. Talvez por isso encontremos vendedores de pães que se diziam também jornaleiros e carregadores. Mas o vendedor era mais do que um simples carregador de peso, pois o comércio era a sua atividade central, o que o levava a lidar com uma clientela e fazer negócios que iam além do simples transporte de pães, como vimos acima.

No entanto, em Campina Grande, uns e outros, quando no trabalho, tinham clientelas diversas, faziam percursos diferentes, em horários diferentes e tinham cada qual suas próprias maneiras de caminhar. Os carregadores eram sujeitos atarracados e musculosos, usavam roupas e chapéus ordinários e calçavam alpercatas de couro ou sandálias de borracha. Se concentravam nas ruas comerciais, especialmente na João Pessoa, onde se localizava o grande comércio atacadista; ali era um dos seus territórios, onde dominavam como poucos a sua geografia e os seus códigos. Brincalhões, chamavam a atenção pelas constantes assuadas que protagonizavam pelas ruas e cafés onde se concentravam quando não estavam trabalhando, o que lhes garantiu a pecha de desordeiros e anarquistas, atraindo as atenções dos olhares disciplinares da polícia, da justiça e de muitos letrados, incomodados com os usos profanos de artérias sagradas para o discurso do progresso e da civilização.

Discurso que tinha no automóvel um dos principais símbolos e a marca das modernas formas de viver que pretendiam instaurar na cidade e no país, o que dava aos seus condutores, choferes e motoristas, uma característica que os diferenciava de outros grupos e categorias profissionais. Segundo os novos valores em voga, eram os mais genuínos filhos de certas mudanças modernizantes por que passara o país. O transporte que conduziam foi um dos principais responsáveis por um segundo momento das intervenções e reformas urbanas ocorridas no Brasil, após a experiência do Rio de Janeiro de Pereira Passos, ainda inspirada no modelo higienista e sanitarista que marcara a Paris de Haussmann na segunda metade do século XIX.<sup>159</sup>

---

<sup>159</sup> Ver TEIXEIRA, Flávio W., 1995:40; ROLNIK, Raquel, 1997:42-46 e SOMEKH, Nadia. *A cidade vertical*. São Paulo: Studio Nobel/EDUSP: FAPESP, 1997.



Usufruíam, no entanto, apenas de parte do símbolo moderno que conduziam, pois eram em sua maioria empregados e, como carregadores e vendedores de pães, dependiam de clientes para sobreviver. Mas talvez essa seja uma das poucas características que os aproximam dos outros dois grupos. Com certeza, não queriam e nem gostavam de ser comparados com carregadores, que viviam basicamente do esforço físico e realizavam atividades pouco qualificadas, não tendo a necessidade, como era o caso dos choferes, de saber ler e escrever, também uma necessidade e problema posto pelas mudanças modernizantes que se expandiam pelo país afora.<sup>160</sup> O trabalho do chofer era valorizado pela cultura da época, o que lhes dava um certo *status* e argumentos para que não aceitassem ser confundido com carregadores. Sua percepção da cidade era bastante singular, pois tinha no carro a principal marca, o que lhes proporcionava circular por ruas, avenidas e estradas de forma um tanto quanto diferente. Na hierarquia social, pensavam estar em um lugar melhor do que carregadores e vendedores de pães, diferenciando-se destes também por se articularem em uma associação classista, outra marca do mundo moderno.

Nada na vida desses três grupos se comparava ao cotidiano de uma dona-de-casa, uma mulher que poderia ser a esposa ou amásia de um carregador, vendedor de pães, agricultor ou chofer. Ao invés das ruas, avenidas e estradas, o centro de suas atividades era a própria casa e o seu entorno, quase sempre localizados na periferia da cidade que, diga-se de passagem, não é a mesma para todo o período que este trabalho abarca. Aparentemente, tinham naquela sociedade uma geografia mínima, ou era assim que muitos queriam que fosse. Apesar dos limites que uma certa moral tentava impor-lhes, coisas mais prementes como a necessidade de sobreviver, levavam-nas para o trabalho nas fábricas, ou a produção de doces e bolos caseiros para venderem nas ruas, em barracas de café na feira etc., o que ampliava o seu mundo e experiências. Mas o que se viu anteriormente mostra que não só a sobrevivência interferia na geografia das donas de casa do meio popular. As relações de solidariedade que

---

<sup>160</sup> Segundo os dados dos processos criminais pesquisados, do total de 82 choferes e motoristas, 71% sabiam ler e escrever, 14,4% eram analfabetos e 6,1% assinavam o nome ou não têm informações sobre instrução.

mantinham com vizinhos em grande medida eram heranças da vida nas pequenas vilas, arraiais, distritos e da zona rural, onde haviam vivido até chegarem à cidade; com os rearranjos que esta possibilitava, ou impunha, ganhavam nova plasticidade nos becos e ruas dos subúrbios.

A moral e o olhar vigilante de uma sociedade com traços patriarcais, seus valores e tradições não impediam que essas mulheres quebrassem essas amarras com atitudes ousadas, como vimos nos episódios protagonizados por Antônia, Júlia, Petronila e tantas outras, que, com a sobrevivência garantida ou não, foram além do papel que lhes reservaram e ampliaram a cartografia da cidade para si e para muitas outras.<sup>161</sup>

A tematização e discussão em torno do papel da mulher, a publicação de preceitos e predicados de uma mulher honesta e do que seria sua negação, tal qual tornou-se comum na época, inclusive no meio popular, era um forte sinal de que as mulheres, cada vez mais, ampliavam seus espaços de ação na sociedade, o que redefiniria os papéis de gênero e as cartografias da cidade.<sup>162</sup>

Podemos, agora, parar um pouco para refletir sobre os movimentos acima realizados. Para dar sentido e densidade ao capítulo, recuperamos os indícios que mostram que, no período que este trabalho abrange, certos grupos marcaram presença na cidade pelas formas específicas de estar e usar os seus espaços e territórios e pelos laços que com estes mantinham. Estes indícios nos levaram também a fazer uma incursão diversa em conceitos e termos, como camadas urbanas e populares, classes

---

<sup>161</sup> Ver ESTEVES, 1989. CAVALCANTI, 2000, fez uma aproximação entre Michel Foucault e Michel de Certeau para desconstruir a imagem de submissas e vítimas para as mulheres em Campina Grande nos anos 1930-1950, mas, em vez de recuperar como elas não se moldavam aos preceitos da justiça, conseguiu construir uma nova prisão, marcada por uma teia inconsútil que nenhum ser humano jamais poderá romper ou alargar.

<sup>162</sup> Ver Cristino Pimentel, "Mulher, dona de casa" em *Voz da Borborema*, nº 04, 25/01/1938, p. 03 e Aduato Rocha, "Diabo de saia", em *Voz da Borborema*, nº 51, 20/07/1938. Na bibliografia sobre Campina Grande ver CIPRIANO, Maria do Socorro, *Retratos da mulher pérfida: adultério e práticas discursivas em Campina Grande (1900-1940)*. Mestrado em História, Campinas, Unicamp, 1997 (projeto de mestrado) e CAVALCANTI, 2000; sobre Recife ver REZENDE, 1992:94-99. Por fim, sobre a incidência dessa temática nos folhetos de cordéis no Nordeste, ver ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz, 1988.

trabalhadoras e pobres, que muitas vezes tendem a homogeneizar as ações e práticas de grupos sociais diversos, retirando da cidade e dos próprios grupos aspectos que os tornam diferentes.

Para explicitar essa diversidade, buscamos na documentação reconstituir as relações e os usos dos espaços e territórios da cidade por grupos e categorias profissionais como agricultores, choferes, pãezeiros etc. Como qualquer exercício de síntese, o que fizemos termina por juntar práticas muitas vezes diferentes e transformá-las em atitudes de donas de casas ou de carregadores, o que significa reconstituir vestígios de identidades.

Esse movimento, que é também metodológico, em certo sentido dá ordem a atitudes de pessoas que, de outra forma, apareceriam como práticas desconexas num mundo caótico, ou como mero produto de idiossincrasias; entretanto, coloca-nos também alguns problemas. A contrapartida das aproximações das atitudes de carregadores pelas ruas centrais da cidade é perder de vista o que destoa do que era mais comum e que, por isto, termina sendo marginalizado, o que pode desembocar na construção de novos preconceitos ou estereótipos. Por exemplo, para a compreensão de como agiam os carregadores, deixamos de lado aspectos como a idade, um componente que pode ajudar a decifrar as constantes assuadas em que se metiam. Ao mesmo tempo, na ânsia de explicitar a diversidade e as tensões, pode-se perder o que é comum ou essencial, estimulando outros tipos de preconceitos.

Vistos desse ângulo, os caminhos e a cartografia dos grupos acima discutidos mudam consideravelmente, o que afinal aponta para os limites do exercício realizado. Mas foi exatamente assim que este exercício foi pensado, como algo que tem limites, incompleto. Por isto, seguimos em frente. Na reconstituição dos usos do espaço e da construção de identidades em torno de pessoas que realizavam atividades comuns, não descuidamos do que era diverso, das tensões e percepções diferentes, que indicam que nem sempre experiências e trajetórias comuns implicam atitudes e compreensões iguais do mundo. Ou ainda que quando duas ou mais pessoas e grupos sociais têm a mesma concepção de mundo, isto não isenta as suas ações e relações de serem permeadas por tensões, que

apontam formas e caminhos diferentes de viver num mundo que busca cada vez mais homogeneizar valores e atitudes.

Com problemas ou não, seguiu-se um caminho que fala mais das diferenças que constituem uma cidade, e fez-se isto de forma a explicitar certas lacunas de estudos e pesquisas que buscam nela adentrar apenas através do olhar e dos escritos de bacharéis, médicos, urbanistas, administradores, literatos, reformadores sociais etc. Mas seria ingênuo e injusto abandonar certos pressupostos do pensamento de letrados da época, fazendo com eles o que tentaram fazer com os comuns mortais, ou seja, empurrá-los para a margem. Muito do que sonharam e fizeram e o que tiveram de enfrentar por suas ousadias foi contemplado neste trabalho; basta folhear o próximo capítulo e ver-se-á os conflitos e dilemas que enfrentaram ou marcaram as suas vidas quando se divertiam ou tentavam interferir nas formas de diversão e lazer dos moradores da cidade, o que significa dizer nas métricas e cores de certos territórios e espaços de lazer e diversão de Campina Grande.

## Capítulo 2

# LUGARES DE DIVERSÃO E LAZER: FESTAS, BARES E PROSTÍBULOS

Explicitamos no capítulo anterior os motivos que levaram à escolha de um caminho diverso do que tem feito parte da historiografia brasileira ao estudar as transformações porque passaram as nossas cidades e as tensões e conflitos recorrentes. Insistimos na hipótese de que em Campina Grande, agricultores, donas de casa, choferes, carregadores e vendedores de pães tinham suas próprias cartografias, o que dava à cidade ares múltiplos. A idéia de cidade múltipla, apareceu em dois sentidos: primeiro, fugindo ao discurso homogeneizador, que transforma a cidade em abstração técnica e o progresso em demiurgo, buscamos mostrar a cidade na sua diversidade sócio-cultural; segundo, a maneira como essa polissemia, observada pelo ângulo das suas atividades e dos usos que faziam de certos espaços e territórios, dava novas e diferentes cartografias à cidade.

Trazer certos grupos para a cena urbana, separadamente ou em suas relações cotidianas com outros grupos sociais, é também um recurso metodológico, pois no dia a dia essas relações eram muito mais complexas. Nos episódios que foram parcialmente analisados, percebe-se mesmo que aqueles grupos não estavam separados, ou que a separação não impossibilitava contatos e relações diversas. As crônicas e fotografias de época mostram, por exemplo, mulheres diariamente andando pelas ruas centrais da cidade por onde circulavam carregadores, choferes, agricultores, operários, industriais, ladrões, comerciantes, mendigos, proprietários, vagabundos, estudantes, loucos etc. As mulheres e mocinhas que moravam nas adjacências do centro, na década de 1920, e nos subúrbios que cresciam e se espalhavam, nos anos 30 e 40, eram parte do cotidiano das áreas centrais, bem como dos *footings* ou passeios pela rua Maciel Pinheiro, onde se misturavam às senhorinhas nos domingos de retreta na praça Epitácio Pessoa; nas décadas de 1930 e 1940, faziam seus passeios pelas praças da Bandeira, Clementino Procópio e coronel Antônio Pessoa, além de passearem em frente aos cinemas Capitólio e Babilônia. Essas e muitas outras possibilidades de contatos e relações

entre grupos sociais e profissionais ocorriam diariamente, tanto reforçando como embaralhando as fronteiras que em certos momentos pareciam separá-los.

Um segundo aspecto é que as pessoas e grupos investigados foram observados na maior parte do tempo em suas atividades de trabalho. Foram vistos vendedores de pães de balaio na cabeça em busca da freguesia; carregadores com pesados fardos nas costas; choferes conduzindo criminosos, palestrando ou fazendo chasqueada à espera da clientela; agricultores fazendo negócios diversos nos dias de feira ou em busca de curandeiros, prostitutas, mercearias e, vez por outra, aguardente; mulheres tomando conta da casa e do seu entorno, muito embora o trabalho de quase todos tivesse a rua como palco e não o símbolo máximo da sociedade burguesa, a fábrica. Mesmo assim, como buscamos analisar os momentos em que estes grupos se juntavam em torno das suas atividades, pode ficar a impressão de que suas relações com outros grupos eram demarcadas por fronteiras rígidas ou apenas pela lógica do trabalho, quando, na verdade, as coisas eram bem mais matizadas. O que nos fez buscar outros caminhos e meios para continuar o exercício.

Outra forma de ampliar a compreensão dessas relações é abandonar grupos específicos e acompanhar os moradores em momentos de lazer e diversão, por ruas e diferentes territórios da cidade, reconstituindo os sentidos que tinham, os usos que deles faziam quando se divertiam e como vão se constituindo como espaços e territórios diferentes. Esta é a questão central deste capítulo.

A empreitada, no entanto, não é simples, pois muitos desses lugares estavam se constituindo e sendo modificados exatamente no período estudado, o que coloca a necessidade de compreender os sentidos dos territórios em movimento, tal qual propõe Raquel Rolnik.<sup>1</sup> Essa autora utiliza em suas obras as noções de território e espaço numa perspectiva que ajuda a compreender alguns dos movimentos que propomos aqui. Num primeiro momento, ela diferencia espaço e território nos seguintes termos.

---

<sup>1</sup> ROLNIK, Raquel, 1992:28.

Contraopondo-se a noção de espaço à noção de território, há uma relação de exterioridade do sujeito em relação ao espaço e uma ligação intrínseca com a subjetividade quando se fala em território. O território é uma noção que incorpora a idéia de subjetividade. Não existe um território sem um sujeito, e pode existir um espaço independente do sujeito. O espaço do mapa dos urbanistas é um espaço; o espaço real vivido é o território.<sup>2</sup>

Em seguida, exemplifica o que denomina de práticas de territorialidade:

As relações que os indivíduos estabelecem entre si configuram-se espacialmente. São processos de subjetivação individual e coletiva e não relações funcionais do tipo uso ou relações de uso: aqui lugar de morar; aqui lugar de trabalhar; aqui lugar de circular.

Estas seriam relações puramente funcionais; só que a cidade não é isso, ou não é só isso. Para além delas existe todo o processo de significação, de percepção e de construção desta territorialidade. Então, uma rua, para além de ser um lugar aonde se passa ou se deixa de passar, uma rua está carregada de história, está carregada de memória, está carregada de experiências que o sujeito teve, que o seu grupo teve e que a história de seu grupo naquele espaço teve.<sup>3</sup>

Preocupada com as transformações sócio-espaciais ocorridas na cidade e com as experiências por seus moradores vivenciadas, Raquel Rolnik, em *A Cidade e a lei*, busca compreender os significados da implantação de uma legislação urbana para os diversos territórios que compunham a cidade de São Paulo, entre o final do século XIX e a maior parte do XX.<sup>4</sup> A legislação

---

<sup>2</sup> Idem, 1992:28.

<sup>3</sup> Cf. ROLNIK, 1992:28.

<sup>4</sup> Cf. ROLNIK, 1997.

elaborada ainda na década de 1880, mesmo estando especialmente voltada à organização em novos moldes da área central de São Paulo, terminou disciplinando grande parte do seu posterior crescimento, além de tentar evitar que o centro se transformasse, como a capital federal, em um antro de cortiços e casas de cômodos habitadas por populações pobres e anti-higiênicas.

Mesmo não encontrando exemplos profícuos em outras reformas e legislações urbanas pelo Brasil afora, a experiência de São Paulo, com a dimensão de hierarquização e segregação dos espaços e territórios que assumiu, fez dela uma das mais eficazes formas de marginalização social e política das populações negra, imigrante, pobre e trabalhadora entre as cidades brasileiras.<sup>5</sup>

Na perspectiva de Rolnik, os territórios que compunham a cidade se estruturaram em torno de um conjunto de práticas sociais e culturais cotidianas dos seus moradores. Ruas, quitandas, vendas, igrejas, mercados, rios, chafarizes e lugares diversos assumem as marcas de rituais e práticas sociais de negros, imigrantes e brancos pobres nacionais, contribuindo na luta pela sobrevivência material e espiritual, transformando esses lugares em espaços de múltiplas práticas, em torno dos quais constroem suas identidades e relações de solidariedade e afetividade, muito embora também sejam marcados por conflitos, lutas políticas e práticas culturais divergentes. Como no Rio de Janeiro, em São Paulo, desde a proclamação da República, tentou-se desarticular esses territórios, vistos como perigosos e um empecilho para colocar a cidade e o país no caminho do progresso e da civilização. As reformas porque São Paulo passou atingiram e desarticularam deliberadamente os símbolos espirituais e materiais de diversos grupos sociais urbanos.

No Rio de Janeiro, e em outras cidades e capitais brasileiras, ocorreu algo parecido, muito embora com especificidades e quase sempre

---

<sup>5</sup> Mesmo não sendo de bom alvitre discutir onde as iniquidades da modernização e reforma urbana no Brasil foram maiores, Raquel Rolnik em seu trabalho constrói um trajeto das transformações urbanas em São Paulo, onde a marca da segregação dos espaços, de territórios e de grupos étnicos e sociais assume uma dimensão extrema. Ver também MARINS, Paulo César G., 1998:170-187.



em períodos diferentes.<sup>6</sup> Em trabalho de 1990, Sidney Chalhoub buscou analisar e recuperar traços das experiências de escravos, libertos e negros livres pobres na luta cotidiana contra a secular instituição no Rio de Janeiro imperial.<sup>7</sup> Voltou-se para as práticas cotidianas e observou que as experiências na luta contra o cativo articulavam mecanismos simbólicos e práticas como o “viver sobre si”, que, associados à constituição e à utilização peculiar de certos códigos urbanos, instituíram a “cidade negra”, apressando o fim da escravidão.<sup>8</sup> A leitura de certas formas de circular na cidade, a manipulação de códigos associados ao mundo dos brancos livres, a rede de proteção e solidariedade de familiares e libertos e os cortiços, com suas sinuosas cartografias, faziam parte do arsenal de símbolos e práticas sociais criados na luta contra a escravidão.

Para Sidney Chalhoub, no entanto, o território negro não estava associado a uma área específica da cidade, embora suas malhas e códigos se estendessem e fossem mais acionados no centro. Essa leitura dos espaços enquanto códigos cambiantes que não se encontram apenas em lugares fixos e físicos, e sim nas formas e comportamentos urbanos, dá à noção de cidade ou território negro um profundo sentido sócio-cultural. No entanto, esse mesmo sentido mostra que ela tem na situação específica de cativos e ex-cativos e na dimensão étnica questões fundamentais, o que entre outros aspectos a distancia da experiência vivida pelos moradores de Campina Grande na primeira metade do século XX.

Ao mesmo tempo, não se pode esquecer que foi também contra o significado político assumido por esse e outros territórios populares da

---

<sup>6</sup> Parte da bibliografia utilizada neste trabalho, mesmo que de perspectivas metodológicas diferentes, discute as reformas urbanas que redefiniram os territórios e constituíram novas formas de segregação entre os seus moradores, ampliando as hierarquias sociais. Além dos trabalhos ora comentados sobre Rio e São Paulo, ver TEIXEIRA, 1997; PONTE, 1999; PESAVENTO, 1994; REIS, Hermetes Araújo, 1989; LANNA, 1997; FERNANDES Ana e GOMES, Marco Aurélio A de F., “Idealizações urbanas e a construção da Salvador Moderna – 1850-1920” in *Cidade & história* (org.) Ana Fernandes e Marco Aurélio A de F. Gomes, Salvador/UFBA, 1992:53-68. Para uma discussão geral deste fenômeno em diversas cidades e regiões brasileiras, ver MARINS, Paulo C. Garcez, 1998:131-214.

<sup>7</sup> Cf. CHALHOUB, 1990.

<sup>8</sup> Idem, especialmente o capítulo “Cenas da cidade negra”, pp. 175-248.

cidade, como contraponto ao projeto de transformação da capital federal em um símbolo do progresso e civilização do país, que foi realizada a reforma urbana capitaneada por Pereira Passos no início do século XX. A mudança radical por que passou o centro do Rio, mesmo estando associada a um tipo de intervenção urbanística em que as questões sanitárias e higiênicas apareciam como cruciais, tornou-se um marco na remodelação das cidades brasileiras e, da mesma forma que a Paris de Haussmann se transformara num paradigma para o mundo ocidental, inspirou mudanças pelo Brasil afora durante toda a primeira metade do século XX.

Os dois caminhos encontrados pelos autores anteriormente comentados, para compreender as experiências de grupos sociais e étnicos na cidade, terminaram inspirando os que abaixo seguimos. Entretanto, outras questões são postas por este trabalho; nele, tanto a dimensão das mudanças no espaço e territórios urbanos como os segmentos sociais nela envolvidos são diferentes, mostrando as especificidades do caso de Campina Grande, inclusive na própria maneira como alguns membros da elite foram atingidos pela reforma, que levou a *debacle*, também em nome do progresso e da civilização, a Rua Grande ou Maciel Pinheiro, um dos principais territórios/símbolos da cidade.<sup>9</sup>

No entanto, além das redefinições de lugares e territórios, este empreendimento coloca outros problemas. Falar em lazer e diversão na Campina Grande dos anos 1920-40 é algo complexo, especialmente porque, como afirmamos, este é um período de mudanças em territórios, na composição de sua população e na vida dos seus moradores.<sup>10</sup>

E essas redefinições (embora não só elas) contribuíram para a reestruturação das cartografias da cidade.

---

<sup>9</sup> Para uma discussão da reforma urbana em Campina Grande, ver meu artigo, "Campina Grande: Cartografias de uma Reforma Urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945)" In *Revista Brasileira de História*, vol. 1, n° 46, pp. 61-92, 2003.

<sup>10</sup> Uma das peças mais emblemáticas sobre as mudanças ocorridas com o crescimento populacional da cidade e suas implicações para os valores dominantes, foi escrita pelo advogado Octávio Amorim em 1927, quando da defesa do soldado/anspeçada Ignácio Ferreira da Silva; ver capítulo 1, item "O mundo dos choferes" e Ação Criminal n° 10, 1927, maço de 24/11 a 22/12/1931.

Mesmo não sendo algo definitivo, pois nas décadas seguintes esse processo teve continuidade, as fontes apontam para a constituição de três áreas/territórios no período recortado por este trabalho (ver mapa 3):



Mapa 3 – Centro, Mandchúria e subúrbios

- 1 - Área central;
- 2 - Zona do meretrício; e
- 3 - Subúrbios.

Cada uma destas três áreas tem trajetórias, aspectos e problemas específicos. No capítulo anterior, mostramos como algumas mudanças ocorreram no centro da cidade e em áreas adjacentes; como certos grupos mediaram e estiveram no centro dessas mudanças; e como certos habitantes, que moravam nas ruas centrais e nas suas proximidades nos anos 1920, paulatinamente foram pressionados e jogados para as áreas que, nas décadas seguintes, constituíram os subúrbios e bairros; ou ainda, permaneceram na periferia do centro e de ruas habitadas predominantemente por abastados e setores médios.

No entanto, algo mais precisa ser dito. Esta divisão da cidade em três diferentes territórios, mesmo estando ancorada na documentação, coloca problemas para o pesquisador. Aceitando-a, pode-se estar

simplesmente naturalizando ou reforçando os códigos, preconceitos e estigmas que as elites queriam reproduzir e fortalecer, o que era também uma forma de criar novas hierarquias e segregações, apoiadas nos valores modernos, que em muitos casos apareciam em estrita promiscuidade com práticas tradicionais, garantindo privilégios e uma nova composição nas relações de poder e dominação na cidade.<sup>11</sup> Aceitando-se esta divisão, pode-se estar reforçando os interesses destes grupos e reproduzindo seus projetos e preconceitos, fortemente presentes nos escritos de letrados campinenses, muito embora já seja um lugar-comum nos discursos e práticas das elites letradas e econômicas brasileiras desde o século XIX.<sup>12</sup>

Apesar destes riscos, ganha o leitor e a nossa compreensão do passado se continuarmos aprofundando os caminhos e práticas que constituíram a diversidade da cidade. Campina Grande aparecia, em grande parte do discurso e da propaganda das elites, ambigualmente, como um lugar em franca expansão e cheio de mazelas, mas onde o progresso e a civilização deitavam raízes. Dissecar e esquadrihar a cidade, trazendo à tona sua diversidade, é mostrar também como as elites tentaram hierarquizar espaços e intervieram em territórios, buscando instituir valores que mantivessem o *status quo*, ou que o modificassem apenas superficialmente para incorporar novos grupos e interesses. Mas significa também compreender como muitos moradores vão constituir outras tantas cartografias, burlando e ressignificando essa teia de valores e códigos que se lhes tentavam impor.

Há ainda um aspecto que merece um rápido comentário: em um período em que certas práticas sociais e culturais estavam mudando, não é um bom caminho contrapor diversão e lazer ao trabalho.<sup>13</sup> Talvez a separação entre

---

<sup>11</sup> Para uma discussão dos rearranjos nas relações de dominação na Paraíba no período 1889-1945, ver GURJÃO, Eliete de Queiroz, 1995, e para uma leitura da estreita e promíscua relação entre política e oligarquias de base familiar no período 1889-1930, ver LEWIN, Linda, 1993.

<sup>12</sup> Ver CARVALHO, José Murilo de, 1987; REIS, Hermetes de Araújo, 1989; PESAVENTO, Sandra J., 1994; PONTE, Sebastião Rogério, 1999; ROCHA, Osvaldo Porto, 1995; ROLNIK, Raquel, 1997 e SEVCENKO, Nicolau (org.), 1998.

<sup>13</sup> Bibliografia em que o lazer e a diversão na sociedade moderna são tematizados, DUMAZIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1973, YURGEL, Marlene. *Urbanismo e lazer*. São Paulo: Nobel, 1983, MARCELINO, Nelson Carvalho. *Estudos do lazer. Uma introdução*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996; CAMARGO, Luiz Octávio. *O Que é lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

lazer e trabalho, criação da sociedade burguesa moderna, fizesse sentido para alguns grupos e categorias de trabalhadores, mas não para todos e em todo o período aqui analisado.<sup>14</sup> No caso de carregadores, agricultores, choferes e donas de casa é difícil separar um e outro, pois, muitas vezes, era quando estavam no trabalho que se metiam em assuadas, brincadeiras, casas de jogos e prostíbulos, ou em flertes com passantes, como vimos no capítulo anterior. Além dos grupos anteriormente elencados, todos com atividades que lhes possibilitavam maior controle do seu tempo, encontramos também episódios em que comerciários e operários são flagrados brincando ou fazendo arranjos no trabalho, o que mostra que mesmo as atividades que mais simbolizam o trabalho moderno esperariam ainda por tempos melhores para serem aceitas como naturais.<sup>15</sup>

No entanto, indícios outros mostram que avançara bastante a separação entre trabalho e ócio para alguns moradores da cidade, principalmente a separação entre trabalho e diversão e lazer.<sup>16</sup> Os indícios mais fortes foram proporcionados também pelos processos criminais. Neles, observa-se que a maioria dos casos envolvendo homens ocorria nos finais de semana, especialmente aos sábados e domingos, quando pelos bares, pensões e meretrícios estavam.<sup>17</sup> Mas os processos criminais

---

<sup>14</sup> Ver denúncias e discussão sobre o funcionamento do comércio aos domingos e feriados em “Nota do dia”, de Hortênsio Ribeiro em *Voz da Borborema* n° 23, 02/10/1937, p. 01 e “Campina Grande – Revista dos jornais” em *A Imprensa* n° 876, 10/03/1935, p. 02.

<sup>15</sup> Ver Sumário Crime n° 193, 1942, Aluizio Ferreira da Silva, maço de 20/05 a 19/12/1942; e a Ação Penal n° 223, 1943, João Ferreira, maço 17/05 a 28/10/1943, que mostram trabalhadores brincando quando no serviço. Ver também Ação Criminal n° 106, 1936, Miguel Araújo, maço 09/03 a 19/12/1936, em que estivadores trocam de serviço; para dados sobre o caráter incipiente da indústria e o número de operários na Paraíba, ver HARDMAN, e LEONARDI, 1991:239-241.

<sup>16</sup> Ao lazer estariam associadas às atividades planejadas ou programadas pelos programadores sociais, como festas do calendário cívico e religioso, etc.; diversão seria a atividade mais aleatória, que mesmo seguindo uma lógica, são mais espontâneas e surgem no seio da população, principalmente dos mais pobres. Ver SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa, 2002:22-25.

<sup>17</sup> Tal como informamos anteriormente, era nos finais de semana (sábados e domingos) que costumava ocorrer a grande maioria dos crimes na cidade, especialmente os crimes envolvendo bebidas alcóolicas.

proporcionam outras pistas, além da concentração dos crimes nos finais de semana. Podemos seguir algumas delas.

... Não é demais ressaltar, mais uma vez, a sua imprudência ao deixar a casa da vítima, dia claro, numa rua concurridíssima (sic), empunhando o ferro homicida, ainda tinto de sangue, tudo a vista de populares que entraram então a lhe perseguir. Diz a Promotoria Pública que ele procurou uma ocasião em que a rua estava mais ou menos solitária, pois todos os seus moradores haviam se dirigido para o trabalho, isto no intuito de não ser visto e sair impune. Esquece, porém, o representante do Ministério Público que o fato se verificou num dia de domingo pela manhã, quando, por conseguinte, quase todos estavam em suas casas, nas vendas ou na rua, desfrutando, assim, o descanso dominical.<sup>18</sup> (grifos nossos)

Este comentário do advogado Hildebrando Assis a um erro crasso cometido pelo promotor Paulino de Barros (que confundiu o domingo com um dia comum de trabalho), proporciona ao leitor indícios de como os moradores de um bairro operário e popular desfrutavam o descanso dominical. Ao mesmo tempo, faz insinuações sobre os códigos que podiam mover um homicida na sua empreitada, mostrando também como os homens da justiça, vez por outra, tentavam manipular desajeitadamente esses códigos.

O “descanso dominical” de populares campinenses, ou de parte deles, era, no entanto, algo mais atribulado. Hildebrando Assis tinha lá suas razões, ao dizer que “quase todos estavam em suas casas, nas vendas ou na rua”; mas dizer isto é muito pouco. Sua leitura dos hábitos populares em Campina Grande tinha, no entanto, outras implicações. Ela alimentava a ideologia do trabalho, ao contrapor à lógica moderna que confina ou reserva os finais de semana (ou apenas o domingo) para o descanso e

---

<sup>18</sup> Apelação Criminal n° 275, 1945, Antônio Vítor da Silva, maço de 23/04 a 03/12/1945.

consagra a semana ao trabalho. É difícil imaginar que o bairro de José Pinheiro fosse um lugar apenas de morigerados operários, que deixavam suas ruas desertas nos dias da semana em busca do trabalho, como queria o promotor Paulino de Barros ou o advogado Hildebrando Assis.

Podemos, no entanto, apropriar-nos dos desejos dos homens da justiça e interrogá-los: o que faziam os moradores de Campina Grande em casa, nas vendas ou nas ruas, nos dias e momentos que consagravam ao descanso e à diversão, ou nos dias consagrados pela sociedade moderna ao trabalho? Mais do que isto, como usavam as ruas da cidade e que sentidos davam às mesmas nos momentos de lazer e diversão?

Beber aguardente, perambular pelas ruas, becos, vielas e feiras, circular pela zona do meretrício e aí beber, embriagar-se, assediar prostitutas ou mulheres casadas durante ou após bebedeiras; perambular altas horas da noite ou nas madrugadas pelas ruas empoeiradas e esburacadas dos subúrbios, ou por algumas poucas ruas calçadas do centro da cidade; improvisar festas e bailes em suas casas; passear pelas ruas centrais, olhando as lojas, casas comerciais, cinemas e praças eram práticas comuns na Campina Grande dos anos 1920 a 1945, muito embora esses movimentos não fossem exatamente os mesmos durante todo o período. Esses rituais e práticas significavam mais do que um simples e tranqüilo “descanso dominical”, embora assim o fosse para alguns. Podemos lançar mão de um exemplo em certo aspecto emblemático.

O jovem gazeteiro Paulo Gomes da Silva, 17 anos, vinha de uma noitada de farra dos lados da Mandchúria com seu companheiro Waldeir Carneiro, comerciário de 19 anos, na madrugada do dia 26 de abril de 1940.<sup>19</sup> Quando voltavam dos cabarés em direção à “república” em que moravam, um quarto localizado à rua João Pessoa, avistaram à sua frente duas meretrizes, tendo-as acompanhado e com elas entabulado uma amistosa conversa. Nas imediações da rua João da Mata, foram interpelados por dois carregadores, que também vinham do meretrício. Estes se aproximaram dos quatro e, após um rápido momento, parados a se fitarem em silêncio, medindo forças, passaram a conversar com as

---

<sup>19</sup> Sumário Crime n° 150, 1940, Paulo Gomes da Silva, maço de 05/01 a 06/11/1940.

duas prostitutas, tendo um deles, para não haver dúvidas sobre quem mandava na área, empurrado a mulher de alcunha Charita. Isto aumentou a revolta de Paulo Gomes e Waldeir, que, por serem mais jovens e provavelmente menos encorpados, bateram em retirada; porém, afastando-se dos intrusos, passaram a detratá-los, chamando-os de “cabras safados” e mandando que soltassem as ditas mulheres, o que resultou em correrias e perseguições pelas ruas e becos centrais.

Este episódio coloca algumas questões sobre o uso que populares faziam das ruas da cidade quando iam ou vinham de suas costumeiras farras, na zona do meretrício ou não. Era o período em que algumas áreas da cidade estavam sendo remodeladas e saneadas, com alinhamento, terraplanagem e calçamento das ruas; construção de praças e ampliação de jardins; arborização de ruas etc., que lhe davam ares civilizados, ao menos na boca e na pena dos letrados. No entanto, essas modificações modernizantes, que saneavam e aformoseavam as ruas centrais da cidade, atraíam mais coisas do que os olhares condescendentes de forasteiros endinheirados, o que dificultava a paz e a tranqüilidade que alguns moradores ilustres sonhavam ter. Perambulando altas horas da madrugada, por ruas esburacadas ou limpas, calçadas e saneadas, moradores em algazarras, ou na disputa por prostitutas, davam a elas tonalidades que destoavam das cores que o discurso moderno pretendia.

O episódio envolvendo o gazeteiro, seu amigo, os dois carregadores e as prostitutas, ocorreu depois que os protagonistas da cena haviam percorrido trechos de ruas e becos da cidade que não tinham exatamente o mesmo significado para seus moradores. Saíram da Mandchúria, zona de prostituição, cruzaram a rua do Oriente e seguiram pela rua João da Mata, nesta época habitada pelas elites, que por ela construíam seus palacetes. Após o conflito, as meretrizes voltaram para a zona; o gazeteiro Paulo Gomes feriu Biu Barrado e correu pelas ruas centrais, até seu quarto, na João Pessoa; Waldeir foi perseguido por Pedro Bebo até a praça da Luz, onde os dois se depararam com o guarda noturno José Francisco de Sousa.

Este é um exemplo típico de trajeto em que os caminhantes juntavam diferentes territórios da cidade. Os seus protagonistas, burlando uma certa lógica que as elites, os religiosos e letrados queriam impor aos



moradores, saíam do “bairro” dos prostíbulos e, ao invés de se dirigirem aos subúrbios, adentravam as áreas centrais, ruas e avenidas que haviam sido remodeladas para que por elas cidadãos educados, bem vestidos, calçados e compostos caminhassem em busca do lar e de lazer, ou do trabalho e do comércio. Este trajeto herético, feito quase que cotidianamente, incomodava também porque não era seguido dos recatos e de certas regras de civilidade e urbanidade. Muitos letrados vão soltar improperios contra o que consideravam um despautério.

Em artigo publicado na primeira página do jornal *Voz da Borborema*, cerca de dois anos antes do episódio envolvendo o gazeteiro e seu amigo comerciário, o advogado Hortênsio Ribeiro condenava, irritado, movimentos assemelhados que certos notívagos faziam. No seu discurso, vocifera contra o que denomina de permanência de velhos hábitos, que resistiam à “força avassaladora do progresso”:

Há um vezo antigo, um velho hábito nocivo, aqui entre nós, que nem a força avassaladora do progresso, nem a evolução dos nossos costumes até agora deram jeito, ou conseguiram extirpar. Tudo que existe (...) se modifica e se renova com exceção do vício enraizado e endurecido que persiste em viver e abundar, atentando e desacatando, não só os vivos, como as próprias pedras rijas e sem alma.<sup>20</sup>

Neste preâmbulo, o autor mantém anônimo o problema que, em seguida, irrompe bruscamente:

Queremos nos referir a uma casta de indivíduos que, noite morta, com os estômagos túmidos de cerveja, ao regressarem das casas de tavadagem e dos lupanares da cidade, que ficam nos “boulevards” exteriores de Campina Grande, sob a exaltação alcoólica e obedecendo

---

<sup>20</sup> Hortênsio Ribeiro, “Sossego Público” em *Voz da Borborema*, n° 77, quarta, 19/10/1938, p. 01.

ao impulso dos instintos inferiores, proliferantes na degradação da própria personalidade lá deles, desandam em gritarias através das ruas, provocando tumultos aos berros, numa fúria de selvagens, dizendo palavradas, atroando a noite com explosões de bombas transvalianas e estoiro de foguetões, às vezes disparando armas para o ar, incutindo temor na população adormecida e que se desperta na impressão de que soou afinal a hora do fim do mundo.<sup>21</sup> (grifo nosso)

O movimento que o cronista faz acima foi realizado por pena adestrada na imprensa e nas lides forenses. Ele mistura bebidas alcoólicas com jogos e prostituição, ingredientes por demais ácidos e explosivos para letrados e autoridades;<sup>22</sup> num movimento comum na época, coloca os lupanares da Mandchúria em local para além das fronteiras da cidade, nos “boulevards exteriores de Campina Grande”, tentando reforçar as muralhas que a “boa sociedade” alicerçara em torno dos prostíbulos, quando exigira, no início da década de 30, que os mesmos fossem transferidos para os subúrbios.<sup>23</sup>

Na seqüência, o irritado escritor passa a identificar o dia e a hora e a nomear os lugares e grupos a quem os atribulados “farristas” incomodavam:

No último sábado, não houve habitante da rua Afonso Campos, uma das artérias mais simpáticas desta cidade, toda ela ocupada por distintas famílias campinenses, que pudesse conciliar o sono diante da fúria desenfreada dos

---

<sup>21</sup> Hortênsio Ribeiro, “Sossego Público” em *Voz da Borborema*, n° 77, Quarta, 19/10/1938, p. 01.

<sup>22</sup> Esta associação vai ser comum em todo o Brasil desde a segunda metade do XIX, mas se acirra no pós-proclamação da República e assume novos contornos com o movimento de 1930. Para períodos anteriores, ver PESAVENTO, 1994 e MATTOS, Marcelo Badaró, 1991.

<sup>23</sup> Em “Localização do meretrício” no jornal *Brasil Novo*, n° 7, 21/02/1931, p. 06, o articulista denuncia os meretrícios da rua do Rói Couro e imediações e insinua que as “famílias” das ruas próximas estão se mobilizando para conseguir junto ao prefeito a sua transferência para o subúrbio.

“farristas” e boêmios que ocuparam, com a mesma violência da soldadesca de Hitler... um bairro inteiro, onde durante longas horas a assuada, o deboche, os palavões obscenos, as deflagrações de bombas campearam sem trégua e sem dar confiança a isso que a civilização intitula, nos lugares onde as autoridades cumprem com o seu dever, pelo nome respeitável de POLÍCIA (sic).<sup>24</sup>

Continuando com sua verborragia, o cronista explicita em nome de quem falava, ao mesmo tempo em que cria em torno do episódio uma imagem de guerra, mostrando como os “farristas e boêmios” haviam “assaltado” e tomado “um bairro inteiro” por “longas horas”, transformando-o em ambiente vil, degradante, como era a própria Mandchúria, de onde haviam saído em tropelias com “assuada, deboche, palavões obscenos, deflagrações de bombas, disparando armas”, como que anunciando “a hora do fim do mundo”.

Cerca de dois anos depois, em junho de 1940 (dois meses após o encontro entre os amigos Paulo e Waldeir com os carapuceiros), vamos encontrar outro letrado irritado com as costumeiras assuadas dos notívagos “calaceiros desocupados e vadios incorrigíveis” pelas ruas Afonso Campos e Floresta a incomodar o justo sono das elites que ali habitavam.<sup>25</sup> O interessante nas duas denúncias é que o itinerário que os farristas faziam era mais ou menos o mesmo que fizera o gazeteiro Paulo Gomes e seu amigo Waldeir, o que mostra que aquele era realmente “um vício enraizado e endurecido”, que desafiava e punha em cheque as forças regeneradoras do progresso. Como uma horda selvagem, saíam dos lupanares, movidos a bebidas alcoólicas e retornavam para suas casas ou repúblicas estrepitosamente, adentrando a cidade saneada e higienizada sem pedir licença; fazendo *blague* quebravam a lógica e a hierarquia dos espaços que as elites tentavam instituir com as reformas nas suas ruas centrais.

Era como se, estando num lugar de despudoradas práticas, um “bairro ambíguo” e exterior à cidade, seus frequentadores cruzassem as

---

<sup>24</sup> Hortênsio Ribeiro, “Sossego público”, op. cit.

<sup>25</sup> “Queixas e reclamações” em *Voz da Borborema*, n° 38, 22/06/1940, p. 04.

fronteiras adentrando as sóbrias e civilizadas ruas centrais, levando consigo marcas da libertinagem e vícios que nos lupanares adquiriam, o que, além de perturbar o tranqüilo sono de cidadãos morigerados, punha em risco a decantada moral da sociedade. Moral que tinha lugares próprios para ser reproduzida; quando alguém ousasse burlá-la, misturando promiscuamente ruas decentes com lugares imorais, soavam as trombetas, reivindicando-se a ação da polícia dos costumes ou denunciando-se a sua inoperância.<sup>26</sup>

Como fica explícito na crônica anteriormente comentada, o roteiro seguido pela pena dos letrados também tinha marcas próprias e era seletivo. Raramente faziam denúncias de algazarras ocorridas em ruas do subúrbio ou muito distantes das ruas centrais,<sup>27</sup> o que mostra que gastavam tempo e tinta principalmente quando os desvios dos moradores atingiam os lugares eleitos como marcas do progresso e da civilização, ou seja, as ruas e praças do centro (onde também morava parte das elites) e poucas e selecionadas ruas adjacentes (para onde outra parte foi se deslocando entre o final dos anos 1920 e as duas décadas seguintes), como as ruas João da Mata, Floresta, Afonso Campos, Dr. João Tavares, Desembargador Trindade e Vidal de Negreiros e a praça Coronel Antônio Pessoa.

Este assalto simbólico e real dos freqüentadores da Mandchúria às ruas centrais, habitadas pelas “distintas famílias campinenses”, incutia na cabeça dos letrados um medo que ia além da *debacle* dos valores morais que pregavam. A reincidência e constância dos “antigos hábitos”

---

<sup>26</sup> Em todo o período pesquisado, a polícia vai ser alvo de denúncias, por participar de certas e promíscuas práticas na zona do meretrício. O que mostra que os “maus vezos” também marcaram as práticas dos que tinham a função de zelar pela segurança da propriedade e pela vida de alguns cidadãos. ROLNIK, 1997:67-69, faz uma interessante discussão sobre o sentido da palavra promiscuidade para as elites e como ela estava associada à intolerância com o “outro”, ou seja, com as diferenças culturais e correlatas formas de comportamentos dos diferentes grupos étnicos e sociais.

<sup>27</sup> A exceção fica por parte de moradores de uma ou outra rua dos subúrbios incomodados com a presença e o desfrute das marafonas que ali habitavam, que vez por outra tinham suas queixas publicadas nos jornais da cidade. Ver “Com vistas ao senhor Delegado de Polícia” em *Voz da Borborema* n° 45, 25/06/1938, p. 01, moradores denunciando mulheres inconvenientes.

poderiam levá-los aos *boulevards* interiores da cidade, o que atingiria em cheio o valor venal dos “palacetes” e “vivendas modernas”, que se edificavam nas ruas citadas anteriormente.

Nesse movimento, de construção de uma cidade que tivesse plasticidade e reproduzisse seus valores e posições de poder, iam nomeando e criando lugares lícitos e ilícitos. Bairros finos e “bairros baixos”; bairros comerciais, de trabalhadores morigerados, de homens de bem e “bairros ambíguos”, suspeitos. Embaralhar essa cartografia significava desafiar a boa sociedade. Como vimos nos parágrafos anteriores, era vezo antigo e reiterado o desrespeito por certas convenções esposadas pelos letrados e pelas elites.

Até aqui mostramos aspectos das práticas dos moradores, quando vinham nas madrugadas dos prostíbulos localizados na Mandchúria, e como ocupavam as ruas centrais, pondo em risco convenções e códigos que letrados e administradores tentavam universalizar. O movimento feito foi da Mandchúria em direção ao centro, observando-se a reação dos letrados a este itinerário. No item seguinte, vamos percorrer partes da área central onde realizava-se a festa de natal e ano bom e mostrar um movimento inverso: jovens de elite saindo da festa de fim de ano, realizada no centro, em direção à Mandchúria, todos os dias em festa.

## **Festa nas Ruas Centrais**

Já foi dito alhures que membros da elite local costumavam apresentar-se bem vestidos nas noites campinenses, em confeitarias, cafés e bares elegantes; após seus encontros e corriqueiros exercícios de sociabilidade e ostentação, dirigiam-se para a zona do meretrício. Na documentação compulsada, há inúmeros indícios de como isto se dava. Lançaremos mão de um que é emblemático por nos levar por caminhos que conduziam alguns

---

<sup>28</sup> Apesar de tratar neste item especificamente da ida à Mandchúria, há rápidos indícios de que alguns rapazes se deslocavam nos anos 30 e 40 para as Boninas, área adjacente a algumas ruas centrais, e que também possuía pensões e cafés “suspeitos”, ver “Notícias de Campina Grande” em *A Imprensa*, nº 876, 17/03/1935, p. 02, em que o articulista denuncia Açude Velho, Açude de Bodocongó e Boninas como lugares freqüentados por mulheres “suspeitas” e pede providências à polícia.

jovens da festa da padroeira e ano bom aos cabarés da Mandchúria.<sup>28</sup> O episódio leva-nos aos primeiros anos da década de 30.

Vivia-se a última noite de dezembro de 1933. José Arruda, menor de abastada família local, após tomar para mais de vinte cervejas com vários amigos no pavilhão “Deus e Caridade”, na festa da Padroeira da cidade, dirigiu-se já meio embriagado para a zona do meretrício, adentrando a pensão Moderna de Josefa Tirbutino.<sup>29</sup> Em certo momento, José Arruda tentou pegar uma das cadeiras da mesa em que estavam dois choferes e algumas mulheres, mas foi obstado por um deles; houve uma rápida discussão, atracaram-se, amigos interferiram e tudo acabou rapidamente, com um chofer ferido mortalmente e outro baleado.

José Flávio de Carvalho, auxiliar do comércio e conhecido de José Arruda, conta que estivera também na festa da Padroeira; quando o menor ia sair com os amigos em direção às pensões da Mandchúria, convidou-o para ir junto, convite que José Flávio não aceitou, informando que iria logo em seguida, o que fez em um automóvel, cerca de dez minutos depois. Ao chegar na pensão Moderna, encontrou José Arruda e os amigos, mas como no lugar houvesse muitos homens e poucas mulheres, decidiu ir para a vizinha e concorrente pensão Nice.

Neste episódio, o movimento feito por José Arruda pôs de ponta cabeça o discurso moralista dos letrados sobre a invasão das ruas centrais pelos freqüentadores da Mandchúria, pois, no dia seguinte ao crime, nenhum jornal noticiou a invasão da zona por um jovem rico, que saíra da festa de natal, no centro, invadira embriagado e com sua própria horda a Mandchúria e, por causa de uma cadeira, brigara e fuzilara dois choferes. Ao contrário, não só nada foi publicado como familiares do homicida tentaram forjar um alibi para livrá-lo da cadeia e abafar o caso, intimidando as testemunhas.<sup>30</sup>

A distância que separava o local da festa da padroeira das primeiras ruas que compunham a Mandchúria não ia além de duzentos metros, muito embora o cordão de isolamento a que um certo discurso moralista os submetia transformasse, para uns, esses poucos metros em caminhada

---

<sup>29</sup> Sumário Crime nº 36, 1934, José Arruda, maço de 11/01 a 14/04/1934.

<sup>30</sup> Durante os depoimentos, uma testemunha informou que João Arruda, rico comerciante e tio de José Arruda, ameaçara quem depusesse contra o sobrinho.

longa e cheia de obstáculos. Para outros, nem pudor nem caminhar: faziam o trajeto em carro particular ou em um carro da praça, entregando tudo nas mãos de Deus, ou nos braços de uma puta.

A forma como eram organizados os festejos de Nossa Senhora da Conceição, Natal e Ano Bom em Campina Grande<sup>31</sup> ajuda a compreender melhor o trajeto aparentemente estranho feito por José Arruda e seus amigos, naquele longínquo final de dezembro. A parte externa ou profana da festa era organizada em torno da igreja Matriz, situada no largo ou rua da Matriz.<sup>32</sup> Neste largo, que principiava pelo oitão ou lateral da igreja, estendendo-se até as imediações da rua Grande ou Maciel Pinheiro, eram armados os pavilhões, bazares, barracas e balanços para adultos e carrosséis e barquinhos para a meninada. Essa aparentemente natural e simples disposição das peças, na área que compunha o largo e a rua da Matriz, guardava segredos e, deliberadamente ou não, repunha hierarquias comuns na cidade. Ao menos no que diz respeito à organização

---

<sup>31</sup> A festa de padroeira e Ano Bom em Campina Grande por si só vale algumas crônicas. Durante a maior parte do tempo que esta pesquisa abrange, percebe-se que, além de um momento de esparecimento e reflexão para com a santa Padroeira sobre a vida e coisas do espírito, a festa era lugar de tensões e disputas várias: as que mais se mostram são as disputas partidárias, a velha e tradicional disputa entre situação e oposição, herdada do Império e que atravessara toda a chamada República Velha quase invicta. Na festa, estas querelas se travestiam ou eram metaforizadas nos pavilhões, nas bandas de música, nos leilões, no vestuário, nos concursos de miss promovidos pelos jornalzinhos que circulavam, etc.; nas décadas de 30 e 40 a disputa era travada entre a igreja católica e a maçonaria (muitos dos seus quadros eram comerciantes) em torno da data da festa. Segundo a liturgia, a padroeira de N.S. da Conceição tinha no dia 8 de dezembro o seu ápice, mas o comércio e a maçonaria defendiam que fossem realizadas entre 23 de dezembro e 01 de janeiro, o que alarguecia o calendário e, talvez, engordasse mais os bolsos dos comerciantes, muitos deles maçons. Nas décadas de 30 e 40 parece ter prevalecido o senso prático: no início do mês, ocorriam os rituais litúrgicos e, ao seu final, a festa profana promovida pelos comerciantes. Cf. jornais *A Imprensa*, *Voz da Borborema*, *Norte*, *A União*.

<sup>32</sup> Com as reformas de Vergniaud Wanderley vai se transformar na avenida Floriano Peixoto e ser ampliada no sentido oeste, ver "Campina Grande: Cartografias de uma Reforma Urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945)" In *Revista Brasileira de História*, vol. 1, nº 46, pp. 61-92, 2003

e disposição dos lugares, tudo parecia seguir uma hierarquia, tal qual ocorria com as liturgias ou festas sagradas.<sup>33</sup>

Em frente à Matriz, ou no centro do largo, tomavam lugar de destaque os pavilhões. Nos jornais e memórias faz-se referência principalmente aos pavilhões “Deus e Caridade” e “Pedro I”.<sup>34</sup> Há descrições dos pavilhões que pareciam centralizar as atenções da população que ia à festa, muito embora sua clientela fosse seleta.

A elite da cidade freqüentava os pavilhões localizados no centro da rua principal, aquém da Matriz, feitos a capricho, forrados de tábuas, cercado de gradis e bem cobertos.<sup>35</sup>

O esmero com que eram feitos e organizados os pavilhões tinha um significado que ia além do gosto pelas coisas da estética e do espírito. Aqueles espaços, feitos com requinte, denunciavam as disputas e tensões comuns entre as elites e seus partidos.<sup>36</sup> Ao encanto e beleza dos espaços onde iam com sua família, vestidos a caráter, e onde bebiam e comiam à larga, seguiam-se outras peças, que, também dispostas estrategicamente no largo, compunham o repertório de uma guerra subterrânea: concursos

---

<sup>33</sup> Ver descrições das procissões e liturgias em que os potentados da cidade tinham lugares estratégicos por serem patronos de santos em “Os Velhos Natais de Campina Grande”, de Esmeraldina Agra Ramos In *Anuário de Campina Grande*, 1981:73-75.

<sup>34</sup> Nos jornais de época e nas memórias apareciam em destaque os pavilhões “Deus e Caridade” (organizado por religiosos com o fim de angariar recursos para o asilo de mendicidade homônimo) e o “Pedro I” (organizado pela loja maçônica Regeneração Campinense para angariar recursos para a construção e manutenção do Hospital Pedro I). Em alguns anos no transcorrer das décadas de 30 e 40 há referências ao pavilhão da “Sociedade Beneficente dos Artistas” (sociedade criada no final da década de 20, que entre outras coisas buscava se contrapor ao discurso comunista entre o operariado e os trabalhadores locais).

<sup>35</sup> Cf. MORAIS, Antônio Pereira, 1985:42.

<sup>36</sup> Como não é interesse deste trabalho aprofundar a discussão em torno das querelas e disputas políticas locais, mostramos apenas um dos aspectos que interferia na utilização dos espaços em um momento de lazer do calendário oficial local. Numa perspectiva ampla e com explícita simpatia pela atuação política de Argemiro de Figueredo, as disputas políticas municipais podem ser acompanhadas em SYLVESTRE, Josué, 1993 e ALMEIDA, Elpídio de, 1979:357-392.



entre as bandas de música rivais, de miss, ou mulher mais bela da festa, da criança mais graciosa e da garçonete mais simpática, leilões etc. Cada um destes componentes e momentos da festa era motivo de pugna acirrada entre partidos. Peças postas nos lugares estratégicos e com tanto esmero terminavam tendo um efeito direto sobre os comuns mortais, que eram atraídos pelas disputas, assistiam-nas, tinham suas próprias opiniões sobre elas, mas, ao mesmo tempo, viam se aprofundar o fosso que os separava dos ricos. O luxo e a ostentação destes na festa da padroeira era um eficaz dique a separá-los.

No entanto, aparentemente não havia nada que impedisse que qualquer pessoa andasse e circulasse por onde quisesse, o que tornava possível encontrar agricultores, artistas, operários, donas de casas e carregadores nas imediações ou proximidades dos pavilhões “Deus e Caridade” e “Pedro I”, talvez em melhores condições do que “a família de pobres” a olhar o café parisiense, segundo Baudelaire.<sup>37</sup> Era bem mais difícil encontrá-los com a família sentados nas mesas de um dos pavilhões, comendo suas iguarias e bebendo cerveja Teutônia, ou um bom scotch servido por garçonetes que eram filhas das melhores famílias e maiores fortunas da cidade.<sup>38</sup> Aqui, como alhures, as hierarquias e segregações comuns àquele meio se mantinham, apesar de estarem todos irmanados sob o patrocínio da imaculada Conceição e do nascimento do filho de Deus.

O que na pena dos memorialistas, da imprensa e dos jornaizinhos era uma festa popular, onde todos buscavam alegria, esparecimento, harmonia e aproximação com as coisas divinas, pode chocar diante da confissão da existência de hierarquias nos próprios locais de passeio. Sem que fosse preestabelecido, os pobres passeavam de um lado da rua da Matriz, os da classe média e os ricos desfilavam do outro lado.<sup>39</sup>

A segregação dos lugares de passeio não aparece em outras memórias das antigas festas de natal, mas, se continuarmos utilizando esses

---

<sup>37</sup> Cf. BERMAN, 1987:145. A aproximação aqui tem um caráter meramente simbólico.

<sup>38</sup> Este aspecto é enfatizado por pelo menos três dos memorialistas que utilizamos neste capítulo.

<sup>39</sup> William Tejo, “As Festas de Fim de Ano em Campina Grande Antiga” In *Painel do Jornal da Paraíba*, domingo, 25/12/1994, p. 4.

escritos, veremos que os lugares aparentemente mais abertos também poderiam ser segregados, ter hierarquias peculiares. Podemos continuar caminhando pelos locais da festa com as memórias de D. Esmeraldina Agra Ramos, que se mostram ambíguas em relação à separação nos seus espaços. Num primeiro momento, vê-se o “povo” em todos os lugares e feliz. O povo participava de tudo, atraído pela alegria dos pavilhões ou pelas ofertas dos bazares que, em fila, eram montados do lado direito da Rua da Matriz.<sup>40</sup> Mas, indiretamente, aparecem sinais de que o povo era algo diferente de todas as pessoas e classes ou grupos sociais, pois dificilmente seria convidado para os lugares em que: “Formosas garçonettes, moças da nossa melhor sociedade, colaboravam com as instituições responsáveis pelos pavilhões, servindo os convidados com bebidas, doces e deliciosas iguarias preparadas pelas famílias locais”.<sup>41</sup> (grifo no original)

Naturalmente merecem reparos estes ambíguos trechos, selecionados das memórias de uma personagem que associa os melhores tempos de sua vida às antigas festas de natal e à sua infância na fazenda dos avós e no sobrado da rua Grande (atual Maciel Pinheiro). Aqui lidamos com as intrincadas construções da memória e sua autora lembrava o que ficou consagrado como os “tempos de ouro” da cidade (construção para a qual muito contribuiu com outros memorialistas). Talvez isto ajude a compreender as construções das festas de natal idealizadas por D. Esmeraldina Agra. Ela chegou, inclusive, a lapidar uma imagem de harmonia e solidariedade entre os seus partícipes (“o respeito e a ordem imperavam pois, naquela época, todos praticamente se conheciam e nem as desavenças políticas prejudicavam a harmonia que reinava nos festejos”), deixando ao largo os conflitos e disputas partidárias costumeiras. Recorrendo aos jornais da época e jornaizinhos de festas, pode-se observar as constantes querelas, inclusive em torno da data de realização da festa, além de inúmeras brigas entre membros da elite.<sup>42</sup> No entanto, dentro da mesma lógica de

---

<sup>40</sup> Ver depoimento de D. Esmeraldina Agra Ramos “Os Velhos Natais de Campina Grande”, op. cit. p. 73-75.

<sup>41</sup> Ver depoimento de D. Esmeraldina Agra Ramos “Os Velhos Natais de Campina Grande”, op. cit. p. 73-75.

<sup>42</sup> Ver “Campina Grande” reportagem sobre a Festa de Padroeira local que aparece no jornal católico *A Imprensa*, nº 562, João Pessoa, 03/12/1933, p. 03; “Festa de Padroeira”, artigo de Pe. José Delgado, pároco de Campina Grande, em que ele se debruça de forma demorada sobre os conflitos existentes em torno da realização da festa, envolvendo a igreja, a maçonaria e os comerciantes em *A Imprensa*, nº 573,

construção de uma imagem homogênea e idílica da festa, embora por outros caminhos, a memorialista coloca o leitor diante de diferenças e hierarquias entre as elites e o populacho. Ela descreve com detalhes marcantes o vestuário das moças e rapazes das famílias da sociedade.

As moças e os rapazes se destacavam por suas elegantes indumentárias: belos chapéus, sapatos de salto à Luiz XV, leques, luvas, jóias, meias e vestidos dos mais finos tecidos. Os homens, ostentavam sapatos de “bico de anjo” e paletós cintados e disputavam entre si a preferência dos olhares femininos. A recíproca também era verdadeira.<sup>43</sup>

Estes aspectos, aparentemente marginais, como a beleza dos pavilhões, suas simpáticas e finas garçonetes, o vestuário dos homens e mulheres de elite, os leilões nos pavilhões, onde o “dinheiro corria fácil,”<sup>44</sup> tinham implicações claras sobre a separação entre elites e populares nos locais de circulação e dentro de certos lugares. A isto se juntavam as hierarquizadas relações cotidianas conhecidas na cidade, que reforçavam as diferenças nos espaços da festa, embora a chegada à cidade de novos ricos e o crescimento demográfico, nos anos 1930, desse uma dimensão mais complexa a essas relações. Mas essas barreiras eram fortes e os rapazes e moças sabiam como e por onde andar, ainda que vez por outra, quebrassem ou alargassem os códigos que repunham as diferenças.

---

19/12/1933; e William Tejo, op. cit. quando afirma que “Em todos os tempos o amor sempre foi assim: une corações e desperta ciúmes. Os jovens, apesar de educados, trocavam murros e ponta-pés por causa das ninfas da época”, mas no trecho do jornaizinho *O Papagaio* que noticia uma briga, o seu autor, ao final informa que “A nossa reportagem apanhou ainda que o motivo foi... mulher, mas não foi mulher não, foi política” (*O Papagaio*, de 27/11(sic)/1929).

<sup>43</sup> Esmeraldina Agra Ramos, op. cit. p. 74. Outro memorialista reforça o significado que tinha para os homens vestir-se elegantemente: “Assim eram as nossas festas, onde todos se exibiam com suas melhores roupas, e os rapazes que não usavam chapéu de palhinha e gravata, não eram tidos como elegantes”, MORAIS, 1985:43.

<sup>44</sup> William Tejo, op. cit. é a única referência que temos sobre os leilões que ocorriam durante a festa.

Posicionados e organizados os pavilhões em frente à igreja, eram secundados por bazares, carrosséis e barracas de bebidas e comidas, que ocupavam o restante do largo em direção à rua Maciel Pinheiro, chegando até o grupo escolar Solon de Lucena e às laterais ou à frente do sobrado colonial que pertencera ao monsenhor Sales, esquina da Maciel Pinheiro com a rua da Matriz<sup>45</sup> (ver mapa 4).



Mapa 4 – Festa de Natal e Ano Bom

- 1 – Rua da Matriz, Oitão da Matriz e Maciel Pinheiro
- 2 – Mandchúria

O que até aqui foi descrito compunha um espaço de cerca de trezentos metros, bastante concorrido e usado pela população para passear ou, como diziam os letrados contemporâneos, fazer o footing, com as separações acima vistas e, naturalmente, com as costumeiras quebras dos seus códigos.

A festa da padroeira, no entanto, acontecia para além dos pavilhões, bazares, carrosséis e lugares de passeio. Situada estrategicamente num espaço marginal em relação à Matriz e aos pavilhões, estava “Lagoa de Roça”, um território diferente. É interessante recuperar a forma como aparece nas memórias:

<sup>45</sup> Antônio Morais afirma que as barracas adentravam a Maciel Pinheiro e iam até a esquina da Semião Leal, rua transversal à Maciel Pinheiro, op. cit. p. 42.

Barracas e pavilhões, carrosséis, tomavam toda a rua da Matriz, isso a partir da Prefeitura (hoje) até a casa do Dr. Chatô, ao lado da igreja. Lá para baixo, pontificava a festa de Lagoa de Roça, com barracas de palha, chão batido, iluminadas com lamparina e carbureto, onde a poeira, a cachaça e brigas se misturavam nas madrugadas de fim de festa...<sup>46</sup> (grifos nossos)

Na descrição de outro memorialista,

Uma parte bem interessante e curiosa da festa era a famosa Lagoa de Roça, aos lados da igreja. Eram barracas feitas de palha, onde serviam comida e bebida. Os frequentadores eram, na maioria, boêmios e gente de menor nível econômico. Quando se via gente mais importante em Lagoa de Roça, era para encontro de algum amor clandestino.<sup>47</sup> (grifo nosso)

As descrições acima não deixam dúvidas: “Lagoa de Roça”, na sua localização, na confecção de suas barracas, mesas, iluminação e na composição do seu público era um tipo de contraponto aos pavilhões. Sua clientela era composta, na maioria, por “boêmios e gente de menor nível econômico”; era lugar também de mulheres “suspeitas” para um certo olhar e, a acreditar no memorialista, “gente importante” ali significava “amor clandestino”. É claro que isto era para “gente importante” apenas na perspectiva dos contemporâneos de elite; para os populares que para lá afluíam, este era provavelmente o lugar por excelência para encontros amorosos (não necessariamente clandestinos) com meretrizes ou moças da zona rural e dos subúrbios; lugar de liberdade, onde o pouco dinheiro proporcionava bebidas, namoradas ou prostitutas e onde se fazia *blague* de muitas hierarquias comuns nos pavilhões. Encontros que os próprios rapazes de elite também apreciavam.

Nos jornalzinhos que os letrados costumavam publicar no decorrer da festa temos rápidos indícios da existência deste espaço, metaforicamente

---

<sup>46</sup> William Tejo, op. cit.

<sup>47</sup> Antônio Morais, op. cit., p. 42.

chamado de “Lagoa de Roça”, e de como nele os rapazes da elite se misturavam com populares. Aproximando estes jornais de algumas memórias, descobre-se que “Lagoa de Roça” estava situada numa área marginal e afastada dos pavilhões, bazares, carrosséis e barracas populares. Não era por mero acaso do destino o recanto mais próximo à Mandchúria. O codinome que este território da festa recebia e a forma como os rapazes da elite que por lá apareciam eram tratados pelos colegas e amigos redatores dos jornalzinhos mostram que aquele não era um lugar exatamente igual aos outros. Talvez por isso atraísse os olhares dos jovens endinheirados, que ali se misturavam aos populares. “Naquela época, [em Lagoa de Roça] os chamados **meninos grãfinos** misturavam-se com os pés-rapados, a negrada da cana de cabeça, da faca de ponta e do cigarro pé-de-burro”<sup>48</sup> (grifo no original).

Era também “Lagoa de Roça” o desaguadouro natural dos jovens de elite e populares quando os festejos estavam chegando ao final da noite e as áreas de passeio começavam a esvaziar. Para lá acorriam rapazes que não haviam conseguido ser bem sucedidos em suas empreitadas amorosas com as senhorinhas casadoiras, ou mesmo que, pelo adiantar das horas, delas já haviam se despedido. Juntos com boêmios e populares, até alta madrugada, ficavam “cantando serestas, matavam a saudade dos amores, saboreando a cachaça com caju e abacaxi, cujo cheiro era característico do ambiente.”<sup>49</sup>

Podemos, por um instante, deixar de lado as memórias da festa e buscar compreender de “dentro” a percepção que letrados e jovens de elite contemporâneos tinham de “Lagoa de Roça”. Como ficou dito acima, este era um codinome para que os homens pudessem livremente falar das aventuras que por lá alguns viviam, transformando-as em pequenos anúncios, diálogos e “estórias” hilárias publicáveis, que, no mais das vezes, faziam a alegria da “sociedade”. O jornalzinho é um caminho para irmos adiante.

Eles seguiam um certo modelo, eram confeccionados, alguns com esmero<sup>50</sup>, para consumo interno das próprias elites e terminavam servindo

---

<sup>48</sup> William Tejo, op. cit.

<sup>49</sup> Antônio Morais, op. cit. p. 43.

<sup>50</sup> Antônio Morais, op. cit. p. 43, informa que “o Vésper trouxe uma inovação: era impresso em papel couché especial”. Temos apenas cópias desse material.

como mais um mecanismo para diferenciá-las dos comuns mortais, mantendo em evidência alguns bacharéis, políticos, comerciantes, funcionários públicos, proprietários e industriais bem sucedidos. Eram normalmente iniciados por um pequeno editorial, que podia versar sobre o significado da liturgia para os cristãos, as dificuldades e agruras da vida, o quanto a festa ajudava a minorá-las e enfrentá-las, ou então eram simples comentários sobre a participação e o ânimo ou desânimo dos que para a festa iam. Eram comuns poesias e versos tematizando as coisas do amor, as decepções sofridas por sua causa ou mensagens cifradas para rapazes e moças apaixonadas. Na sua maior parte estavam recheados de colunas cômicas em que hábitos, vícios, características físicas, moças e rapazes “velhos” ou vitalinos eram denunciados e explicitados, o que devia fazer a alegria e provocar risadas em muitos e, por certo, causar a infelicidade de alguns. Era neste amplo leque de expediente cômico que as referências à “Lagoa de Roça” apareciam.<sup>51</sup> *O Pirilampo* de 28/12/1926 publicou na coluna intitulada “Ainda”, o seguinte comentário chistoso.

O Zé Ramos da Livraria, com muita parte de “santinho” (sic), ontem no Pavilhão “Deus e Caridade”, convidava o Cel. Cazuzza de Castro e o professor Capiba, para fazerem, juntos, uma farra em Lagoa de Roça. O Cel. Cazuzza de Castro, que é macaco velho, deu um fora sublime no Ramos, porém, o professor Capiba, que é um pouco pirata, aceitou o convite e zás, zarpou com o Ramos. Ass. X.<sup>52</sup>

No *Vésper* de 25/12/1930, na coluna “Rápidos”, em parte intitulada “Eles”, encontramos o seguinte comentário.

Luiz Lauritzen e João Barretto diziam ontem a certa matutinha em Lagoa de Roça:

---

<sup>51</sup> Além destas partes, apareciam, em abundância ou discretamente, as propagandas de casas comerciais, industriais ou bancárias (pertencentes a alguns que eram motivos de chistes e brincadeiras), concursos para eleger a miss da festa, a criança mais graciosa, a garçonete mais simpática etc.

<sup>52</sup> *O Pirilampo*, nº 7, p. 01.

- Meu bem você quer casar comigo, eu gosto de casar (disse o Luiz).
- E eu protejo vocês, disse o J. Barretto...  
Porque não têm jeito de gente!...

Logo abaixo, lê-se: Tercino Marcelino e P. Catão pagaram a corrida do carrossel **d'elas** duas e depois foram passear em Lagoa de Roça...<sup>53</sup> Na última página do mesmo número de *Vésper*, na coluna intitulada “Na Polícia”, lê-se.

A patrulha comandada por Cab’Osmar recolheu ontem: Antônio Vieira porque estava chorando com muito alarido na Rua das Boninas. Olívio Rique e José Nereu<sup>54</sup> porque queriam expulsar todos os homens de Lagoa de Roça.<sup>55</sup>

Em diversos números avulsos dos jornaizinhos que circularam entre as décadas de 30 e 40,<sup>56</sup> esses clichês se repetem, deixando ao leitor a sensação de que a “Lagoa de Roça” só era tematizada por ser um espaço freqüentado por jovens da elite. Estes são protagonistas dos “casos” que lá ocorrem; só por isso muitos dos olhares dos freqüentadores da festa, em especial dos colaboradores, estavam voltados para os que por lá ousavam se enfrontar. No entanto, seguindo a mesma lógica do discurso de advogados, promotores e juizes nos processos criminais, era corrente a associação do local à sujeira, aos antros de prostituição e seus freqüentadores populares, boêmios, bêbados, ou, como diria William Tejo, os “pés-rapados” e a “negrada da cana de cabeça”.

<sup>53</sup> O *Vésper* n° 4, 25/12/1930, p. 03.

<sup>54</sup> Nome está legível apenas em parte.

<sup>55</sup> O *Vésper* op. cit. p. 04.

<sup>56</sup> Temos os números avulsos dos seguintes jornais e seus respectivos anos: *Pirilampo*, n° 7, Ano I, 28/12/1926 (Acervo Passinha Agra); *Vésper*, dezembro de 1930 a janeiro de 1931 (Acervo Passinha Agra); *O Rindo*—n° 2, 7ª fase, 25/12/1936; *Vitrine*—n° 10, Ano I, 02/01/1938; *A Sinuca*, dezembro de 1940 a janeiro de 1941; *A Tesoura*, 1944; *A Metralha*, 1944-1945; *A Ripa*, 1949; *A Onça*, 1950; *Venenó*, 1950-1951; *A Língua*, 1950-1951; *O Oião*, 1951-1952; *O Detetive*, 1952.



Na sua dimensão hierárquica e segregadora, certas memórias, apoiadas tanto pelo discurso dos jornaizinhos como pelos costumeiros falatórios e comentários do dia seguinte à festa, buscam transformar a “Lagoa de Roça” em ambiente desregrado e freqüentado por um populacho mal educado e beberrão, que vivia em constantes brigas e exercícios de pugilato, imagem que as elites faziam dos populares em geral.<sup>57</sup> Mas essas mesmas memórias não conseguem ocultar o quanto os sóbrios jovens da elite contribuíam para aquele cenário de desvario, libações alcoólicas e pugilato. Após se referir às brigas existentes entre os jovens, provocadas pelo ciúme e pelas coisas do coração, o memorialista carrega nas tintas ao descrever a dimensão que elas assumiam, quando ocorriam em “Lagoa de Roça”.

Brigas infalíveis eram as de “Lagoa de Roça”. Aquilo, sim, dava gosto. Brigava todo mundo: os filhos dos doutores, sem as gravatas, bebendo e discutindo nas barracas dos pobres, depois que deixavam os pavilhões. E quando acontecia a polícia chegar, a briga aumentava com policiais dando e apanhando. No final... ninguém era preso.<sup>58</sup>

Fruto dos preconceitos e da forma como eram constituídos os espaços e definidos os lugares na festa da padroeira, aí adentrando pelos fios de memórias que até nós chegaram, ou pelo que os jornaizinhos publicavam, tem-se a impressão de que, deixando de lado a parte litúrgica e interna da festa (porque dela as notícias são esparsas), “Lagoa de Roça” era o lugar onde se misturavam, mais abertamente e com menos reservas, membros jovens da elite e populares em geral. Mais uma vez, um lugar profano e marginal, policiado por certos grupos, atraía os olhares e desejos dos jovens da elite local.

Voltando à cartografia da festa da padroeira e compreendendo o papel que nela exerciam “Lagoa de Roça” e os seus encantos proibidos,

---

<sup>57</sup> Ver item do capítulo 1, “O mundo dos carregadores” a partir da pg. 38.

<sup>58</sup> William Tejo, op. cit. Nos números avulsos dos jornalzinhos que temos em mãos, ao menos nos anos 1929 e 1944, são registrados brigas e “pegas” entre membros da elite.

não é difícil imaginar o que levou José Arruda e os seus amigos a fazerem um trajeto maior, na noite de 31 de dezembro de 1933, ao se deslocarem para a Mandchúria, distante cerca de duzentos metros da igreja Matriz. Ali poderiam continuar com a bebedeira iniciada no pavilhão “Deus e Caridade” e, quem sabe, acabar a noite nos braços ou na cama de uma mulher. Como vimos no episódio que acabou com um chofer baleado e outro morto, naquela noite José Arruda e os seus amigos não foram os únicos a fazerem aquele percurso. Quando na pensão Moderna chegaram, encontraram-na cheia de homens e apenas com as mulheres que não haviam ido à festa, ou que dela já haviam retornado.

As festas de padroeira de Campina Grande levavam alguns de seus habitantes a fazer um trajeto diferente apenas em termos. Saíam de casa para a festa de rua, mas cruzavam as fronteiras que se erguiam no próprio espaço onde ela ocorria, na rua, e buscavam os seus recantos e margens: “Lagoa de Roça”, num primeiro momento, e, em seguida, a Mandchúria, quando nem a festa nem os seus recantos atendiam suas expectativas. Era um trajeto físico diferente, mas em muito se parecia com o que faziam homens de elite, quando, após deixarem as confeitarias, os cafés e cinemas situados nas imediações da Praça da Bandeira, se dirigiam aos cabarés finos do Bairro Chinês. Para muitos letrados, era um trajeto tão herético quanto o inverso, ou seja, o que faziam os frequentadores da Mandchúria, ao saírem de lá em bandos pelas ruas centrais, mas com uma pequena diferença: o primeiro podia ir para as páginas dos jornais e alimentar verborréias e protestos irritados; já o segundo, quando envolvessem os pares, deveriam ficar no anonimato, como convinha àquela moral.

As barreiras e diques que, vez por outra, a sociedade procurava interpor entre o mundo que se dizia civilizado e os territórios populares ou marginais terminavam, em alguns momentos, sendo rompidas de forma radical ou inesperada, levando uns e outros a burlarem aquelas convenções, buscando espaços e lugares onde pudessem mais livremente desfrutar seus momentos de ócio e diversão. Mas não era somente isto que as elites iam buscar na zona.

## Elites na Mandchúria

A Mandchúria não era um lugar ao qual os jovens de elite acorriam apenas em épocas de festas do calendário oficial, como a festa de Natal e Ano Bom. Lá também encontramos jovens endinheirados durante os festejos do Deus Momo e, principalmente, nos finais de semana, em todas as épocas do ano.<sup>59</sup>

Nos casos seguintes encontramos filhos diletos da elite comerciante e proprietária provocando distúrbios ou se envolvendo em brigas na Mandchúria. As suas atitudes demonstram que as elites e os que em torno delas viviam faziam leituras de certos territórios da cidade que empurravam estes ainda mais para as margens.

Zoroastro Coutinho, agricultor e criador filho de abastada família do município de Campina, era homem habituado a desavenças, querelas e práticas de crimes, tendo sido processado pelo menos quatro vezes antes do episódio narrado em seguida.<sup>60</sup> Os crimes cometidos, dos quais sempre saía ileso,<sup>61</sup> o habilitaram a fazer farras e praticar arruaças junto com amigos armados de revólver e faca na zona do meretrício.<sup>62</sup>

---

<sup>59</sup> Em DINOÁ, Ronaldo, há pelo menos meia dúzia de entrevistas em que membros da elite comercial, industrial e proprietária local relembram os tempos áureos da Mandchúria, seus amores clandestinos, os frequentadores, os espetáculos que o Cassino Eldorado apresentava com artistas nacionais e internacionais, etc.; Ação Criminal n° 285, 1941, Geraldo Cavalcanti Castro, maço de 15/04 a 20/07/1946, e portarias da chefia e delegado de polícia todos os anos durante os festejos momescos proibindo a presença de menores na zona do meretrício.

<sup>60</sup> Quando recebeu o inquérito policial, o Ministério Público solicitou dos cartórios e anexou ao processo certidões informando sobre quatro crimes cometidos por Zoroastro Coutinho, nos anos de 1932, 1934, 1935 e 1939. Ver certidões anexas a Apelação Criminal n° 240, 1944, Zoroastro Coutinho e Edson Rocha de França, maço de 13/01 a 23/03/1944.

<sup>61</sup> Em crime de assassinato em 1939, foi absolvido pelo juiz local, absolvição confirmada pelo Egrégio Tribunal do Estado; no de 1934 foi condenado a 7 meses por agressão, mas foi absolvido por acórdão do Egrégio; em 1935 foi condenado a oito meses, mas obteve *sursis*; no de 1932 foi condenado a três anos e sete meses, mas o Egrégio anulou o processo.

<sup>62</sup> Idem, Apelação Criminal n° 240. No processo fica-se sabendo que Zoroastro havia dado tiros um mês antes na zona do baixo meretrício, não tendo sido desta vez interpelado pelas autoridades policiais.

No final da noite de 10 de janeiro de 1944, estava ele no Cassino Eldorado em companhia de dois amigos, quebrando copos e garrafas, derrubando mesas e ameaçando sacar uma arma, quando alguns policiais, um segurança do cassino e investigadores da polícia tentaram dissuadi-los. Quando perceberam que não obteriam êxito na empreitada, mandaram dois policiais chamar o delegado. O dr. Tirbutino Rabelo de Sá conseguiu aparentemente dissuadi-lo e levou-o em um carro da própria polícia para a casa do seu cunhado. Zoroastro, no entanto, voltou poucos minutos depois ao Cassino Eldorado, tendo por isso recebido voz de prisão do delegado, indignado com o desrespeito à sua autoridade.

Dois anos antes, em novembro de 1942, Valni Ramos Borborema, filho dileto de uma “boa família” local, estava embriagado pelos salões do mesmo Cassino Eldorado, na companhia de Evani Pereira, na “matinée dos bigodetes”, numa tarde de domingo.<sup>63</sup> Terminou mordendo o ombro esquerdo de Evani, que era amásia de um cabo do exército, o que resultou em uma discussão com o militar. No momento da discussão, tendo aparecido diversos cabos do exército em defesa do seu companheiro de farda, Valni, incitado por um amigo, passou a destratá-los, injuriando a corporação. Mas foram apaziguados. Quando se retirava do Cassino, Valni deparou-se com um significativo número de soldados e cabos. Embriagado, mas não se intimidando com tal demonstração de força, desafiou-os, o que, segundo Evani, “determinou a aglomeração de uma verdadeira multidão ansiosa para assistir o desenrolar dos fatos”.

Estes dois episódios, envolvendo membros da elite local, policiais militares, investigadores da polícia, cabos do exército e um delegado, podem ser aproximados, em certos aspectos, dos casos envolvendo populares em suas farras e bebedeiras pelas ruas da Mandchúria e pelos arrabaldes, que veremos mais adiante. Mas as comparações mostram o quão desiguais eram. Nas suas andanças, uns e outros tinham armas diferentes, bebiam bebidas diferentes, freqüentavam bares e cabarés diferentes e, em muitos aspectos, tinham um tratamento diverso por parte da polícia e da justiça. Isso mostra que, para além de epítetos que delegados, promotores e juízes lhes assacavam (“desordeiros e arruaceiros”

---

<sup>63</sup> Apelação Criminal n° 210, 1943, Valni Ramos Borborema, maço de 22/01 a 27/04/1943.

eram os mais comuns) e que pareciam colocar todos numa vala comum, não o eram no desfecho de suas histórias, quando, em defesa dos primeiros, sempre se encontrava um grande séquito de amigos e advogados, enquanto aos segundos estavam reservadas horas ou dias atrás das grades.<sup>64</sup>

Associado ou próximo a estas diferenças de tratamento, havia um amplo leque de outras percepções e práticas sociais. Tanto Zoroastro Coutinho como Valni Borborema eram cantados nas crônicas cotidianas como famosos arruaceiros. O primeiro já se envolvera em quatro outros crimes, inclusive um deles por homicídio, sempre fazendo valer “a alquimia da pecúnia e do prestígio”. O segundo, dois anos após a querela com os policiais militares, protagonizou um homicídio no salão de danças da pensão Estrela, de Carminha Vilar; também lançou mão dos largos recursos da família para se safar da prisão. Esse extenso cabedal terá um papel significativo na forma como esses dois personagens vão usar os códigos comuns na zona de prostituição.

Zoroastro Coutinho com sua fama de “tranca-ruas”, chegara com dois amigos choferes na zona do meretrício e decidira chamar a atenção dos frequentadores do lugar, com bebedeiras regadas a ostentação de poder e provocações à proprietária do Cassino Eldorado, Zefa Tirbutino. Sacou a arma e ameaçou dar tiros, além de ter quebrado copos e garrafas, derrubado mesas e forçado dois investigadores de polícia a beber com ele e os amigos. Cerca de um mês antes, havia disparado diversos tiros em plena via pública naquela mesma região da cidade, inutilizando postes de luz e provocando o pânico entre os frequentadores e os moradores do lugar. Ficara impune por estes abusos e, na sua leitura dos códigos daquela sociedade, achava que podia fazer e acontecer. Primeiro, porque o lugar era desregrado, embora fosse um cabaré de luxo; segundo, porque tinha

---

<sup>64</sup> Na Apelação Criminal n° 240 encontramos denúncias do Ministério Público, do assistente de acusação e do próprio juiz mostrando o quanto Zoroastro Coutinho havia se transformado num valentão e tranca-ruas devido à impunidade que a sua condição social e ao poder que sua família lhe proporcionava. Segundo o promotor público, “Eles põem advogados hábeis ao seu serviço, compram testemunhas, ameaçam, chegando, às vezes, a conseguir a complacência de certas autoridades, logrando, enfim, escaparem às malhas largas da lei. E não raro, pela alquimia da pecúnia e do prestígio, indivíduos temíveis, verdadeiros facínoras, são transformados em criaturas cândidas e inofensivas”.

família, dinheiro e antecedentes de impunidade. Explicitou essa percepção pela segunda vez quando, após ser conduzido pelo delegado à casa de um cunhado, não se fez de rogado, voltando ao cabaré poucos minutos depois, numa clara provocação e desmoralização da autoridade policial. Mais do que isto. Ele não estava pondo em cheque a autoridade de qualquer delegado, mas do doutor Tirbutino Rabelo de Sá, denunciado no processo pelos sete (!) advogados de Zoroastro como homem violento, acostumado a obter confissões de presos pobres e indefesos utilizando-se de meios suasórios como o espancamento e a tortura e sair pelas ruas da cidade alardeando suas peripécias.<sup>65</sup>

Este era um aspecto fundamental na leitura daqueles homens dos códigos e usos do território que compunha a Mandchúria, especialmente do Cassino Eldorado. Pareciam ler a vida pelo prisma do poder e do dinheiro, que naquele mundo significava muito. Encontramos outros exemplos de membros das elites usando aqueles lugares, protegidos pela sua condição social e poder político. O que significa dizer que Zoroastro Coutinho não era o único a agir desta forma. Vez por outra, deparamos com homens armados, em automóveis, dando tiros pelas ruas da Mandchúria; quando nos aproximamos para ver de quem se trata, encontramos funcionários públicos estaduais e federais, comerciantes e até choferes, pessoas bem postas na sociedade, homens bem quistos pelos largos recursos ou pelo posto em que trabalhavam ou, no caso dos últimos, pela ilusão e vontade de poder ou, no caso dos dois choferes amigos de Zoroastro Coutinho, pela possibilidade de ver a impunidade também a eles se estender.<sup>66</sup>

Valni Borborema não agiu de forma muito diferente. Mordeu uma puta e por isso foi interpelado pelo seu amásio, um cabo do exército. Incitado por um amigo, desafiou o cabo e seus companheiros, soltando improperios contra o exército e a polícia. Na saída do Eldorado, embriagado, mais uma vez decidiu enfrentar diversos cabos do exército e

---

<sup>65</sup> São argumentos utilizados pelos advogados de defesa de Zoroastro Coutinho como forma de justificar a sua agressão, esfaqueando o delegado Tirbutino Rabelo de Sá, ao ser conduzido à Penitenciária.

<sup>66</sup> Apelação Criminal n° 242, 1944, Manoel Soares de Carvalho e Manoel Coelho de Alencar, maço de 13/01 a 23/03/1944; Apelação Criminal n° 87, 1935, José Alves Neto, maço de 19/01 a 15/11/1935; Sumário Crime n° 36, José Arruda, etc.

alguns policiais que por lá se encontravam e com certeza haviam-no provocado. Dentro e fora do Cassino, havia achincalhado o exército brasileiro (estávamos em plena 2ª Guerra Mundial) e a temida polícia militar, deixando a impressão de que por isto seria punido. No entanto, depois de todas as suas peripécias, ainda teve um batalhão de amigos depondo a seu favor, o que lhe garantiu a impunidade.

Esses rapazes, ciosos das prerrogativas que o dinheiro e a posição social lhes proporcionavam, marcavam claramente os lugares onde faziam suas investidas. Não buscavam a anônima periferia para suas tropelias, muito embora isto fosse possível. Vez por outra, eram encontrados em exercícios de pugilato ou em assuadas pelas ruas centrais, o que lhes rendiam o repúdio e denúncia dos letrados, que vociferavam clamando pela polícia dos costumes ou apelando para os foros de educação e civilização dos pais.<sup>67</sup> Na Mandchúria, iam diretamente para as melhores pensões e cabarés; lá, embalados por cerveja e scotch e com um público garantido, tentavam fazer fama.<sup>68</sup> Eles apareciam também em suas teatralizações de poder em outros espaços, como a festa natal e ano bom, como vimos; mas aí os movimentos eram, em sua maior parte, diferentes. Estavam entre iguais, se travestiam de homens civilizados e sonhavam casar no seu meio.<sup>69</sup> Nesses momentos e lugares, buscavam chamar a atenção de outras formas: vestuário, pavilhão, bebidas, leilões, carros etc. eram caminhos mais proveitosos e promissores, embora não dispensassem uma cena de pugilato.

Esses exemplos de usos dos territórios por membros da elite mostram como os habitantes de Campina Grande podiam manipular certos

---

<sup>67</sup> Ver matérias denunciando as assuadas de jovens de família quando das programações musicais da difusora de Gaúcho em *Voz da Borborema*, nº 42, 15/06/1938, p. 01; vaias que davam em pessoas ao passarem em locais estratégicos das ruas centrais em “Cousas da cidade”, de Cristino Pimentel em *O Rebate*, 26/05/1936 (datado à mão); assuadas nos cinemas Apollo e Fox ver “Etc e Tal” em *O Século*, nº 3, 29/07/1928, p.02.

<sup>68</sup> Em entrevista de 1986, Josefa Tirbutino ao ser perguntada sobre as brigas e os valentões que freqüentavam o Cassino Eldorado, colocou entre outros o nome de Zoroastro Coutinho, ver Ronaldo Dinoá, op. cit., 1994:551-556. Vol. 1.

<sup>69</sup> Os jornalinhos de festa eram pródigos em noticiar as peripécias da juventude abastada local. Aí encontramos referências a Zoroastro Coutinho.

códigos e apontam também para algumas hierarquias. No entanto, os dois episódios acima, entre outras coisas, dizem-nos que, em alguns casos, o uso de certos territórios e a leitura dos códigos sociais e culturais andavam *pari passu* com a posição de poder e o *status* social dos moradores da cidade. É claro que o que até aqui foi mostrado parece pouco para concluirmos que essas hierarquias eram rígidas e que não sofriam rearranjos. Não era bem assim; elas podiam ser quebradas e vamos ver valentões sem cabedal econômico ou político aprontando na zona do meretrício ou pelas ruas do centro da cidade. Mesmo assim, Zorastro Coutinho, Valni Ramos Borborema, José Arruda, Geraldo de Castro e outros, ao adentrarem certos lugares, sabiam que suas atitudes, gestos e palavras teriam um significado diferente do de muitas outras pessoas e que seus excessos estariam protegidos por uma forte e inamovível tradição de impunidade. Isto, junto com os arroubos da juventude, significava algo nos caminhos que faziam por certos territórios da cidade.

A Mandchúria, território onde a mercadoria mais valiosa à venda era o sexo, foi lugar de muitos outros rituais, além dos desses mandões. Empestada de mercearias, bares, “pensões” e “cafés”, havia aderido de forma bastante singular às benesses e vicissitudes da “economia” de mercado.<sup>70</sup> Comerciantes, cáfens e cafetinas de tipos diversos que ali punham seus negócios costumavam disputar a clientela das quartas-feiras e dos finais de semana - engordada pelos agricultores e forasteiros que iam à feira. Utilizavam-se, para tanto, de promoções e propagandas, mas estas últimas espalhavam-se, na maioria das vezes, sem a necessidade de recorrer-se aos recursos modernos de difusão de informações, como a imprensa local (muito embora o Cassino Eldorado, quando de sua inauguração, tenha sido notícia em uma pequena matéria do jornal *Voz da Borborema* e segundo um memorialista, quando promovia bailes com “celebridades” costumava afixar cartazes e soltar panfletos pelas ruas e

---

<sup>70</sup> As quitandas, mercearias, pensões e cafés estavam assim distribuídas pelas ruas da Mandchúria: 12 de Outubro (09); 5 de Agosto (13); Francisco Maria (01); Nova Olinda (05); Currais (01); e Piabas (08) em Euclides Villar (dir). *Almanaque de Campina Grande*. Campina Grande: Tipografia da Livraria Campinense, 1933, p. 17-45.

<sup>71</sup> Segundo MORAIS, Antônio Pereira Morais, op. cit., p. 53, “Quando acontecia a exibição de algumas celebridades, o anúncio era feito publicamente, em panfletos bem impressos, e também em cartazes bem postados nos pontos mais destacados da cidade”.



lugares estratégicos da cidade).<sup>71</sup> “Bailes”, “danças” e “sambas” eram formas de atrair uma clientela ávida de sexo, diversão e lazer; era também o momento em que meretrizes e freqüentadores, ao som de uma banda ou orquestra, tentavam conquistar seu parceiro ou parceira da noite ou de algumas horas de prazer e trabalho.

À conquista do(a) parceiro(a) interpunha-se o tempo da bebida, algo indispensável naquele jogo de forças e sedução, em que muitas vezes o dinheiro dava o tom. A bandinha ou orquestra jogando força nos instrumentos, as mesas postas e ocupadas, os chegantes sentados ou circulando, buscando lugares estratégicos ou parceiros fiéis (é possível?), todos entornando a cerveja ou scotch possível e a cachaça provável. O suor e o odor daqueles corpos tomavam conta do salão, muitas vezes pequeno e estreito para a clientela. Esses “fungagás” ou “bailaricos”, como diria o causídico Hortênsio Ribeiro, ocorriam diária ou semanalmente. Tudo isto contribuía para fazer daquele um lugar diferente na cidade, de caminhos próprios e tortuosos, ruas labirínticas, becos anônimos, esconderijo para homicidas e presos em fuga, moradores que a imaginação dos letrados transformavam em zumbis, com o intuito de estigmatizá-los, muito embora fosse freqüentado diuturnamente por homens da elite comercial, intelectual e proprietária.<sup>72</sup> Suas festas tinham formas próprias, podendo chocar e aguçar a curiosidade de neófitos, se comparadas com os rituais que os jovens abastados protagonizavam em lugares como a Confeitaria Petrópolis e o Bar Elite.<sup>73</sup>

No ano de 1937, flagramos um cronista local estupefato com as mudanças por que a cidade passara e os lugares ou bairros diversos que se constituíam, sinais claros, na sua forma de sentir, do “cosmopolitismo” que tomara conta de Campina Grande e dos ventos novos que com ele chegara, nem sempre benfazejos.

Já não é mais novidade que se afirme com insistência ser Campina Grande uma cidade cosmopolita. Porque Campina Grande, não é só a cidade elegante que passeia a sua opulência e o seu **rastaquerismo** em “curvas

---

<sup>72</sup> Ver DINOÁ, Ronaldo, 1994:539-561, vol. 1.

<sup>73</sup> Nos anos 40 havia um bar Elite na praça da Bandeira, freqüentado por abastados, e um bar homônimo localizado na Mandchúria.

delirantes e vadias”, do Bar Elite à Confeitaria Petrópolis, ou desse encantador alvear [Campinense Clube] à Praça onde o Grande Presidente, imobilizado no bronze, assiste de mãos para trás, ao avanço extraordinário do nosso vertiginoso progresso em todas as esferas das atividades humanas...<sup>74</sup> (grifo no original)

Para dar uma dimensão mais realista e envolvente ao escrito, o parágrafo seguinte vai narrar as impressões com que se saía após uma incursão ao “bairro chinês”. Acompanhem-lo:

Fomos em uma dessas noites, meia sombra, meia luz, conhecer de perto esse famoso recanto da nossa **urbs**. O Bairro Chinês era, mesmo, então, um lado diferente da plácida e ingênua fisionomia desta terra: diferente, porque alegre, de uma alegria de esgares escandalosos... Havia coréas bárbaras e esquisitas por toda parte. Cafés cantando a nostalgia dos abandonados e dos traídos, pela voz de boêmios e rameiras embriagados de sonhos e de ilusões fanadas. Idílios impossíveis de amores mercadejados, e uma multidão de criaturas que tresandavam a um odor misto de cachaça e suor, desse suor que poreja da existência desgraçada dos que lutam no vício para depois serem vencidos...<sup>75</sup> (grifo no original)

Após o começo ufanista em torno do cosmopolitismo da cidade, o autor destila sua verve acre em torno do que denomina de seu “lado diferente”, ou o que o progresso havia trazido de mal no seu rastro. O “bairro chinês” era um desses lugares. A diferença aqui é tratada como algo negativo, pois a cada aspecto que comenta seguem adjetivos depreciativos: “diferente, porque alegre, de uma alegria de esgares escandalosos...”, o que transformava seus freqüentadores em “coréas bárbaras e esquisitas”; lugar em que as libações alcoólicas atraíam

<sup>74</sup> Luiz Peixe. “Bairro Chinês” em *Voz da Borborema*, nº 34, 10/11/1937, p. 01.

<sup>75</sup> Luiz Peixe. “Bairro Chinês” em *Voz da Borborema*, nº 34, 10/11/1937, p. 01.

“abandonados e ... traídos, pela voz de boêmios e rameiras embriagados de sonhos e de ilusões fanadas”.

A crônica faz outros movimentos, que trazem para o leitor aspectos vários. É, antes de tudo, um libelo anti-prostíbulos, mas não se pode deixar de observar o quanto de ambivalente tem, o que pode ter aguçado ainda mais a curiosidade daqueles para quem o “famoso recanto da urbs” era um lugar desconhecido, proibido e, portanto, atraente.

O Bairro Chinês, entretanto, indiferente à dor que enchia as suas baiucas de gritos lancinantes, ou às risadas cristalinas que vinham de dentro dos seus **cabarés** luxuosos, era a cosmópolis ululante que impressionou vivamente a alma do homem inatualizado, do cavaleiro andante da fantasia, que aceita a desventura com a coragem dos santos e “ama a vida, pela glória de ser poeta e galanteador”...<sup>76</sup> (grifo no original)

Afastando-se um pouco de 1937, ano em que Luiz Peixe resolveu reforçar o dique que tentavam criar diante da grande afluência de jovens ao Cassino Eldorado, flagramos, em crônicas e memórias escritas tempos depois, aspectos do clima de curiosidade que tomara conta de alguns moradores da cidade quanto ao surgimento do Eldorado e os mistérios do “bairro chinês”. No final dos anos 1970, Francisco Maria Filho lembrando seu passado de criança e adolescente em Campina Grande, relata os momentos angustiantes e de ansiedade que vivera, na expectativa de conhecer o mundo em que se transformara o Cassino Eldorado para os jovens que pela cidade viviam nas décadas de 30 e 40:

Aos dezesseis anos eu quis conhecer o “Cassino Eldorado”, no bairro de “Mandchúria”. Colegas mais afoitos faziam-me inveja, contando a respeito das mulheres que viviam ali, seus momentos de prazer, suas aventuras.<sup>77</sup>

---

<sup>76</sup> Idem, “Bairro Chinês” em *Voz da Borborema*, nº 34, 10/11/1937, p. 01.

<sup>77</sup> Ver MARIA FILHO, Francisco. *Crônicas*. Campina Grande: União Companhia Editorial, 1978:15. A angústia, curiosidade e medo vivido por Francisco Maria são

Não é difícil perceber neste trecho de que forma a “diferença” da Mandchúria e do Cassino Eldorado chegava para os jovens: a inveja que os amigos do cronista faziam-lhe era acionada provocando a sua curiosidade, buscando atraí-lo para os mistérios, o prazer e as aventuras que as mulheres do Cassino proporcionavam. Não pareciam ser mulheres comuns, ou as simples e casadoiras senhorinhas por quem eram apaixonados e com quem um dia se enlaçariam em matrimônio. Eram, diferentemente, mulheres de “aventuras”. Os efeitos que os mistérios guardados pelas mulheres do Cassino Eldorado causavam no neófito eram arrasadores.

E eu, cada vez mais, ansioso para ir ao tão comentado cabaré. Precisava antes de tudo, acalmar o grito de sexo dentro de mim. Eu queria ir, precisava ir, mas tinha medo. Medo de que algum “chalera” fosse dizer ao meu pai. Medo, ainda mais profundo, do juiz de menor, Doutor Darci Medeiros.<sup>78</sup>

O medo e a angústia, comuns em casos como estes e em jovens com pais ainda exalando bafos do patriarcalismo,<sup>79</sup> eram contrabalançados pelas imagens e descrições fantásticas que deviam ser acionados pelos “amigos afoitos”, ao falar das “mulheres que viviam ali”:

Eu ouvia os nomes de “Celecina” – “Chiquinha 18” – “Zerife”, “Balalaica”, e ficava triste, a pensar. E o célebre “Cassino Eldorado” a mexer com uma vida que apenas começava.<sup>80</sup>

---

confirmados por MORAIS, Antônio Pereira de Moraes, 1985:53. Segundo Moraes, “Francisco Maria Filho, no seu livro ‘Crônicas’, traduziu exatamente o pensamento da juventude sobre o “Eldorado”.

<sup>78</sup> Cf. MARIA FILHO, Francisco, 1978:15.

<sup>79</sup> Hortênsio Ribeiro, “Nota do Dia” em *A Imprensa*, nº 38, 19/02/1942, p. 07, denuncia o declínio do patriarcalismo de antanho. CAVALCANTI, Silêde L.O, 2000:32-35 e CAUFIELD, Sueann, 2000, trabalham com a idéia do declínio do patriarcalismo familiar e sua substituição pelo que denominam de patriarcalismo estatal.

<sup>80</sup> Cf. MARIA FILHO, Francisco, op. cit.

A forma e a fama que o cabaré assumira entre a juventude e os moradores da cidade em geral levavam jovens como Francisco Maria e Antônio Morais a devaneios nos braços das famosas mulheres do Eldorado. Fantasiavam encontros amorosos; flanavam nos braços de Balalaica e Zerife, mulheres “de rara beleza”, como diria Antônio Morais em seu poema “As Divinas do Eldorado.”<sup>81</sup> Nestes devaneios e desejos de conhecer o proibido, que despertaram a curiosidade de muitos, os filmes da época pareciam inebriar, como fazia a bebida, liberando a imaginação e servindo como estímulo, o que levava alguns a se imaginarem nos braços das putas “fadas”, tal como viam no cinema suas divas nos braços dos amantes e mocinhos.<sup>82</sup>

Para além dos devaneios, hoje sabemos que muitos daqueles jovens conseguiram superar o medo que lhes acometia e romperam a barreira que um certo discurso interpunha entre a cidade e a Mandchúria. Zoroastro Coutinho e Valni Borborema não só superaram o medo que as memórias de Francisco Maria nos apontam, mas passaram a ser parte constitutiva dos medos e dos motivos que afastaram alguns jovens da Mandchúria. Mas se para alguns rapazes endinheirados ou remediados havia a necessidade de mediadores, como o cinema e “amigos afoitos”, para visitarem a Mandchúria, os populares, homens simples e comuns pareciam ter menos pejo, pois eram parte daquele mundo.

## Populares na Mandchúria

Quando, em princípios dos anos 1930, a zona do meretrício da cidade foi transferida para o “bairro” das Piabas,<sup>83</sup> local onde estavam instalados os currais de gado,<sup>84</sup> pensavam as autoridades e os higienistas estar livrando as ruas centrais e seus cartões postais dos males morais e físicos que maculavam

---

<sup>81</sup> Cf. MORAIS, Antônio, op. cit. p. 55.

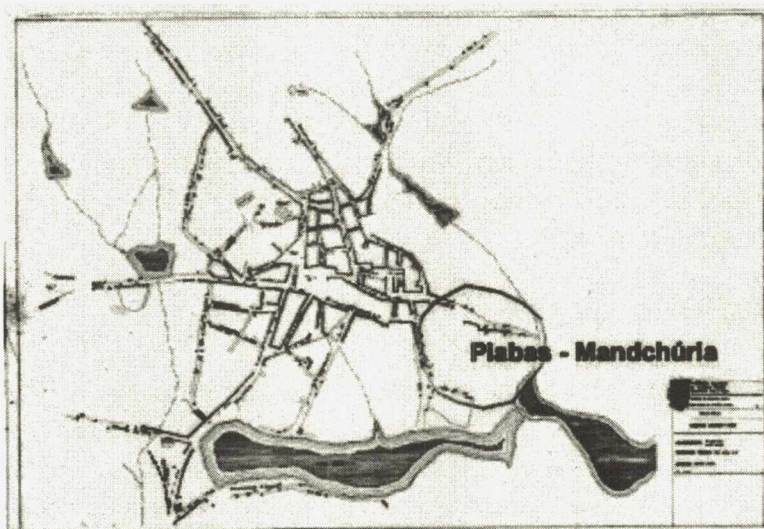
<sup>82</sup> Essa última frase e a possibilidade de misturas nos sonhos dos jovens da imagem de prostitutas famosas com atrizes de cinema, foi sugerida pela leitura da crônica-memória de Antônio Pereira de Moraes, op. cit.

<sup>83</sup> Por se situar próximo ao canal das Piabas e na área dos antigos currais de gado, a Mandchúria também era denominada de “bairro das Piabas” e “bairro dos Currais”.

<sup>84</sup> Ficava próximo ao sítio que dera origem à cidade, a antiga rua das Barrocas, ou Vila Nova da Rainha, que desembocava às margens do Açude Velho.

a sua imagem e podiam significar menor afluxo de visitantes e capitais. Aqui ouvimos ecos das palavras do anônimo articulista de *Brasil Novo*, para quem ambientes nefastos, como as “caixas de fósforos”, toleravam-se em subúrbios, não nas ruas centrais de um cidade como Campina.<sup>85</sup>

As palavras Mandchúria ou bairro chinês, que eram utilizadas para designar a área que concentrava os prostíbulos, foram associadas a invasão nipônica à região chinesa da Mandchúria e os suplícios a que foram submetidos os mandchus.<sup>86</sup> A transferência dos cabarés para os currais foi simbolicamente associada àquela invasão, talvez porque assim compreendessem os moradores que naquelas proximidades viviam, quando da chegada, ou “invasão” da área pelas prostitutas e seus séquitos. Chegavam àquele lugar, que até então concentrava boiadas e negociantes, raparigas mal-vestidas, marafonas, gigolôs, boêmios, cafetinas e cáftens, como invasores a ocupar e dividir o lugar com matagais, boiadas, cavalos, burros, merda e muito mau cheiro (ver mapas 5 e 6).



Mapa 5 – Mandchúria antes de 1931

<sup>85</sup> Referência a uma passagem do capítulo 1 da tese de doutorado do autor, intitulada *Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande (1920-1945)*, 2001:17-82.

<sup>86</sup> Sobre o episódio, ver *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Vol. VI. Rio de Janeiro/Lisboa; Editora Enciclopédia, Limitada, s/d, p. 676 e *Enciclopédia Mirador Internacional*. São Paulo/Rio de Janeiro - Brasil, 1987, vol. V, p. 2324-2325.



Mapa 6 – Mandchúria depois de 1931

As fotografias panorâmicas indicam que no início da década de 1930 era uma área pouco habitada e, em grande parte, ainda tomada por matagais, sítios e casinhas com extensos quintais cobertos de mato. O seu núcleo central, que nos primeiros anos se organizou em torno da rua 5 de Agosto, distava pouco mais de cem metros da rua Vila Nova da Rainha e uns trezentos metros da igreja Matriz; no começo dos anos 30, porém, era considerado subúrbio, da mesma forma que a antiga rua do Rói Couro, marginalizada por ser antro de prostitutas, fora saneada e incorporada aos projetos pecuniários de alguns abastados por estar próxima a ruas habitadas por “famílias distintas”, em uma área que se valorizava.

A transferência das mais de 600 putas que, segundo José Américo de Almeida, “sifilizavam” os sertões da Paraíba<sup>87</sup> foi, em certo sentido, uma operação de guerra. Na mesma época em que o anônimo articulista do *Brasil Novo* escreveu sua denúncia contra as “caixas de fósforos”, um cronista menos intolerante mostrava a necessidade da saída dos prostíbulos da rua do Rói Couro, alertando o prefeito Lafaiete Cavalcanti para que agisse com parcimônia, pois a operação não era simples e a cidade não oferecia habitações suficientes para comportar o número de mulheres “dadeiras” que ali existiam.<sup>88</sup> Pelo sim e pelo não, em 1931, lá estavam os prostíbulos nos Currais, ou Mandchúria. A mudança daquele número assustador de mulheres “desviadas” para as proximidades dos currais deve ter entrado na simbologia da nomenclatura.

O período que a pesquisa com processos criminais abrange é o da formação, constituição e auge da Mandchúria, que nos anos 50, segundo depoimentos e memórias, entrara em declínio, sendo preterida pelos cabarés situados em ruas centrais e nas proximidades das Boninas e rua João Pessoa.<sup>89</sup>

Reconstituir o que era a Mandchúria no período aqui analisado não é tarefa simples. Primeiro, porque as memórias que sobre ela existem foram todas direcionadas para o Cassino Eldorado e algumas pensões freqüentadas pelas elites;<sup>90</sup> segundo, porque sendo um território marginal e marginalizado da cidade (Hortênsio Ribeiro diria que era “exterior” a Campina Grande), raramente encontramos nos processos criminais descrições das casas, pensões, mercearias, becos, ruas e travessas que a compunham. E isto não é sem sentido, pois, vivendo sob constante suspeição e estigmatizados pelos discursos moralista e jurídico, os moradores e freqüentadores do lugar criaram seus próprios códigos de

---

<sup>87</sup> Cf. ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e Seus Problemas* 3ª ed. Revista. João Pessoa, 1986:460.

<sup>88</sup> “Etc & Tal” em *O Século*, nº 27, 02/03/1929, p. 4.

<sup>89</sup> Esta leitura aparece em inúmeros depoimentos do livro de DINOÁ, Ronaldo, op. cit. pp. 537-548, vol. 1 e 547-561, vol. 2.

<sup>90</sup> Ver referências da nota anterior e NÓBREGA JÚNIOR, Clóves Fernandes. *O Cassino Eldorado*. Campina Grande, UEPB, 1999 (mimeo). Neste texto autor copia, dando uma certa organização, as informações encontradas nas entrevistas do livro de Ronaldo Dinoá.



comunicação e defesa contra as injunções dos homens da justiça. Becos sem nomes, travessas de nomes arrevesados, ruas com nomes diversos, casinhas sem números, endereços incompletos ou inexistentes, abundantes apelidos e uma infinidade de pessoas sem sobrenome eram práticas corriqueiras, que assumiam uma dimensão subversiva. Muitos assim agiam para enfrentar e se defender das invasões e assédios dos policiais e dos homens da justiça.<sup>91</sup>

Os episódios abaixo talvez digam mais ao leitor sobre o lugar que em 1937 fora chamado de “cosmópolis ululante” por um cronista local.

Era noite de uma quarta-feira, dia 09 de agosto de 1933, à rua 5 de Agosto. Tudo ocorreu por volta das dez horas. Esmerina Maria da Conceição, 25 anos, meretriz, residente à travessa da rua 13 de Maio,<sup>92</sup> analfabeta, terminou sendo vítima de uma agressão, quando dançava no Café Boêmio. Assim ela narra o ocorrido:

... ontem estava dançando num baile... com um rapaz que não sabe o nome...; que na ocasião em que dançava com o dito rapaz, o negro José Preto, que também dançava na ocasião bateu no rapaz com quem ela dançava; que José Preto encontrou ao rapaz, porque a sala de danças era pequena, e dançava muita gente nessa dita ocasião; que tendo se dado um encontro, José Preto procurou ameaçar a ela declarante e ao rapaz, com palavradas, resultando discussão entre ela e José Preto...<sup>93</sup>

É um depoimento de muitas possibilidades de leitura. Noite de um dia de feira, homens e mulheres, na sua maior parte desconhecidos, vindos da zona rural, de outros municípios e dos subúrbios da cidade. O apertado local em que ocorria o “baile” ou “samba” parece ter ajudado na precipitação da agressão, especialmente porque havia lá um concorrido público. Tudo havia se dado por causa dos encontrões entre Esmerina e seu anônimo

---

<sup>91</sup> Esta associação não é mera construção retórica, ela aparece em diversos processos e na imprensa local.

<sup>92</sup> Não conseguimos localizar a que lugar da cidade se referia.

<sup>93</sup> Ação Criminal n° 38, 1933, Oscar Francisco Correia, maço de 17/02 a 14//12/1933.

parceiro com Oscar Francisco Correia, vulgo José Preto, lavrador, que também dançava com uma mulher desconhecida.

Os movimentos que José Preto fez após a agressão mostram o quanto os freqüentadores e moradores da Mandchúria se apossavam dos códigos jurídicos para viver no lugar. José Preto morava na rua das Piabas, ali nas proximidades da rua 5 de Agosto; após a agressão, retirou-se apressado do baile, mas retornou logo em seguida, sendo preso pela polícia, que chegara ao local momentos depois do fato. A versão de José Preto sobre o retorno ao local do crime é emblemática: “sabendo que a polícia o prenderia, resolveu voltar para o café onde se deu o fato, afim de ser preso logo, porque no dia seguinte nada mais sofria, e sim seria solto pela prisão anterior”. Era um domínio largo dos códigos do lugar e da justiça.

No “samba” do Café Boêmio, além de José Preto, que era casado religiosamente, encontramos dois outros senhores casados, que estavam por lá no momento do episódio. Manoel Casemiro da Silva, 33 anos, cozinheiro, analfabeto e Antônio da Costa Romeiro, 31 anos, marceneiro, analfabeto, informaram que estavam apenas “apreciando um samba”. O cozinheiro Manoel Casemiro dá a entender que estava fora da sala de danças no momento da agressão; o marceneiro Antônio da Costa diz “que estava junto à porta de entrada” do café. Verdade ou não, estes senhores haviam saído de suas casas às ruas Nova Olinda e João Pessoa para “apreciar um samba” numa pensão de putas.

Cerca de um ano e meio depois, às primeiras horas da noite do sábado, dia 15 de dezembro de 1934, na rua 5 de Agosto, na pensão de Judith, quando um “baile” ali se dava, surgiu um desentendimento entre o agricultor João Belo do Nascimento, 30 anos, analfabeto, e o ajudante de caminhão João Francisco da Silva, 23 anos, solteiro e analfabeto.<sup>94</sup> Os motivos da discussão seguida de agressão não ficaram claros e nenhuma das testemunhas, todas envolvidas com o “baile”, informou qualquer coisa que esclarecesse o episódio. Fica-se sabendo que o baile estava concorrido, havendo a presença de “muita gente” e todos pareciam entretidos com a dança. Os litigantes eram desconhecidos entre si e de quase todos os presentes.

---

<sup>94</sup> Sumário Crime n° 75, 1935, João Belo do Nascimento, maço de 15/01 a 30/03/1935.

Foi mais um episódio ocorrido em um sábado, quando Campina Grande via o seu movimento aumentar com a presença de um grande número de agricultores, feirantes e comerciantes em demanda da feira. Isto deve explicar, em parte, o motivo pelo qual os dois envolvidos no crime e as testemunhas, um homem e três mulheres, eram desconhecidos entre si, não sabendo informar os nomes dos que ali se encontravam no momento do episódio. O acusado, João Belo, justificou não conhecer as muitas pessoas presentes, por estar na cidade havia cerca de “um mês e dias”, mas conhecia a dona da pensão, o que mostra que ali já estivera outra(s) vez(es). A proprietária da pensão desconhecia tanto os contendores como a mulher que prestou socorro à vítima (que lhe pediu aguardente e sal para estancar o sangramento) e as duas outras meretrizes, que depuseram e deram como endereço a rua 5 de Agosto, lugar onde estava localizada a sua pensão.

Através dos muitos processos a que tivemos acesso, é fácil observar que, da mesma forma que nas quartas e sábados o movimento na Mandchúria crescia, havia também um afluxo maior de prostitutas nestes dias, vindas da capital, do Recife ou de cidades próximas, o que pode ajudar a compreender o anonimato das três meretrizes que apareceram neste episódio. Mas além destas explicações, plausíveis e possíveis, pode-se sugerir que pelo menos a proprietária da pensão estava acionando um código comum àquele lugar, agindo de forma a proteger o seu negócio e a clientela que para lá afluía em dias de bailes, nada mais desejando que beber sua aguardente, dançar e trepar. De preferência, ao menos para os senhores casados, no anonimato.

Estes dois episódios fornecem pistas ainda incipientes sobre o mundo que era a Mandchúria. Ocorridos no primeiro lustro da década de 30, ainda não se respirava os ares do Cassino Eldorado. As pensões Moderna e Nice eram o que se tinha de melhor para os que pudessem despender seus contos de réis com bebidas e prostitutas finas. Os cafés de Maria Bedon e de Judith eram lugares simples, compostos por uma

pequena sala utilizada para os “bailes” e “sambas”, ao lado da qual ficava outra sala, ou um “reservado”, com mesas de jogos e onde a clientela sentava para beber aguardente, tomar café, lanchar, conversar ou jogar um carteadado, quando não estava dançando; uma cozinha, onde se preparava café e tira-gosto, e um quarto, onde dormia a proprietária com o amásio ou gigolô. Em pensões maiores, encontrávamos dois ou três quartos, usados durante o dia e a noite pelas mulheres, que pagavam uma diária à proprietária. Em alguns casos, os quartos das pensões tinham mais de uma cama e neles dormiam diversas mulheres e homens, separados apenas por cortinas de panos rústicos. As salas também eram muitas vezes ocupadas por redes.

Salão de dança pequeno, dia de feira, a clientela disputava os lugares no pé e muitas vezes no braço, como se viu. Agricultores, ajudantes de caminhão, marceneiros, cozinheiros e meretrizes eram atraídos pelos “bailes” e “sambas” dos cafés e pensões da 5 de Agosto. Com idade entre 20 e 30 anos, os homens buscavam nas noites da Mandchúria diversões e mulheres que aliviassem as agruras dos dias de trabalho, ou simplesmente lugares para armar suas redes de gigolôs, boêmios e desocupados.

A Mandchúria, no entanto, era lugar de vida com outros movimentos. Ali as coisas não aconteciam somente nos bailes e à noite. Havia dias também movimentados, mas era um movimento diferente das noites de festas. Não era apenas um lugar de pensões e cabarés, pois com a chegada de grande número de adventícios e os baixos ganhos e salários, fora incorporando novos sítios e se espraiando em direções diversas, levando herdeiros e proprietários de terrenos das áreas próximas a aproveitarem a ocasião para construir diversas casinhas, que eram alugadas aos chegantes. Nesse sentido, os estigmas associados ao local tinham um efeito diverso, pois provocavam a baixa no valor dos aluguéis e atraíam inúmeras famílias pobres. Estas, compostas em parte por trabalhadores, aproveitavam-se da ambigüidade do lugar e da sua proximidade ao centro para lutar pela sobrevivência. No entanto, homens e mulheres que ali moravam, caso caíssem nas teias da justiça, seriam tratados como suspeitos e perigosos. Morar na Mandchúria, dir-se-ia, era um forte agravante.<sup>95</sup>

---

<sup>95</sup> Cf. CAVALCANTI, Silêde Leila O., 2000:77.

Além dos cabarés e das casinhas de morada, havia uma grande quantidade de quitandas, quiosques, bodegas e algumas casas de jogos ou bilhar,<sup>96</sup> o que tornava suas ruas movimentadas durante o dia, com meninos jogando bola, pessoas comprando, bebendo, jogando e conversando nas calçadas, esquinas, portas das moradias e nas mercearias.<sup>97</sup> Muitas dessas casas comerciais eram lugares de encontro de parceiros de jogos, amigos e vizinhos. Eram também lugares onde os seus proprietários conversavam com a freguesia sobre os acontecimentos recentes na Mandchúria e na cidade. Episódios como os que veremos em seguida mobilizavam muitas pessoas.

Final de manhã de 18 de junho de 1932, estava-se a poucos dias dos festejos juninos.<sup>98</sup> No episódio envolvendo os amásios João Vaz Ribeiro e Alzira Palmeira Costa, encontramos indícios sobre o movimento diurno na Mandchúria. Alzira Palmeira Costa, 30 anos, era acusada por seu amásio de traição, sendo por isso espancada por ele e um primo.<sup>99</sup>

João Vaz encontrou-se com o seu primo na rua 4 de Outubro (ex-Rói Couro), onde morava, e de lá saiu com destino a Mandchúria, com a intenção de fazer um desagravo, por ter sabido no dia anterior que a amásia o traía. Alzira estava a costurar em casa, número 135 da rua 5 de Agosto. Os primos Ribeiro chegaram, entraram e João discutiu com Alzira, tendo logo em seguida iniciado a agressão. Ao ser agredida, Alzira buscou socorro em uma mercearia vizinha. No momento em que se aproximava

---

<sup>96</sup> No ano de 1933, havia 37 quiosques, bodegas e quitandas nas ruas da Mandchúria, segundo Euclides Villar (dir), op. cit., 1933:20-22.

<sup>97</sup> Ação Criminal nº 44, 1933, Djanira de Tal, Alice Tenório e Josefa Barbosa, maço de 24/07 a 28/12/1933.

<sup>98</sup> Sobre as antigas festas de São João de Campina Grande, ver “Noite de São João”, de Mauro Luna em *Voz da Borborema* nº 38, 22/06/1940, p. 01; “Dia de São João”, Hortênsio Ribeiro em *Voz da Borborema* nº 39, 29/06/1940, p. 01; “São João dos meus tempos”, de João da Cunha Lima em *Voz da Borborema* nº 44, 22/06/1938, p. 04 e números 45, 25/06/1938, p. 01, 46, 29/06/1938, p. 01 É possível acompanhar pela imprensa a animação e movimentação da cidade no período dos festejos juninos e de São Pedro. Destacavam-se principalmente os fogos, as fogueiras e em algumas matérias informavam sobre as danças e festas realizadas nos clubes da cidade.

<sup>99</sup> Ação Criminal nº 18, 1932, João Vaz Ribeiro e Antônio Lourenço Ribeiro, maço de 02/02 a 14/12/1932.

da mercearia, seu proprietário estava atendendo à freguesia, tendo ele e os fregueses, alarmados com os gritos de Alzira, deixado o interior do estabelecimento. Os primos Ribeiro não se intimidaram, adentraram a venda e arrancaram-na dos braços do comerciante; levando-a para o meio da rua, arrastaram-na pelo chão e rasgaram suas vestes, deixando-a praticamente despida. A multidão interveio e mais uma vez arrebatou-a das mãos dos primos; ela penetrou na mercearia e refugiou-se no quintal. João Vaz não satisfeito, invadiu pela segunda vez a mercearia e foi até o quintal, onde continuou a espancar Alzira, quando, afinal, interveio um tal de Bertholdo, que impediu que as agressões continuassem.

Chama a atenção no episódio a multidão referida por todos que depuseram. Com o sol a pino, os populares que nas proximidades do lugar se encontravam acorreram para ver o que acontecia. Alguns deles estavam fazendo compras e conversando na mercearia vizinha à casa de Alzira. Outros iam passando pelo lugar no momento em que começara o barulho. Ainda outros estavam em suas casas, ou em mercearias das proximidades, e acorreram para o lugar quando viram a aglomeração ou o alarde. Das quatro testemunhas que depuseram, três eram agricultores que moravam em longínquos subúrbios e na zona rural do município. Apenas o comerciante morava na rua da Floresta, transversal à rua do Oriente (Vila Nova da Rainha), a cerca de quatrocentos metros da 5 de Agosto.

O episódio é emblemático em diversos sentidos. Primeiro, percebe-se claramente, no depoimento do comerciante a quem Alzira recorrera, que ele sentiu-se contrariado com a “invasão” de sua mercearia por duas vezes. Estava em seu espaço e uma vizinha considerara a sua casa comercial um lugar seguro contra a agressão que sofria. No entanto, os agressores afrontaram sua autoridade, adentraram seu estabelecimento, tomaram a mulher que ali buscara proteção e ainda o ameaçaram. As represálias a esta atitude de desrespeito pelo espaço que lhe pertencia vieram rapidamente: carregou nas tintas em seu depoimento, dando ares de escândalo ao episódio (o que era uma agravante e aumentaria as possibilidades de punição a João Vaz), e, daquele dia em diante, deixou de cumprimentar ou falar com um dos agressores. Estas atitudes mostram com clareza que aquele ambiente, visto como “desregrado” e “livre”, tinha

códigos próprios, mas também regras que eram as mesmas que se exigiam dos moradores de quaisquer outros lugares da cidade. Códigos e práticas aceitos por grande parte da sociedade, pode-se assim dizer.

João Vaz Ribeiro e o seu primo, contrariamente, em muitas das suas atitudes buscaram reforçar a imagem de que aquele era um “ambiente livre”, onde as regras eram frouxas ou não existiam, mas suas atitudes suscitavam leituras ambivalentes. Primeiro, por considerarem a Mandchúria um lugar em que as contravenções eram comuns, invadiram a casa e agrediram Alzira; logo em seguida, desafiaram o dono de uma mercearia e a multidão de curiosos que tentaram intervir. Assim agindo, contribuíam para reforçar uma das imagens mais fortes em torno do lugar, a que o associava à desordem e à imoralidade. Mas, por outro lado, sua atitude ameaçava deixar por terra a dimensão simbólica que quis dar ao desagravo, pois era exatamente com uma mulher daquele ambíguo e desmoralizado lugar que vivia amasiado, embora fosse um homem casado. Isto podia embaralhar a compreensão de sua atitude pelos moradores da cidade e do lugar, ou do lugar e da cidade.

Um outro aspecto, no entanto, leva-nos a fazer uma leitura na contramão do que ficou dito acima, pois se aquelas práticas poderiam ser encontradas em outros lugares da cidade, na Mandchúria assumiam uma dimensão diferente. Os primos Vaz Ribeiro utilizaram-se do espaço público, a rua 5 de Agosto, em plena luz do dia, e, na presença de “uma multidão”, desagravaram a atitude de Alzira Palmeira, de estar “traindo” João Vaz. Tomá-la das mãos da multidão e arrastá-la pelas pernas no meio da rua, deixando-a quase despida em explícito ritual de humilhação era, em certo sentido, uma forma de vingar a honra masculina “traída”. Estas atitudes podiam ocorrer em outros lugares da cidade, mas assumiam um caráter desestabilizador no universo das relações na Mandchúria e aos olhos de certos letrados e agentes jurídicos. Especialmente porque João Vaz Ribeiro, homem casado com uma “bondosa e honesta senhora”, havia, no episódio, embaralhado a cartografia sentimental e uma certa moral, assumindo em público ciúmes por uma mulher de vida duvidosa, sentimento considerado ilícito e criminalizado pelo código penal.<sup>100</sup>

---

<sup>100</sup> Foi este o principal argumento do moralista promotor Antônio Pereira Diniz, que foi acatado pelo juiz na negação do pedido de *sursis* pelo advogado de João Vaz. Ver também Ação Criminal n° 21, 1932, Agripino Barbosa e Maria Cândida da Conceição, maço de 01/03 a 03/10/1932 e Ação Criminal n° 182, 1941, Manoel Pedro da Silva, maço de 15/01 a 20/03/1941.

Nesta história houve ainda um desfecho estranho para o discurso moralista, que não é exatamente um detalhe marginal: após todo o ritual de humilhação pública a que submeteu Alzira durante o dia, João Vaz e sua amásia dormiram à noite na mesma casa e na mesma cama. Este detalhe picante do episódio foi revelado tempos depois, quando as testemunhas depuseram diante do juiz. Esta outra prática, que não parecia ser somente da Mandchúria, deve ter sido comentada com escárnio por alguns moradores do lugar.

Numa manhã de outubro de 1934, cerca de dois anos após o “escândalo” provocado pelos primos Ribeiro, um episódio coloca-nos diante de outras práticas e atividades correntes na Mandchúria. Isabel de França tirara a manhã daquele domingo para lavar o piso do salão do café Cova da Onça, onde morava junto com o amásio, à rua 5 de Agosto. No momento em que estava pegada no serviço, uma criança que pela rua brincava lançou mão de uma pedra de carvão e, inocentemente, riscou as paredes do referido café, sendo admoestada por Isabel. A mãe do menino, que morava em uma travessa da 5 de Agosto ali próximo, ouviu a admoestação a que seu filho fora submetido e não gostou. Saiu de casa, discutiu, chamou para a briga e atracou-se com Isabel. O jornalista Antônio Roque, que estava nas proximidades, dirigiu-se para lá e, junto com diversas outras pessoas, apartaram a briga.<sup>101</sup>

Esta história coloca mais uma vez o leitor diante do cotidiano dos moradores da Mandchúria. No episódio, todas as pessoas que testemunharam moravam no local, entre a rua 5 de Agosto, sua travessa e a avenida Francisco Maria. Encontramos no domingo pela manhã uma mulher lavando o salão do café, que tivera baile na noite anterior, um dia de feira na cidade; uma criança brincando pela rua; um jovem jornalista conversando e bebendo em uma mercearia em frente ao café; diversas pessoas em suas casas conversando e matando o tempo, mas que, tão logo sentiram o movimento, acorreram ao local do “barulho”; e pessoas que não estavam no local, como uma senhora que fora à missa do domingo, e que soubera do acontecido através de uma conhecida.

Esses movimentos dos moradores do lugar mostram que a Mandchúria tinha vida para além das suas noites de bailes e sambas. Lugar

---

<sup>101</sup> Sumário Crime n° 66, 1934, Ana Maria da Conceição, maço de 02/10 a 24/12/1934.



marginalizado e estigmatizado por muitos, atraía pessoas comuns para suas casinhas de aluguel barato. Entre uma pensão e outra, um café e outro, encontramos muitos jornaleiros, artistas, operários, barbeiros, comerciantes e agricultores, com seus negócios ou morando com sua família.

Os episódios acima relatados ocorreram todos no primeiro lustro da década de 30, quando a Mandchúria estava ainda em momentos de estruturação de suas ruas, becos e travessas. Na segunda metade dos anos 30 e na década de 1940, a área central da cidade vai sofrer algumas mudanças, especialmente em termos de saneamento e embelezamento de suas ruas e praças, além da construção de “símiles de arranha-céus”<sup>102</sup>, como o Grande Hotel e a própria prefeitura municipal. Na Mandchúria, as mudanças físicas são menos perceptíveis, a não ser no que diz respeito ao surgimento, em 1937, do seu cabaré mais fino, que vai fazer época na cidade: o Cassino Eldorado. No mais, não se percebem grandes mudanças: becos sinuosos, casas e pensões situadas em locais de difícil localização (ou assim queriam seus moradores), travessas e ruas cheias de buracos, esgotos correndo a céu aberto etc.

A reforma por que passara a área central da cidade não havia atingido a Mandchúria, como também poucos ecos deixara em outros subúrbios e arrabaldes.<sup>103</sup> Chegara no máximo às ruas que faziam fronteira com a região dos cabarés, como as ruas do Oriente e Matriz (Floriano Peixoto) que haviam sido calçadas e alinhadas. Mas a cidade crescera em direção ao Açude Velho, Piabas e além, chegando a intensificar-se por esta época a povoação das áreas que deram origem aos bairros de José Pinheiro e Santo Antônio, a leste, e Prado, ao sul.

Os episódios seguintes colocam o leitor diante de pessoas e lugares que compunham a Mandchúria nos anos 40.

Na noite de sábado do dia 25 de agosto de 1945, em um “samba” no café Rancho Fundo, à rua Manoel Pereira de Araújo (antiga 5 de Agosto), após discutir com Dárcio Fausto Torres, o soldado do exército

<sup>102</sup> Eram assim considerados pelos letrados os edifícios com quatro ou mais andares.

<sup>103</sup> Ver Epaminondas Câmara, “A opulenta praça comercial do Nordeste necessita do auxílio dos poderes públicos II” em *A Imprensa*, nº 39, 20/02/1942, p. 02, apelando para o poder público e os moradores no sentido de levar para os subúrbios as obras de saneamento que estavam sendo realizadas na área central da cidade.

Vicente Thomaz de Aquino, vulgo Vicente Baterista, 26 anos, perseguiu-o e assassinou-o com uma faca peixeira.<sup>104</sup>

Neste episódio, reencontramos mais uma vez o problema da falta de espaço nos cafés onde ocorriam os bailes e sambas na Mandchúria, pois tudo começou com uma discussão quando diversos casais dançavam no Rancho Fundo e a vítima e sua anônima parceira esbarraram num soldado à paisana. Na continuação da discussão, o soldado foi se irritando, sacou de uma peixeira e perseguiu o civil, que entrou em um reservado contíguo ao salão de danças do Rancho Fundo, onde diversas pessoas intervieram e evitaram a agressão. Dárcio aproveitou a intervenção e

... correu por trás da casa onde se realizava o samba e o soldado correu atrás com a peixeira em punho; que o depoente saiu para a sala e em seguida correu em frente afim de tocaíá-los na outra ponta da rua, onde faz uma “nesga” a qual vai sair na bodega de Manoel Costa, mas ao tempo em que se dirigia para lá, já encontrou o cadáver do civil, na própria bodega em referência e o soldado corria em direção à rua 12 de Outubro, onde homiziou-se na casa de BIRITA (sic).<sup>105</sup> Idem, Apelação Criminal nº 268.

Nos depoimentos seguintes vão aparecendo os recantos e lugares da Mandchúria. Uma meretriz que estava no baile informou que morava “em uma pequena rua que tem por trás do RANCHO FUNDO (sic) e não tem número e nem nome, mas há uma saída para a bodega de Manoel Costa à rua Manoel Pereira de Araújo”; outra diz que “reside em um pequeno quarto que fica por trás da Manoel Pereira de Araújo, cuja frente fica ou dá para os fundos do prédio onde há, diariamente, um samba, denominado RANCHO FUNDO”; ainda outra, referindo-se ao mesmo

---

<sup>104</sup> Apelação Criminal nº 268, 1945, Vicente Thomaz de Aquino, maço de 03/02 a 28/11/1945.

<sup>105</sup> Idem, Apelação Criminal nº 268.

lugar, diz que “se encontrava em sua casa, situada em uma série de casinhas atrás do cabaré Rancho Fundo, quando ao chegar à porta do mesmo, notou que duas pessoas lutavam...”.

Era um típico arruado com “casinhas” escondidas, sem nome e número; para localizá-lo, suas moradoras usavam como referências os locais mais conhecidos pela polícia e pelos que ali moravam ou freqüentavam. Cerca de quinze anos depois de sua transferência para as imediações dos currais, por trás da rua mais famosa da Mandchúria, ainda encontrávamos lugares obscuros, que serviam como morada e refúgio para os que queriam se esconder ou se manter no anonimato. Mas não era somente isto.

A existência em profusão destes lugares anônimos e marginais no interior da Mandchúria mostra que não havia apenas as pensões de Maria Paulino e Carminha Vilar e o Cassino Eldorado com suas belas mulheres, orquestras, atrações nacionais e internacionais, tão cantadas em memórias. A Mandchúria era também o lugar de centenas de prostitutas e freqüentadores anônimos que ficaram à margem daquelas memórias. Alguns eram anônimos porque assim o queriam. Era a forma que homens casados muitas vezes utilizavam para fugir às pressões da família, igreja e sociedade, mas era também um costumeiro recurso para dificultar a identificação e facilitar a fuga quando a polícia estivesse no encalço por causa de “barulhos” que ali ocorriam. No entanto, não era apenas isto que os tornavam anônimos. Alguns não tinham condições de freqüentar os cabarés mais finos, pagar uma diária ou o aluguel de um quarto no Cassino Eldorado, vestir as roupas que eram exigidas pelas mulheres que o freqüentavam, tendo que se contentar com os bailes do Rancho Fundo, Cova da Onça, Seixo Miúdo e de um número significativo de pensões que por lá existiam, onde as normas eram compatíveis com as condições de putas pobres e de parceiros de mil réis. Tal qual o exemplo abaixo.

Em um episódio ocorrido em 25 de março de 1944, encontramos a única descrição direta de uma dessas pensões a que acima nos referimos. Era a pensão de Chiquinha, e assim foi descrita por peritos policiais.

... é uma casa de taipa e telha, construída à rua 12 de Outubro, número 198, tipo chalet, contendo uma porta e

uma janela de frente. A porta de entrada da fachada desse casebre, é de madeira, muito ordinária e se acha completamente quebrada. No interior da mesma casa, penetramos e verificamos existir um quarto para dormitório, construído de barro, e dois outros construídos de papel e estopa, onde se encontram várias camas para dormitório.<sup>106</sup>

Voltemos ao Rancho Fundo. Após o crime, o soldado Vicente correu em direção à rua 12 de Outubro e ali se homiziou. Para se livrar do flagrante, enquanto as pessoas socorriam Dárcio, entrou em uma casa, vestiu sua farda do exército e dirigiu-se para um “capão de mato” existente nas proximidades, ali escondendo a arma e as vestes civis com que estava no momento do crime. Voltou em seguida para a casa e deitou-se na cama de uma puta, como se nada houvera. Birina estivera até cerca de onze horas em outro baile e, ao chegar em casa, estranhou a presença de Vicente em sua cama. Pouco depois, patrulhas do exército e da polícia prenderam-no na cama com Birina. Dias mais tarde, uma mulher que lavava roupas no local informa como encontrou os pertences do soldado e a arma do crime:

ontem cerca de onze horas, se dirigiu a um ‘capão de mato’ que há perto do local aonde se deu o crime, em busca de uns panos velhos que os tinha posto, no sábado último, para quando houvesse tempo ir lavá-los, em virtude de se tratar de ‘panos particulares’, e ao chegar no referido local, e quando lançou mão dos seus ‘panos’ juntos aos mesmos havia a roupa em questão...; depois de desenterrar a roupa, viu igualmente, no mesmo sítio, a faca com que o acusado cometeu o delito.<sup>107</sup>

Com este depoimento e a descrição da pensão de Chiquinha, fica-se conhecendo outros lugares da Mandchúria nos anos 40. Aqui nos deparamos com matagais, ou sítios, que serviam como local de lavar roupa

---

<sup>106</sup> Ação Penal n° 236, 1944, Cícero Cavalcanti Ferreira e Outros, maço de 11/03 a 03/10/1944.

<sup>107</sup> Idem, Apelação Criminal n° 268.

para os moradores do lugar. Ao mesmo tempo, podia servir de refúgio para criminosos ou, como no caso em tela, para esconder a arma do crime e despistar a polícia e as investigações. Mas não eram apenas os locais obscuros que davam proteção a fugitivos em rota de fuga. Manoel Jovino de Medeiros, após assassinar Aurélio Cunha Lima, em dezembro de 1941, homiziou-se na casa de uma prostituta na travessa do Oriente, lá passando o resto da noite e o dia seguinte enquanto um cúmplice preparava a sua fuga da cidade; em momento algum foi molestado<sup>108</sup>. Em episódio de 1944, temos a fuga de um preso da justiça que era conduzido por um policial para fazer compras no Mercado. O soldado descuidou-se quando acompanhava o preso na feira e este fugiu para a Mandchúria, onde desapareceu sem deixar vestígios.<sup>109</sup>

Voltemos novamente ao caso de 1945. O acusado, que negou ter sido o autor do crime na polícia, na justiça e no Inquérito Policial Militar, descreveu parte de suas andanças pela cidade momentos antes:

Saiu do quartel logo depois do almoço e não voltou mais a este, depois de passear pelas ruas da cidade, foi aproximadamente às vinte horas para o Bairro das Piabas, zona do baixo meretrício, tendo logo que ali chegou permanecido na esquina de um bilhar até às 21 horas, quando saiu com destino à casa de uma mulher conhecida pelo nome de Maria de Petrônio...<sup>110</sup>

Esta fala e a das pessoas que estiveram envolvidas naquele episódio do final de agosto de 1945, dão pistas para compreendermos parte dos códigos da Mandchúria por aqueles tempos. Mais uma vez estamos diante de um baile na zona. O Rancho Fundo, localizado na Manoel Pereira de Araújo, realizava seus animados sambas à noite, todos os dias da semana. A sua clientela era composta na maior parte por prostitutas, que moravam na rua 12 de Outubro e em um arruado de casinhas que ficava por trás do café, ao qual ninguém soubera nomear. Apenas uma pessoa informara

---

<sup>108</sup> Apelação Criminal n° 194.

<sup>109</sup> Ação Criminal n° 234, 1944, Emetério Leite e Outros, maço de 11/03 a 03/10/1944..

<sup>110</sup> Idem, Apelação Criminal n° 268.

morar em área fronteira à Mandchúria, na rua Vila Nova da Rainha. A vítima e o policial militar eram os únicos que podem ser considerados de “fora”: um vivia no quartel do exército, embora em suas folgas usasse a Mandchúria como local de dormida e diversão; o outro, a vítima, era comerciário, morava na cidade de Patos e estava de passagem por Campina Grande. É possível que fizessem parte da multidão que acompanhou o episódio muitos forasteiros e moradores de outras áreas da cidade ou dos subúrbios. Como se viu no início dos anos 1930, era algo comum.<sup>111</sup>

No episódio envolvendo o policial, vê-se os códigos que os moradores da Mandchúria costumavam utilizar para se situar naquele espaço. As referências feitas foram muitas, mas algumas são recorrentes: o café, onde iniciou a contenda, um bilhar, localizado em uma esquina, uma mercearia, a cerca de quinze metros do café e a rua Manoel Pereira de Araújo, onde situavam-se o café e a mercearia, era a rua que polarizava o movimento da Mandchúria.

Era este, em linhas gerais, o traçado do Bairro Chinês. O leitor deve ter observado que era um traçado que tinha a sinuosidade como marca. Tinha suas divisões e hierarquias. Uma rua central, a Manoel Pereira de Araújo (antiga 5 de Agosto) e uma transversal, a 12 de Outubro, que na hierarquia vinha logo depois. Adjacentes a elas, Francisco Maria, Nova Olinda, Currais, Piabas, Antônio Sá e Manoel Farias Leite e diversas travessas, becos e ruelas anônimas, de difícil identificação e localização.<sup>112</sup> Difícil esquadrinhá-lo, como fizeram prefeitos e letrados com parte das ruas centrais da cidade, acabando com a maioria dos seus becos, travessas e ruas de aspectos coloniais.

Por outro lado, a Mandchúria não era um lugar que ficara totalmente à margem do olhar disciplinar de instituições como a polícia e a justiça.

---

<sup>111</sup> Em outro episódio, em 1941, encontramos dormindo numa pensão dois artistas e um auxiliar do comércio, sendo que apenas um deles era morador da Mandchúria. O comerciário informa que, ao acordar, pelas seis horas, para ir ao trabalho, presenciou a agressão e nela interveio junto com os dois jovens artistas que ali também dormiam. Ver Ação Criminal nº 182.

<sup>112</sup> Há diversos processos em que envolvidos não sabem identificar pelo nome as ruas da Mandchúria, utilizando-se de lugares outros como referência para fazê-lo, tal como se viu acima.

Com o tempo e denúncias diversas, como a de Hortênsio Ribeiro, atrás comentada, foi se tornando uma área de policiamento ostensivo, de batidas policiais e até de cercos arbitrários, com a presença do Chefe de Polícia.<sup>113</sup> Raros são os episódios ali ocorridos em que não encontramos um policial por perto ou nele diretamente envolvido.<sup>114</sup>

Não podemos esquecer neste inventário o Cassino Eldorado, território freqüentado pelas elites, que parecia fornecer um pequeno lampejo ao lugar. Mesmo assim, a Mandchúria não era exatamente um território de contornos claros, de fácil leitura. Não é fácil identificar pontualmente as mudanças que sofreu entre o início dos anos 30 e meados dos 40, mas há pequenos sinais de que elas ocorreram. Alguns indicam que os bafejos do progresso ali chegaram com o Cassino Eldorado e os rastros de civilização que, segundo seus freqüentadores ilustres e algumas ex-prostitutas, trouxera para o lugar. Mulheres finas, vestuário marcado pelo esmero e ostentação, tratamento polido e respeitoso, bebidas das melhores qualidades, salão de danças e shows, quartos individuais, amplos e limpos, diárias caras, noitadas pagas a peso de ouro (ouro branco, é claro), telefone automático, autonomia na geração de energia etc.; tinha-se um cabaré devidamente saneado e freqüentado pela fina flor da elite da cidade e do sertão.<sup>115</sup>

Neste aspecto, a rua Manoel Pereira de Araújo, com o Eldorado e mais umas duas pensões finas, pode ser comparada à antiga rua Grande, com seus clubes e casarões coloniais, ao menos no que diz respeito aos efeitos simbólicos que tiveram para alguns moradores da cidade. A decadência da rua Grande foi correlata ao declínio de um tipo de dominação social e o surgimento de novas formas (ou a antiga com novas roupagens),

---

<sup>113</sup> Hortênsio Ribeiro em “Nota do Dia” de *A Imprensa*, n° 38, 19/02/1942, p. 07, noticia presença de Chefe da Polícia na Mandchúria, mas Epaminondas Câmara, op. cit. 1947:192 denuncia as arbitrariedades cometidas pelo Chefe de Polícia ao dar uma “batida” na Mandchúria, prender e mandar raspar a cabeça de todos os homens no lugar encontrados.

<sup>114</sup> Temos trinta e um processos envolvendo direta e indiretamente policiais, delegados e carcereiros em crimes e episódios como agressão e espancamento de populares e presos, fuga de presos, prisões ilegais, brigas, homicídios etc. Destes, nove ocorreram na Mandchúria.

<sup>115</sup> Cf. DINOÁ, Ronaldo, 1993:539-561, vol. 1.

proporcionadas pelo *boom* algodoeiro e os rearranjos políticos pós-1930, processo ao qual está associado o surgimento do Eldorado na Mandchúria, que inaugura um novo tempo entre as elites estaduais mais perdulárias e dispostas a pagar caro por belas e higiênicas putas e bebidas finas. Não exatamente da mesma forma, nem para as mesmas pessoas, as memórias escritas sobre o período sempre retornam a estes dois lugares.<sup>116</sup> O período inicial das reformas na rua Grande, 1935-1937, coincidiu com o surgimento do Eldorado na Mandchúria, mas o saneamento e embelezamento das ruas centrais demandou tempo e foi marcado por muitos conflitos.<sup>117</sup>

Este movimento da memória cristalizara parte da história da cidade, ao restringir-se a algumas de suas ruas e símbolos centrais e a Mandchúria. Mas o tempo áureo da cidade nas lembranças dos antigos moradores era, paradoxalmente, o fim dos tempos do pequeno e acanhado burgo familiar, tão comemorado por outros tantos. O que uma certa memória embota, grande parte da imprensa da época comemora como a redenção para a cidade: o seu crescimento vertiginoso, o aumento de sua população e dos negócios, a intensificação do movimento das pessoas, transportes, comunicação... e o surgimento de uma nova cidade, que vence os limites naturais do antigo burgo (especialmente os açudes a sul e oeste) e cresce em direção aos arrabaldes. Esta nova cartografia só aparece parcialmente nas memórias. É o caminho que tentaremos seguir adiante.

## **Diversão nos Arrabaldes**

As novas concepções de estética que os olhares viajados das elites campinenses adquiriam, associadas a uma utilitária noção de progresso, vão contribuir para que moradores que habitavam as imediações e adjacências do centro, na década de 20, sejam pressionados em direção aos arrabaldes e subúrbios. Nesse movimento, aos antigos moradores da cidade vai associar-se uma grande leva de adventícios; juntos vão ocupando as áreas ainda pouco povoadas, adjacentes ao centro, e constituindo os subúrbios. Estes, posteriormente, deram origem a alguns dos atuais bairros

---

<sup>116</sup> Ver OLIVEIRA, Harrison, op. cit., p. 18-24 e DINOÁ, Ronaldo, 1993:539-561, vol. 1.

<sup>117</sup> Ver do autor, "Campina Grande: Cartografias de uma Reforma Urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945)" In *Revista Brasileira de História*, vol. 1, nº 46, pp. 61-92, 2003.



da cidade e engordaram as estatísticas populacionais e habitacionais realizadas no período, que confirmavam o vertiginoso crescimento da mesma e tanta satisfação proporcionavam aos letrados, ávidos por sinais de progresso.<sup>118</sup>

A expansão demográfica e a incorporação de novas áreas, nos anos 30 e 40, em praticamente todas as direções intensificaram o povoamento de áreas mais afastadas do centro, como São José, consolidando a ocupação de outras ainda com fortes traços rurais, como José Pinheiro e Bodocongó.<sup>119</sup> Estas e outras áreas foram ocupadas de formas diferentes da área central e da Mandchúria. Adentraremos alguns destes lugares através das andanças de populares por mercearias, quitandas, barracas e bares e das festas ocorridas em casas e quintais.

Numa época em que os arrabaldes estavam se adensando, algumas ruas da cidade desempenhavam papel crucial na ligação entre sua parte central e estes subúrbios, ou como saídas para outras regiões do estado.<sup>120</sup> A rua do Sertão, também conhecida como Rua da Rodagem, ou Arrojado Lisboa,

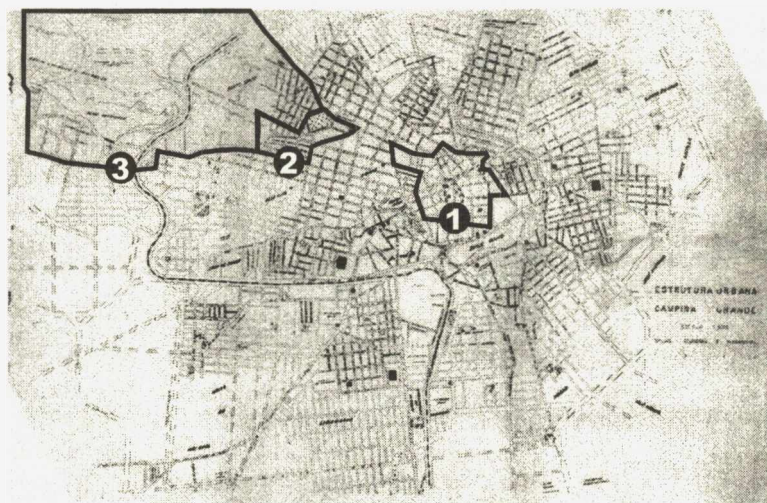
---

<sup>118</sup> CÂMARA, Epaminondas, 1947, tornou-se um *expert* em quantificar ano a ano o número de habitantes e habitações locais. Ver também a recorrência no universo memorialístico e acadêmico que colocam a chegada do trem de ferro à cidade como um marco no seu crescimento, Eurípedes de Oliveira, op. cit., William Tejo, op. cit., ARANHA, Gervácio Batista. *Trem e Empório do Algodão em Campina: Notas Para a História de uma Cidade (Regionalmente) Cosmopolita* In **Cadernos Nordeste em Debate**, Ano I, nº 1, 1993, p. 07-23 e Regina Coeli G. Nascimento, op. cit., 1997. Sobre os problemas advindos com o grande afluxo de populações de outras regiões da Paraíba e de estados vizinhos atraídos pela propaganda sobre a pujança comercial da cidade, ver o nosso *Os Paradoxos de um Processo de Urbanização: O Caso de Campina Grande- 1935-1990* In **Cadernos Nordeste em Debate**, nº 1. Campina Grande: UFPb, 1993, pp. 33-47. Ver ainda censos dos anos 1920, 1940 e 1950.

<sup>119</sup> Já foi comentado no capítulo 1 que qualquer arruado que se constituía em áreas suburbanas neste período era denominado “bairro”. Os organizadores dos censos nacionais tinham outra compreensão do fenômeno e no censo de 1940 consideraram Bodocongó, José Pinheiro, Cruzeiro etc. como áreas rurais e não bairros, o que deixou irritado Epaminondas Câmara, op. cit. 1947:186-189.

<sup>120</sup> Também conhecida como rua da Rodagem ou do Sertão (porque era a “rodagem” que ligava a cidade a Bodocongó e ao sertão), Arrojado Lisboa foi o engenheiro que coordenou a construção do açude/barragem de Bodocongó. Além da Arrojado Lisboa, tinha a rua Alexandrino Cavalcanti (Paus Grandes), que ligava Campina Grande ao Brejo e Almirante Barroso ao Cariri.

era o caminho de ligação entre a cidade e os subúrbios de Bodocongó, Bela Vista, parte do Monte Santo e o caminho que conduzia ao sertão. Este papel de “caminho do sertão” terminou assegurando a movimentação e o crescimento da rua e, ao mesmo tempo, o povoamento de áreas adjacentes, que, posteriormente, deram origem aos bairros da Bela Vista, Monte Santo e Bodocongó. A rua iniciava-se na Garage Grande (posteriormente praça Félix Araújo), imediações da João Pessoa e Monte Santo, e num traçado em forma de til (~) desembocava em uma estrada que margeia o alto da Bela Vista e é o início de um declive em direção a Bodocongó (ver mapa 7).



Mapa 7 – Arrojado Lisboa e seu entorno (Monte Santo, Bela Vista e Bodocongó)

- 1 - Centro
- 2 - Entorno da Arrojado Lisboa
- 3 - Bodocongó

Menos simetricamente do que dito acima, pode-se acompanhar os singulares contornos desta rua através de alguns episódios e personagens

que lhe deram densidade, contribuindo para que em torno dela experiências fossem vividas e memórias construídas.<sup>121</sup>

José Avelino da Silva, vulgo José Pequeno, e seu companheiro Zezinho de Tal, andavam desde o sábado, dia 2 de setembro de 1939, bebendo pelas bodegas e cafés da rua Arrojado Lisboa.<sup>122</sup> Embriagados e arrogantes, segundo alguns depoimentos, praticavam arruaças tomando “bicadas”, fazendo desfeitas, soltando impropérios e sem pagar a aguardente entornada. Proprietários de cafés e quitandeiros lesados denunciaram-nos a um policial em patrulha na área, que passou a caçá-los pelos cafés da rua. Recebeu a denúncia no café do senhor Aureliano, procurou-os no café de D. Santa e foi encontrá-los na quitanda de Luiz de tal. Encontrando-os, o policial Manoel Gomes de Araújo, 23 anos, passou a admoestá-los.

Segundo o policial, José Adelino nada respondera, mas o seu companheiro Zezinho, “saltando para fora da quitanda, disse que - tomava cana porque gostava e jamais se retiraria”. Aureliano Alves da Silva, 30 anos, proprietário de um café na Arrojado Lisboa e vítima das andanças e tropelias dos dois camaradas, amplia os horizontes do leitor. Segundo ele,

... desde sábado vem o indivíduo José Avelino acompanhado de outro de nome Zezinho embriagado, perturbando o silêncio e os que vivem da profissão de cafés e quitandas, ambos comprando aguardente fiado e ameaçando pagar com brigas, distúrbios e arruaças; que ontem pela manhã e pela tarde chegou José Avelino e Zezinho em seu café(sic), mandando botar bicadas, bebendo-as e não as pagando; que reclamou ... aquele procedimento de ambos, tendo resposta de José Avelino que o dia era segunda-feira, não pagava o que bebia, e não fazia questão de se acabar, pois estava desempregado; que ainda pela noite, por volta das 6 horas, voltaram ali ambos, comprando aguardente fiado, proferindo palavras

---

<sup>121</sup> Entrevista de Antônio Calixto a Ronaldo Dinoá In **Revista Tudo** do *Diário da Borborema*, 17/08/1986, p. 2-3.

<sup>122</sup> Ação Criminal n° 139, 1939, José Avelino da Silva, maço de 04/01 a 27/12/1939.

indecentes e dizendo que não pagariam as bicadas de modo algum, pois cana havia sido feita para se beber...<sup>123</sup>  
(grifos nossos)

A rua Arrojado Lisboa, além de ser uma via estratégica para quem saía de Campina Grande em direção ao sertão paraibano, era caminho para quem se dirigia ao subúrbio de Bodocongó em busca de diversão ou trabalho.<sup>124</sup> Era também o caminho que seguiam pessoas em rota de fuga, tal qual mostram alguns processos, especialmente por ser uma área ainda marcadamente rural.<sup>125</sup> Em um episódio ocorrido em 1945, vê-se na descrição de uma testemunha aspectos daquela área: “se achava no alto de Bodocongó tirando uma madeira, quando ouviu a detonação por arma de fogo [e] ao se aproximar do local viu Antônio Silvino correndo por dentro de um cercado de aveloz, fugindo “à rédea solta”<sup>126</sup>.

O fluxo pela Arrojado Lisboa era facilitado por sua localização, na fronteira das áreas ainda pouco habitadas do Monte Santo, Bela Vista e Bodocongó. Isto atraiu, ainda na década de 1930, um significativo número de trabalhadores, bodegas, mercearias, cafés, quitandas, casas de jogos e cabarés.<sup>127</sup> A Arrojado Lisboa e as ruas Pedro II (ou Seixo Miúdo), 7 Mucambos e Rio Branco (ou Bela Vista) eram habitadas em

---

<sup>123</sup> Idem, Ação Criminal nº 139.

<sup>124</sup> Como vimos no capítulo 1, o subúrbio de Bodocongó se transformou no final dos anos 20, em área de indústrias e curtumes, sendo considerado até os anos 1970 um bairro predominantemente operário.

<sup>125</sup> Ação Penal nº 252, 1944, Manoel Alves Filho, Valdevino Basílio Ferreira e Manoel Ferreira dos Santos, maço de 01/01 a 16/11/1944; Sumário Crime nº 153, 1940, Zuca Marceneiro, maço de 05/01 a 06/11/1940, em que o agressor foge pela rua da Rodagem após cometer crime.

<sup>126</sup> Ação Criminal nº 279, 1945, Antônio Cavalcanti de Albuquerque, maço 15/01 a 28/04/1945, que já foi comentado no item “O mundo dos agricultores”.

<sup>127</sup> O *Almanaque de Campina Grande* referente ao ano de 1933 não registra nenhuma mercearia, bodega ou quitanda na Arrojado Lisboa ou Rodagem, mas duas na Bela Vista, uma em Bodocongó e uma no Monte Santo, o que é um forte indício de que esta área só passou a ser ocupada pelas pequenas casas comerciais na segunda metade da década de 30. Ver também entrevista com Antônio Calixto, op. cit. em que ele se refere à existência de uma ou outra bodega ali existente (muito embora não especifique o ano ou período).

sua maior parte por populares. Como nestes locais eram comuns as desavenças entre os freqüentadores das casas de jogos, mercearias e cabarés, eles costumavam receber a visita de patrulhas policiais.<sup>128</sup>

Em um caso ocorrido cerca de um ano antes do episódio envolvendo José Avelino e Zezinho, delineiam-se outros contornos da área polarizada pela rua.<sup>129</sup> Dois grupos de amigos encontraram-se ao final da rua da Rodagem, em frente à mercearia de José Leal, onde beberam algumas canas; em seguida, dirigiram-se a um baile, em um cabaré ali próximo, na rua Xeixo (sic) Miúdo (Pedro II). No caminho houve uma troca de murros entre dois deles e um ficou morto à faca peixeira.

Tudo ocorrera numa madrugada do sábado para o domingo, em setembro de 1938. Os dois rapazes que haviam se encontrado em frente a mercearia de José Leal iam da Mandchúria a um cabaré da Xeixo Miúdo. Após o crime, foram para casa, no São José; outra parte do grupo vinha do “Pastoril de Caiçara.”<sup>130</sup> Pelo menos três deles moravam no São José, área relativamente distante do local onde se encontraram para ir ao Xeixo Miúdo. O assassino morava na Pedro II, proximidades do local do crime; outro morava na rua Epitácio Pessoa, no centro. Quando se dirigiam ao cabaré, os amigos iam em grupos separados.

Estes deslocamentos, em busca de mercearias e cabarés, nas imediações da Arrojado Lisboa, mostram como ali se constituía um centro de diversões populares. Ao mesmo tempo, indica que era área ainda escassamente povoada, em que a energia elétrica não chegara.

Isto nos traz de volta ao caso dos amigos “farristas” de 1939. Foi nas quitandas e cafés deste lugar que José Avelino e Zezinho resolveram beber naquele longo final de semana (estendera-se do sábado à segunda-feira). A fala de Aureliano, anteriormente reproduzida, mostra certas tensões vivenciadas naquele território da cidade. Por um lado, policiais armados e com uma certa posição de poder; por outro, populares beberrões. Entre uns e outros, encontravam-se os bodegueiros e comerciantes. A fala dos dois policiais que prenderam José Avelino, naquela

---

<sup>128</sup> Na entrevista acima referida Antônio Calixto diz que o lugar ficou conhecido na cidade como “boca quente” pelos constantes crimes que ali se davam.

<sup>129</sup> Sumário Crime nº 121, 1938, Luiz Marques, maço de 13/01 a 16/11/1938.

<sup>130</sup> Não foi possível localizar o pastoril.

noite de segunda-feira de setembro de 1939, é praticamente produto de um código que tinham que dominar minimamente ao ingressar na corporação.<sup>131</sup> A abordagem que Manoel Gomes diz ter feito aos dois amigos beberões, tentando demovê-los de continuar com os seus desmandos, merece pouco crédito, embora indique a tentativa de construir uma imagem positiva da polícia. Ele começa de forma branda, “aconselhando-os” em um ritmo necessário para demonstrar um certo conhecimento dos novos e civilizados métodos de persuasão; vai paulatinamente ganhando força, “pois estava de serviço e não consentiria de modo algum anarquias ali”. Ao final, assume a tônica que deve ter tido do início ao fim: “sob pena de mandá-lo embora”.

A acreditar na tradicional e denunciada truculência da polícia de Campina Grande,<sup>132</sup> houve ao menos um pequeno toque de arrogância, ou abuso de autoridade, na abordagem; ou então, dificilmente teríamos a reação de Zezinho, que, indignado ou embriagado, dissera “que tomava cana porque gostava e jamais se retiraria”.

Cerca de dois anos depois, temos outro caso, agora envolvendo Severino Barros da Silva e um amigo.<sup>133</sup> É um episódio que em muito lembra as andanças de José Avelino e Zezinho, a revolta dos bodegueiros da área e a atuação da polícia.

---

<sup>131</sup> Esses “códigos” eram aprendidos pela maioria dos policiais com as experiências do dia-a-dia, mas delegados e oficiais tinham cursos preparatórios e manuais que os instruíam no desempenho de tais atividades. Ver Atos do Interventor Federal do Estado da Paraíba. *Decreto n° 942 de 24 de janeiro de 1938. Cria-se escolas na Polícia Militar do Estado*. João Pessoa: imprensa Oficial, 1938 e José Ferreira de Novais, op. cit., 1917.

<sup>132</sup> Ver “Violências policiais em Campina Grande” em *O Povo*, João Pessoa, 23/04/1936; “Com o senhor Delegado de Polícia” em *A Batalha*, n° 12, 03/01/1935, p. 03; “Fatos policiais”, em *Brasil Novo*, n° 03, 24/01/1931, 01; “Fatos policiais” em *Brasil Novo*, n° 6, 14/02/1931, p. 02 e n° 10, 14/03/1931, p. 06; “Policiais que precisam ser policiados” em *Voz da Borborema* n° 23, 02/10/1937, todos denunciando agressões, violências e espancamentos praticados por policiais na cidade. Teve também grande repercussão na imprensa, o caso da agressão de policiais ao jornalista Adatao Rocha, ver *Voz da Borborema* n° 26, 13/10/1937, p. 06, n° 27, 16/10/1937, p. 01, n° 28, 20/10/1937, p. 06 e n° 29, 23/10/1937, p. 06.

<sup>133</sup> Ação Criminal n° 186, 1941, Severino Barros da Silva, maço de 05/02 a 03/11/1941.

Severino Barros da Silva, ajudante de caminhão de 19 anos e um amigo terminaram a noite do sábado, 19 de julho de 1941, fazendo um roteiro em muito parecido com o dos companheiros José Adelino e Zezinho. Vejamos a denúncia, que vale pelos problemas que suscita:

No dia 19 de julho do corrente ano, mais ou menos às 21 horas na rua Arrojado Lisboa, o denunciado juntamente com outro indivíduo tomavam aguardente em bodega, fazendo grande algazarra, ao que deu motivo serem chamados a atenção pela patrulha policial sob pena de prisão. Como a algazarra continuasse, o cabo Severino Hermínio comandante da patrulha mandou que prendessem os dois bêbados, sendo logo atendido, foi o denunciado e seu companheiro conduzidos (sic) à prisão....<sup>134</sup>

Ocorrido em 1941, parece uma repetição do episódio anterior. Estavam na mesma rua Arrojado Lisboa e em um lugar parecido. Nesta versão, os companheiros Severino Barros e Francisco tomavam aguardente em uma barraca ou bodega; eram dois “farristas” que faziam algazarras ou protagonizavam uma “bebedeira infernal”; o horário, o mesmo; a presença da polícia e sua ação, algo muito parecido. A prisão tinha os mesmos ingredientes arbitrários da anterior: também os policiais que prenderam Severino Barros foram acusados de espancá-lo no trajeto que o levaria à cadeia.

Os dois episódios chamam a atenção para aspectos do cotidiano das bebedeiras populares, por botecos em ruas adjacentes do centro e pelos subúrbios da cidade. Mas falam também de como certos usos das quitandas, cafés e ruas eram compreendidos por agentes diversos. Nos dois casos, que envolvem populares bebedores, donos de pequenas biroskas e cafés e policiais, percebem-se códigos diversos em jogo. No final de semana, ou mesmo numa segunda-feira, amigos saíam a beber. Por terem pouco ou nenhum recurso, buscavam ruas e botecos da periferia,

---

<sup>134</sup> Ação Criminal nº 186, 1941, Severino Barros da Silva, maço de 05/02 a 03/11/1941.

onde eram conhecidos ou moravam;<sup>135</sup> talvez oferecessem bebidas a preços não impeditivos ou lhes vendessem fiado; ou ainda, como no caso, onde pudessem intimidar o proprietário e ameaçar não pagar a bebida. Estas opções apontam para um certo domínio dos códigos em uma cidade que crescia e se modernizava. Esses amigos farristas não buscavam os bares, cafés, mercearias ou confeitarias do centro da cidade durante o dia, pois, além de não terem recursos para beber em alguns desses locais, dificilmente poderiam barganhar com seus proprietários, ou mesmo ameaçá-los, como fizeram na Arrojado Lisboa.<sup>136</sup>

No entanto, se ousassem ir ao centro, buscando bares e “restaurantes” populares, situados nas Boninas, rua João Pessoa ou becos e travessas desta área, teriam só que se precaver das constantes “batidas” policiais, pois estariam nas imediações das ruas mais comerciais e movimentadas da cidade naqueles tempos. Ruas que, como vimos no capítulo anterior, eram monitoradas pelos olhos atentos dos homens da justiça, administradores e letrados, que vociferavam todas as vezes que alguém manchasse o seu brilho com brigas e assuadas.

Ali as possibilidades de serem presos e espancados eram maiores e dificilmente poderiam passar três dias consecutivos bebendo e fazendo algazarras, pronunciando palavrões e fazendo ameaças aos proprietários de mercearias e botecos impunemente.<sup>137</sup> Nossos amigos

---

<sup>135</sup> José Avelino informou que morava na própria rua Arrojado Lisboa e Severino Barros na 7 Mucambos, rua paralela à Arrojado Lisboa.

<sup>136</sup> Na Ação Penal nº 12, José Avelino agrediu um popular na rua das Boninas, localizada por trás da rua Marquês do Herval, uma das ruas mais movimentadas da cidade na época, mas o crime ocorreu à noite e em uma área pouco iluminada e sem policiamento. Neste episódio, observa-se que José Avelino já era dado a bebedeiras, pois fica-se sabendo que ele abordara dias antes outro popular à noite e o obrigara a afirmar que falaria com proprietários de bodegas da área para vender-lhe bebidas fiado.

<sup>137</sup> Um guarda noturno, simplesmente por ter encontrado um jovem embriagado mijando numa rua das imediações do centro, altas horas da noite, deu voz de prisão ao mesmo e o espancou por todo o trajeto até à cadeia sob os protestos de alguns moradores da cidade que acompanharam o ritual de espancamento, ver Sumário Crime nº 129, 1939, Antônio Joaquim, maço de 19/01 a 31/10/1939.



beberrões, apesar de alegarem amnésia alcoólica quando diante do delegado e juiz, sabiam exatamente como e onde bebiam.<sup>138</sup>

Ao fazerem a opção por passar diversos dias bebendo e em algazarras pela rua Arrojado Lisboa, devem ter acreditado no poder de intimidação que suas ameaças teriam e que ali não seriam molestados pela polícia. Erraram no cálculo, ou exageraram na bebida, e fizeram mal, pois, no primeiro caso, mesmo três dias depois, os policiais apareceram e agiram com “eficiência”. No caso envolvendo Severino Barros da Silva, ocorrido dois anos depois, quando a penitenciária modelo do Monte Santo já fora concluída,<sup>139</sup> a polícia havia tornado comum o patrulhamento daquela área cheia de quitandas e casas de jogos, além de ser caminho para os que costumavam se “divertir” no açude de Bodocongó.<sup>140</sup>

Beber em lugares afastados do centro permitia outros movimentos que, em tese, seriam menos policiados: fazer “algazarras infernais”, pronunciar palavrões e agir com atitudes ameaçadoras com os donos dos cafés e quitandas; não pagar a bebida e ameaçar fazê-lo com brigas etc. Estas, no entanto, eram atitudes que terminavam afastando da mercearia ou quitanda os moradores simples da rua e imediações, o que provocava a insatisfação dos proprietários dos cafés e bares.

A presença da polícia em episódios como estes e os depoimentos incriminadores dos quitandeiros contra “arruaqueiros” e “farristas” não era algo estranho, pois estavam defendendo os seus negócios, que eram precários e sofriam dura concorrência numa rua cheia de quitandas e cafés. As suas quitandas, casas de jogos ou

---

<sup>138</sup> A grande maioria dos réus presos por embriaguez ou em momentos em que estavam bebendo utiliza-se da amnésia como defesa. José Avelino da Silva esteve envolvido em dois outros processos por agressão quando em cabarés da cidade, ver Ação Penal nº 12 e Ação Criminal nº 31, ambas de 1932. Neste último, em que foi acusado de agredir um policial, não teve misericórdia: delegado, promotor e juiz carregaram no discurso anti-arruaças e mandaram-no para a penitenciária da capital, tirando-o de circulação por mais de dois anos.

<sup>139</sup> No mesmo ano de 1941, Severino Barros foi processado uma segunda vez por ter ido fazer uma visita na cadeia armado de trinchete, e foi acusado por uma testemunha de antes de chegar à cadeia ter utilizado uma cabeça de defunto em brincadeira pebolística no cemitério do Carmo, próximo à penitenciária, ver Ação Criminal nº 173, 1941, maço de 28/01 a 01/12/1941.

<sup>140</sup> Ver capítulo 1 e Ação Criminal nº 10.

mercearias não podiam ser associadas à violência e ao desmando, pois isto atraía “arruaceiros”, o que implicaria em constantes “batidas” da polícia e, conseqüentemente, perda da clientela e prejuízo nos negócios. Não só Aureliano, mas diversas outras pessoas que ali tinham comércio, buscavam afastar de suas casas comerciais os elementos considerados “arruaceiros” ou ajudar na sua punição.<sup>141</sup>

Os policiais chamados para resolver essas pequenas querelas agiam como que seguindo uma tradição, que se perpetua até os nossos dias: abusavam da autoridade e, vez por outra, usavam de violência. Admoestar populares e ameaçá-los de prisão porque estavam bebendo, fazendo barulho ou algazarras podia ser um motivo razoável e comum para um policial da época, que tinha como uma de suas funções manter a ordem e a tranqüilidade públicas; no entanto, por serem atitudes ilegais, tinham reações prontas e desafiadoras dos populares em diversão. O conflito aberto, ou a animosidade velada, era a parte seguinte do embate.<sup>142</sup>

Também chama a atenção, nestes casos, o gosto popular pela aguardente e a exaltação que os acometiam quando “bicados” estavam. Os usos das ruas e bares, botecos ou quitandas, barracas ou bodegas, de dia ou à noite, durante a semana ou nos finais de semanas, contrastavam com as tímidas e pouco respeitadas etiquetas e o comportamento público que uma certa elite letrada queria e exigia (especialmente nas ruas centrais) e que os agentes jurídicos junto aos policiais tentavam impor. As “bebedeiras infernais” de um José Avelino ou de um Severino Barros foram regadas a sonoras gargalhadas, pilhérias, provocações, ameaças e, vez por outra, pela tristeza de não ter um trabalho, para quem isso significava alguma coisa. Mas eles não foram os primeiros nem os únicos.

Nestes anos, outras pessoas percorreram ruas, estradas de terra batida e lugares ermos, adentraram mercearias e passearam por ruas centrais entre o início dos anos 1920 e a década de 1940; andaram por

---

<sup>141</sup> Ação Penal n° 252. Neste episódio, Valdevino Basílio que jogava “bozó” em uma casa de jogos, provocou uma briga no lugar e foi durante todo o processo acusado pelos proprietários da casa e alguns freqüentadores de ser “arruaceiro” e acostumado àquelas práticas. Os proprietários também tentaram em seus depoimentos transferir o conflito do interior para fora do seu estabelecimento, numa clara manobra para desassociar o nome da sua casa das brigas e violência.

<sup>142</sup> No crime envolvendo Severino Barros, Ação Criminal n° 186, o seu assistente considera a agressão que fez a um soldado como legítima defesa, em decorrência de ter sido uma reação a um ato ilegal do policial, que o prendera apenas por estar bebendo ou embriagado.

bailes em clubes, visitaram diversas, inúmeras vezes o meretrício e por lá conversaram, dançaram, beberam, treparam e brigaram. Outros tantos foram a festas de casamentos, cantorias, côcos e “sambas” improvisados e tudo isso foi regado a muita aguardente, danças, alegria e falatórios, formas de sociabilidade entre parentes, amigos e vizinhos.

Quando a Arrojado Lisboa se transformou numa rua movimentada e habitada por populares, atraindo muitos para lá, a Mandchúria estava em seu auge, com o Eldorado; as ruas centrais da cidade eram saneadas e nos deparamos com rapazes fazendo outros trajetos, ampliando aquela geografia. Na madrugada do dia 16 de agosto de 1943, quatro jovens amigos retornavam de uma farra no lugar chamado Três Irmãs, longínquo subúrbio da cidade.<sup>143</sup> O trajeto de volta para casa era longo e, além de embriagados, já estavam meio cansados, quando, por volta das duas horas da madrugada, começou uma discussão por causa das cordas do violão que havia animado a farra; tudo terminou com o instrumento aos pedaços, após ter servido de arma para um dos camaradas.

Os três diziam morar na rua Almirante Barroso, subúrbio da cidade, e sua ida em direção oposta ao centro e à Mandchúria mostra outras opções de diversão. Áreas na época ainda marcadamente rurais também podiam fazer parte do circuito de diversões populares. Foi para um desses lugares que haviam se dirigido com o companheiro violão, em busca de momentos de esparecimento, após uma semana árdua de trabalho.

Anos antes, quando ia à casa do amigo Salu em busca de um cavaquinho, o mecânico Luiz Gonçalves de Freitas encontrou dois amigos de farras numa manhã de domingo de julho de 1938.<sup>144</sup> Junto com o padeiro Josafá Alves e o artista Antônio André, os três fizeram um verdadeiro *tour* pela cidade. Saíram do São José e do centro, encontraram-se em uma “barraca” no baldo do Açude Novo, discutiram os caminhos que fariam e saíram em direção ao açude de Bodocongó, cerca de dois quilômetros no sentido oeste da cidade.

---

<sup>143</sup> Ação Criminal nº 220, 1943, Eufrásio Estêvão de Araújo, maço de 19/01 a 30/10/1943.

<sup>144</sup> Ver Sumário Crime nº 120 envolvendo Josafá Alves e Outros, utilizado no capítulo 1.

O trajeto que estes três amigos fizeram também mostra a ampla geografia de diversão que os populares criavam ou lhes era oferecida. Eles fizeram um movimento parecido com o dos quatro amigos que haviam ido à festa em Três Irmãs. Os longos percursos dos dois grupos e a forma como o fizeram ajudam-nos a compreender a elasticidade da geografia daquele mundo que, seguindo o que a imprensa noticiava, tentava restringir suas festas a um calendário oficial e a lugares fechados e disciplinados, como os clubes que surgiram na cidade, especialmente a partir dos anos 1920.<sup>145</sup> Não era exatamente essa cartografia que os populares seguiam, embora também dela participassem, como no exemplo da festa de natal e ano bom.

As constantes festas nos subúrbios ou na zona rural, as viagens para bebedeiras e lazer no açude de Bodocongó, as brincadeiras em mercearias realizadas na periferia, ou nas imediações da Mandchúria, terminavam tendo um sentido de subversão daquilo que propugnavam os letrados e defensores da ordem.

Nestes episódios, vemos as ruas aparecerem como larga extensão dos bares e mercearias; subúrbios longínquos, a zona rural e o açude de Bodocongó foram incorporados à paisagem da cidade e usados de forma diferente das que esperavam os homens do progresso e da civilização.

A denúncia abaixo não foi exatamente contra os três amigos farristas que num domingo de 1938 haviam estado em Bodocongó, mas ela fala de algo que podem ter feito naquele dia:

Pessoas residentes nas proximidades de Bodocongó, trouxeram-nos uma justa reclamação a respeito dos banhos públicos no açude daquele adiantado subúrbio. Há muitas casas nas imediações do açude, além da Fábrica e da estrada que passa por sobre a sua barragem, muitíssimo transitada, como sabem, por pedestres e automóveis.

Pois grande número de despudorados senhores, banham-se nas margens mais próximas, à vista de quem quer que

---

<sup>145</sup> Segundo CÂMARA, Epaminondas, 1947:108-109, os primeiros clubes dançantes da cidade surgiram na década de 1910, mas foi na década seguinte que seu número foi ampliado.

passa pela estrada, em roupas de Adão, e com uma sem cerimônia aos moradores daquelas circunvizinhanças, conforme nos assegurou um dos reclamantes, aliás pessoa idônea.

Com vista à polícia para proibir terminantemente o abuso e ao Estado, para mandar construir banheiros apropriados.<sup>146</sup>

O apelo, mais uma vez, tem a lógica da razão moderna; sendo seguido, podar-se-ia o principal encanto dos banhos em Bodocongó, que era a possibilidade de fazê-lo em diferentes lugares do açude, de forma costumeira ou inconfessável, o que não combinava com a imposição disciplinar de banheiros saneados. As denúncias contra usos imorais e anti-higiênicos de lugares como o açude de Bodocongó e os açudes Velho e Novo vão ser comuns no período que esta pesquisa abrange;<sup>147</sup> na boca e na pena de um Hortênsio Ribeiro apareceria como “um vezo antigo”, mau hábito abominado, mas que a população teimava em preservar.

Não era somente em mercearias, bares e cabarés que bebiam e brincavam os populares. Encontramos casos, em diversos subúrbios, em que tudo ocorre em torno de festas improvisadas ou festas de casamento, comuns entre os populares nos arredores da cidade.

Em um episódio de 1939, tudo parecia ter começado no improvisto:

... sábado, 26 de agosto chegou em sua casa o seu conhecido de nome José Félix, o qual gosta de tocar harmônico; que por volta das oito horas da noite começou José Félix a tocar, e logo afluíram ali pessoas da vizinhança para ouvirem o toque do harmônico, e algumas dessas pessoas pegaram as damas que ali estavam ouvindo e começaram a dançar na sala de sua residência algumas partes.<sup>148</sup>

---

<sup>146</sup> “Queixas e Reclamações” em *O Século*, nº 16, 03/11/1928.

<sup>147</sup> Ver “Notícias de Campina Grande” em *A Imprensa*, nº 876, 17/03/1935, p. 02, “Casas de lenocínio” em *A Batalha* nº 22, 14/03/1935, p. 03, “Higiene na cidade” em *Brasil Novo* nº 31, 22/08/1931, p. 06 e “Lavagem de automóveis ... no Açude Velho” em *Voz da Borborema* nº 69, 21/09/1938, p. 04.

<sup>148</sup> Sumário Crime nº 130, 1939, José Joaquim do Nascimento, maço de 19/01 a 30/10/1939.

O operário do curtume São Geraldo, José Joaquim do Nascimento, no final da tarde daquele sábado, saía de sua casa, à rua Arrojado Lisboa, e se dirigira a pé ao curtume em que trabalhava como envernizador, em Bodocongó. Lá chegando, encontrou seu amigo e chefe de sessão, Severino Felipe, e saíram ambos a passear; foi quando se depararam com o “baile dançante” e nele se envolveram, indo José Joaquim inicialmente tocar reco-reco, acompanhando José Félix no harmônico. Após tocar um pouco, retirou-se da sala e foi beber com o amigo.

O que mais chama a atenção neste rápido episódio é a forma como a dança surgiu, a acreditar no relato de José Rufino. Chega um amigo em sua casa com um harmônico, começa a tocar e a vizinhança e moradores da área vão se chegando. Em pouco tempo, moças e rapazes estão dançando na sala ao som do harmônico, acompanhado por um reco-reco. Aproveitando-se do número de pessoas que acercara-se de sua casa, José Rufino abre as garrafas de pinga, sua mulher prepara os copos, começam a vender bebidas e a dança anima-se.

É difícil não pensar esta forma de realizar uma festa como algo costumeiro, diferente das que seguiam o calendário oficial, ou das festas que ocorriam em lugares fechados, como os clubes. Nas festas realizadas em casa, nos subúrbios e na zona rural, os participantes pagavam apenas as bebidas e os homens faziam uma “cota” para ajudar os tocadores, o que parece não ter ocorrido na casa de José Rufino, por causa da forma como tudo se deu: o tocador de harmônico era um amigo da casa; o de reco-reco, um trabalhador do Curtume, que ia passando e descobriu a festa. As pessoas presentes eram, em grande parte, vizinhos e amigos que moravam nas imediações da casa de José Rufino.

Eram festas corriqueiras e delas temos notícias em diversos subúrbios da cidade.<sup>149</sup> Eram marcadas por muita música, alegria, conversa, dança e bebidas. Um jornalista pessoense, de passagem por Campina Grande, registrou para as páginas de *O Norte* o espírito desses rituais suburbanos ao comentar uma festa:

---

<sup>149</sup> Sumário Crime n° 128, 1938, Inácio Rosa e José Gabriel; Ação Criminal n° 248, 1944, Francisco Amaro da Silva, maço de 28/01 a 13/11/1944; etc.

Num sábado, como de costume, há em Campina Grande, bailes e brincadeiras, algumas organizadas financeiramente por quotas entre os que se propõem a animar a festa (....).<sup>150</sup>

Falava de uma festa no Prado. Este subúrbio, situado ao sul da cidade, tivera um primeiro surto de povoamento com o advento da estação da Great Western, no início do século XX; nos anos 1930, com o surgimento do Curtume dos Motas, por trás do Açude Velho, e o surgimento de diversas prensas hidráulicas e armazéns de algodão, entre as ruas Almeida Barreto, Miguel Couto e em direção ao futuro bairro da Liberdade, como era o caso da Sanbra, intensificou-se o povoamento do subúrbio. Era habitado predominantemente por agricultores, artistas, jornaleiros, operários, carregadores e domésticas.

Em outro caso, deparamos-nos com uma animada festa no subúrbio de São José, a sudoeste do centro.<sup>151</sup> Tudo começara pelas dezenove horas e entrara pela madrugada. Côcos, cantorias e danças animavam o concorrido público. O promotor chama a esta mistura de sons e ritmos de “festival”. O local era simples, o quintal de uma residência na rua Felipe Camarão, situada na praça da Guia. A iluminação era precária, pois não havia luz elétrica e o quintal fora iluminado por lamparinas a querosene, numa noite escura e sem lua de janeiro de 1940. Mas a escassez da energia não era exatamente um problema para uma população que nunca tivera a ela acesso, ou que só o tivera precariamente;<sup>152</sup> todos lá permaneceram até a madrugada do dia seguinte. Mulheres e homens, alguns já idosos,

---

<sup>150</sup> “O Crime da Porteira de Pedra” em *O Norte*, nº 956, Quarta-feira, 20/05/1936, p. 02 e 04; ver também Apelação Criminal nº 103, Antônio Pequeno da Silva e Sebastião Pequeno da Silva, maço de 10/02 a 15/12/1936.

<sup>151</sup> Ação Criminal nº 156, 1940, Ovídio Monteiro da Silva, maço de 19/01 a 12/12/1940.

<sup>152</sup> É difícil encontrar no período pesquisado problema mais recorrente e denunciado do que a precariedade da luz elétrica em Campina Grande. O jornal *Voz da Borborema*, entre 1937-1940, fez uma acerba campanha para solucionar o problema. No entanto, as denúncias que apareciam na imprensa estavam voltadas apenas para a área central e para os locais onde as elites tinham interesses, como indústrias, etc. Na maioria dos subúrbios este não chegou a ser um problema, já que aí energia ainda não chegara.

jovens e crianças participavam da animada “brincadeira” em que os presentes eram, em sua maioria, artistas, agricultores e operários, vizinhos e conhecidos moradores do lugar.<sup>153</sup>

Excetuando o sítio inicial e sua parte central, o “bairro” de São José era a área habitada mais antiga da cidade.<sup>154</sup> Ficou famoso e foi imortalizado em crônicas e memórias pelas forjas de ferreiros e uma pujante indústria de facas de ponta, que lá florescera desde o início do século XX.<sup>155</sup> Nas décadas de 30 e 40, quando esta atividade já estava em declínio, o bairro crescera em torno da capela e da igreja da Guia, que compunha um largo. Em torno da igreja dispunham-se algumas ruas, travessas e becos, onde se localizavam mercearias, barbearias, bilhares e moradias. Era um lugar tranqüilo, onde se viam pessoas andando a passos lentos pelas ruas e becos, num ritmo de cidade ou bairro com fortes traços rurais. Aqui um morador na porta de casa, ali um menino tangendo um jumento, acolá peregrinos em rumo à igreja, ou embaixo de uma árvore, protegendo-se do sol escaldante. Durante as primeiras décadas do século XX, este silêncio e tranqüilidade só eram quebrados pelas batidas do sino da igreja e pelo som dos metais das fábricas de faca de ponta.<sup>156</sup>

Era uma área de agricultores, alguns comerciantes, operários, artistas, ferreiros e domésticas. Nas suas imediações e fronteiras, foram construídos o primeiro hospital da cidade, o Pedro I e, posteriormente, o quartel da polícia, que deram nova vida ao lugar.<sup>157</sup> Era separado do Açude

---

<sup>153</sup> Em uma festa de casamento na rua Santo Antonio, na noite de nove para dez de maio de 1944, mais uma vez animada por um tocador de harmônico, houve uma discussão entre vários dos participantes por causa do pagamento da cota. Os participantes da festa eram, em sua maioria, vizinhos e dançaram na sala até próximo a meia-noite.

<sup>154</sup> Segundo CÂMARA, Epaminondas, 1947:71, ainda do final do século XIX se constituíram as primeiras habitações e “ruazinhas” que deram origem ao bairro tempos depois.

<sup>155</sup> Cristino Pimentel, “Lembrar é viver” em *Diário da Borborema*, 06/06/1961 e entrevista de Júlio Aprígio a Ronaldo Dinoá na *Revista Tudo do Diário da Borborema*, 27/07/1986, p. 02-03.

<sup>156</sup> Parágrafo elaborado com base em “Lembrar é viver” e “Lembranças...” em *A União*, 28/06/1962, de Cristino Pimentel e de fotografias de época.

<sup>157</sup> O prédio do Colégio São José pertencente ao professor Clementino Procópio, após passar por uma reforma, foi transformado no quartel da polícia militar.



Novo pela rua Lino Gomes, que ligava o bairro às imediações do centro da cidade. Para o açude desciam diariamente mulheres, homens e crianças que iam lavar roupas, tomar banho, dar água aos animais e buscar água para o consumo. O movimento inverso também era comum: subiam para o São José carregadores de água, conduzindo grandes rebanhos de animais com o precioso líquido para abastecer os seus moradores.

Veza por outra, vê-se uma denúncia nos jornais de que os moradores das imediações estavam utilizando as águas do açude indevidamente. Junto com o açude Velho e o de Bodocongó, o Açude Novo era o lugar que servia de arrêgo para as populações pobres, mesmo após a inauguração do serviço de saneamento e abastecimento de água da cidade, em 1939.<sup>158</sup>

A pacatez e tranqüilidade de suas ruas, o movimento nas suas fábricas, ou em busca das águas do Açude Novo, transformavam-se em animadas festas, como a descrita acima. Com a vida organizada em torno da igreja, as festas atraíam muitos moradores do lugar e tornavam-se concorridas. Esta é uma característica que vai diferenciar a diversão nos subúrbios das que ocorriam na área central da cidade e na Mandchúria.<sup>159</sup> Em festas como o carnaval, natal e ano bom, mesmo que com lugares diferenciados, encontravam-se moradores de todos os cantos da cidade e da zona rural. Na Mandchúria e nos cabarés situados em áreas diferentes da cidade, também era comum uma presença diversa; por isso fora chamada de “cosmópolis ululante” por Luiz Peixe. Nos subúrbios, na época em que este trabalho abrange, acontecem bailes e festas com uma forte presença de vizinhos, amigos e parentes, que lhes dava uma dimensão comunitária e mais homogênea.<sup>160</sup>

---

<sup>158</sup> Ver “Nota do dia”, de Hortênsio Ribeiro em *A Imprensa*, 06/02/1934; “O que vai pelo interior – Campina Grande” em *A Imprensa*, 23/08/1934 e “Campina Grande – água do Açude Novo” em *A Imprensa*, 30/08/1934, sobre querela em torno da cobrança de taxa pelo consumo das águas do Açude Novo na gestão de Antônio Pereira Diniz.

<sup>159</sup> O que não significa que nos subúrbios não houvesse participação e interferência dos poderes públicos e de instituições como a igreja, ver entrevista de Júlio Aprígio a Ronaldo Dinoá na *Revista Tudo* do *Diário da Borborema*, 27/07/1986, p. 02-03.

<sup>160</sup> Exceto as costumeiras festas realizadas por ou para os políticos e partidos que tinham base na área, ver entrevista de Júlio Aprígio a DINOÁ, Ronaldo, op. cit.

Os mundos que eram os subúrbios, onde a horizontalidade nas relações sociais predominava, não estavam livres de tensões e hierarquias. Parte dos processos utilizados neste trabalho é testemunha inquestionável das primeiras.<sup>161</sup> Quanto às hierarquias e diferenças sociais, mesmo que numa dimensão diversa, aparecem na própria organização do território.

A documentação de que dispomos é insuficiente para aprofundarmos esta discussão, mas a existência de pequenos comerciantes, barbeiros, artesãos, choferes etc. e as imagens do largo da igreja da Guia registradas por fotógrafos indicam que ali também existiam ruas centrais e secundárias, moradias maiores e simples casinhas. Eram sinais de diferenciação que não chocavam tanto quanto os que presenciamos no centro e na Mandchúria, mas que deviam produzir suas próprias tensões e conflitos.<sup>162</sup>

---

<sup>161</sup> A quantificação dos locais dos crimes é apenas aproximativa, pois há problemas que a dificultam: 1) algumas ruas que não conseguimos localizar, 2) a separação que fizemos é problemática, especialmente entre centro e adjacências e 3) como no período há mudanças nas áreas, muitas vezes áreas que na época eram consideradas subúrbios foram posteriormente incorporadas ao centro. Considerando estas observações, os dados são os seguintes: dos 289 processos pesquisados em 33 não identificamos o local, 67 ocorreram na Mandchúria e suas proximidades, 89 nos subúrbios, 55 no centro e 45 nas suas adjacências.

<sup>162</sup> Na crônica "Lembrar é viver", Cristino Pimentel ao falar do bairro do São José nos idos de 1960, faz referência ao ar aristocrático que o mesmo assumira.

## EPÍLOGO: CIDADE, CIDADES

No princípio dos anos 1960, Campina Grande estava em festa; no dia 11 de outubro de 1964 a cidade completaria o primeiro centenário de sua emancipação, o que foi motivo de uma grande mobilização.<sup>1</sup> Esse “movimento” em torno do significativo aniversário da Rainha da Borborema atraiu olhares outros para a cidade. Seguimos as pistas de alguns deles.

Em julho de 1962, havia aparecido na cidade uma equipe, composta predominantemente por geógrafas, para tentar compreender e explicar para o resto do Brasil (principalmente para investidores e órgãos públicos) um estranho fenômeno que havia cerca de 30 anos vinha ocorrendo no interior da Paraíba. Parecia estranho, aos olhos das pesquisadoras, a existência de tamanha pujança comercial e promessas futuras de prosperidade industrial no interior de um pequenino estado que ficava à margem da Federação.<sup>2</sup>

O olhar das geógrafas já vinha decidido a devassar as entranhas de Campina Grande para ver aspectos da sua geografia, demografia, estrutura econômica e social. Parte desse exercício pode ser visto (pois também acompanhado de emblemáticas fotografias da revista *Manchete*)

---

<sup>1</sup> Para uma aproximação com os festejos do Centenário da cidade, ver SOUZA, Antônio Clarindo Barbosa de, 2002:201-215. Além das obras comentadas neste item, várias outras foram lançadas sob o influxo dos festejos do centenário da cidade. Entre elas, *História de Campina Grande*, de Elpídio de Almeida e *História Eclesiástica de Campina Grande*, de Boulanger Uchoa e a *Coletânea de autores campinenses*, elaborada pela Comissão Cultural do Centenário e Prefeitura Municipal, 1964.

<sup>2</sup> Essa mesma percepção tinham articulistas do *Jornal do Brasil* nos anos 1940, ver “Citemos Campina Grande” em *A União* n° 15, João Pessoa, 20/01/1940, p. 01, “Campina Grande” em *A União* n° 84, João Pessoa, 16/04/1940, p. 08, “Urbanismo na Paraíba” em *A União* n° 85, João Pessoa, 17/04/1940, p. 01, e “Campina Grande, centro econômico onde se reflete o potencial das forças construtivas do estado” em *A União*, João Pessoa, 23/08/1945. São todas matérias do jornal carioca insertas em *A União*.

nas páginas de “Campina Grande e sua função como capital regional.”<sup>3</sup> O deslumbramento da geógrafa-chefe, ao por no papel o que tinha visto e descoberto, estava baseado em um aspecto crucial: Campina Grande distinguia-se das demais cidades da região. No parágrafo de abertura, lemos: “(...) não só pela organização de seu espaço urbano, pois se apresenta como verdadeira urbe, mas, principalmente, no papel que desempenha na vida regional, tendo a si subordinada uma extensa área do interior nordestino.”<sup>4</sup>

Por este motivo era comparada a nossa maior metrópole, pois

À semelhança de São Paulo que do planalto paulista domina no campo econômico todo o sul e parte do sudeste e centro-oeste do país, Campina Grande, embora em menores proporções, do alto da Borborema irradia sua atuação por extensa área do sertão, contrastando, assim, com a grande maioria dos centros urbanos nordestinos, que vivem apenas em função da área rural da própria comuna.<sup>5</sup>

A comparação com São Paulo deve ter levado os remanescentes letrados dos anos 1930-1940 ao júbilo. O motivo de tão privilegiada condição, como observaram as geógrafas, era mais uma característica que a aproximava da maior metrópole brasileira: sua localização privilegiada.<sup>6</sup>

O epíteto de capital associado à comparação com a metrópole era algo deslumbrante. Capital! Esse era o melhor presente que alguém

---

<sup>3</sup> Cf. CARDOSO, Maria Francisca Thereza C. “Campina Grande e sua função como capital regional”. Separata da *Revista Brasileira de Geografia*, Ano XXV, nº IV, maio de 1964. Na página 3 lemos a seguinte observação: “O presente trabalho resulta de uma pesquisa efetuada na cidade de Campina Grande, em julho de 1962, como parte de um plano de estudos urbanos programados pela Secção Regional Nordeste da Divisão de Geografia”.

<sup>4</sup> Cf. CARDOSO, Maria Francisca Thereza C. Op. cit., p. 03.

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Praticamente todos os trabalhos escritos sobre Campina Grande utilizam-se da sua posição geográfica privilegiada para justificar seu crescimento e desenvolvimento. A cidade localiza-se no Agreste da Borborema, área central do Estado, elo entre litoral, cariri e sertão.

poderia dar à cidade no seu centenário.<sup>7</sup> Vindo de um olhar civilizado de cientistas do sul do Brasil, nem se fala!<sup>8</sup> A cidade deve ter caído em festa, ou ao menos parte dela.

Seguindo as análises e observações das geógrafas, acompanhadas de uma saraivada de dados, números, fotografias, mapas de diversos tipos etc., vemos Campina Grande crescer aos nossos olhos e tornar-se “o maior empório comercial da região, depois do Recife”, “ser considerada a capital econômica de uma extensa área nordestina”; “verdadeira capital regional”<sup>9</sup> e, como se não bastasse a cantilena que enfeita o texto desde o início, o último parágrafo do trabalho não poderia ser mais promissor: “Campina Grande, o maior empório comercial da Região Nordeste depois de Recife, ocupa lugar privilegiado entre todas as cidades brasileiras, sendo o seu nome, hoje, sinônimo de progresso urbano e um exemplo vivo da real capacidade de realização dos nordestinos.”<sup>10</sup>

Uma verdadeira redenção para as elites locais e regionais, a glória para os poucos letrados e administradores dos anos 30 e 40 que ainda estivessem vivos. Mas nem toda felicidade dura para sempre, ensina-nos a vida. Por esse tempo, novos pesquisadores aportaram à cidade, talvez atraídos pelo trabalho anteriormente comentado, inspirados em uma “metodologia da “Economia e Humanismo” do Padre L. J. Lebrét”, a serviço do Departamento Nacional do Serviço Social do Comércio (SESC). Como resultado da pesquisa, elaboraram *Campina Grande – Um Centro Comercial do Nordeste*<sup>11</sup> que, segundo o seu apresentador,

---

<sup>7</sup> Sintomaticamente, em uma das obras publicadas no ano de comemoração do centenário da cidade, lê-se na página de rosto: “Bem-vindos à capital do trabalho”. Ver *Resumo histórico...*, 1964.

<sup>8</sup> Este comentário não é pura e simplesmente uma ironia ou artifício de retórica e está fundamentado em diversos artigos e crônicas de autores campinenses nas décadas de 1930 e 1940, quando costumavam associar o “sul” (especialmente Rio de Janeiro e São Paulo) à civilização ou consideravam estas cidades e estados como exemplos de civilização e progresso a serem seguidos. Esta percepção, no entanto, não era algo específico dos letrados campinenses, pois encontramos-la em estudos sobre Recife, Fortaleza, Florianópolis, Porto Alegre e Salvador.

<sup>9</sup> Cf. CARDOSO, Maria Francisca T. C., op. cit., p. 04 e 09.

<sup>10</sup> Cf. CARDOSO, Maria Francisca T. C., op. cit., p. 37

<sup>11</sup> Cf. Serviço Social do Comércio (SESC) Departamento Nacional. *Campina Grande – Um Centro Comercial do Nordeste*. S/referências.

oferecia “valioso subsídio ao estudo da sociologia brasileira.”<sup>12</sup>

Texto de tom mais moderado e cauteloso, apresentado por Charles Edgar Moritz, expõe os objetivos e interesses da direção nacional do SESC com a pesquisa. Não se pode negar que é um estudo mais elaborado, realista e cru do que o anterior. Comparando-os, tem-se a impressão de que, em sentidos diversos, é uma resposta ao trabalho das geógrafas. A cidade aparece com menor pujança; tem muitos problemas e “o seu futuro é duvidoso”; não é capital de nada, muito menos comparada a São Paulo.

Ao nos aproximarmos dos sociólogos e suas descrições de ruas, bairros, comércio e indústria, problemas e perspectivas para o futuro, fica a impressão de que falam de outra cidade, de outro mundo. Publicado na onda de trabalhos comemorativos do centenário da cidade, deve ter causado uma profunda decepção nos letrados da terra. O tempo era para isso, pois vivia-se uma época de festa e comemorações e eles estavam ávidos de glórias e de imagens oficiais e poucos destoantes sobre a obra que haviam ajudado a construir com tanto zelo e investimento de capital emocional.<sup>13</sup>

Nos próprios olhares dos fotógrafos que registraram imagens para as duas obras, é perceptível a diferença de enfoque. No primeiro trabalho, as imagens, em número de sete, são todas vistas “de cima”, ou seja, são fotografias aéreas ou foram tiradas de locais e edifícios altos da cidade. Literalmente, deixam a impressão de uma visão do alto, panorâmica e escoimada dos velhos e tradicionais problemas, que tanto nos afligem até hoje. Os sociólogos do SESC, por outro lado, nas dezoito imagens que reproduziram no texto fazem uma leitura dedutiva, indo das mais gerais às mais ao rés-do-chão; das vistas panorâmicas e aéreas da cidade a suas habitações, às ruas dos bairros, à feira e seus detalhes. Privam-nos, no

---

<sup>12</sup> Idem, p. 05.

<sup>13</sup> Nos anos 1930 e 1940 qualquer insinuação maldosa ou de demérito ao comércio ou à cidade, tinha respostas virulentas por parte dos letrados. Ver CÂMARA, Epaminondas, 1947 e matérias do jornal *Voz da Borborema*: “Tudo por Campina”, de Ottoni Barreto, nº 9, Campina Grande, 14/08/1937, p. 04; “Mais um pouco de espírito”, de Tancredo de Carvalho, nº 32, 01/06/1940, p. 01; “As filmagens de Campina Grande”, nº 41, 06/07/1940, p. 04.

entanto, de mostrar as casas de taipa e as habitações operárias e dos grupos marginalizados que tanto comentam e criticam no texto, chamando a atenção para as mazelas deixadas pelo crescimento vertiginoso da cidade, entre os anos 1930 e 1950. Tinham, de outra forma, a sua própria visão “de cima”.

Nas duas perspectivas, os “de baixo” aparecem como marginais e marginalizados; operários e camponeses sem “consciência de classe”, “passivos”, vanguarda das estatísticas criminais; até os times de futebol dos bairros populares são compostos por “peladeiros” sem perspectivas mais duradouras para seus clubes e organizações; etc.

Nos anos 1960, como nas décadas seguintes, memorialistas, instituições administrativas e moradores vão retomar insistentemente as décadas de 1930 e 1940 e certos personagens para explicar os maiores e mais marcantes sucessos ocorridos na cidade, o que faz com que este período da sua história seja recorrente em uma certa memória e que suas marcas assumam uma dimensão quase mítica, embora ambígua.<sup>14</sup>

No artigo “Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945)”<sup>15</sup>, tentamos compreender a obra realizada por Vergniaud Wanderley, os motivos pelos quais ele se tornou uma referência para contemporâneos e memorialistas, sendo o seu empreendimento denominado grandiloquentemente de “revolução urbana”, ou apenas de “progresso”;<sup>16</sup> ao mesmo tempo, recuperamos indícios que ajudam a compreender porque Campina Grande chegou a ser considerada “capital do sertão nordestino” ou “centro comercial do Nordeste”, como aparece nos estudos realizados tempos depois, por pesquisadores de outras regiões do país, que vimos acima.

No entanto, os dois movimentos acima foram precedidos de muitos outros, e os dois capítulos que compõem este trabalho se voltaram para

---

<sup>14</sup> Cf. DINOÁ, Ronaldo, 1993:203-205, o Fórum Vergniaud Wanderlei criado pela Prefeitura Municipal como lugar de discussão do projeto de revitalização do centro da cidade, as memórias de D. Esmeraldina Agra Ramos, citadas no decorrer do trabalho, as reportagens de Severino Machado, intituladas “Ruas de Campina”, e as crônicas e memórias de Cristino Pimentel, 1956.

<sup>15</sup> Cf. SOUSA, Fabio Gutemberg R. B. de In *Revista Brasileira de História*, vol. 1, nº 46, pp. 61-92, 2003.

<sup>16</sup> A palavra progresso está grafada entre aspas porque é assim que aparece nas

compreender como os moradores da cidade viviam e usavam as ruas, casas e becos; como estruturavam o trabalho, as diversões e o que em certos momentos mobilizava suas forças e desejos. Com isto, fomos descobrindo outra cidade, ou melhor, muitas cidades. Descobrimos que as donas de casa do meio popular tinham rituais próprios, que não se resumiam a certos moralismos tão em voga à época; que os carregadores eram marginalizados pela atividade que realizavam, mas quase dominavam as ruas centrais e nelas davam seus espetáculos, depois se retirando para suas casinhas pobres, fazendo paradas nas quitandas, bares e cabarés... Tudo isso dava ares diferentes à “capital do sertão nordestino” e um peculiar significado à “revolução urbana” de Vergniaud Wanderley.

Em tudo o que foi dito até aqui, não é difícil perceber o quanto, entre as décadas de 1920 e 1940, os moradores das cidades brasileiras, e de Campina Grande em particular, viveram diferentes tempos de mudanças e tensões. O processo de modernização, que vinha do século anterior, assumiu um ritmo diferente com o advento da República e ganhou novo impulso na década de 1920 e no pós-1930, muito embora nunca tenha perdido seu caráter autoritário e conservador; colocou diante de milhares, de milhões de brasileiros e estrangeiros aqui chegados um arsenal de equipamentos, práticas e palavras diferentes, estranhas, novas; nos campos, novas culturas, técnicas, maquinarias e equipamentos passaram a competir com a foice, a enxada, o ancinho ou cultivadores movidos a tração animal; a produção aumentou e terras foram incorporadas para o aumento do plantio, resultado das tradicionais políticas de exportação de produtos primários e matérias-primas e de uma demanda cada vez maior das cidades em crescimento; alguns proprietários e comerciantes ampliaram suas fortunas, ou foram à bancarrota do dia para a noite; certos trabalhadores conseguiram melhorar suas condições de vida, ou não resistiram aos fluxos modernizantes.

Essas mudanças na vida das pessoas, aos olhos de letrados e grupos sociais diversos, assumiram ares diferentes e provocaram euforia em muitos que passaram a denominá-las de progresso e civilização,

---

diversas matérias de Severino Machado sobre as “Ruas de Campina”, significando também destruição de memórias e territórios afetivos, perda de patrimônio e de *status* ou posição de poder.



modernização e modernidade, expressões que buscavam se afastar das práticas associadas ao passado colonial e imperial. Essas palavras e termos, na boca dos letrados brasileiros, tinham sentidos diversos e poderiam ser associadas e estimular tanto empreendimentos estéticos, como a abertura e embelezamento da avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro do início do século XX, quanto o saneamento moral e social das ruas, de que é exemplo a perseguição a “vagabundos” e “desordeiros”, como José Negrão, na Campina Grande dos anos 1940.<sup>17</sup> No entanto, Pereira Passos, no Rio, e os agentes jurídicos, em Campina Grande, explícita ou implicitamente, denominariam ou veriam suas empreitadas como necessidades dos novos tempos, exigências inexoráveis do progresso e da civilização. Palavras cheias de força, eixos mobilizadores dos anseios e esperanças de muitos letrados e intelectuais por todos os cantos do país e do mundo ocidental entre o século XIX e a primeira metade do século XX.<sup>18</sup>

Os projetos que estas palavras encerravam, no entanto, nem sempre conseguiram o apoio e a complacência das pessoas e grupos que costumeiramente excluía. A alguns dos seus significados e implicações os simples mortais se mostraram refratários; a outros se curvavam tal qual queriam e gostavam os seus prosélitos; de muitos outros se apropriaram e atribuíram significados próprios, transformando a civilização e o progresso em algo diferente do que concebiam os seus propugnadores. Tudo o que foi visto nos dois capítulos desta obra é uma tentativa de mostrar como a vida de uns, de outros e de todos não foi fácil. E a cidade deixou de ser apenas o lugar da liberdade, da circulação de pessoas, mercadorias e transportes e foi compreendida também enquanto um lugar de muitas vidas, tensas e alegres vidas. O que lhe dá um colorido diverso e um certo ar polissêmico, cidades e não cidade.

---

<sup>17</sup> Ver SOUSA, Fabio Gutemberg R. B. de. “Cidades estéticas, homens promíscuos e inestéticos: o caso de José Negrão” In Revista *Ariús*, nº 10, pp. 64-71, 2001.

<sup>18</sup> Várias obras discutem as noções de progresso e civilização e os conceitos e diferenças entre modernização, modernidade e modernismo. Na bibliografia utilizada neste trabalho, temos SEVCENKO, Nicolau, 1992 e 1998, REZENDE, Antônio Paulo, 1992, BERMAN, Marshall, 1986 e LE GOFF, Jacques, 1992.

## BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *Falas de astúcia e de angústias. O discurso sobre a seca: De problema à solução (1877-1922)*. Mestrado em História, Campinas, Unicamp, 1988.
- ALMEIDA, Elpidio. *História de Campina Grande*. 2ª ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1978.
- ALMEIDA, José Américo de. *A Paraíba e seus problemas*. 3ª ed. J.Pessoa: A União, 1981.
- ARANHA, Gervácio B. *Trem e modernidade na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais*. Doutorado em História, Campinas, Unicamp, dezembro/2001.
- \_\_\_\_\_. “Seduções do moderno na Parahyba do Norte: trem de ferro, luz elétrica e outras conquistas materiais e simbólicas (1880-1925)” In *A Paraíba no Império e na República: Estudos de História Social e Cultural*, pp. 79-132.
- ARRAIS, Raimundo Alencar. *Recife: culturas e confrontos*. Natal: Editora da UFRN, 1998.
- BENCHIMOL, Jaime L. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, DGDIC, Divisão de Editoração, 1992.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, vol. 3.
- BERMAN, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BRESCIANI, Stella. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- \_\_\_\_\_. (org.) *Imagens da cidade. Séculos XIX e XX*. Anpuh/São Paulo: Marco Zero/Fapesp, 1993.
- \_\_\_\_\_. “Permanência e ruptura no estudo das cidades” In *Cidade & História* (orgs.) Ana Fernandes e Marco Aurélio A de F. Gomes. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992:11-26.
- CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. João Pessoa: Departamento de Publicidade, 1947.
- CAMARGO, Luiz Octávio. *O Que é lazer*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CASTRO, Oscar Oliveira em *Medicina na Paraíba*. João Pessoa: A União Editora, 1945.
- CAVALCANTI, Silêde L. O. *Mulheres modernas, mulheres tuteladas*. Mestrado em História, Recife, UFPe, 2000.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Artes de fazer*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- . *Trabalho, Lar e Botequim*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1986.
- . *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CHALHOUB, Sidney et alii. *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- CHOAY, Françoise. *O Urbanismo*. 4ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- DINOÁ, Ronaldo. *Memórias de Campina Grande*. Campina Grande: Grafset, 1993, 2 vols.
- DUMAZIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas*. Paz e Terra, 1989.
- FERNANDES, Ana e Gomes, Marco Aurélio A de F. (orgs.). *Cidade & História*. Salvador: UFBA/Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo; ANPUR, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Rio de Janeiro: Vozes, 1977.
- . *Microfísica do poder*. (org.) MACHADO, Roberto. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- GUEDES, João Batista em *Despindo o Jeca: modos e modas de vestir o campo*. Mestrado em Sociologia Rural, Campina Grande, UFPB, 1996.
- GURJÃO, Eliete de Queiroz. *Morte e vida das oligarquias. Paraíba (1889-1945)*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPb, 1994.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Trem fantasma: modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- HUNT, Lyn (org). *A Nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LANNA, Ana Lúcia D. *Uma Cidade na Transição: Santos – 1870-1913*. São Paulo-Santos: Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1996.
- LEWIN, Linda. *Política e parentela na Paraíba*. São Paulo: Record, 1993.
- MARCELINO, Nelson Carvalho. *Estudos do lazer. Uma introdução*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- MELLO, José Octávio de A. (introd. e org.). *A Paraíba das origens à urbanização*. Ed. da UFPB/FUNAPE/Fundação Casa de José Américo, 1983.
- MOREIRA, Fernando D. *A construção de uma cidade moderna. Recife (1909-1926)*. Mestrado em Desenvolvimento Urbano, Recife, UFPE, 1994.
- PESAVENTO, Sandra J. *Os pobres na cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.
- PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Ed. Ltda, 1999.
- RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil – 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- RANGEL, Maria do Socorro. *Medo da morte e esperança de vida: uma história das Ligas Camponesas*. Mestrado em História, Campinas, Unicamp, agosto/2000.
- REZENDE, Antônio Paulo. *(Des) encantos modernos: história da cidade do Recife na década de vinte*. Doutorado em História, São Paulo, USP, 1992.

- ROCHA, Osvaldo Porto. *A era das demolições*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, DGDIC, Divisão de Editoração, 1995.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O que é cidade*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- SCHORSKE, Carl E. *Viena fin-de-siècle*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- \_\_\_\_\_. *História da vida privada no Brasil*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SOUSA, Fabio G. R. B. de. *Cartografias e imagens da cidade: Campina Grande - 1920-1945*. Doutorado em História, Campinas, Unicamp, 2001.
- \_\_\_\_\_. "Campina Grande: Cartografias de uma Reforma Urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945)" In *Revista Brasileira de História*, vol. 1, nº 46, pp. 61-92, 2003.
- \_\_\_\_\_. "Na casa e... na rua": cartografias das mulheres na cidade (Campina Grande - 1930-1945). In *Cadernos Pagu* (24), janeiro-junho de 2005, pp. 153-174.
- SOUZA, Antonio Clarindo B. de. *Lazeres permitidos, prazeres proibidos. Sociedade, cultura e lazer na Campina Grande dos anos 50 e 60*. Doutorado em História, Recife, UFPE, 2002.
- SIGAUD, Lygia, *Os Clandestinos e os direitos*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- SYLVESTRE, Josué. *Da Revolução de 30 à queda do Estado Novo*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1993.
- THOMPSON, Eduard P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- VILLAR, Euclides. *Almanaque de Campina Grande*. Campina Grande: Tipografia da Livraria Campinense, 1932.
- YURGEL, Marlene. *Urbanismo e lazer*. São Paulo: Nobel, 1983.